

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

MARIA SOLEDAD CAMEJO

**A POLÍTICA DE CRESCIMENTO ECONÔMICO E A FELICIDADE NO PROJETO
SOCIETÁRIO CAPITALISTA: uma análise contemporânea**

São Luís, MA

2023

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a). Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Camejo Casaña, María Soledad.

A POLÍTICA DE CRESCIMENTO ECONÔMICO E A FELICIDADE NO PROJETO SOCIETÁRIO CAPITALISTA : uma análise contemporânea / María Soledad Camejo Casaña. - 2023. 231 p.

Orientador(a): Valéria Ferreira Santos de Almada Lima. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas/ccso, Universidade Federal do Maranhão, Virtual, 2023.

1. Auto-realização. 2. Bem-estar subjetivo. 3. Crescimento econômico. 4. Felicidade. 5. Políticas públicas. I. Ferreira Santos de Almada Lima, Valéria. II. Título.

MARIA SOLEDAD CAMEJO

**A POLÍTICA DE CRESCIMENTO ECONÔMICO E A FELICIDADE NO PROJETO
SOCIETÁRIO CAPITALISTA: uma análise contemporânea**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão como requisito para a obtenção do título de Doutor em Políticas Públicas.

Orientadora: Prof^ª Dra. Valéria Ferreira Santos de Almada Lima

São Luis, MA

2023

MARIA SOLEDAD CAMEJO

**A POLÍTICA DE CRESCIMENTO ECONÔMICO E A FELICIDADE NO PROJETO
SOCIETÁRIO CAPITALISTA: uma análise contemporânea**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão como requisito para a obtenção do título de Doutor em Políticas Públicas.

Orientadora: Prof^ª Dra. Valéria Ferreira Santos de Almada Lima

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª Dra. Valéria Ferreira Santos de Almada Lima (Orientadora)
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Prof. Dra. Maria do Socorro Sousa de Araujo
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Prof^ª. Salviana de Maria Pastor Santos Sousa (UFMA)

Prof^ª. Dra. Zarah Barbosa Lira (EXTERNA)

Prof. Dr. Saulo Pinto Silva (UFMA)

Ao povo brasileiro pela oportunidade, aos meus amigos do Maranhão e a minha querida orientadora Valéria.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- AIPO - Instituto Americano de Opinião Pública (American Institute of Public Opinion)
- BBC - Corporação Britânica de Radiodifusão (British Broadcasting Corporation)
- EU - União Europeia
- EUA – Estados Unidos de América
- FAO - Organização das Nações Unidas para a Alimentação
- FMI - Fundo Monetário Internacional
- G20 - Fórum Grupo dos Vinte
- IEQ - Pergunta de Avaliação de Renda (Income Evaluation Question)
- NORC- Centro Nacional de Pesquisa de Opinião dos Estados Unidos (The National Opinion Research Center)
- OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
- ONG Organizações Não Governamentais
- ONU – Organização das Nações Unidas
- PANAS – Escala de Afeto Positivo e Negativo (Positive and Negative Affect Schedule)
- PIB – Produto Interno Bruto
- PNB - Produto Nacional Bruto
- SDT – Teoria da teoria da autorrealização (Self-Determination Theory)
- WHR- Relatórios Mundiais de Felicidade (World Happiness Report)

RESUMO

A presente tese aborda a relação entre a felicidade e os fatores econômicos que circunscrevem a nossa vida com vistas à análise crítica da política de crescimento econômico. A felicidade é compreendida como um estado de autopercepção que é abordado a partir dos conceitos científicos de bem-estar subjetivo e autorrealização. Parte-se do entendimento de que embora tenha uma expressão individual e uma constituição única em cada um de nós, ela é incompreensível enquanto não sejam referenciados os moldes nos quais emerge como valor humano e, nesse sentido, pode ser pensada a dimensão pública da felicidade e as ações dos governos para materializá-la. A felicidade pode ser pensada como um projeto social e sobretudo como a fonte que legitima a política de crescimento econômico. A questão de fundo que interessa particularmente na pesquisa proposta é elucidar até que ponto a partir do acúmulo das pesquisas científicas atuais podem ser atendidas as observações, muito especialmente desenvolvidas por Marx, sobre a problemática intrínseca do sistema capitalista que tem a ver com o fato de que a produção material, e ainda, a produção da vida, estão subsumidas a serviço da acumulação do capital e não a serviço das necessidades humanas. A pergunta mais elementar que envolve a presente tese é justamente por que é inquestionável crescer do ponto de vista da felicidade. Com fundamento numa perspectiva marxista e numa estratégia metodológica baseada na Pesquisa Bibliográfica a tese indica mais do que uma flagrante dúvida, a ilusão fantasiosa que envolve a política do crescimento econômico enquanto caminho para atingir maiores níveis de satisfação. O que pode ser deduzido nesse sentido a partir das pesquisas consultadas é que na frente de uma produção crescente, do ponto de vista dos alvos da política de crescimento econômico, tudo indica que se poderá continuar adicionando os bens disponibilizados, mas isso pode ser só uma correria sem fim e com poucos frutos para a população ao longo do tempo. O capitalismo é uma máquina de produzir mais desejos, mais expectativas e mais pulsão sobre um melhor futuro e a política de crescimento econômico é o tributo mais fortemente estabelecido nesse sentido.

Palavras chave: Felicidade. Bem-estar Subjetivo. Autorrealização. Crescimento Econômico. Capitalismo. Políticas Públicas

ABSTRACT

This thesis addresses the relationship between happiness and the economic factors that circumscribe our lives with a view to a critical analysis of economic growth policy. Happiness is understood as a state of self-perception that is approached from the scientific concepts of subjective well-being and self-actualization. It starts from the understanding that although it has an individual expression and a unique constitution in each of us, it is incomprehensible until the molds in which it emerges as a human value are referenced and in this sense the public dimension of happiness and the government actions to materialize it. Happiness can be thought of as a social project and above all as the source that legitimizes the policy of economic growth. The fundamental question that is of particular interest in the proposed research is to elucidate to what extent, from the accumulation of current scientific research, the observations, very especially developed by Marx, on the intrinsic problematic of the capitalist system that has to do with the fact that that material production, and even the production of life, are subsumed at the service of capital accumulation and not at the service of human needs. The most elementary question that involves this thesis is precisely why it is unquestionable to grow from the point of view of happiness. Based on a Marxist perspective and a methodological strategy based on Bibliographic Research, the thesis indicates more than a blatant doubt, the fanciful illusion that involves the policy of economic growth as a way to achieve greater levels of satisfaction. What can be deduced in this sense from the surveys consulted is that in the face of growing production, from the point of view of the targets of the economic growth policy, everything indicates that it will be possible to continue adding the available goods, but this may only be a endless rush and with little fruit for the population over time. Capitalism is a machine for producing more desires, more expectations and more drive for a better future, and the policy of economic growth is the most strongly established tribute in this sense.

Keywords: Happiness. Subjective well-being. Self-realization. Economic growth. Capitalism. Public policy

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. O ECONÔMICO E A FELICIDADE: QUESTÕES PRELIMINARES SOBRE A PERSPECTIVA DE ANÁLISE E OS INSTRUMENTOS DE ANÁLISE	26
2.1. A construção socialmente produzida da felicidade e as articulações de uma totalidade	27
2.2. O PIB: A imortalidade de um ídolo do projeto societário do capitalismo	32
2.3. O dinheiro como sinal intra e intersubjetivo	40
2. 4. Da felicidade e dos instrumentos científicos de orientação empírica	46
2.4.1. O bem-estar subjetivo	52
2.4.2. Pressupostos teóricos da economia: O cálculo felicitífico	60
2.4.3. Autorrealização e o bem-estar psicológico	66
2.4.4. Pressupostos teóricos: a eudaimonia e o sentido da vida	78
2.5. Condições sumárias do diálogo entre a perspectiva de análise e os instrumentos da pesquisa	82
3. A FONTE MONETÁRIA DA FELICIDADE: os labirintos de um namoro	90
3.1. Os ricos são mais felizes	90
3.2. Renda e bem-estar	96
3.3. A tendência no longo prazo	100
3.4. O paradoxo discutido	105
3.5. O vínculo subjetivo com o dinheiro	107
3.5.1. Adaptação e habituação às condições econômicas	108
3.5.2. Expectativas e aspirações de renda	121
3.5.3. Os mecanismos da chamada comparação social	126
3.6. A produção material e o bem-estar subjetivo	131
3.7. A infelicidade dos pobres	136
3.8. A máquina de produzir expectativas	141
4. ORIENTAÇÃO DA VIDA PARA O STATUS E AS POSSES MATERIAIS: o caminho da servidão	146
4.1. Crenças sobre a importância do consumo material	146
4.2. A infelicidade dos materialistas	151
4.2.1 Da insegurança e autopercepção negativa	155
4.2.2. Da adjudicação de sentido à existência e os meios sociais	160
4.3. Dos valores e do caminho capitalista para a felicidade	166
4.3.1. A autorrealização nos trilhos da neoliberdade	171
4.3.2. A máquina da produção dos desesperos	176
5. A POLÍTICA ECONÔMICA E A FELICIDADE NO FUTURO	180
5.1. A questionável inquestionabilidade do consumo	181
5.1.1. A submissão aos valores da economia	187
5.1.2. A política econômica e a tirania do estar indo além	195
5.2. Uma questão de sobrevivência: da humanidade ou do sistema econômico?	201
5.3. O crescimento como necessidade para os mais pobres	205
REFERÊNCIAS	219
ANEXO I	227

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho se constitui em uma tese de Doutorado desenvolvida no contexto do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão. Trata-se de uma pesquisa que intenciona discutir a felicidade e seus vínculos com a política de crescimento, enquanto alvo prioritário de política pública, dentro do projeto societário do capitalismo contemporâneo.

A felicidade tem sido o centro de profundas discussões ao longo da história, por parte de grandes pensadores que se propuseram a defini-la em termos de um conteúdo substantivo, assim como, também, usualmente faz parte das conversas quotidianas e casuais. Dentro dessas discussões, na atualidade, uma das que provocam acalorados debates é o vínculo entre o dinheiro e a felicidade. Qual é esse vínculo, se é que existe? O dinheiro nos faz feliz? As respostas, ou procura delas, não são alheias aos intentos de refletir sobre o sentido da existência e os rumos para os quais orientar a vida.

Também é usual considerar que todas essas discussões pertencem ao campo da filosofia, em um sentido restrito, e esgotam seu conteúdo em puras construções individuais ou meramente especulativas. Dito de outro modo, usualmente se considera que a felicidade, a sua procura ou os questionamentos que surgem em seu entorno estão restritos à esfera privada e correspondem à incomensurável diversidade dos caminhos individuais. Dessa forma, cada um de nós terá a sua própria regra e é muito limitado o que pode ser dito. Indicações ou conclusões abrangentes parecem não ter lugar.

Contudo, até a concepção mais individualista não pode desconhecer que existe uma dimensão social da felicidade. Isso envolve para ela uma variabilidade de conteúdos determinados pelos tempos históricos nos quais cobra forma, mas também envolve para felicidade uma dimensão política.

Aristóteles, que como será visto na frente, tinha uma ideia de felicidade que não é a única e talvez não seja a mais comum em nossos dias, pensou que a felicidade era, por sobre todas as coisas, o fim último para o qual se encaminham nossas ações. Ou seja, visualizou nela o atrativo exercido pela ordem superior de coisas que desvendam nossos sonhos e nos fazem humanos à procura de uma vida boa. Ao mesmo tempo, pensou que se os seres humanos colocassem esse fim supremo, correspondia a ele o objetivo da vida política. Caso concordemos com Aristóteles, e esse é o caso da presente tese, temos que dizer que do que se trata é de discutir qual é esse fim supremo e como atingi-lo e temos aí a guia máxima o

propósito central da política. Compete à política pública fazer o melhor dos esforços para atingir esse encontro.

Nesse sentido, se faz necessário colocar que as reflexões contidas nessas páginas se originam de dúvidas profissionais, mas, sobretudo, pessoais sobre a minha vida, sobre as formas que temos de nos organizarmos como sociedade, de nos relacionarmos, sobre o que acreditamos que seja uma vida boa. Talvez sejam dúvidas que tive sempre, mas posso associá-las à minha trajetória profissional. Graduei-me em Serviço Social no ano de 2015. Trabalhei em programas estatais com as pessoas mais excluídas da sociedade, trazendo de volta para a “normalidade” aqueles pobres que além de pobres já não desejavam os encantamentos da vida com o decoro que acreditamos que devemos ter. Oferecíamos, segundo acreditávamos, vias de integração social, muitas vezes pouco críveis, para melhorar a qualidade de vida. Serviços e bens que as políticas de assistência disponíveis poderiam oferecer para integrar corpos e vidas aos parâmetros mínimos de bem-estar material, e às condutas socialmente desejáveis, dentro da ordem social capitalista. Só que no meio do caminho assaltou-me a dúvida sobre isso tudo.

Essa minha tarefa com os excluídos era realizada em nome de nós, desse lado, dos presumivelmente integrados, que parecíamos acreditar como valiosa a nossa forma de viver e de nos relacionarmos. As dúvidas que me assaltaram tinham a ver com essa tarefa de integração ao consumo como meio privilegiado de acesso aos direitos e a uma cultura cada vez mais mercantilizada. Essas minhas dúvidas foram sobre a minha função social, na tentativa de corrigir os problemas da ordem social vigente. A minha tarefa pareceu-me legitimar uma ordem na qual também nós, os integrados, achávamos pouco sentido e, sobretudo, pareceu-me legitimar os sofrimentos que essa ordem nos deixa, ainda para nós, os integrados apegados aos bens materiais do conforto econômico.

Como Assistente Social estou colocada nessa encruzilhada sempre presente de trabalhar com os sofrimentos, de assumir perspectivas e posicionamentos sobre os sofrimentos alheios, pois de outro modo não há intervenção possível e essa é uma condição da minha profissão que não pode ser apagada. No questionamento ao sofrimento que a ordem social, moral e econômica coloca em nós, o que sobretudo achei necessário me questionar é o tipo de felicidade que estamos legitimando a partir das ações governamentais das quais nós, os Assistentes Sociais, fazemos parte. A questão que é necessário discutir é: qual é o projeto societário para o qual estamos trabalhando em corpo e mente, no meio de uma economia que puxa sempre para o crescimento com a promessa de um futuro melhor?

No caminho dessas perguntas muito elementares sobre a felicidade se encontra a escrita desta tese que nasce da dúvida radical sobre os rumos que humanamente empreendemos para percorrer a experiência de viver. A tese se concentra sobretudo na discussão da validade que a ordem atual projeta sobre o crescimento econômico. Vamos partir da consideração de que a felicidade, que se apresenta na atualidade como uma aspiração que pulsa para reunir esforços e que pode ser compreendida como fundamento último da política, existe, na sua forma e conteúdo. Mas, existe só dentro do projeto societário particular do capitalismo contemporâneo. Pensar a felicidade dentro do projeto societário do capitalismo implica em compreender as condições sociais nas quais ela se projeta e nós mesmos desenvolvemos nossas existências. Aí entra a análise desenvolvida na presente pesquisa que implica em questionar o Deus imaculado do dinheiro e os ritos do crescimento econômico que dele fazem o culto.

Sendo o crescimento econômico um elemento central do projeto societário que envolve o capitalismo, vamos analisar seus vínculos com os horizontes de felicidade que se criam nesse mesmo projeto. Quando no título da presente tese falamos sobre a felicidade no projeto societário capitalista estamos nos referindo justamente a essas ligações ideológicas, subjetivamente internalizadas e publicamente endossadas. Ligações que nem sempre são explícitas e embora não saibamos, ainda assim de forma até naturalizada temos assumido que existem pelo que tributamos muito de nosso tempo ao seu redor. Nesse sentido, o nosso interesse concentra-se especialmente em uma instigante questão que pretendemos explorar, especialmente vinculada à impossibilidade de atingir aquilo que procuramos no mundo material e econômico.

O crescimento econômico é um elemento central do projeto societário que envolve o capitalismo e, em geral, quando se trata de seus benefícios sociais, aparece acompanhado de outros conceitos e ideias. Especialmente quando o crescimento econômico se associa com a ideia de desenvolvimento, pressupõe-se que as consequências de um aumento quantitativo da produção serão o enriquecimento da nação e a elevação do nível de vida. Ou seja, a ideia de desenvolvimento leva em conta a estrutura de repartição dos rendimentos a par do aumento do PIB, sejam eles referenciados na repartição da riqueza gerada ou efeitos na população. Alinhadas atrás dessas ideias estão todas as imagens em diversas dimensões da qualidade de vida, de bem-estar, de satisfação e um conjunto amplo de situações cuja maior legitimidade é que são emocionalmente desejáveis.

No cerne das conceitualizações contemporâneas sobre o desenvolvimento, ou seja,

levando em consideração a estrutura de repartição dos ganhos econômicos, ou mais precisamente, na consideração das consequências efetivas do crescimento, muitas críticas têm surgido e existe um consenso muito geral na academia e na política em geral de que o crescimento econômico por si só não é suficiente. Razão pela qual uma série enorme de indicadores têm sido desenvolvidos nas últimas décadas para avaliar os mais diversos aspectos vinculados ao crescimento e às suas repercussões.

Contudo, embora as ideias da insuficiência do crescimento econômico como a base sobre a qual edificar o desenvolvimento sejam as mais generalizadas, isso está longe de questionar o próprio crescimento como condição indispensável. A crítica em geral está dirigida às presumíveis limitações da análise baseada unicamente no PIB.

Agora bem, muito diferente é sublinhar a sua insuficiência, e questionar as limitações de um modelo de análise baseado unicamente no PIB, do questionamento da própria necessidade de crescimento econômico. Em outras palavras, uma coisa é colocar condicionalidades à existência de crescimento econômico e outra é desestimulá-lo como requisito necessário, e na atualidade temos que dizer que esse requisito se apresenta como inquestionável.

O crescimento econômico ocupa o mesmo local que ocupam as coisas que estão naturalmente percebidas no mundo que nos rodeia, está além dos questionamentos, posto que se apresenta como uma questão quase natural do funcionamento da economia. Não é muito nítido para a cidadania em geral o que significa crescer economicamente, mas todo o mundo tem incorporada a ideia de que esse crescimento, seja qual coisa seja, é bom, é sempre necessário já que nas associações correntes é inseparável da preocupação com a melhoria das condições de vida da sociedade e em última instância o temos especialmente associado à possibilidade de atingir uma vida boa e estados emocionais mais positivos.

A presente tese surge da necessidade de pensar a felicidade que é projetada na sociedade contemporânea e tem a ver com a possibilidade de refletir sobre os valores nos quais acreditamos nossa existência e sobre as relações que estabelecemos com nós mesmos e com aquilo que está além de nosso umbigo. Mais precisamente surge da necessidade de discutir a evidência reunida em relação aos vínculos entre o crescimento econômico e a felicidade da população e intenciona discutir as pressuposições que movimentam as ações públicas e os impactos na felicidade da população.

Nesse sentido, há uma questão de fundo que interessa particularmente na pesquisa proposta que é elucidar até que ponto a partir do acúmulo das pesquisas científicas atuais podem ser atendidas as observações, muitos especialmente desenvolvidas por Marx, sobre a

problemática intrínseca do sistema capitalista que tem a ver com o fato de que a produção material, e ainda a produção da vida, estão subsumidas a serviço da acumulação do capital e não a serviço dos seres humanos. Está contida aí uma discussão de fundo que tem a ver com o modo de produção e reprodução social que se implanta no capitalismo e que envolve as condições nas quais se forma a ideia de felicidade.

Assim, para abordar o problema de conhecimento formulado nesta tese, a sustentação teórico-metodológica de referência, na perspectiva marxista, é a concepção dialética materialista da história. A adoção dessa perspectiva envolve seguir a premissa segundo a qual as ideias ao serviço do qual colocamos nossa vida e nosso trabalho não são um corpo abstrato desligado dos processos sociais, mas elas devem ser compreendidas dentro dos processos sociais nos quais se originam. É imprescindível levar em conta as relações que os sujeitos estabelecem para produzir e reproduzir a vida social e, mais concretamente, as relações de produção. Nesse sentido, o modo de produção capitalista não é simplesmente o pano de fundo, o capitalismo é o suporte dentro do qual se desenvolve a dinâmica social em todos os seus aspectos, tanto materiais quanto simbólicos e a construção da subjetividade não pode ser desligada desse suporte.

Embora a pesquisa procure caracterizar a particularidade dos processos subjetivos, como é o caso aqui formulado, requer levar em conta o sistema de relações no qual se encontra inserido aquilo que pretende ser estudado. Neste sentido, a sociedade atual não é uma simples soma de indivíduos e subjetividades no mesmo plano de poder: as relações sociais construídas em correspondência com as relações de produção, na perspectiva adotada, envolvem relações de dominação e exploração que são legitimadas por meio da ideologia.

Nessa interpretação está envolvida a ideia central de que na sociedade capitalista a produção (o que pode ser interpretado não só no sentido estrito, mas no sentido amplo envolvendo as mais diversas esferas da vida) é mantida a serviço do capital. Nas palavras de Marx, o capitalismo constitui-se:

[...] num modo de produção em que o trabalhador serve às necessidades de valorização de valores existentes, em vez de a riqueza objetiva servir às necessidades de desenvolvimento do trabalhador. Assim como na religião o homem é dominado pelo produto de sua própria cabeça, na produção capitalista ele o é pelo produto de suas próprias mãos. (MARX, 2013, p.844)

Assim, as relações de produção capitalistas que se mantêm operativas da mão de um conjunto de ideias que dão sentido ao mundo e as relações que se estabelecem na sociedade contêm a problemática intrínseca de manter a produção da vida a serviço da acumulação.

Deriva daí a premissa radical de que a sociedade capitalista tem de ser superada para o surgimento de novas relações humanas.

Na presente pesquisa, por sua vez, parte-se do entendimento de que a felicidade é uma construção social, não é uma essência imutável, mas um conceito histórico e, portanto, provisório e mutável. Assim, a proposta não é uma crítica externa ao capitalismo, mas uma crítica das suas contradições internas, dos fins aos quais aspira e das impossibilidades de atingir esses fins. Nesse sentido, a perspectiva dialético materialista adotada aproxima-se da interpretação feita por Heller (1986) sobre a teoria das necessidades em Marx¹. A crítica deve estar centrada nas formas de vida com seus sistemas de necessidades particulares e suas contradições internas. A sociedade baseada nas relações de dominação, exploração e humilhação pode ser transcendida uma vez que seja reconhecida a criação de necessidades contraditórias e, especialmente no capitalismo, necessidades impossíveis de satisfazer.

Nessa perspectiva, não é com base na crítica do fetichismo das necessidades ou mais precisamente de uma felicidade fetichizada que se encaminha a pesquisa proposta. Parte-se do entendimento de que não é a falsidade das necessidades ou a distinção entre falsas e verdadeiras necessidades onde deve ser centrada a discussão, mas sim nos modos de existência social e no reconhecimento de que as estruturas sociais criam determinados sistemas de necessidades, algumas das quais não podem ser satisfeitas. Nesse sentido, o que pretende ser indagado tem a ver com a incapacidade do capitalismo, enquanto modo de produção e reprodução da vida para nos fazer felizes nos termos que ele mesmo projeta.

A proposta, a princípio, é conhecer a relação entre dinheiro e felicidade. Contudo, conhecer a relação entre dinheiro e felicidade não intenciona o encontro com verdades objetivas sobre a natureza humana, mas sim com o tipo de valores construídos no mundo capitalista contemporâneo, a fim de atualizar, à luz de conhecimentos novos, a crítica radical que Marx fez ao capitalismo e a necessidade de sua superação enquanto a produção da vida esteja a serviço da acumulação.

Marx não trabalhou explicitamente a noção de felicidade, mas não é essa uma dificuldade porque não vamos procurá-la. Não é intenção deste trabalho elaborar um conceito de felicidade a partir da obra de Marx para opô-la com a ideia de felicidade que projeta a sociedade capitalista contemporânea. Não é a luz de uma felicidade mais

¹A referência é especificamente à obra Teoría de las Necesidades en Marx, uma vez que a perspectiva da autora apresenta mudanças posteriores.

verdadeira que a discussão será levada à frente. Mas sim a compreensão crítica da ideia projetada pelo capitalismo e da condição existencial na qual essa ideia se desenvolve e para a qual tributam os nossos esforços quotidianos.

Compreender melhor qual é nosso vínculo com o nível de conforto material, com as mercadorias circundantes a partir do que tem sido pesquisado, será o caminho que propomos percorrer para ir ao encontro de um fundamento tangível para a máxima na que acreditamos, da necessidade radical de superar esse projeto histórico societário. Não pela vontade de mudança originada num ideal abstrato, vindo de fora da nossa constituição como seres sociais, construídos nesse mundo contemporâneo e com esses desejos, mas pela compreensão das incongruências que podem ser visualizadas nos modos de existência atuais e nas falências próprias desse projeto societário no qual estamos envolvidos e do qual a política de crescimento econômico é uma expressão concreta. A proposta é achar só no final desta tese a força argumental para um outro projeto societário que revolucione as bases do atual, toda vez que seja possível visualizar a impossibilidade do capitalismo contemporâneo de cumprir suas promessas. É na sua própria dinâmica de desenvolvimento que podem ser achadas as condições para a sua superação.

A estratégia metodológica utilizada para o levantamento de informações foi a Pesquisa Bibliográfica, no entendimento de que tal como foi configurado o objeto proposto, ela permite dar conta do que pretendeu ser analisado. Assim, a Pesquisa Bibliográfica permitiu aprofundar em perspectivas, estudos anteriores e atuais, na elucidação de dimensões relevantes na temática proposta, que por sua vez, nesta pesquisa particular, envolve o levantamento de produções de caráter científico realizadas em relação à felicidade e particularmente sua relação com o desenvolvimento econômico tanto no nível individual quanto social. Interessantíssimo é prestar atenção ao fato de que há muito tempo que a felicidade pertence ao campo da ciência e a contribuição para seu conhecimento é uma empreitada longa. Mas, aos fins desse trabalho, interessa destacar, sobretudo, que nos últimos anos tem ocupado um lugar cada vez maior dentro dos objetos de estudo de múltiplas disciplinas que tentam transcender a especulação por meio de pesquisas empíricas. Na atualidade, são várias as áreas de conhecimento cujos estudos envolvem conceitos de felicidade; entre as que podem ser mencionadas, a psicologia, a sociologia, a neurociência, a economia e, recentemente, a teoria política.

No caminho trilhado, a colocação das pesquisas empíricas, elaboradas no campo das ciências nos tempos recentes constitui um esforço para desenvolver uma análise concreta

sobre os mecanismos constituintes do nosso vínculo com as condições materiais de vida nas coordenadas da sociedade atual. Partiu-se do entendimento de muitos pensadores que rejeitam o anticapitalismo romântico, característico das visões que ficam na imaginação de uma outra sociedade sem compreender mais de perto as dores que nesta se originam. Para poder fazer uma crítica radical ao capitalismo não é possível prescindir da pesquisa das suas imanências, das suas expressões concretas, no caso da presente tese, da explicação dos seus efeitos nas nossas subjetividades. Precisamos explicar primeiramente o que o capitalismo faz de nós para saber o que nós queremos fazer dele.

Mais precisamente, a pretensão de caráter científico deste trabalho visa não a dilatação especulativa, que tira conclusões de pensamentos lógicos que ficam em planos abstratos, muito interessantes, mas que na sua distância das coisas concretas podem ser discutidos na eternidade. Pelo geral, essas empreitadas estão a caminho de confirmar ideias preconcebidas sem abrir ou conectar com perguntas sobre questões concretas do que está disponibilizado ao nosso redor. Nossa vida material e nossos desejos concretos precisam de respostas e interpretação.

Daí a especial importância das pesquisas empíricas utilizadas, embora seja imprescindível elucidar que existem aspectos das matrizes teóricas que as orientam e especialmente alguns pressupostos nos quais se apoiam que as distanciam da perspectiva dialético-materialista adotada. Os conceitos apresentados como ferramentas de análise serão submetidos à discussão para compreender melhor a interpretação e condicionantes nos quais adquirem validade os achados empíricos que têm emergido sob esquemas teóricos particulares.

Assim, a primeira ressalva a fazer é que esta tese não visa a concordância absoluta com as pesquisas que aqui são apresentadas, razão pela qual, no primeiro capítulo se colocam em discussão alguns dos seus pressupostos. No entanto, embora não sejam pesquisas desenvolvidas dentro dos pressupostos que a orientam, são um material valioso para atingir os objetivos que convocam essa escrita.

Nesse sentido, nos últimos tempos, distintas áreas têm reunido uma preocupação comum, que é ter algo a dizer sobre a felicidade, ou seja, procurar estabelecer as suas conexões com os modos de existência e têm concentrado muita atenção no vínculo entre a felicidade e o dinheiro. Nesse processo, tem se passado a delimitação de uma noção muito ampla e abstrata para conceitos menos abrangentes e mais acessíveis para o estudo. Nesse caminho, foi desenvolvido o conceito do chamado bem-estar subjetivo, focado no estudo da

qualidade de vida, cuja aparição tem sido paradigmática na orientação para objetos científicos de pesquisas empíricas e estudos estatísticos, que marcaram também o início de um estudo sistemático de diferentes fatores econômicos que incidem na felicidade contemporânea.

Uma das estratégias para estudar a relação entre o dinheiro e a felicidade tem sido o estudo da renda, tanto a nível individual quanto a nível da população em geral e, ao contrário do que muitos acreditam, o vínculo com o bem-estar subjetivo parece ser muito complexo, sendo ainda alvo de debates. Nesse sentido, um dos estudos mais famosos e que ajudou a impulsionar a polêmica nas últimas décadas, foi realizado por Richard Easterlin em 1974 e deu origem ao conhecido Paradoxo de Easterlin que até agora continua a ser discutido. Nessa pesquisa foi analisada a relação entre a felicidade e a renda em 19 países de todo o mundo. Em cada uma das pesquisas, aqueles no grupo de maior status socioeconômico², segundo eles mesmos, eram mais felizes, em média, do que aqueles no grupo de menor status, o que foi a primeira pesquisa com a intenção de analisar a nível quantitativo a relação estabelecida entre a satisfação com a vida autodeclarada e a renda. O que essa pesquisa confirmou, primeiramente, é que a satisfação com a vida autopercebida, quando é estudada num dado momento, aumenta conjuntamente com a renda. Contudo, ao mesmo tempo, incluiu também uma análise da felicidade a longo prazo para os Estados Unidos da América, o único país para o qual foi possível desenvolver uma série temporal, cobrindo datas intermitentes de 1946 a 1970. No caso, a pesquisa encontrou que a maior renda não foi acompanhada por maior felicidade ao longo do tempo. Os Estados Unidos da América constituíram, assim, o exemplo paradoxal, no qual Easterlin fez branco de sua pesquisa: a superpotência econômica mundial alcançou um surpreendente progresso econômico e tecnológico durante o último meio século, sem obter, no entanto, nenhum ganho na felicidade autorreportada pela cidadania.

Aliás, não só nos EUA o autor corroborou que a satisfação com a vida, ou o que também foi chamado de bem-estar subjetivo da população, não acompanhou o crescimento econômico. Em pesquisas feitas em outros países desenvolvidos foram encontrados os mesmos resultados que abriram um debate instigante. (PROTO e RUSTICHINI, 2013)

²Segundo Easterlin (1974) as classificações de status socioeconômico utilizadas tendem a diferir entre os inquiridos e são tipicamente amplas e não numéricas, consistindo em designações como "pobre", "rico", "classe baixa" e "classe alta."

Assim, em países europeus como Alemanha, Dinamarca e Itália, tem se estudado longos períodos, como por exemplo entre 1965 e 1990, nos quais experimentaram um grande crescimento econômico, mas este não foi acompanhado pelo aumento da satisfação com a vida, reportada pela população. O mesmo aconteceu no Japão, entre 1958 e 1991, período no qual a renda cresceu seis vezes, mas a satisfação com a vida reportada pelos japoneses não experimentou nenhum crescimento. (CAMPETTI e ALVES, 2015)

Assim, as primeiras questões a serem respondidas nesta pesquisa são as seguintes: o Paradoxo de Easterlin em relação com o crescimento econômico continua vigente? Quais dados foram acrescentados nesses anos? Qual a polêmica atual da relação entre renda e felicidade envolvida nas discussões do bem-estar subjetivo? Há mais dados sobre o crescimento a longo prazo? E muito especialmente: Qual a relação entre crescimento econômico e nível de felicidade de uma população?

Essa é uma primeira linha de discussão na qual esta tese se concentra ao redor do conceito de bem-estar subjetivo como perspectiva que orienta as pesquisas empíricas no conhecimento sobre os vínculos mantidos entre a felicidade e as condições materiais de existência nas quais estão envolvidas as vidas das pessoas.

Mas o bem-estar subjetivo não é o único conceito. Nesse caminho, tem surgido também o conceito de autorrealização ao redor do qual têm sido estudados os valores que orientam as relações com as buscas materiais, o consumo e as posses, assim como as possibilidades de satisfazer as necessidades essenciais dos indivíduos e viver uma vida plena e feliz na frente da priorização desses valores.

Para os fins desta pesquisa interessa também envolver na discussão uma segunda linha de análise mais próxima das ideias da autorrealização que, além dessas circunstâncias externas, está centrada mais exclusivamente nos fatores internos que determinam como são processadas e percebidas essas condições externas e sobretudo no tipo de motivações que guiam as nossas condutas.

Essa segunda linha está mais próxima da procura de conhecer as disposições pessoais a partir das quais são elaborados os juízos e avaliações sobre a vida, além das circunstâncias vitais permanentes ou transitórias que afetam as pessoas. O que interessa especialmente, aí, são as características ou conjuntos de características pessoais que podem ser relacionadas com maiores ou menores níveis de bem-estar, saúde e plenitude.

Uma das preocupações centrais dessa linha de pesquisa tem a ver com o exame das metas que as pessoas se colocam na sua vida e a forma na qual o conteúdo singular incide no

bem-estar. De modo geral, o que a maioria dessas pesquisas se propõe a responder é se há características identificáveis nessas metas e valores que façam com que algumas delas estejam associadas a um maior bem-estar.

Muito próximo dos postulados da teoria da autorrealização (também chamada Self-Determination Theory), a partir da área da psicologia focada nos estudos comportamentais, têm sido desenvolvidos estudos centrados sobre a vida focada na riqueza e nos bens materiais ou orientada às posses que tem levado a uma pergunta interessante: alguém focado no acúmulo de riquezas vai encontrar a felicidade nesse caminho? Esses estudos que abordam o que corriqueiramente têm sido chamados de condutas ou atitudes materialistas são especial alvo de análise desta pesquisa porque também trazem elementos para discutir os vínculos estabelecidos entre a felicidade e o dinheiro no capitalismo contemporâneo.

O acúmulo de pesquisas nesse sentido tem sido tão abrangente que já há várias meta-análises que examinam os vínculos diversos que as pesquisas empíricas têm indicado entre as atitudes materialistas e diferentes dimensões ou noções de bem-estar emocional, que apontam para definições conclusivas e generalizáveis.

Das múltiplas pesquisas desenvolvidas ao redor das crenças sobre a importância do consumo material, encontra-se Tim Kasser, que apresenta uma produção empírica e teórica de destaque e tem sido um dos autores de maior referência na hora de estudar as associações negativas entre materialismo e diferentes meios de medir o bem-estar, incluindo medidas de psicopatologia, satisfação com a vida, afeto positivo e afeto negativo, níveis de ajuste psicológico e funcionamento social.

Essas pesquisas, por sua vez, partem de uma concepção de bem-estar que resulta complementar às análises desenvolvidas a partir do conceito de bem-estar subjetivo e aportam outros elementos de discussão porque mencionam o encontro com os elementos implicados no caminho da autorrealização e da saúde mental. Essa questão resulta de sumo interesse porque envolve a discussão sobre os valores que nos guiam como sociedade e como sujeitos singulares.

As questões que surgem nesse sentido são: Levando em consideração as consequências do materialismo, como podem ser compreendidas as suas causas? Segundo o conjunto de pesquisas desenvolvidas, o que leva as pessoas para a adoção dessas condutas? Quais são as discussões envolvidas nesse sentido na atualidade? E sobretudo, que relações existem entre os comportamentos individuais e os alvos sociais? De que forma se podem

entender as relações entre as condutas materialistas e os valores fomentados pelo capitalismo?

Essas discussões levam como interesse central acrescentar uma outra dimensão no que tange à felicidade como projeto de realização humana e as repercussões que têm os valores que se priorizam no contexto social contemporâneo como perspectiva complementar às pesquisas sobre o bem-estar subjetivo.

Recapitulando, a presente tese se propõe a indagar os vínculos entre o crescimento econômico e a felicidade com centro nas discussões colocadas pelas pesquisas descritas e, uma vez feitas essas análises, se propõe a discutir as características e a desejabilidade do alvo do crescimento econômico como política pública. Esse conjunto de interrogantes é movimentado a partir da consideração de que o crescimento econômico pode ser analisado como símbolo de mercadorização da sociedade, que expressa sua força no fato de ter sido transformado no alvo central da política de desenvolvimento e que, seguindo as trilhas da discussão crítica com as pesquisas empíricas atuais, de ser especialmente questionado.

A perspectiva adotada inclui, a consideração de que se apresenta no desenvolvimento dos conceitos mencionados e nas pesquisas científicas atuais uma série de questões profundamente instigantes para o debate. Apresenta-se nesse sentido uma advertência necessária em relação a que os conhecimentos recentes com pretensões científicas podem ser convertidos num novo fundamento para manter a ordem existente e constituir-se como novos mecanismos de poder e disciplinamento social ou podem significar um questionamento profundo dessa ordem.

Mais precisamente, o acúmulo de pesquisas indica um conhecimento aprofundado sobre a construção da subjetividade e as fontes do bem-estar. Então a pergunta é: Há possibilidades de integrar esses novos conhecimentos à tese marxista da necessidade de superar a ordem capitalista?

Para o bem-estar subjetivo e seus vínculos com as condições econômicas, a referência central foi o conjunto de pesquisas desenvolvidas por Richard Easterlin e seus colaboradores. Não porque a perspectiva do autor seja inteiramente compatível com a perspectiva adotada na presente pesquisa, mas trata-se do autor mais referenciado na literatura, pioneiro das pesquisas da área que envolvem uma série de estudos, publicados em formato de artigos científicos entre os quais alguns estão dirigidos a polemizar com pesquisas e análises desenvolvidas por outros autores. Portanto, o seguimento da produção do Easterlin, assim como as críticas, debates e polêmicas provocadas pelo autor foi a

estratégia de sondagem e aprofundamento no corpo de conhecimentos desenvolvidos na temática de análise.

Por sua vez, para o estudo do sistema de valores nos quais se envolvem as condutas, foram incluídos os vínculos do conceito de autorrealização com a felicidade, e muito especialmente a importância que as pessoas dão às posses e sua aquisição como uma forma de conduta necessária ou desejável para alcançar os estados finais desejados. O autor de referência foi Tim Kasser por ser um autor com uma prolífica publicação de pesquisas empíricas nessa área cuja orientação teórico-conceitual aporta elementos complementares aos que são colocados pelas pesquisas do bem-estar subjetivo. Embora os autores mencionados, tal e como pode ser visto nessa escrita não sejam os únicos autores referidos, merecem um destaque especial por serem os pivôs a partir dos quais a pesquisa Bibliográfica derivou em muitos outros autores com preocupações similares.

São os dois conceitos que estão nas bases de inúmeras estatísticas e empreitadas de pesquisas empíricas os quais particularmente na presente tese, e na intenção confluyente com eles de desenvolver uma abordagem científica da felicidade, vamos considerar especialmente, embora, como já foi indicado, isso inclua uma análise rigorosa das possíveis interpretações que se podem fazer a partir deles. O principal esforço conceitual contido nas páginas seguintes não é a validação transcendental das pesquisas empíricas e das teorias que as sustentam, mas a incorporação dessas pesquisas na interpretação dialético-materialista da sociedade o que começa pela análise crítica dos pressupostos teóricos que as sustentam.

Todo o conteúdo desta tese não visa a explicar ou expor uma natureza humana, constituinte de uma ontologia que está por cima dos tempos históricos e condições particulares. Muito pelo contrário, visa a expor a subjetividade particular que se cria dentro desse contexto contemporâneo do projeto societário capitalista.

Compreender melhor qual é nosso vínculo com o nível de conforto material, com as mercadorias circundantes a partir do que tem sido pesquisado será o caminho que propomos para ir ao encontro de um fundamento tangível para a máxima na qual acreditamos, da necessidade radical de superar esse projeto histórico societário. Não pela vontade de mudança originada num ideal abstrato, vindo de fora da nossa constituição como seres sociais, construídos nesse mundo contemporâneo e com esses desejos. Mas pela compreensão das incongruências que podem ser visualizadas nos modos de existência atuais e nas falências próprias desse projeto societário no qual estamos envolvidos e do qual a política de crescimento econômico é uma expressão concreta.

Em suma, com fundamento numa perspectiva marxista, a presente tese visa compreender os vínculos entre a felicidade e o dinheiro, com vistas a elaboração de uma análise crítica dos alvos do crescimento econômico enquanto política pública. Assim, a felicidade será compreendida como um estado de autopercepção do qual vamos nos aproximar a partir dos conceitos científicos de bem-estar subjetivo e autorrealização. Falaremos, então, de felicidade, entendida como um modo de ser ou estar, sujeito a mudanças, que implica primeiramente um reconhecimento do eu e de uma percepção de si próprio e esse reconhecimento pode ser compreendido como uma posição ocupada em algum ponto de um espaço de referências pessoais. Esse reconhecimento do eu, por sua vez, implica uma subjetividade existencial e esse espaço de referências envolve um processo de construção coletivo. Assim, embora tenha uma expressão individual e uma constituição única em cada um de nós, a felicidade envolve um conjunto diferenciado de considerações e aspirações. Ela é incompreensível enquanto não sejam referenciados os moldes nos quais emerge como valor humano, e, nesse sentido, pode ser pensada a dimensão pública da felicidade e as ações dos governos para materializá-la. Recapitulando, a discussão que interessa particularmente aos fins deste trabalho é a ideia do crescimento econômico como alvo necessário de política pública. Nesse sentido, o objetivo geral da pesquisa foi contribuir na discussão da felicidade como projeto social no capitalismo contemporâneo.

Entre as dimensões específicas nas quais pode ser dividido esse objetivo geral se destacam: (a) a análise da construção histórico-social da felicidade como bem supremo até chegar na atualidade ao conceito de bem-estar subjetivo e autorrealização; (b) a análise da discussão contemporânea sobre a relação entre o bem-estar subjetivo e as condições materiais de vida; (c) a análise das possibilidades de atingir níveis satisfatórios de autorrealização no marco do sistema de valores alocados na atualidade, e finalmente (d) a discussão do crescimento econômico como alvo de política pública na perspectiva da felicidade.

A partir dos objetivos colocados, dessa estratégia metodológica mencionada e dos resultados atingidos, esta tese se divide em quatro capítulos, além desta introdução e das reflexões finais. A proposta é achar, só no final, a força argumental para um outro projeto societário que revolucione as bases do atual, toda vez que seja possível visualizar a impossibilidade do capitalismo contemporâneo de nos fazer felizes, segundo a sua própria ideia de felicidade projetada. É na sua própria dinâmica de desenvolvimento que podem ser achadas as condições para a sua superação.

Após a introdução, o primeiro capítulo está dedicado às considerações preliminares sobre a perspectiva de análise que orienta a escrita deste trabalho, começando pela perspectiva dialética materialista, adotada ao longo da tese para discutir os vínculos entre a felicidade e as condições materiais de existência no projeto societário do capitalismo contemporâneo. Nessa perspectiva se compreende que qualquer elemento que seja alvo de reflexão não pode ser descolado das suas articulações com a totalidade concreta na qual se apresenta, e, sendo o capitalismo contemporâneo essa totalidade social dentro da qual se constitui a discussão apresentada, a primeira análise a desenvolver são as premissas básicas desse projeto societário na atualidade.

Nesse primeiro capítulo também se expõem as qualidades concretas daquilo que pode ser entendido como felicidade, na tentativa de contornar uma noção que emerge nos mesmos marcos desse projeto societário. A partir dessa primeira explicação, sobre a perspectiva que orienta a tese, é colocada a discussão dos conceitos construídos dentro de preceitos científicos que são utilizados ao longo da pesquisa como instrumentos de análise da relação entre as ideias da felicidade e as condições econômicas. Se expõem, assim, as pressuposições que esses conceitos envolvem, as teorizações que os sustentam. Nesse intuito, se analisam as origens próximas aos utilitaristas de um lado e ao eudemonismo do outro, assim como as discordâncias que distanciam essas duas tradições que ao longo da história têm abordado a felicidade a partir de premissas diferentes.

Da análise crítica dessas elaborações teóricas que permitem sondar as origens condicionantes dos instrumentos empíricos com os quais se pretende abordar o nosso objeto de conhecimento, se propõem as possibilidades de interpretação de algumas dimensões relevantes de uma ideia ou noção que pode ser chamada de felicidade, mas que na sua globalidade parece transcender e fugir de definições precisas.

O segundo capítulo está dedicado às pesquisas sobre o bem-estar subjetivo e às discussões desenvolvidas ao redor do crescimento econômico a longo prazo. O capítulo começa com os consensos generalizados na área sobre a maior felicidade dos mais ricos. Logo após se propõe a introduzir as polêmicas e discussões que têm sido colocadas e que fazem pensar que os vínculos com as condições econômicas que nos envolvem apresentam caminhos labirínticos. Se exploram, assim, as principais discussões e algumas das linhas de pesquisa que têm sido desenvolvidas ao redor do vínculo subjetivo que as pessoas estabelecem com a renda e as dinâmicas sociais e pessoais que desencadeiam as mudanças desse vínculo e de nossas avaliações. Este capítulo está focado na compreensão desses

processos na sociedade capitalista contemporânea e nas condições nas quais se desenvolve a nossa satisfação ou, mais precisamente, a nossa insatisfação na frente da elevação constante dos níveis de conforto material.

O terceiro capítulo está dedicado à discussão do sistema de valores nos quais as pessoas desenvolvem seus comportamentos e aspirações. Este capítulo se encaminha ao encontro das pesquisas desenvolvidas muito próximas dos postulados da SDT e da área da psicologia focada nos estudos comportamentais, a partir da qual tem sido desenvolvida uma série de pesquisas centradas nos comportamentos orientados para a riqueza e os bens materiais ou às posses. O capítulo explora as causas e consequências da adoção de condutas materialistas frente à vida, discutindo as mensagens sociais nas quais desenvolvemos as nossas subjetividades. Nesse sentido, se exploram alguns dos argumentos desenvolvidos pelos teóricos atuais do capitalismo na defesa do livre-mercado.

No quarto capítulo, a discussão está centrada na política de crescimento econômico. Especialmente à luz das questões que surgem da trajetória argumental seguida ao longo da tese, o capítulo explora as possibilidades da promessa da felicidade futura que essa política envolve. A partir da análise dos valores que orientam essa política, se foca a reflexão na justificativa do aumento de renda per capita e do decorrente aumento do consumo como a presumível cara humana da política de crescimento econômico. Mais precisamente, à luz das pesquisas recolhidas nos capítulos anteriores, se colocam no alvo de análise as pressuposições sobre o consumo e as suas condições dentro do modelo de produção econômica. Este capítulo, em seu conjunto, propõe desafiar as ideias de que, no marco da sociedade atual, a política de crescimento econômico intenciona o encontro com a felicidade como projeto de desenvolvimento social. Caso as condições sociais sejam mantidas num estado de permanência, sem questionar o deus imaculado do dinheiro e os ritos do crescimento econômico que fazem o culto dele, os futuros felizes serão sempre um projeto inconcluso. Já o último ponto do capítulo encaminha-se a questionar a ideia de que a atual dinâmica econômica tem a necessidade de crescer não só para atingir a felicidade, mas para garantir a satisfação e sobrevivência da população, acreditando que neste capítulo se desmorona a principal promessa do modelo de desenvolvimento atual.

2. O ECONÔMICO E A FELICIDADE: QUESTÕES PRELIMINARES SOBRE A PERSPECTIVA DE ANÁLISE E OS INSTRUMENTOS DE ANÁLISE

Esse primeiro capítulo está destinado ao tratamento de elementos que compõem o arcabouço conceitual e teórico a partir do qual é desenvolvida a pesquisa e é nesse sentido que podemos dizer que está dedicado a questões preliminares.

Nesse primeiro capítulo, disponibilizado para as questões preliminares, é necessário apresentar primeiramente os sustentos conceituais e teórico-metodológicos utilizados na pesquisa.

Vamos começar pelas qualidades concretas daquilo que pode ser entendido como felicidade, na tentativa de contornar uma noção que emerge nos mesmos marcos do projeto societário do capitalismo contemporâneo, e ao mesmo tempo se apresenta uma discussão sobre o crescimento econômico e os esforços políticos, teóricos e práticos da sua procura.

A análise começa, assim, por aquilo que constitui o foco central de crítica da presente tese que é o crescimento econômico e seus vínculos com a felicidade, no projeto societário do capitalismo contemporâneo. Essa primeira colocação está determinada especialmente pela perspectiva adotada, segundo a qual, qualquer elemento que seja alvo de reflexão não pode ser deslocado das suas articulações com a totalidade concreta na que se apresenta.

A partir dessa primeira explicação sobre a perspectiva que orienta a tese, apresenta-se uma discussão sobre as ferramentas de análise empírica, a partir das quais vamos aproximar-nos de alguns vínculos estabelecidos entre as percepções subjetivas ao redor da felicidade e as condições materiais de vida concretas na atualidade.

Nesse sentido, esse capítulo preliminar aborda a discussão dos conceitos de bem-estar subjetivo e autorrealização, já que são esses dois conceitos que estão nas bases das estatísticas e empreitadas de pesquisas empíricas que vamos considerar, particularmente, nesta tese, na intenção de desenvolver uma abordagem científica da relação da felicidade com as condições econômicas. O alvo dessa discussão é apontar para a possibilidade de sua complementaridade dos conceitos mencionados porquanto cada um aporta dimensões diferenciadas de uma ideia ou noção que na sua globalidade parece transcender e fugir de definições precisas, mas que como condição primordial tem que ser colocada no marco do projeto societário do capitalismo contemporâneo. Nesse intuito, que envolve também a análise crítica de cada um desses conceitos, se expõem as pressuposições que os envolvem, as concepções teóricas que os sustentam, as suas discordâncias, mas, sobretudo, aquilo que

os distancia da perspectiva adotada na presente tese. Nesse sentido, nesse primeiro capítulo são colocadas as limitações que esses conceitos e as condições nas que as pesquisas que neles se originam podem ser consideradas a partir de uma perspectiva dialético-materialista.

2.1. A construção socialmente produzida da felicidade e as articulações de uma totalidade

É preciso começar por desenvolver a teoria interpretativa na qual se fundamenta a tese e pela explicitação de alguns pontos explicativos, sendo uma das questões mais básicas a explicação do que será chamado de projeto societário do capitalismo e a abrangência que esse último termo tem a partir da perspectiva dialético-materialista adotada, na qual, as análises sobre questões particulares não podem ser deslocadas da totalidade concreta pela qual estão determinadas.

Uma primeira aproximação ao que chamaremos na frente capitalismo é a sua definição como sistema de produção o que, não se restringe à esfera da produção material, embora seja essa a esfera pela que vamos começar a análise, já que uma das preocupações centrais na presente escrita é o crescimento econômico.

Nessa perspectiva, o capitalismo pode ser compreendido como um modo de produção que envolve a dinâmica social em todos os seus aspectos, tanto materiais quanto ideais ou simbólicos. Ou seja, não só a produção material ou as trocas restritas ao mercado constituem o que pode ser chamado capitalismo, porque, enquanto modo de produção social ele perpassa pelos planos mais diversos da vida da sociedade.

Com precisão, o capitalismo não é simplesmente um sistema econômico com base no qual se fazem trocas mercantis, que possa ser localizado só em alguns âmbitos específicos da vida social. Muito mais do que isso, pode ser compreendido como um modo particular de produzir a própria vida que contém na sua ossatura um ideário sobre o que somos e para onde temos que ir. Enquanto modo de produção e reprodução da vida, contém um projeto societário, sempre inconcluso, mas que opera na projeção de horizontes desejáveis e atingíveis.

A preocupação com o capitalismo como sistema de produção social parte, assim, de uma das premissas básicas da perspectiva do materialismo histórico de que não podemos pensar no mundo das ideias sem levar em consideração as relações que estabelecemos no

mundo material de produção e reprodução da vida; pareceria absurdo achar que podemos desligar nossas necessidades espirituais das práticas de nossa vida cotidiana, ou desligar as exigências das procuras de alívio ou das procuras de suspensão das opressões às que estamos submetidos.

Assim, o modo de produção capitalista não é simplesmente o pano de fundo, o capitalismo é o suporte dentro do qual se desenvolve a dinâmica social em todos os seus aspectos, tanto materiais quanto simbólicos, e a construção da felicidade, ligada ao mundo das ideias, não pode ser desligada desse suporte.

Chegados até esse ponto parece ser imprescindível colocar novamente que o capitalismo se apresenta como um modo de produção ao qual pertence uma subjetividade particular e um determinado sistema de necessidades dentro do qual o que seja que possa ser chamado de felicidade, enquanto local ideológico almejado, adquire uma forma particular. Resta agora analisar as características salientes dessa ideia de felicidade no que ela tem de geral e abrangente.

Nessa contemporaneidade o ego, o “eu” é um fator determinante na vida e a categoria da felicidade habita nesse plano, pelo que pode ser compreendida como um estado de autopercepção, associada com modos de ser ou estar sujeitos a mudança. Partindo dessa centralidade do “eu” contemporânea, o primeiro contorno a fazer da felicidade é que, qualquer que seja o local da felicidade, existe no plano da subjetividade de cada um de nós.

Ou seja, enquanto estado vivenciado ou autopercebido, que parte do reconhecimento de uma subjetividade existencial, uma imagem de si próprio, está ao mesmo tempo associada a uma posição ocupada em algum ponto de um espaço de referências pessoais, diagramado pelas potencialidades de aprimoramento da vida.

É possível sublinhar que uma propriedade desse espaço subjetivo é que se organiza em torno de um presumível estágio superior de coisas que, seja qual for, se apresenta como desejável e atraente, mas também ao redor dele e na distância com ele se constituem e vivenciam os espaços das ausências e das carências, principalmente daquilo que não está e é percebido como déficit.

Ou seja, quando a autopercepção se envolve em alguma ideia de felicidade, ela fica atralalhada num espaço desenhado pelas presenças e ausências, proximidades e distâncias de pontos de referência que sinalizam alguma ordem ideal. Colocada nesses termos, a felicidade pode ser conceituada enquanto necessidade numa ordem superior de aspirações. Ou seja, enquanto fato, circunstância que se apresenta como inevitável e imprescindível, ou

mais precisamente como impulso irresistível que faz com que as causas atuem em certo sentido.

Essa ordem existe nas projeções subjetivas. Agora bem, todo espaço de referências envolve um processo de construção coletivo. Assim, embora tenha uma expressão individual e uma constituição única em cada um de nós, que se estrutura num conjunto diferenciado de considerações e aspirações, a felicidade é incompreensível enquanto não sejam referenciados os moldes nos quais ela mesma se apresenta como valor humano.

Na perspectiva dialético-materialista na que se orienta a presente pesquisa, a concepção sobre nós, nossa identidade, as configurações do mundo, nossos desejos e ainda nossas concepções sobre o bem-estar, a vida boa e todas as ideias próximas da felicidade estão intrinsecamente relacionadas com as formas que adquirem nossos intercâmbios com os outros. Enviamos e recebemos sinais da sociedade em níveis que transcendem as nossas capacidades racionais e se instalam ainda nos espaços emocionais, pois, enquanto seres sociais, estamos constituídos em contextos determinados.

A naturalização ou domínio que as coisas exercem sobre nós implica a consideração de que há uma grande parte de nossas condutas e das relações que estabelecemos com os outros e ainda com nós mesmos que se mantém como forças que operam sobre nós antes de que saibamos disso. Essa perspectiva assume também que o ideológico não é só reproduzido nem transmitido como um plano racionalmente elaborado (seja na forma jurídica, política, religiosa, artística ou filosófica) que tem acento na dimensão do pensamento, descolado da própria construção emocional e sensível. Pelo contrário, isso inclui as mais profundas emoções assentadas na nossa subjetividade e aquilo que aparece de mais íntimo, pois é inseparável de um processo de introjeção de experiências com o mundo exterior.

Acontece que não fomos, cada um de nós, procurar as ideias que constituem a nossa subjetividade; elas já estavam no ambiente no qual nós mesmos nos formamos. Assim, a mesma felicidade é construída e legitimada ideologicamente ou socioculturalmente. Ou seja, a felicidade se concretiza no plano do eu, habita no campo do subjetivo, mas, como forma particular de mandatos introjetados no capitalismo, enquanto modo de produção social que determina a nossa existência. Na complexidade das suas contradições, esses mandatos são instalados como autoexame entre nossos eus atuais e potenciais.

É necessário recusarmos dar uma definição mais precisa do conteúdo desse estado superior de coisas ao qual aparece atrelada a felicidade, porque ele pode ser subjetivado das formas mais diversas. Essa é justamente a poderosa abrangência do capitalismo já que deixa

na indefinição, liberado à imaginação, o que seja que ele promete, mas atua parasitando essa promessa.

Nesse sentido, foi colocado que o intuito com o qual se parte é a procura de compreender as incongruências que apresenta o capitalismo, compreender como ele molda a felicidade, quais parâmetros sustentam os alvos e quais são os meios para atingir graus elevados de felicidade, mas também a própria felicidade e as discrepâncias ou desencontros entre esses meios e esses locais almejados.

Assim, a proposta não é uma crítica externa ao capitalismo, mas uma crítica das suas contradições internas, dos fins aos que aspira e das possibilidades ou impossibilidades de atingir esses fins. Nesse sentido, a perspectiva histórico-materialista adotada aproxima-se da interpretação feita por Heller (1986) sobre a teoria das necessidades em Marx. A crítica deve estar centrada nas formas de vida com seus sistemas de necessidades particulares e suas contradições internas.

Na hora de nos aproximarmos mais um pouco da felicidade, a partir do ponto de vista científico, talvez seja possível só uma abordagem que proceda da concepção de que a felicidade é uma noção, de fronteiras difusas e de uso cotidiano, que, ainda dentro do projeto societário do capitalismo, seja provavelmente inabarcável na sua extensão, que não admite uma única interpretação, nem uma elaboração precisa do que se sinaliza quando se utiliza a palavra felicidade ou quando se aponta para ela. Já foi dito que a abrangência poderosa do capitalismo se expressa na indefinição do que seja que ele promete.

Talvez aí tenhamos uma das suas identidades mais controversas, porque usualmente aponta-se para alguma coisa que poderia ser, ou mais precisamente que deveria ser, supondo sua existência e procurando-a. Ou seja, a felicidade é algo que se supõe e se procura já que se apresenta geralmente como potência, mas não como presença, o que dá origem a uma inumerável quantidade de indicações normativas ao redor dela. O que pode ser dito nesse sentido é que qualquer indicação do que ela teria que ser, expressa os pontos de vista nos quais se explicitam as inquietações humanas nas suas circunstâncias concretas.

Levando isso em consideração, uma outra implicação de uma abordagem científica na hora de pensar nas suas características é a atribuição de um caráter histórico para a noção, de um caráter determinado por tempos e espaços dinâmicos, em mudanças que impedem adjudicar à ideia de felicidade um conteúdo invariável, nem da felicidade enquanto tal, nem dos modos de atingir essa coisa chamada felicidade.

Uma questão também inicial é então que a felicidade não pode ser pensada sem

associações, sem implicações morais, sem implicações de valorações, ou ponderações determinadas, já que as ideias de felicidade estão sempre acompanhadas por outras noções, que determinam não só o que ela é ou poderia ser, caso seja apresentada como alguma coisa hipotética assim como corriqueiramente é feito.

A primeira questão a colocar é então que a ideia de felicidade não pode ser elucidada em abstrato e, ao mesmo tempo, uma premissa imprescindível da análise de qualquer dinâmica social envolve a compreensão das suas vinculações ao modo pelo qual a sociedade produz e se reproduz. Nesse sentido Marx (2008, p. 237) assinala: “Nosso tema é, em primeiro lugar, a produção material. Como os indivíduos produzem em sociedade, a produção de indivíduos socialmente determinada, é, naturalmente, o ponto de partida.”

Nessa perspectiva não é possível, ainda centrados no nível intangível das ideias, desenvolver uma análise onde fique por fora a forma em que o modo de produção se particulariza e a forma em como se estabelecem as relações entre os seres humanos. Salienta Marx a respeito:

[...] cada forma de produção cria suas relações de direito e suas formas de governo próprias. A grosseria e a incompreensão consistem precisamente em não relacionar senão fortuitamente umas às outras, em não enlaçar, senão no domínio da reflexão, elementos que se acham unidos organicamente. (MARX, 2008, p. 243)

A ênfase materialista da pesquisa desenvolvida não está colocada no privilégio da esfera econômica ou das relações produtivas, mas no entendimento de que há uma relação orgânica entre as esferas nas que o conhecimento científico partilha a realidade.

Muitos, a princípio, poderiam achar que o crescimento econômico é o caminho para garantir a vida, e falar em felicidade poderia parecer um pouco longe da consequência que se atribui ao crescimento econômico ou ao motivo que na verdade o justifica pelo que é preciso começar esclarecendo essa associação.

O primeiro a dizer é que o capitalismo é um projeto societário que se apresenta como um modo de produção ao qual pertence uma subjetividade particular e um determinado sistema de necessidades dentro do qual aparece colocada uma forma particular de felicidade. Com precisão, o capitalismo se constitui como um grande projeto societário, e a legitimidade do crescimento econômico, enquanto esforço que reúne energias pessoais e sociais, e, enquanto curso histórico desejável para a humanidade, é inseparável disso.

Poderá parecer que o crescimento econômico não visa só o alvo da felicidade e temos que dizer que efetivamente um pressuposto básico da economia capitalista global não pode descansar num único alvo. Mas, ao mesmo tempo, devemos salientar que a legitimidade desse pressuposto básico do projeto societário atual não pode descansar fora das imagens mais aperfeiçoadas dos “eus” e da sociedade que envolvem ou estão muito próximas de alguma noção de felicidade.

Para os céticos sobre a existência de uma crença básica de vínculos lógicos e ideais entre a ideia de crescimento econômico e a ideia de felicidade atual, temos que colocar uma pergunta simples: como se justifica uma tal empreitada material humana, se não estabelece nenhuma ligação, ainda que tácita ou implícita, com a felicidade, que, por sua vez, constitui em nossa era contemporânea uma das coisas mais faladas, mais criticadas e ao mesmo tempo mais procuradas. Ao longo dessa tese vamos tecer os vínculos entre essas duas pontas do iceberg de um projeto societário que as engloba.

Para sondar mais um pouco o local que ocupa o crescimento econômico no projeto societário atual é oportuno analisar a ideia de desenvolvimento, pois permite visualizar os elos invisíveis de uma rede de pressuposições nas que se coloca ao crescimento e a sua pretensa necessidade num caminho ideológico que, aliás, invisivelmente o une a supostas formas de felicidade.

2.2. O PIB: A imortalidade de um ídolo do projeto societário do capitalismo

Para avançar na discussão e abordar posteriormente os possíveis vínculos entre o crescimento econômico e a felicidade é necessário reportar-se à primeira dessas questões.

Quando se fala de crescimento econômico no seu conteúdo mais elementar, faz-se referência ao aumento sustentado de uma unidade econômica de qualquer nível de abrangência (seja ela um país ou uma pessoa). No nível dos países, usualmente, sua avaliação mais elementar é feita através do Produto Interno Bruto (PIB)³ por ser o indicador mais desenvolvido em âmbito mundial que, embora tenha uma multiplicidade de críticas, continua a ser a forma mais utilizada para expressar no seu conceito mais simples a ideia de crescimento econômico.

³ Na frente PIB

No que se refere a seu cálculo, o PIB tenta dar conta não só da produção ou do mercado e do investimento das empresas, mas, também, envolve o Estado e os investimentos ou gastos governamentais e contempla o consumo das famílias, considerando o gasto das pessoas. Isso tudo repercute positivamente neste indicador que cresce ao redor desses componentes.

Falar de crescimento econômico a secas, à primeira vista parece remeter ao âmbito do técnico, do que tem a ver com estratégias e ações imprescindíveis para um correto funcionamento da economia. Quanto aos rios que têm um curso natural, a economia pareceria ter um curso naturalmente preferível e esse curso é o do crescimento, pelo que, questionar a sua existência é quase como questionar o funcionamento dos rios, visto que eles vão para o mar. Por muito pouco que os leigos saibamos de economia temos muito bem introjetada a consideração de que o crescimento é um sintoma básico de salubridade da economia e pareceria ser que todas as dimensões, que entram no PIB, são aspirações legítimas que, num acordo comum básico, todos compartilhamos.

Economistas, políticos, técnicos que falam nas mídias, acadêmicos de renome e múltiplas pessoas que parecem estar mais perto do que significa o crescimento econômico, ou seja, do seu conteúdo específico, podem discordar sobre as formas assertivas de melhorar o crescimento ou discordar quanto aos erros que se devem evitar. Mas todos partem de um acordo tácito: o crescimento econômico é um componente imprescindível para a economia e um alvo básico da política pública de qualquer governo da atualidade.

Na macroeconomia o crescimento econômico constitui um alvo tão evidentemente desejável que não há margem de dúvida para a sua procura. As grandes teorias do crescimento econômico apresentam o local central dos esforços intelectuais que são feitos. Como já foi dito, existem múltiplas teorias, muitas divergências quanto ao que tem que ser feito para atingir o crescimento econômico, embora cada vez estejamos mais globalizados quanto aos caminhos que podemos trilhar. Inúmeros especialistas analisam variáveis, avaliam as ações dos Estados, detectam erros estratégicos ou táticos e pode existir e existe muita discordância quanto às formas, mas não no que se refere à desejabilidade da sua existência.

Contudo, a naturalização com que se pensa o crescimento econômico desconhece que longe de ser uma questão mecânica ou de funcionamento saudável, universalmente válida para a humanidade, o crescimento econômico envolve um ideário de sociedade, um projeto societário, e, mais especificamente, é o produto das decisões que justificam sua

existência.

Compreender o crescimento econômico como a peça-chave de uma engenharia econômica, social e ideológica que opera na organização mesma de nossa sociedade e até de nossos sonhos é uma tarefa imprescindível pela qual é necessário começar a presente tese, que, aliás se propõe estudar as relações estabelecidas entre esse crescimento econômico e as aspirações à felicidade humana. Precisamente, é a relação nem sempre direta ou explícita, que se estabelece dentro do projeto societário do capitalismo, entre felicidade e crescimento econômico, o que convoca a nossa discussão.

Nessa discussão a análise da ideia de desenvolvimento é oportuna porque, em geral, é convocada para apontar as finalidades superiores das ações humanas e, nesse sentido, geralmente o crescimento econômico aparece protegido por essas finalidades nas quais se sustenta o desenvolvimento. Particularmente, na maioria das elaborações teóricas e dos ensaios encaminhados à análise dos problemas sociais, produzidos atualmente no âmbito das ciências sociais, repetem uma e outra vez que a ideia de desenvolvimento, ou as ideias plurais de desenvolvimento, têm que ser a guia para as ações ou rumos que têm que alcançar a economia e as sociedades.

Mais do que interessante é que essas elaborações apareceram muito próximas de organismos internacionais de direitos humanos nas últimas décadas do século XX, e segundo se apresentaram, chegaram para pôr em xeque a ideia de crescimento econômico. No âmbito das ciências sociais, ainda quando se pensa na área da economia, costuma-se fazer uma distinção entre crescimento econômico e desenvolvimento econômico, sendo que este último envolveria um processo acompanhado de uma melhora no nível de vida da população. Usualmente essa última condição é indispensável para as teorias de desenvolvimento que discutem o caráter restritivo do conceito do crescimento.

Ou seja, a ideia de desenvolvimento econômico acrescenta a preocupação com a distribuição dos ganhos, o que, colocado dentro de uma ideia mais abrangente, contemplaria as finalidades superiores dos esforços sociais. Assim, quando aparece a discussão sobre o crescimento, essa discussão não é só sobre o próprio crescimento nem sobre sua indispensabilidade, mas sim sobre as condições que é necessário acrescentar nesse crescimento para que efetivamente o enriquecimento da nação repercuta nas condições de vida da população em geral.

A princípio pareceria que a ideia de crescimento poderia ser questionada, tal e como a mesma ideia de desenvolvimento e seus promotores tentaram asseverar. Mas, o que tem

que ser especialmente elucidado é que, muito pelo contrário, o que tem acontecido é que sob a ideia de desenvolvimento, o crescimento fica justificado geralmente na bandeira da modernização, da luta contra a pobreza e de um conjunto amplo de imagens aperfeiçoadas da sociedade atual num futuro próximo, que chega, aliás, até à mesma felicidade. O desenvolvimento tem sido conceitualmente construído como o processo de encontro com o aperfeiçoamento social em todos os sentidos que isso possa ter, atrelando a expansão econômica ou material às mais múltiplas formas do ideológico.

São múltiplas as ramificações que podem pegar a ideia de desenvolvimento o que o faz quase inatingível. Contudo, e embora tenhamos que aceitar que as ideias de desenvolvimento têm um florescimento que levaria a discussão muito longe, é possível partir para a análise de duas expressões mais conhecidas nas que se corporificam alguns sentidos concretos.

Essas duas expressões são as ideias de Desenvolvimento Humano e Desenvolvimento Sustentável, que aliás contêm a pretensão de desequilibrar o local ocupado pelo PIB, enquanto centro ao redor do qual se discutia a organização social. Nesse sentido, essas duas conceitualizações são das mais paradigmáticas e provavelmente sejam as que mais visibilidade tenham, por serem as que atualmente se fazem mais presentes nas mídias, nas discussões técnicas, políticas e ainda quotidianas. Compartilham justamente a petição implícita de justificar com melhores argumentos ao crescimento econômico pelo que uma breve análise é interessante para visualizar sucintamente os motivos pelos quais, ao contrário do que pretendem, acabam alimentando o que pretendem destruir.

A ideia do Desenvolvimento Humano coloca a ênfase nas capacidades das pessoas e as condições sociais que incidem nessas capacidades. Se tornou conhecida quando na década de 1990 começaram a ser publicados os Relatórios de Desenvolvimento Humano que operacionalizaram as visões dos economistas Mahbub ul Haq e Amartya Sen. Muito se falou e ainda se fala de que esse novo enfoque veio a posicionar-se contra a chamada tirania do crescimento econômico como objetivo absoluto dos progressos humanos, aliás isso pareceria ser óbvio e facilmente defensável. É assim muito fácil concordar com esse enfoque que, supostamente, redireciona as políticas públicas.

O que esse enfoque veio a propor são argumentos ao redor das consequências que necessariamente teria que ter o crescimento econômico, enquanto sinaliza que nem sempre esse crescimento atinge os alvos humanamente desejáveis porque nem sequer contribui para o Desenvolvimento Humano.

Mas, no caso de adentrar-nos mais um pouco na análise, teríamos que colocar que, longe de ser antagônicos, o crescimento econômico e o Desenvolvimento Humano se apresentam como ideias complementares dentro do mesmo projeto societário do capitalismo contemporâneo. Assim, o que as pesquisas que focam no Desenvolvimento Humano têm por base é a ideia de retroalimentação entre um crescimento que tem que promover o Desenvolvimento Humano à medida que a base de recursos se expande, ao tempo que um maior Desenvolvimento Humano gera mais crescimento à medida que, por exemplo uma população mais saudável e mais instruída contribui para um melhor desempenho econômico.

Esse enfoque está longe de questionar o próprio crescimento econômico, muito pelo contrário, coloca no eixo da sua aspiração o alcance de um círculo virtuoso entre crescimento econômico e aquilo que se coloca como mais Desenvolvimento Humano, pressupondo que o crescimento econômico é uma dimensão indispensável. De fato, um dos fatores que se utiliza para ordenar os países no ranque mundial de Desenvolvimento Humano é o nível de PIB per capita que possuem. Ou seja, o PIB não é sequer um fator externo, ele está introduzido como dimensão constituinte do próprio conceito. Seria um engano achar que existe um questionamento profundo sobre o crescimento; ao contrário, o que há é uma construção conceptual que o justifica ou tenta justificá-lo e o crescimento aparece misturado com um conjunto de aspirações socialmente desejáveis.

Já a ideia de Desenvolvimento Sustentável chama a atenção sobre a necessidade de reparar nos efeitos sobre o meio ambiente e também usualmente se diz que incorpora um questionamento à ideia de crescimento econômico.

De fato, há alguns anos que as preocupações com a ecologia têm colocado na discussão os limites ao crescimento, indicando a insustentabilidade do modelo econômico atual. Essas discussões também cobraram muita visibilidade na segunda metade do século XX, quando os níveis de contaminação e, de forma geral, os efeitos da atividade humana nos ecossistemas globais foram uma preocupação pública.

A discussão sobre a ecologia e o meio ambiente também tem adquirido múltiplas ramificações, conforme foi alimentada por elaborações conceptuais, lutas sociais e teorias. Seria muito fora da nossa temática trazer aqui essa discussão e as múltiplas ramificações. Só uma delas, a que questiona os limites intrínsecos do modelo societário do capitalismo pela sua impronta predatória, atinge uma crítica ao crescimento econômico. No entanto, o caminho mais conhecido que essas discussões adquiriram e que tem a ver com o conceito de

Desenvolvimento Sustentável que recolheu essas preocupações, ficou conhecido pela mão da Comissão Brundtland, quando em 1987 publicou um relatório, intitulado “Nosso Futuro Comum”. (Nações Unidas Brasil (2020))

A princípio também pareceria ser o Desenvolvimento Sustentável uma ideia contrária ao crescimento econômico, mas novamente é um enfoque que justifica o crescimento econômico. O que contém centralmente a proposta da sustentabilidade é viabilizar um caminho efetivo para esse crescimento. Ou seja, esse enfoque transformou o meio ambiente em “recursos naturais” e esses recursos naturais em alvo de preocupação, como dimensão da continuidade possível do crescimento a longo prazo. A própria ideia de recursos naturais impõe uma forma de aprendê-los, destina para eles uma função, toma a sua existência segundo uma utilidade mercantil.

Consequentemente, a preocupação central da sustentabilidade é garantir as condições adequadas para prolongar as atividades econômicas, levando em consideração os efeitos que essas atividades produzem. O que a ideia de desenvolvimento sustentável não consegue questionar são as bondades do crescimento econômico para a humanidade. Assim, o que as críticas, em geral, não fazem, é questionar a sua necessidade já que na hora de compreender seus benefícios sociais até pareceria ser uma aberração, um erro inconcebível questionar a sua necessidade.

Ou seja, muito mais do que seus benefícios atuais, a importância está colocada nos benefícios que trará. Sua justificativa não é estática, mas dinâmica; ela tem que estar ativa o tempo todo porque além do que ela já está produzindo encontra-se a promessa do que ela vai produzir, dos problemas sociais que poderão ser resolvidos com a maior disponibilidade de recursos econômicos.

O que as conceituações sobre o desenvolvimento fazem e a maioria dos especialistas legitimam, embora tentem encaixar o crescimento dentro de motivações louváveis, é manter fora dos questionamentos a consideração elementar de que, além de tecnicamente inaceitável, é moralmente inaceitável não acreditar nas bondades do crescimento econômico enquanto se apresenta como a ponte trabalhosamente construída para os futuros melhores.

Assim também as ideias de desenvolvimento se apresentam como um envelope para o crescimento, convertendo esse último numa coisa muito mais aceitável ideologicamente. Nesse sentido, temos que colocar que SACHS et al (1996) numa das obras pioneiras nas críticas radicais à ideia de desenvolvimento, popularizada na segunda metade do século XX, chamam a atenção sobre a imprecisão ou condição de ameoba do conceito de

desenvolvimento. Os limites não precisos do imaginário do desenvolvimento se encontram assentados na percepção popular e intelectual, a ponto de ser utilizado como evocação de uma rede de significados que confunde quem os emprega. Um dos autores dessa obra coloca:

Desarrollo no puede desligarse de las palabras con las cuales se le formó crecimiento, evolución, maduración. Del mismo modo, quienes la emplean actualmente no pueden liberarse de la red de sentidos que da una ceguera específica a su lenguaje, su pensamiento y su acción. No importa el contexto en que se emplee, o la connotación precisa que la persona que lo usa quiera darle, la expresión se encuentra calificada y coloreada por significados acaso indeseables. La palabra implica siempre un cambio favorable, un paso de lo simple a lo complejo, de lo inferior a lo superior, de lo peor a lo mejor. (ESTEVA EM SACHS, 1996, p.58)

Sob a ideia de desenvolvimento, utilizada para evocar aquilo que não é preciso, mas se tem por bom, o crescimento econômico não deixa de ser indispensável, pelo contrário, se pressupõe como um elemento básico. A ideia de desenvolvimento não deixa numa nebulosa a utilidade do crescimento, muito pelo contrário propõe um fim humanamente desejável, introduz o crescimento econômico numa construção conceitual sobre o mundo, sobre o processo civilizatório, sobre as necessidades humanas que transcendem a visão mais restrita do econômico, circunscrita ao material ou monetário.

Na reviravolta mais recente das ideias de desenvolvimento, no marco das Nações Unidas, começaram a ser publicados os WHR (World Happiness Report) que colocam justamente o foco nessa finalidade mais sublime que o crescimento econômico teria que ter: a felicidade da população.

Em 19 de julho de 2011, a Assembleia Geral da ONU aprovou a Resolução 65/309, intitulada "Felicidade: rumo a uma abordagem holística para o desenvolvimento". Nessa Resolução se afirma que a busca da felicidade é um objetivo humano fundamental de aspiração universal e, portanto, a manifestação do espírito dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Um ano mais tarde, a resolução 66/281, em 2012, decretou o 20 de março como o Dia Internacional da Felicidade e nesse mesmo ano começaram a ser publicados anualmente os relatórios WHR⁴.

Esses relatórios são fonte de um grande acúmulo de pesquisas em relação aos determinantes sociais da felicidade, assim como também um guia para pensar a temática vinculada à área da política pública e trazem novas questões éticas e técnicas nos vários

⁴ Exceto no ano 2014.

níveis que determinam a nossa vida social.

Anualmente apresentam a atualização de um ranking mundial, além de estar compostos de uma série de artigos de variável e diversas autorias que colocam temáticas e pesquisas complementares para o estudo da felicidade enquanto área de conhecimento. Em seu conjunto, esses artigos caminham especialmente para o questionamento quanto aos indicadores econômicos como fim último e indiscutível das políticas.

Diante das evidências levantadas, o WHR de 2013, no capítulo dedicado às políticas públicas, conclui:

[...] devemos convencer o público da ligação entre seu bem-estar e as políticas que os governos adotam. Desta forma, podemos ajudar os políticos a colher as recompensas por políticas boas e sustentáveis que melhorem o bem-estar individual e global. Revoluções políticas levam tempo. A evolução da era do PIB para a era do bem-estar começou. (HELLIWELL et al., 2013, p.108, tradução da autora)

O interessante da abordagem desses Relatórios é que a partir de um acúmulo de pesquisas científicas reunidas ao redor da felicidade, questionam abertamente os alvos das ações governamentais e têm questionado especialmente as “razões econômicas” que movimentam o mundo. Nesse sentido, os denominados WHR constituem uma fonte de referência para esta pesquisa, cujo interesse maior é a discussão que trazem em relação à política pública e aos pressupostos que fundamentam o alvo do crescimento econômico.

A princípio temos que dizer o mais elementar: esses relatórios traduzem é que no final das contas, a justificativa última do crescimento econômico está idealmente colocada ao redor da felicidade. É ela que serve de garantia para que as pessoas aceitem as premissas do esforço que o crescimento econômico requer a nível social e individual. Nesses relatórios, a ONU desvenda o pressuposto básico sobre as finalidades econômicas. Essa nova virada, pareceria vir para questionar o crescimento econômico; a questão é até onde não é mais do que uma forma de alimentar os mitos associados ao crescimento, toda vez que continuam envolvidos nessas ideias de desenvolvimento que até agora pareceriam questionar a ideia de crescimento econômico mas no fundo não fazem outra coisa que naturalizar as premissas básicas com as quais se legitima este último, pois, mais uma vez não rejeitam a sua necessidade, mas solicitam associar melhor com a felicidade enquanto finalidade superior.

Sob a ideia do desenvolvimento, o crescimento econômico tem ficado numa rede conceitual que o sustenta dentro do projeto societário e, na atualidade, longe de perder fôlego, tem adquirido ainda mais legitimidade do ponto de vista social, humano e político na

reunião dos esforços práticos e teóricos para efetivá-lo.

Em suma, alguns colocam o crescimento econômico como uma simples condição *sine qua non* do desenvolvimento, sendo este último o conceito mais abrangente dentro do qual é inserido. Outros fazem do crescimento econômico o centro crítico das preocupações e justificam sacrifícios, esforços sociais, preocupações para não distorcer as possibilidades de que ele aconteça.

Na sua generalidade as críticas que se fazem do reducionismo econômico, que envolve ao PIB per capita como indicador absoluto de progresso humano, não questionam as bases do pressuposto do PIB de que o crescimento seja uma coisa boa. As críticas não desqualificam o crescimento econômico como meio, pelo contrário, pressupõem que seja um procedimento correto, mas solicitam atenção para os fins desejáveis.

Assim, ironicamente, quanto mais parece que as conceituações críticas querem fugir do PIB enquanto escala única que faz tudo mensurável, na verdade, mas convergem na sua imortalidade pois não conseguem deixar de idolatrar seu acréscimo.

Estamos na frente de uma realidade na qual, como expressa Latouche (Latouche em Sachs) “Todos los valores que no logran pasar el filtro de la utilidad cuantificable, que son ajenos a una vida «dolarizada», bajan de categoría.” (Sachs, 1996: p.189)

Em outras palavras, poderíamos dizer que esse processo no qual está envolvida a humanidade nos últimos séculos, que se apropria das mentes e corações, ou seja das subjetividades e as percepções sobre a vida, é inseparável das formas que cobra a felicidade como promessa de realização. Suas relações com o econômico precisam, no entanto, ser analisadas, porquanto nem sempre se apresentam de forma adequada.

2.3. O dinheiro como sinal intra e intersubjetivo

Uma das questões mais básicas que se deve salientar é que todo sistema produtivo, ainda num sentido muito estrito e limitado à produção de objetos materiais, encontra-se em correspondência com o que Agnes Heller chama de “sistema de necessidades”, ou seja a produção se desenvolve de forma orgânica conjuntamente com as demandas de consumo da sociedade. Em cada contexto geográfico concreto, dentro do modo de produção capitalista, a indústria e os serviços estão dedicados ao encontro da sua venda efetiva, porquanto perseguem “nichos de mercado”, ou seja, oportunidades de

pessoas dispostas a pagar por eles.

Uma particularidade desse sistema de produção, onde a produção está atrelada ao acúmulo de capital, é que uma das chaves mais procuradas para o acúmulo do capital é maximizar a produção com os recursos disponíveis. O resultado desse processo é o acréscimo constante dos volumes de produção que não tem nenhum outro tempo histórico; onde a escassez era a dona da história, essa produção tornou-se superabundante. A questão não está isenta de problemas porque as crises atuais do capitalismo nos últimos séculos são crises cíclicas de excesso de produção, as quais acontecem quando os bens produzidos não podem ser absorvidos pela demanda.

É notório que embora a produção não esteja a serviço das necessidades humanas, precisa de um acompanhamento crescente da demanda. Nessa relação orgânica entre a demanda e a produção ao serviço do acúmulo, a dinâmica capitalista tem sido não só a dinâmica do acúmulo do capital, mas também da multiplicação de necessidades.

A princípio, é preferível evitar a crítica precipitada segundo a qual a simples menção dessa característica constituinte pode ser uma régua a favor de como distinguir entre a falsidade e a verdade de algumas necessidades concretas que nesse modo de produção se desenvolvem. Antes disso, convém compreender melhor a forma segundo a qual se estruturam o sistema de necessidades e as nossas subjetividades e pensar nos modos nos quais se construiu a nossa subjetividade no projeto societário no qual estamos envolvidos e no qual a política de crescimento econômico tem sentido. Já que o nosso tema é o crescimento econômico, temos que falar primeiramente de dinheiro e o que ele significa na nossa sociedade, principalmente o local simbólico que possui.

Habitualmente se fala de dinheiro para se referir a uma unidade de contabilidade que permite realizar transações comerciais, e, na atual sociedade, onde o mercado transformou-se no âmbito hegemônico de trocas e intercâmbios sociais a partir dos quais são adquiridos os mais diversos produtos com os que é produzida e reproduzida a vida, o dinheiro tem se convertido na peça fundamental de aquisição do bem-estar material.

Efetivamente, o dinheiro tem se transformado na mediação central entre a vida e a morte das pessoas, pois é ele que determina o acesso a toda a riqueza produzida, seja ela compreendida no seu sentido mais amplo. Assim, entendido como forma de pagamento ou meio pelo qual adquirir bens e serviços na sociedade, habitualmente a relação entre felicidade e dinheiro é estabelecida em função do seu vínculo com a qualidade de vida.

Nessa última ideia de “qualidade de vida” é que aparece uma associação expressa

entre as condições de existência e o dinheiro, mas também, uma associação explícita entre as formas socialmente valorizadas que pode ou deve cobrar a nossa experiência vital. Mais precisamente, faz entrar a vida numa escala, numa certa forma de objetivar as propriedades que vão do pior ao melhor na experiência vital. O dinheiro não é simplesmente quantidade; ele está estreitamente associado à qualidade da nossa existência numa relação orgânica na qual a nossa existência não só se faz possível com o dinheiro, se faz melhor.

Essa interpretação permite perceber outras dimensões do dinheiro mais próximas de compreender seu papel como sinal intersubjetivo que transcende essa função mais restrita que a princípio pareceria desempenhar na sociedade capitalista.

Considerando a finalidade deste trabalho, a questão que mais interessa é o “poder simbólico”, parafraseando Bourdieu (2007), que o dinheiro adquiriu na nossa sociedade. Não como simples intermediário entre as pessoas e os objetos, mas também como mediação entre pessoas, meio de integração e, sobretudo, como espelho da própria subjetividade.

Pensar em dinheiro leva para uma conhecida frase de Marx (2015), aliás com a que começa sua principal análise do capitalismo (no livro I do O Capital): “A riqueza das sociedades onde reina o modo de produção capitalista aparece como uma “enorme coleção de mercadorias”[...]” (p. 157)

Uma particularidade muito especial da sociedade capitalista é que toda a riqueza social se apresenta como uma “enorme coleção de mercadorias” e a lógica da mercadoria ou a chamada mercadorização da sociedade é um fenômeno constituinte do capitalismo. Ou seja, o capitalismo se constitui num modo de produção na que a valorização dos valores e da riqueza está subsumida na categoria das mercadorias, na que ficam envolvidas as pessoas.

As mercadorias são todas aquelas coisas materiais ou imateriais que podem ser valoradas numa mesma escala, que as faz comparáveis e intercambiáveis. Na sua transformação em mercadorias as coisas aparecem como grandezas de valor quantitativamente comparáveis, mas também como qualitativamente iguais. O que acontece é que a qualidade diferenciada de uma coisa tem que ser igualada a qualidades diferenciadas de todas as outras coisas.

Falar de valor econômico envolve então algum tipo de comensurabilidade cuja existência só é possível pela concordância intersubjetiva na que as singularidades se fazem equivalentes. O que isso significa é que na lógica da mercadoria o dinheiro faz comensurável as mercadorias heterogêneas; ele permite colocar numa mesma escala toda a diversidade de coisas nas quais se divide o universo, caso elas sejam convertidas em

mercadorias.

A princípio não tem nada a ver uma maçã com um pensamento escrito, mas o dinheiro faz o trabalho de homogeneizar coisas tão diversas nas suas qualidades e é a pedra fundamental dos intercâmbios. Em outras palavras, nessa sociedade contemporânea o dinheiro é uma forma do valor que adotam as coisas nas trocas sociais. Para que isso aconteça, são apagadas as qualidades singulares das coisas a partir das quais apresentam a sua utilidade, o que Marx chamou de valor de uso. Assim, nas bases da valorização que o dinheiro representa para se instalar nas trocas sociais tem que haver alguma concordância intersubjetiva muito próxima da mutilação, esquecimento ou indiferença em relação ao valor intrínseco das coisas trocadas.

No processo de mercadorização o local que o dinheiro tem transcende sua substância enquanto simples meio de pagamento. Nesse caminho, o dinheiro instala-se nas relações sociais como comandante geral, e seu poder tem a ver com que ele apresenta, ou seja, a maravilha de ser o nosso equivalente geral por excelência. O que tem que ser especialmente sublinhado é que sua função não é só a de um simples meio de pagamento, mas de valorização de tudo aquilo que tenha a condição de se apresentar como mercadoria. O dinheiro é a expressão ou forma de manifestação do valor que adquire grande parte das nossas trocas na sociedade.

Nesse sentido, sendo a mercadorização o nó fundamental da sociedade de mercado, o dinheiro e sua concreção em mercadorias, enquanto mensuração quantitativa daquilo que possuímos é um forte sinal intersubjetivo que transmite informação, mostra ou conjectura valor. Ou seja, tem a particularidade de mostrar ou fazer visível uma certa ideia de grandeza numa escala de valor que tem por base um reconhecimento intersubjetivo.

Interessante é que, na análise fundada no materialismo dialético, longe está o dinheiro de representar algum processo de descobrimento progressivo sobre uma essência das coisas. Na teoria do valor de Marx, a origem desse valor é o trabalho humano e o dinheiro é a medida do valor do tempo de trabalho acumulado. Essa origem no trabalho, no entanto, fica apagada por trás desse “representante” que tem se posicionado como autoengendrado e ainda mais no cerne das complexidades que adquire a economia contemporânea.

Acontece que o trabalho é a atividade criadora por meio da qual as pessoas produzem a riqueza ao mesmo tempo no qual nós produzimos a nós mesmos. Para os seres humanos, o trabalho, entendido como atividade que envolve finalidades, é fundamental

enquanto expressa a capacidade de produzir e reproduzir uma existência histórico-social que permite realizar os sentidos e conteúdo da nossa existência e pode projetar ao mesmo tempo uma novidade sobre o mundo.

Do ponto de vista da construção de cada um de nós, enquanto indivíduos, o trabalho é a atividade que liga aquilo que faz de nós uma unidade com o mundo exterior. No modo de produção onde “reina a mercadoria” o que acontece é que esse nexos que conecta a unidade existencial de cada um de nós com o mundo está submetido a esse reino.

Enquanto seres viventes e em nosso intercâmbio social, somos possuidores de força de trabalho, que constitui nossa força vital e saímos ao mercado para vender essa força de trabalho. Assim, temos nós mesmos umas propriedades, possuímos umas capacidades físicas ou intelectuais que são moldadas no mercado, levadas à escala do equivalente geral e remuneradas economicamente. Pela venda da nossa força vital, de nosso tempo, adquirimos não só as possibilidades de sobrevivência material, mas também uma posição social e num sentido amplo as coordenadas de um local simbólico.

Assim, a retribuição em dinheiro da nossa venda dá conta do valor atribuído a nossa força vital. A remuneração econômica não só determina as condições materiais de existência, desde os alimentos básicos até os luxos exóticos, enquanto a produção de nossa valia e a nossa reprodução vital são adquiridas ou altamente determinadas pelo dinheiro. Estamos impelidos a trocar o essencial de nós, por dinheiro, e, nesse processo, nós mesmos somos mercadorias. As qualidades diferenciadas de nossos produtos são indiferentes porque, enquanto coisas-mercadorias, relacionamo-nos como valores de troca. Ou seja, o reconhecimento de nosso valor de uso, de nossas qualidades individuais está dada pela recompensa monetária que indica o nosso valor socialmente legitimado, numa escala mensurável quantitativamente. O nosso valor de uso ou as qualidades socialmente reconhecidas são um meio para obter uma recompensa.

Na sociedade capitalista o dinheiro opera não só como um sinal intersubjetivo, que indica um valor externo, aliás envolve também o valor próprio. O dinheiro é, assim, um dos meios centrais pelo que nossa existência subjetiva entra nas trocas sociais; assim, faz-se impossível desligá-lo das percepções intrasubjetivas, ou seja, daquilo que sinaliza em nós mesmos um local e distingue em nós umas características próprias.

O dinheiro não se apresenta simplesmente como possibilidade de acesso a bens materiais. Ele condiciona ainda a percepção de valia própria, pois se apresenta como mediação entre aquilo que somos e aquilo que valemos. Embora o dinheiro não seja a única

forma de obter um status, uma posição na sociedade ou uma existência reconhecida, ele se apresenta como comandante geral das magnitudes de valor.

Nas palavras de Gardarsdóttir, et al.:

O sucesso individual há muito é medido em termos de dinheiro e riqueza nas sociedades ocidentais (por exemplo, promoção, aumento de salário). Da mesma forma que o sucesso dos negócios é medido quase exclusivamente pelo preço e riqueza das ações, há uma crença comum de que, se fizermos algo com sucesso, seremos recompensados financeiramente; devemos ser compensados por nossos esforços, e nosso tempo e trabalho devem ser medidos em termos de receitas. Nas sociedades de consumo de massa, as pessoas usam posses e riquezas para simbolizar e definir seu status, valor e sucesso. Bens caros aumentam a percepção do status social e são vistos como sinais tangíveis de realização pessoal, tanto em termos de como nos vemos quanto de como vemos os outros...” (GARDARSDÓTTIR et al, 2009, p.1107, tradução nossa)

Para os autores que analisam as motivações de metas financeiras e seus vínculos com a percepção de sucesso, a aquisição e posse de bens se constitui nessa sociedade atual um mecanismo enraizado na necessidade de competência e autossuficiência, por meio do qual as pessoas dizem a si mesmas e aos outros que conquistaram algo em sua vida porque, por meio de seus esforços, obtiveram bens caros. São sinais tangíveis para nós e reconhecíveis para os outros.

Assim, esses autores encaminham-se para uma compreensão que vincula as posses e aquisições materiais a necessidades estruturantes de nossa subjetividade. O dinheiro está vinculado à busca de sinais tangíveis de realização pessoal, com a necessidade de serem reconhecidos e obter aprovação, o que constitui uma importante dimensão de nosso bem-estar subjetivo.

A competência e a autossuficiência estão, por sua vez, entre os valores mais caros da moral contemporânea, que envolvem os tipos de reconhecimento social e a valoração pessoal e a pessoa que se sente competente e autossuficiente por meio da obtenção de dinheiro e posses participa dos códigos morais que se desenvolvem na sociedade.

Ou seja, o capitalismo envolve um conjunto de ideias, uns lineamentos gerais sobre os que se assentam os esforços pessoais e coletivos e pode ser compreendido como um processo civilizatório, no qual construímos a nossa subjetividade. Isso significa que construímos a nossa própria imagem, a nossa identidade com base no contexto social no qual estamos inseridos. Cada um de nós apresenta uma construção impossível de isolar de um contexto no qual emerge. Somos produtos sociais ao tempo que produzimos a realidade social porque acreditamos nas normas e valores que o nosso meio social está nos

outorgando.

Na sociedade atual, toda vez que o nosso valor intrínseco tem sido introduzido na condição da mercadoria, o dinheiro opera como sinal de referência de nosso valor social.

A mercadorização da vida do ser humano como um processo constituinte da sociedade capitalista é impossível de desconsiderar na hora de compreender as bases sobre as quais, na atualidade, se projeta a ideia de felicidade. Nessa posição, que o faz transcender a sua condição como meio de pagamento, pode ser compreendida a relação entre o dinheiro e a sua materialização em bens econômicos com aquilo que se projeta como a felicidade.

O mercado é na atualidade o distribuidor central de bens e serviços e opera como meio para atingir a nossa felicidade ao tempo que também molda os locais almejados onde procurar essa felicidade.

2. 4. Da felicidade e dos instrumentos científicos de orientação empírica

Resumindo o que foi dito anteriormente, a felicidade pode ser compreendida como uma noção histórica, moldada pelas próprias práticas sociais e pelas ideias que surgem em cada contexto histórico. Essas, por sua vez, não estão isentas das relações de poder e surgem muito antes das concepções científicas ou ainda éticas que, embora pretendam uma antecipação, são esforços a posteriori de sistematizar uma realidade cujas complexidades desbordam os esforços de colocar ordem no aparente caos que a vida social projeta. Torna-se infrutífero colocar uma constituição da felicidade que capture uma essência imutável no seu conteúdo e um conteúdo concreto por cima do atual contexto sociocultural.

A felicidade pode ser entendida, portanto, como uma noção social que, indo ao encontro com sua apresentação mais comum e cotidiana, atinge tudo isso que não é simplesmente o que pode ser sistematizado num conceito coerente. Nesse local subjetivo que a felicidade ocupa na atualidade, e na multiplicidade das possibilidades da construção subjetiva que alberga o capitalismo, reside justamente a dificuldade de estabelecer alguma definição conceitual que contenha os sentidos e conteúdo que cabem na sua indeterminação abstrata, característica de uma abrangência insondável.

Contudo, a análise de algumas associações particulares pode fornecer uma perspectiva interessante daquilo que se projeta como felicidade. Dizemos que a intenção que movimenta esta tese é desenvolver uma abordagem científica da felicidade nos moldes do projeto societário do capitalismo contemporâneo. Sobretudo, dizemos que queremos compreender os vínculos concretos, ainda pressupostos e não explícitos entre as ideias de

felicidade e o crescimento econômico.

Nesse caminho de aproximação com pretensões científicas uma operação a fazer é uma delimitação em que se possa estabelecer algumas qualidades daquilo que vai ser alvo de análise. Essa operação vai reduzir enormemente as possibilidades do que pode ser olhado e do que pode ser visto e ao mesmo tempo vai condicionar aquilo que é visto e olhado.

Com relação aos objetivos desta pesquisa, que em última instância visa à análise crítica dos esforços políticos contemporâneos dedicados ao crescimento econômico, interessam especialmente as ferramentas de análise científica que possam deter o estudo na concretude particular nos tempos atuais e nas vivências sociais e pessoais.

A partir desse intuito, vamos aproximar-nos das vivências atuais ao redor da felicidade que será compreendida, como já foi colocado, como um modo de ser ou estar que envolve uma autopercepção, a partir de pesquisas empíricas desenvolvidas a partir de dois conceitos construídos dentro dos marcos científicos contemporâneos que são o de bem-estar subjetivo e autorrealização. Será pela mão de pesquisas originadas nesses dois conceitos que tentaremos aproximar das formas que adquirem as percepções pessoais e subjetivas.

Embora os conceitos de bem-estar e autorrealização possam perceber só os aspectos parciais de uma ideia ou noção que parece transcender e fugir de definições precisas, à luz desta tese, separados e na sua complementaridade, expõem alguns elementos interessantes para a discussão orientada por uma abordagem científica. De um lado, a partir do conceito de bem-estar subjetivo têm sido procuradas as relações entre as necessidades ou fatores externos aos sujeitos, vinculados especialmente aos aspectos econômicos e seu bem-estar, satisfação com a vida e sua felicidade. Essa linha de análise está focada nas circunstâncias vitais das pessoas, nos eventos e processos pelos quais atravessam e muito especialmente nas condições materiais de vida. Uma segunda linha de análise mais próxima das ideias da autorrealização está centrada nos fatores internos que determinam como são processadas e percebidas essas condições externas. Essa segunda linha procura conhecer as disposições pessoais a partir das quais são elaborados os juízos e avaliações sobre a vida, além das circunstâncias vitais permanentes ou transitórias que afetam as pessoas. O que interessa especialmente aí são as características ou conjuntos de características pessoais que podem ser relacionadas com maiores ou menores níveis de bem-estar.

Cabe ainda sublinhar que fazer a eleição implica escolher instrumentos de análise que têm suas particularidades e suas pressuposições; faz-se necessário, portanto, analisar para compreender melhor o que esses conceitos permitem como ferramentas para a análise.

Temos agora que agir com cautela, porque as pesquisas desenvolvidas a partir desses dois conceitos, e eles mesmos, não são necessariamente criados dentro da perspectiva do materialismo histórico na qual se origina este trabalho, nem as conclusões a que chegam muitas das pesquisas a partir deles estão alinhadas com a crítica aqui proposta.

Por sua vez, cada um desses conceitos foca locais distintos na hora de analisar as vivências pessoais e os vínculos entre economia e felicidade. Esse olhar diferenciado entre eles é produto de que estão envolvidos em duas interpretações históricas e matrizes filosóficas diferentes sobre a felicidade. Vamos ter a possibilidade ainda de discutir essas matrizes filosóficas nas quais se originam e que se apresentam como mutuamente excludentes, mas que, na perspectiva dialético-materialista que orienta a tese, estão mutuamente envolvidas, podem ser consideradas complementares. Sobre as críticas que mutuamente se dirigem, vamos atentar especialmente ao fato de que ambas as interpretações são admitidas pelo projeto capitalista contemporâneo e ainda podem ser usadas para a defesa dos alvos dessa sociedade.

Portanto, temos que dizer que eles são ferramentas de análise na presente pesquisa, possibilidades de aproximação empírica, mas que só podem ser aceitos no marco desta tese após compreender os aspectos que são mais controversos e distantes, assim como também compreender as limitações que cada um apresenta segundo a tradição filosófica na qual se cria.

Nesse sentido, o primeiro a colocar, é que o que justifica sua escolha é que os conceitos de bem-estar subjetivo e autorrealização compartilham a característica de ter sido dois conceitos recentemente desenvolvidos e aprimorados e de crescente atenção. Isso não expressa nenhuma superioridade a princípio, além de que pode ser pensado que essa característica os coloca numa situação de, provavelmente, maior proximidade com as ideias contemporâneas de felicidade. Moldados nos tempos recentes, possivelmente estejam mais focados nas nuances movediças dos significados ou de alguns significados das questões que atualmente se acham próximas da felicidade.

As definições científicas, particularmente reconhecidas como válidas e tendencialmente incorporadas nas pesquisas, que também são móveis, acompanham as percepções sociais as quais se dirigem estudar, embora pareçam vindas de fora. Ou seja, se considerarmos esses conceitos científicos, como produtos socialmente produzidos num contexto particular do qual se originam e se legitimam, temos uma aproximação dentro de um quadro total de referência, vinculado com o projeto societário do capitalismo. Nesse

quadro, indefectivamente estão em diálogo as definições científicas, também móveis com percepções sociais.

Assim, podemos dizer que seu desenvolvimento provavelmente mais concordante com as ideias contemporâneas de felicidade os coloca numa situação de outorgar-nos uma possibilidade de certo privilégio na hora de nos aproximarmos das associações ideológicas que atualmente aparecem vinculadas à felicidade.

Na perspectiva adotada, os conceitos escolhidos não têm maior virtude do que ser a testemunha direta das percepções de nosso tempo. Além de serem produtos co-construídos nessa contemporaneidade, nada lhes outorga uma vantagem em relação com muitas outras formas de aproximação da felicidade. Mas essa característica coloca neles a vantagem de ter abordado uma série de questões vinculadas com algumas dimensões do grande leque de coisas que compõem aquilo outro que podemos denominar econômico segundo algumas das suas concretes na vida social e pessoal contemporânea.

Uma outra característica compartilhada pelos conceitos escolhidos é que ambos partem do entendimento de que é possível fazer comparações interpessoais sobre os estados emocionais, assim como avaliar as correspondências intrapessoais das condições existenciais, pelo que estão muito concentrados no desenvolvimento de pesquisas empíricas e especialmente envolvidos no estudo entre as dimensões econômicas e a felicidade. Assim, as pesquisas desenvolvidas a partir desses conceitos estão focadas em questões muito concretas, vinculadas à renda, ao consumo, à pobreza, às comparações sociais e, especialmente, ao crescimento econômico.

Em concordância com isso uma característica é que ambos os conceitos têm dado origem a pesquisas em longa escala e em diferentes países ao redor do mundo, do que faz uso especialmente esta tese porquanto isso corresponde ao desejo de analisar o crescimento econômico, uma questão política extremamente abrangente na sua pretensão de envolver as vidas das pessoas.

Nesse sentido, pode causar surpresa e inquietação, sobretudo que uma das suas particularidades é que estejam focados nas aproximações quantitativas, pois uma das suposições básicas desses instrumentos escolhidos, com base nos quais se desenvolveram as pesquisas que são colocadas ao longo desta tese, é que é possível mensurar construtos

mentais com métodos de análise estatística para fazer comparações intersubjetivas.⁵ Isso pode ser muito questionável e discutível e perguntarmos por sua validade envolve respostas que dependem dos princípios e pressuposições que assumamos sobre o caminho adequado para compreender o mundo.

Pode parecer difícil assumir que as percepções mentais sejam mensuráveis e comparáveis interpessoalmente por sua própria ontologia, ou seja pela sua própria essência constituinte, sua particularidade quase fora de uma possível definição. Dissemos, nesse sentido, que a primeira operação das pesquisas científicas é definir aquilo que vai ser analisado.

Mas também temos que apontar que esse critério para rejeitar os instrumentos de análise propostos é aplicável a todas as coisas e é uma crítica que pode ser feita para toda a ideia de medição ou comensurabilidade e ainda da possibilidade de compreender concordâncias intersubjetivas. A ideia de medição assume a igualdade entre coisas separadas e é essa igualdade que talvez não exista ou só existe pela fabricação artificial do medidor, de quem mede e seu conjunto de ideias. Parece estranho em relação às percepções só porque muitos acreditam, até agora, que tinham ficado por fora do que os cientistas tinham aplicado à régua, pois não há certeza de que em pessoas diferentes, ainda as mesmas percepções sejam coisas iguais. Acontece que poderíamos também questionar se os anos de vida de uma pessoa são comparáveis aos anos de vida de outra, e assim por diante, se a mesma quantidade de anos de esperança de vida de um país é igual à outra. Assumimos que os tempos das pessoas são coisas iguais, só porque estamos acostumados com essa ideia, mas não porque não seja questionável, ou menos questionável que tentar mensurar percepções.

As comparações intersubjetivas são uma operação básica, que está pressuposta nas mais diversas coisas através das quais compreendemos o mundo. Essa comparação pareceria ser mais fácil de aceitar quando envolve a mensurabilidade relativa ao dinheiro. Assim, por exemplo, a pobreza na sua definição mais restrita e mais usada, que é a relativa à renda, é

⁵ Sobretudo ao redor do bem-estar subjetivo, no âmbito internacional, existem diversas medições sobre níveis sociais com grande abrangência, entre os quais têm destaque os Relatórios Mundiais da Felicidade (chamados de World Happiness Report) da Rede de Soluções para o Desenvolvimento Sustentável da ONU, o Índice do Planeta Feliz (HPI, na sigla em inglês), da agência de pesquisa inglesa chamada The New Economics Foundation e o Índice de bem-estar Global (GWI, na sigla em inglês), realizado por Gallup y Healthways. Assim também, existem organismos como a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) que elaboram padrões e recomendações para a medição da felicidade. Em âmbito nacional, por seu lado, têm sido incorporadas medições às estatísticas tradicionais de monitoramento socioeconômico de vários países, dos quais o caso mais emblemático talvez seja Butão, o país pioneiro, onde em 1972 foi declarado que a Felicidade Interna Bruta é mais importante que o PIB e começou a desenvolver um Índice que atualmente se implementa como uma medida representativa nacional.

estabelecida mediante a linha da pobreza e assim são consideradas pobres todas as pessoas que estão abaixo dessa linha, mas, caso sejam os parâmetros pessoais os referentes acreditados, podem existir tantas linhas de pobreza quanto pessoas, porque cada pessoa provavelmente tenha sua própria linha de pobreza.

Em suma, as operações que fazem os conceitos escolhidos no caminho da construção de conhecimento podem ser questionadas, mas temos que aceitar que está extremamente presente numa multiplicidade de operações que segue o raciocínio da ciência, ainda quando isso não seja evidente. Não significa isso que não caiba uma discussão epistemológica das formas de aproximar-nos do mundo, embora não seja possível nem alvo da presente pesquisa. O que sim é possível sublinhar, voltando para os aspectos metodológicos envolvidos nos instrumentos de análise, é que do ponto de vista mais restrito às concordâncias internas, a validade dos métodos e conhecimentos científicos tem que ser testada pela sua capacidade de explicar e predizer aquilo que se coloca em estudo, porque gerar modelos explicativos para dar conta dos comportamentos observados é o alvo da ciência. Assim, a validade das medições científicas do bem-estar subjetivo ou psicológico, ou a comensurabilidade de alguns aspectos pontuais em relação à felicidade teria que ser colocada em última instância na sua capacidade de interpretar e predizer algumas dimensões das condutas humanas e os sistemas sociais. (VAN PRAAG E CARBONELL, 2010)

A primeira posição importante em relação às ferramentas de análises escolhidas é então que não vamos rejeitar a forma de acessar o conhecimento que esses conceitos trazem, mas vamos colocar o que eles podem dizer nos estritos limites que essas formas permitem. Ou seja, só é possível dizer que cada um vai dar conta daquilo que fragmentariamente se propõe analisar a partir dessa escolha que parte da aceitação de uma possibilidade de conhecer aspectos intersubjetivamente distribuídos na população.

Uma outra resistência para questionar a possibilidade de mensurar as percepções subjetivas pode ter a ver com as consequências práticas que pode ter que elas fiquem dentro do que pode ser julgado pelos "comitês de especialistas e / ou políticos" que tiram crédito da cientificidade das avaliações sobre a realidade para impor legitimidade nas relações de poder. Essa empreitada poderia afetar a vida das pessoas porque poderia impor o rumo do que deve ser seguido na vida, e abre-se, assim, a possibilidade de falar sobre o bom e o melhor para cada um, segundo um modelo padrão.

Isso poderia tirar das pessoas a sua capacidade para julgar a vida em função da sua própria regra e não do que outrem com suposta autoridade determina. Constitui, assim, uma

certa desapropriação do que até agora ninguém podia conhecer. Essa crítica é muito mais aceitável. Mas também nisso teria que ser desvendado o fato de que de qualquer jeito a felicidade das pessoas já é julgada pelos "comitês de expertos" quando tomam decisões que afetam as populações.

Mais uma vez não estamos na frente do que já acontece o tempo todo. Todos os indicadores sociais usados para avaliar a vida das populações contêm ideias sobre o bom e o melhor. Mas isso é uma prevenção que levaremos em consideração e que tem a ver especialmente com os fins para os quais se utiliza a ciência, questão que está envolvida nas preocupações da presente tese.

Feitas essas considerações introdutórias, vamos ao encontro dos dois conceitos de bem-estar subjetivo e autorrealização que serão guias das pesquisas que dão material a este trabalho. Vamos apresentar esses conceitos, contornar suas definições, apresentar as teorias históricas que dão origem para eles como forma de contornar sua gênese e compreender melhor seus pressupostos. Aliás, serão colocadas as duas tradições teóricas filosóficas vinculadas a eles, o que vai dar a oportunidade de introduzir nesse começo, ainda, as divergências e confluências, dentro dessas discussões que envolvem dilemas éticos e morais que perpassam o nosso presente. Depois disso, para fechar esse capítulo, com uma síntese das considerações elementares sobre essas ferramentas científicas de aproximação empírica que temos escolhido.

2.4.1. O bem-estar subjetivo

O estudo do chamado bem-estar subjetivo tem cobrado especial fôlego principalmente entre os que tentam compreender as relações subjetivas das pessoas com a economia a partir de pesquisas empíricas. Segundo De los Rios (2016), em grande parte, o impulso dos estudos empíricos do bem-estar subjetivo aconteceu pelo encontro entre a psicologia e a economia na segunda metade do século XX. A psicologia interessou-se pela medição e comparação de sentimentos e muito especialmente interessou-se por explicar a tomada de decisões econômicas que não pareciam racionais. Essas análises começaram a questionar algumas ideias sobre a felicidade, segundo as quais ela tem a ver com o melhoramento do bem-estar objetivo focado nos bens, serviços e no ócio.

Essas eram, por sua vez, as suposições dominantes da ciência econômica, no tocante ao conceito de bem-estar que até então só era considerado como decorrente direto de

variáveis mensuráveis objetivamente, quais sejam, a renda, o consumo, o nível educativo, condições de moradia dentre outras. Foi na dúvida de que esses últimos necessariamente implicam maior bem-estar e no interesse por ampliar o conhecimento sobre os fatores determinantes da felicidade que o conceito de bem-estar subjetivo foi cobrando forma. (VARGAS em MILLÁN, R e CASTELLANOS, R. (COORD.) , 2018)

Sobre o entendimento de que a felicidade é uma experiência pessoal, mas conhecível e passível de estudo científico, foram desenvolvidas análises para atender as percepções e avaliações das pessoas em relação a suas condições de vida e como elas interiorizam essas condições objetivas de vida. Nessa empreitada começaram a ser desenvolvidas diversas pesquisas para conhecer a relação entre a felicidade e outras variáveis envolvidas com ela. (DE LOS RIOS, 2016) Segundo indicado por Helliwell et al (2012)

Uma geração de estudos de psicólogos, economistas, pesquisadores de opinião, sociólogos e outros mostrou que a felicidade, embora de fato uma experiência subjetiva, pode ser objetivamente medida, avaliada, correlacionada com funções cerebrais observáveis e relacionadas às características de um indivíduo e da sociedade (HELLIWELL et al 2012, p. 06, tradução nossa)

Dentre o conjunto de pesquisas sobre o bem-estar subjetivo, já na segunda metade do século XX começaram a ser desenvolvidas pesquisas quantitativas, que ainda que possam ser alvo de questionamentos diversos, atingiram os parâmetros de validade e confiabilidade exigidos a esses instrumentos de medição.⁶ Desde Cantril (1965), um dos pioneiros mais referenciados na pesquisa em larga escala, os instrumentos de medição foram mudando, reconhecendo os pontos fracos que precisavam ser remediados. Ao longo dos anos têm sido testadas metodologias e correlacionadas a uma variedade cada vez maior de aspetos, passando de estudos descritivos e transversais, que inicialmente estiveram centrados em algumas poucas variáveis (como idade, renda, gênero e educação), para os estudos longitudinais e amostras amplamente representativas, além de que, o conteúdo desses estudos incluiu uma diversidade cada vez maior de fatores, como a personalidade, os processos psicológicos e as mudanças interculturais. (DIENER, 2013)

Embora as definições sobre o bem-estar subjetivo não constituem necessariamente

⁶ Existem diferentes tipos de confiabilidade e validade. Confiabilidade refere-se ao grau de consistência com que a medição de uma variável é realizada, portanto, está relacionada à capacidade de um instrumento de medição para produzir resultados consistentes e coerentes. A validade, tem a ver com o grau em que um instrumento mede efetivamente a variável que procura medir. Para obter mais informações sobre a validade e a confiabilidade dos instrumentos subjetivos de medição do bem-estar, veja De los Rios (2016).

um corpo unificado, na atualidade, geralmente é definido como as avaliações cognitivas e afetivas de uma pessoa sobre sua vida, que incluem as reações emocionais a eventos concretos, assim como também julgamentos cognitivos de satisfação e realização. Segundo é resumido por Diener, Lucas e Oishi, (2005, 63, tradução nossa) “[...] o bem-estar subjetivo é um conceito amplo que inclui experimentar emoções agradáveis, baixos níveis de humor negativo e alta satisfação com a vida.”

Segundo Diener, Lucas e Oishi, (2005) o estudo do bem-estar subjetivo começou com instrumentos de pesquisa que geralmente colocavam uma única pergunta sobre a felicidade ou a satisfação com a vida, mas, à medida que amadureceu, surgiram mais escalas de vários itens, com maior confiabilidade e validade do que os instrumentos de item único.

Embora os relatórios globais de bem-estar subjetivo, ainda sejam centrais e de grande importância para conhecer como uma pessoa resume sua vida como um todo, uma série de outros instrumentos, sejam relatórios das emoções experimentadas na vida cotidiana, ou o nível de satisfação em relação com aspectos específicos, foram considerados no apontamento de informações sobre diferentes dimensões do bem-estar das pessoas que, segundo tem sido estudado, nem sempre estão relacionadas da mesma forma com as avaliações globais.

Nesse sentido, são múltiplos os aspectos que têm sido analisados para melhorar os instrumentos de medição como por exemplo no que tange à confiabilidade, a sensibilidade das respostas à ordem das perguntas ou às circunstâncias que envolvem a aplicação dos inquéritos⁷. Em relação com a validade dos instrumentos de medição tem sido desenvolvida uma diversidade de discussões que vai da preferência entre a palavra felicidade ou o termo bem-estar subjetivo⁸, até estudos sobre diferentes indicadores e sua relação com os aspectos que pretendem ser conhecidos.

No quadro das discussões que o conceito do bem-estar subjetivo envolve é discutida ainda a preferência por não utilizar a palavra felicidade por parecer indicativa de uma ideia mais ampla e não adaptável ao conceito do bem-estar subjetivo. Nesse sentido, muitas pesquisas, na atualidade, inclinam-se por não indicar uma diferença já que as pesquisas

⁷Easterlin (2017), por exemplo, apresenta uma discussão em relação com a comparabilidade entre pesquisas diferentes e os problemas associados entre outras coisas com alterações nas instruções ao entrevistador, bem como diferenças na pergunta imediatamente anterior à do bem-estar subjetivo; nesse sentido o autor analisa como uma pergunta sobre satisfação financeira tende a deprimir as respostas a uma consulta imediatamente seguinte sobre satisfação com a vida.

⁸ Sem desconhecer essa discussão, no presente trabalho, e em alinhamento com o referencial utilizado (EASTERLIN 2017; HELLIWELL et al 2012), em ocasiões ambos serão utilizados como sinônimos.

desenvolvidas o que intencionam conhecer é a felicidade, para o que tem sido incorporadas cada vez mais dimensões no conceito inicial. Vaan Praag e Carbonell (2010) dão uma justificativa muito pragmática para essa segunda opção:

[...] o problema é que, em um nível empírico, ninguém consegue descobrir qual é a diferença exata entre os dois conceitos. Por exemplo, é muito difícil imaginar duas situações onde um é mais feliz em B que em A, mas deriva mais bem-estar de A do que da B. Se as duas palavras representassem propriedades diferentes de A e B, então dar 'mais bem-estar' parece ser paralelo a causar 'mais felicidade'. Em suma, e a maioria dos economistas da felicidade não fazem diferenças semânticas entre os dois. (VAN PRAAG e CARBONELL, 2010, p, 2, tradução nossa)

Por conseguinte, o que esses autores colocam é que não pode ser excluída a possibilidade de que seja filosófica ou psicologicamente possível dar diferentes significados aos termos, mas as pesquisas de orientação empírica desenvolvidas até agora em geral não conseguem fazer essa diferenciação

Impossível de referenciar o conjunto de pesquisas acumuladas ao longo dos anos, no entanto é possível indicar alguns pressupostos e características básicas contidas no conceito de bem-estar subjetivo e nos métodos de medição empírica:

(i) o entendimento de que a felicidade é um fenômeno de nível individual pelo que o mais adequado é seu conhecimento baseado em autorrelatórios e não em imputações de outros. Nesse sentido, diferentemente dos indicadores objetivos ou índices feitos por acadêmicos ou outro tipo de avaliações externas às pessoas, é a percepção subjetiva da própria pessoa o que constitui o centro de estudo. (MILLAN e CASTELLANOS, 2018) O intuito compreendido nessa empreitada é que a experiência de bem-estar ou mal-estar é uma condição humana, que pode ser julgada pela própria pessoa e que cada pessoa a partir da sua própria subjetividade é a entidade mais qualificada para definir sua experiência. (DE LOS RIOS, 2016)

(ii) Por sua vez, considera-se que a felicidade tem degraus ou níveis diferentes, o que faz com que seja possível desenvolver uma aproximação ao seu dimensionamento onde sejam reconhecidos esses níveis diferentes. Para tanto, têm sido desenvolvidos instrumentos que contêm escalas de medição nas quais normalmente é recopilada a informação. Essas escalas de resposta podem ser numéricas ou categóricas ordinais. Para a dimensão cognitiva a escala numérica mais conhecida é a Escada de autoancoragem de Cantril que define 11 degraus (de 0 a 10) onde a pessoa é autoancorada. As outras escalas mais utilizadas são as que apresentam uma série de categorias de respostas que normalmente vão de muito infeliz até muito feliz, ou

muito satisfeito, pouco satisfeito com a vida de forma geral ou com aspetos particulares. (ibidem)

(iii) considera-se que a felicidade é multidimensional, assim o bem-estar subjetivo refere-se a avaliações subjetivas que envolvem pensamentos e sentimentos. Na atualidade são distinguidos quatro componentes estruturais: experiências afetivas positivas, experiências afetivas negativas, satisfação geral com a própria vida e avaliações de satisfação com domínios de vida. As experiências afetivas positivas e experiências afetivas negativas constituem o componente afetivo-emocional, um componente que tenta abranger de um lado o agrado (prazer, alegria, euforia) e de outro o desagrado (medo, tristeza, ansiedade, ira) experimentado pela pessoa com seus sentimentos, emoções, estados de ânimo, levando em consideração a preponderância dos estados positivos sobre os negativos. A dimensão cognitiva-racional, a diferença das emoções cotidianas têm a ver com a avaliação da vida como um todo e geralmente se interpreta como a discrepância entre as aspirações e os logros obtidos (GARCÍA MARTÍN, 2002), assim como as avaliações de satisfação com domínios de vida ou, ainda, com áreas específicas de experiência vital das pessoas.

O alvo das pesquisas sobre as dimensões que compõem o bem-estar subjetivo tem a ver com o estudo e conhecimento dos elementos sociais, econômicos, psicológicos, dentre outros, que incidem na experiência de bem-estar relatada pelas pessoas, mas esses elementos diferentes que podem ser considerados e pesquisados são vivenciados de forma específica e sua contribuição para o bem-estar general é um fenômeno variável.

Um aspecto interessante a considerar é que os estudos sobre o bem-estar subjetivo a nível mundial apontam que as circunstâncias econômicas e sociais das pessoas determinam as respostas que elas dão. Mas também as condições sociais e econômicas têm efeitos de grande abrangência na população e afetam de forma generalizada as percepções subjetivas.

Isso contradiz as concepções correntes que tendem a ressaltar que, ainda dentro de um mesmo contexto sociocultural, os elementos que compõem nossa percepção de bem-estar

mudam de pessoa para pessoa, o que faz com que não seja possível estabelecer maiores elementos comuns entre as pessoas. Ao contrário dessa concepção corrente, as evidências recolhidas indicam que os componentes de ordem social pautam fortemente as valorações que as pessoas fazem da sua própria vida e as respostas que as pessoas dão sobre seu bem-estar subjetivo estão muito mais determinadas por elementos comuns do que poderia

parecer. (HELLIWELL et al., 2012)

Uma outra consideração implicada nas medições é que pensamentos e sentimentos têm se mostrado relativamente independentes e mantendo padrões diferenciados nas suas associações com distintas variáveis que afetam a vida (DE LOS RIOS, 2016). Segundo Diener (2013), com o desenvolvimento das pesquisas, ao longo do tempo foram distinguidos componentes separáveis, que aportam informações diferentes sobre o bem-estar subjetivo das pessoas.

Um desses componentes, como foi dito antes, aponta conhecer a chamada felicidade afetiva, principalmente analisada através dos estados emocionais positivos e negativos pelos quais atravessam as pessoas no seu cotidiano e ante diferentes situações.

Assim, esse componente afetivo centra-se no balanço dos momentos agradáveis e desagradáveis que experimentaram as pessoas com base na frequência, intensidade e qualidade ou tipos das emoções experimentadas.

ESCALA PANAS

Na atualidade, para essa dimensão emocional ou afetiva uma das escalas mais conhecidas é a Positive and Negative Affect Schedule (PANAS), desenvolvida em 1988 por pesquisadores da University of Minnesota e da Southern Methodist University. O PANAS é um questionário de autorrelato, que tem diversas versões e múltiplas adaptações para diferentes contextos, que na sua versão original consiste em duas escalas de 10 itens para medir os afetos positivos e negativos. Afetos positivos: Interessado, Determinado, Forte, Atento, Entusiasmado, Orgulhoso, Inspirado, Ativo, Alerta, Excitado. Afetos negativos: Culpado, Assustado, Hostil, Irritável, Envergonhado, Nervoso, Ansioso, Com medo, Aflito, Aborrecido. Esses itens descrevem diferentes sentimentos e emoções que são classificados em uma escala de 5 pontos, de 1 (nada) a 5 (muito ou extremamente) e podem ser respondidos com base em sete instruções diferentes: no momento, hoje, nos últimos dias, na última semana, nas últimas semanas, no ano e em geral. (ROBLES e PÁEZ, 2003)

Com o acúmulo das pesquisas ao longo dos anos tem sido reafirmada a importância de compreender de forma separada esses dois estados que compõem as experiências afetivo-emocionais, já que refletem reações diferentes com os eventos que enfrentam as pessoas nos seus quotidianos, e cada um deles é afetado por diferentes eventos ou variáveis, independentemente. Ao contrário do que se possa pressupor, e embora pareçam dois extremos de uma mesma dimensão, o afeto positivo e o negativo são duas dimensões altamente diferenciadas e independentes que não mantêm necessariamente uma variação inversamente proporcional, pelo que têm sido desenvolvidos estudos sobre cada um e sobre os fatores que os influem. (DIENER, 2013, HELLIWELL et al, 2013, ROBLES e PAEZ, 2003)

Essas experiências afetivo-emocionais ligadas à cotidianidade, por sua vez, estão influenciadas por causas distintas às avaliações globais da vida⁹. Nesse sentido, nas pesquisas interculturais, aparecem alguns elementos complementares que fornecem informações interessantes para ampliar a compreensão dos múltiplos fatores intervenientes no bem-estar subjetivo. Assim, por exemplo, tem se estudado que as variáveis vinculadas a condições sociais, como ter alguém com quem contar em tempos de problemas ou sentir sensação de liberdade para tomar decisões, estão fortemente relacionadas com os estados tanto positivos, quanto negativos, nos múltiplos contextos estudados. (HELLIWELL et al., 2012)

Segundo estudado na aproximação conceitual das avaliações da vida em sua impronta mais cognitivo-racional, já esta dimensão está muito mais relacionada com as circunstâncias perduráveis, razão pela qual são muito mais estáveis que as medidas afetivo-emocionais sejam positivas ou negativas, enquanto estas últimas estão muito vinculadas a eventos de curto prazo da vida quotidiana. (HELLIWELL et al 2013)

Em relação aos esforços por fazer medições no nível internacional e com vistas nas comparações, segundo é apontado pela literatura e recolhido nas diretrizes publicadas pela OCDE em 2013, a satisfação geral com a própria vida, enquanto referência cognitivo-racional, se constitui na principal estatística para medir e explicar as diferenças internacionais e as tendências no bem-estar subjetivo, tendo a correlação mais forte com as condições materiais de vida mais estáveis nas quais moram as pessoas. O que se explica pelos fatores diferenciados que incidem nas flutuações emocionais em relação aos fatores que determinam o bem-estar avaliativo. Assim, as pesquisas indicam que as condições materiais de vida mais estáveis, como por exemplo os níveis de renda das pessoas, embora sejam determinantes na avaliação da vida, têm pouco vínculo com os estados positivos ou negativos, ou seja, com os componentes afetivo-emocionais. (HELLIWELL et al., 2012)

Uma das linhas de análise desenvolvidas diz respeito ao estudo de diferentes dimensões, chamadas de domínios específicos da vida e a contribuição dos julgamentos pessoais sobre a satisfação nessas dimensões particulares para a experiência de satisfação com a vida.

⁹ Uma das pesquisas de muita abrangência que pode ser referenciada nesse sentido é a desenvolvida por Stevenson e Wolfers (2008) na que além das medidas avaliativas sobre satisfação os autores incorporaram na análise de medidas de bem-estar subjetivo a dimensão afetiva. Esses dados apontam que certas facetas do bem-estar respondem menos à renda do que outras. Essa descoberta dos autores, segundo a qual algumas emoções e experiências são mais sensíveis aos níveis de renda estão na linha do acúmulo de pesquisas referenciadas nos World Happiness Report (HELLIWELL et al., 2012).

Existe uma variedade muito grande de áreas ou recortes específicos feitos pelos pesquisadores na definição desses domínios específicos da vida, mas, segundo Easterlin (2007), em geral, as pesquisas coincidem e usualmente exploram esses aspectos a partir do entendimento da importância de quatro grandes domínios que podem ser agrupados em finanças, situação familiar, saúde e trabalho. Segundo o autor, além da estabilidade, uma questão importante é que “Com o tempo, metas subjetivas, circunstâncias objetivas ou ambos podem mudar e, assim, alterar os julgamentos sobre a satisfação do domínio.” (EASTERLIN, 2007, p.3, tradução nossa).

Dentro das pesquisas de bem-estar subjetivo, o estudo da satisfação dos domínios é uma abordagem que tende à compreensão de que esses julgamentos estudados refletem a intersecção entre os fatores subjetivos, que correspondem às metas e às necessidades das pessoas (o aspecto mais enfatizado pela psicologia), quanto às condições e circunstâncias objetivas ou exteriores às pessoas (o aspecto mais enfatizado pela economia).

Nesse sentido, segundo aponta Diener (2000) um achado digno de nota é que os domínios específicos de vida frequentemente se relacionam diferentemente com a satisfação com a vida em culturas diferentes e domínios que muitos psicólogos ocidentais consideraram cruciais ou universalmente válidos (assim por exemplo a autoestima ou agir com congruência com os desejos próprios) têm aparecido nas pesquisas, muito mais ligados à cultura do que eles acreditavam. (DIENER, 2000)

Na atualidade os estudos sobre o bem-estar subjetivo e os correlatos demográficos são inúmeros e perpassam pelas mais diversas áreas de conhecimento, o que faz com que exista uma enormidade de fatores e variáveis utilizados, cuja tarefa de compreendê-las foge às possibilidades deste trabalho cujo foco vai ser especialmente colocado nas relações entre o bem-estar subjetivo e o nível de riqueza das pessoas.

O que interessa colocar a partir dessa breve síntese das características constituintes do conceito de bem-estar subjetivo é que ele se apresenta como uma ferramenta útil para conhecer a contribuição de diferentes aspectos para a felicidade, ao tempo que também habilita aprofundar na compreensão das inter-relações entre os aspectos psicológicos ou individuais e os sociais ou culturais.

Considerando a finalidade desta tese, as pesquisas desenvolvidas a partir do conceito de bem-estar subjetivo apresentam um material importante de análise por que essas pesquisas têm sido especialmente direcionadas na compreensão da intersecção entre os fatores subjetivos, que correspondem às percepções das pessoas, e às condições e

circunstâncias objetivas ou exteriores, pelo que permitem desenvolver uma aproximação das formas nas que as pessoas na atualidade internalizam as condições de vida.

Essas pesquisas são interessantes para os nossos objetivos investigativos porque exploram os vínculos entre o bem-estar subjetivo, incluindo o nível de satisfação e algumas emoções e seus vínculos com as condições de vida. O estudo dos múltiplos fatores intervenientes na experiência de bem-estar relatada pelas pessoas, e as formas específicas da contribuição para o bem-estar dos elementos diferentes que podem ser considerados e pesquisados, a princípio fornecem informações sobre a variabilidade que apresenta esse fenômeno. As pesquisas dessa área especialmente exploram as condições econômicas e como são interiorizadas pelas pessoas, a partir do estudo de alguns elementos muito concretos como a renda, o nível de riqueza, as comparações sociais, a trajetória econômica. Isso abre também uma oportunidade para a discussão dos fatores comuns que determinam as valorações que as pessoas fazem da sua própria vida e as respostas que as pessoas dão sobre como estão indo.

Não só é um caminho para aprofundar o conhecimento na variabilidade intersubjetiva dos aspectos que incidem na nossa felicidade, mas também para conhecer os aspectos que embora pareçam ser invariáveis apresentam uma estrutura cultural. Nesse sentido, as pesquisas sobre o bem-estar subjetivo têm a particularidade de ter sido desenvolvidas em larga escala, explorando a abrangência e os efeitos, na população, das condições sociais e econômicas. Esses estudos ao redor do mundo trazem elementos definitórios para a análise das mudanças interculturais e especialmente para a análise dos efeitos do crescimento econômico.

2.4.2. Pressupostos teóricos da economia: O cálculo felicífico

Após apresentado o conceito do bem-estar subjetivo, faz-se necessário analisar os aspectos discordantes com a perspectiva dialético- materialista que guia a tese. Nesse sentido se faz imprescindível atender a gênese histórica e a matriz teórica na que pode ser colocada a origem desse conceito para conhecer as condicionantes com as quais vamos aceitar qualquer tipo de conclusão que possa ser tirada das pesquisas que foram desenvolvidas nos seus marcos e são apresentadas nessa tese.

Dizemos que o conceito de bem-estar subjetivo nasce da interseção entre economia e psicologia e tenta quebrar com a interpretação “objetivista” do bem-estar, segundo a qual só era possível avaliar o bem-estar da população a partir de indicadores objetivos. O que o

bem-estar subjetivo propõe é que é necessário tentar conhecer o que as pessoas subjetivamente experimentam dessas condições econômicas.

Essa foi uma empreitada especialmente abraçada pela ciência econômica, muito explícita nos começos quando ainda essa ciência estava misturada com a política e a filosofia, mas parece ter sido abandonada ao longo do tempo e especialmente no século XX, quando o caráter científico que adquiriu essa disciplina, hegemonicamente se afastou das discussões sobre a felicidade e ficou restrito ao estudo da escolha no evoluir da teoria da utilidade.

Esse evoluir da disciplina econômica é o ponto de crítica ao redor do qual circulam as argumentações dos economistas que na atualidade estudam o bem-estar subjetivo como forma de reposicionar a felicidade no alvo de análise dessa ciência. Nessas produções geralmente é construída uma perspectiva histórica em que se tenta ir para atrás desandando o caminho até chegar a Jeremy Bentham, por ser o representante de um momento chave, segundo é entendido.

Ainda que pareça um exagero colocar na autoria de uma pessoa o desenvolvimento de um campo de conhecimento e que muitas das ideias posteriores não lhe possam ser adjudicadas, já que inclusive muitas delas assumem premissas diferentes, as discussões atuais sobre o bem-estar subjetivo apontam que, na gênese das ideias envolvidas na chamada teoria da utilidade, encontra-se Jeremy Bentham.

Faz-se interessante acompanhar esses argumentos, já que, segundo é usualmente colocado, esse autor conseguiu formular algumas ideias que são bases ainda vigentes no campo da teoria econômica dominante. Para o autor, a questão nevrálgica ainda se tratava da felicidade, e foi entendida a partir da ideia hedonista de que o prazer é o único bem em si mesmo e a dor o único mal.

Sobre a ideia central de que a maximização do prazer e a minimização da dor é o maior alvo desejável na vida e constitui a felicidade, do que se trata então é de procurar o cálculo necessário para acrescentar o primeiro e evitar o segundo, e assim foi que a teoria utilitarista se encaminhou a partir do mandato de que se poderia estabelecer um cálculo felicífico. (DE LOS RÍOS, 2016)

Os desenvolvimentos posteriores centraram-se na escolha, numa teoria focada na ação individual e com vistas à maximização da utilidade. Nesse caminho, as preocupações com a felicidade deixaram de estar no bojo das teorias ou pelo menos ficaram deslocadas para as margens mais próximas da filosofia que das “questões práticas” que são as que

tipicamente ocuparam os esforços de quem se envolve nas preocupações da ciência econômica dominante. Segundo analisado por De Los Ríos (2016), assumida a teoria da utilidade já no Século XX, o estudo do bem-estar foi substituído pelo estudo da escolha, no qual cobraram força os pressupostos condutistas, a partir dos quais entende-se que não é possível conhecer os sentimentos, mas sim o comportamento observável das pessoas. Essa tendência enalteceu a teoria objetivista das preferências reveladas, para a que é possível analisar o comportamento das pessoas, notadamente do consumidor, com base em fenômenos observáveis, especialmente concentrados no estudo das relações entre os bens adquiridos pelo consumidor e os preços desses bens.

Assim, toda a ideia do bem-estar, muito próxima da ideia de qualidade de vida, decorrente dessas interpretações hegemônicas no último século tem ponderado os indicadores objetivos, ou seja, externos às pessoas, como os sinais de bem-estar nos quais se pressupunha a felicidade.

Como já tem sido colocado, as análises sobre o bem-estar subjetivo começaram a questionar algumas dessas ideias, segundo as quais tudo o que poderia ser alvo de estudo tinha a ver com o melhoramento do bem-estar objetivo focado nos bens, serviços e o ócio. Nesse sentido, o conceito do bem-estar subjetivo, tal e como os próprios economistas envolvidos no seu desenvolvimento o entendem, veio a colocar novas nuances para a ciência econômica, no tocante ao conceito de bem-estar que era considerado como decorrente direto de variáveis medíveis objetivamente.

Contudo, e embora pareceria existir uma mudança radical ao redor da possibilidade de estudar a felicidade que o próprio campo hegemônico de conhecimento econômico se coloca, ainda é possível chamar a atenção sobre a continuidade de pressuposições básicas nas quais se fundamenta a teoria da utilidade e que elucidam uma perspectiva do bem-estar subjetivo que tem aspectos muito discutíveis.

Interessante é observar que muitas das ideias básicas do utilitarismo mantêm-se, só que agora sob o novo conceito de bem-estar subjetivo e a partir do seu desenvolvimento metodológico, no campo da economia, acredita-se na possibilidade de fazer comparações interpessoais pelo que o grosso de muitas discussões tem a ver com o aprimoramento desta metodologia desenvolvida.

Nesse sentido, Michalos (2006), que tem desenvolvido uma série de discussões sobre a qualidade de vida e as formas de avaliá-la, coloca que a suposição básica da teoria da utilidade é a existência de um parâmetro único segundo o qual é possível valorar tudo, ou

mais precisamente tudo pode ser levado para uma mesma escala. Isso envolve assumir um princípio monista, segundo o qual há apenas uma coisa intrinsecamente valiosa, em oposição ao princípio pluralista. Segundo esse princípio, que pressupõe que a pluralidade é só uma aparência, as diferentes atividades têm só diferentes graus ou quantidades de valor, mas não há diferentes tipos de valor, intrinsecamente falando, pelo que é possível estabelecer com precisão a compensação dos custos e o tamanho do benefício produzido pelas atividades a partir do estabelecimento de uma escala unificada onde sejam tomados e prestados todos os prazeres e as dores. Essa ideia monista de que tudo pode ser comparável é uma suposição questionável para Michalos, que rejeita o cálculo utilitário de Bentham, segundo o qual, uma conta só pode avaliar o grau ou quantidade de prazer de qualquer ação determinada e ser ao mesmo tempo medida final do valor ou da qualidade de vida.

As críticas de Michalos são muito oportunas para indicar que embora a perspectiva do bem-estar subjetivo coloque nas próprias pessoas o poder para falar sobre elas mesmas e assuma as possibilidades diferenciais dos benefícios que podem ser tirados dos indicadores objetivos sobre a qualidade de vida, intenciona também encontrar um cálculo unitário segundo o qual avaliar como está indo a vida das pessoas. Nesse sentido, há ainda os que albergam a utopia de construir esse cálculo à luz do conceito de bem-estar subjetivo.¹⁰

Para o autor, a ideia segundo a qual existe uma possibilidade de construir uma escala ou cálculo científico desconsidera a complexidade que envolve os motivos das escolhas. Colocação com a que temos que concordar, pois, tal e como já foi mencionado, ainda dentro do projeto societário do capitalismo existe uma multiplicidade de possibilidades decibéis e condições contraditórias para motivar as escolhas ainda quando só estejamos focados na qualidade de vida. A complexidade existente reside na facilidade para medir e dizer que certas características da vida das pessoas são boas, mas sobretudo na compreensão do que isso significa exatamente e de como a bondade de uma característica deve ser comparada, se for o caso, à bondade de outra que pode ser até concorrente. Qualquer decisão sobre a qualidade de vida envolve julgamentos complexos sobre o que é moral ou racionalmente preferível. O autor sintetiza as suas preocupações numa reflexão muito eloquente:

¹⁰ Nesse sentido, uma das propostas mais portentosas é a de desenvolver uma nova unidade de medida: uma unidade de medida da felicidade chamada de WELBYS, sigla em Inglês que significa Anos de Bem-Estar e que toma de empréstimo a ideia já desenvolvida na saúde, área essa última na qual foi construído o QALYS, um indicador para os Anos de Vida Ajustados por Qualidade, para medir os impactos dos tratamentos e designar os recursos. Os WELBYS são propostos como uma possibilidade a futuro para avaliar as políticas e poder estimar os custos e benefícios sobre uma nova paramétrica e saber com precisão os efeitos que as políticas têm no bem-estar subjetivo, constituem centralmente uma nova unidade de medida segundo a qual compreender os benefícios reportados pelos gastos monetários. (WHR, 2012)

Os médicos descobriram que alguns tipos de terapia podem prolongar a vida dos pacientes, embora os pacientes considerem suas vidas relativamente insatisfatórias. Em tais circunstâncias, é razoável e moralmente correto perguntar: A medida objetiva (longevidade) ou subjetiva (satisfação com a vida) deve ter precedência na determinação da qualidade geral de vida de um paciente? (MICHALOS EM SIRGY et al. ,2006, p. 351, tradução nossa)

O autor coloca um problema irresolúvel na prática que corresponde à possibilidade de calcular comparativamente e num contínuo unificado os benefícios reportados por ações alternativas, não só para pessoas diferentes, mas ainda para a mesma pessoa no marco de um projeto societário que habilita a existência de contradições. Em outras palavras, a medida final da qualidade de vida é mais complicada que uma simples soma.

Na perspectiva que orienta a presente tese as colocações de Michalos são mais do que atendíveis porquanto solicitam atender o reducionismo para o qual contribui o entendimento de que um cálculo único pode ser suficiente para abraçar uma ideia tão ampla quanto a felicidade no cerne das contradições da sociedade capitalista contemporânea. Mas sobretudo para colocar que na atualidade sua procura é essencialmente um exercício político e filosófico, mas não potestade de técnicos com pretensões simplistas vinculados à ciência hegemônica.

A princípio porque pareceria ser uma empreitada totalitária que se arroga a potestade de poder estabelecer uma definição conceitual capaz de conter a multiplicidade de sentidos e conteúdos que cabem na chamada felicidade, cuja característica indescartável, como já foi colocada, é que ainda no contexto sociocultural atual admite uma abrangência insondável.

Mas, sobretudo, o cálculo felicífico que pareceria ser retomado no horizonte dos estudos do bem-estar subjetivo, sempre que seja considerado como medida suprema da vida, faz uma interpretação essencialista do que a felicidade seja. Assim, aqueles que estão atualmente embarcados nessa empreitada são facilmente autoenganados, na acreditação de que é possível aceder a alguma verdade que possa ser decorrente dos indicadores de máximo prazer.

A princípio isso desconsidera que o projeto societário atual está longe de ter separado a dor do prazer, longe de ter excluído a dor ou ainda de aceitar que a dor é necessária no caminho do encontro com a felicidade, ainda que seja uma ilusão que pode operar como imagem propagandística do conforto, como será visto posteriormente. Aliás, enquanto o cálculo felicífico esteja focado só no fenomenológico que aparece recriado nas subjetividades ao redor do prazer como expressão de uma essência humana, ficam por fora as considerações das condições históricas nas quais isso emerge. Assim focado nos

autorrelatórios, e ainda na validade que isso possa ter, pareceria pretender encontrar aí as verdades ontológicas sobre o ser humano, sem a consideração dos processos sociais que estão por trás, e muito especialmente sem a possibilidade de submeter à crítica o projeto societário do capitalismo contemporâneo. A interpretação monista, que não consegue questionar as condições históricas nas que se desenvolve a vida contemporânea, exclui o conflito entre valores concomitantes, e ainda entre as consequências adversas do que poderia parecer bom. Essa é uma das principais limitantes dos estudos do bem-estar subjetivo, dos quais é necessário se afastar.

Há ainda um outro aspecto centralmente discutível na teoria monista da utilidade que tem a ver com a possibilidade de introduzir o critério monetário como correspondência tangível na relação que se pressupõe indissolúvel e monista. Quando uma escala unificada para avaliar as ações é estabelecida, a transformação monetária dos custos e benefícios é um passo simples. Essa seja talvez uma advertência das possibilidades de interpretação sobre o bem-estar subjetivo no campo da economia que requer uma breve análise porque esse conceito, ao contrário do que poderia parecer por ter vindo a questionar as ideias objetivas de bem-estar, também pode ser a ponte para levar ainda mais longe a potestade dos economistas atuais para falar sobre o que é bom para os seres humanos. Abre-se uma nova possibilidade de levar tudo à sua mensuração monetária.

A ideia que é sustentada por muitos pesquisadores que atualmente falam da “economia da felicidade” é que esta última pode ser levada para a escala dos valores monetários. Nesse sentido Van Praag e Carbonell (2010) expõem de forma muito eloquente as possibilidades da nova economia da felicidade:

Como dissemos antes, há uma ligação entre o conceito tradicional de função de utilidade em economia e as funções de satisfação que agora podemos estimar. Se aceitarmos apenas o caráter ordinal de tais funções, então a principal novidade da nova abordagem é que podemos estimar curvas de indiferença entre uma série de características não financeiras de bem-estar e renda (ou riqueza) monetária. Por exemplo, podemos estimar as curvas de indiferença entre renda e tamanho da família, estado de saúde, características ambientais, nível de democracia e qualidade conjugal. A partir dessas curvas de indiferença, podemos estimar os trade-offs e os preços sombra em moeda de todos esses bens não monetários.” (VAN PRAAG e CARBONELL, 2010, p. 82, tradução nossa)

Nessa perspectiva, o conhecer o preço do dinheiro no bem-estar constitui-se na possibilidade de estabelecer também um preço para aquelas coisas que ainda não era possível mensurar em termos econômicos. A qualidade diversificada das coisas que ficavam por fora, mais uma vez podem ser trazidas para a uniformização que dá o dinheiro.

Em outras palavras, a perspectiva desses economistas é subsidiária da contínua

expansão da mercadorização da vida sob a era capitalista. Assim como Deus era a medida de todas as coisas para os cristãos, na sociedade atual o dinheiro está se posicionando nesse lugar, essa tensão para se converter em padrão universal e transcultural, que avança na medida que as relações capitalistas se incorporam nas dinâmicas sociais de cada canto do planeta, podem muito fácil substituir e fazer intercambiáveis as ideias de dinheiro, utilidade e felicidade.

Em suma, nos capítulos que compõem os aspectos concretos submetidos à análise nessa pesquisa, que incorporam as pesquisas feitas dentro do bem-estar subjetivo não visam a concordância na sua extensão absoluta com os postulados nos que se fundamentam.

Nada do que seja pesquisado sobre percepções subjetivas visa ir ao encontro de verdades transcendentais dos seres humanos, mas só serão consideradas expressões de processos desenvolvidos em condições históricas concretas. Isso coloca distanciamentos concretos nas interpretações que podem ser feitas das questões tais como os supostos sintomas de adaptação e habituação às condições econômicas ou às interpretações das chamadas comparações sociais enquanto mecanismo de relacionamento social.

Colocadas as limitações que a interpretação na qual se orientam apresenta, vamos visitar essas pesquisas para trazer os elementos que delas são extraíveis e ajudam na compreensão da constituição contemporânea das subjetividades e das relações que se estabelecem entre essas subjetividades e os processos econômicos, notadamente o tão almejado crescimento.

2.4.3. Autorrealização e o bem-estar psicológico

A abordagem do bem-estar subjetivo não é a única forma de abordar com metodologias empíricas o bem-estar, com base na constituição subjetiva das pessoas. Existem também outras perspectivas que compartilham o pressuposto metodológico de que é possível conhecer o bem-estar das pessoas e fazer comparações interpessoais sobre os estados emocionais associados, assim como avaliar as correspondências intrapessoais das condições existenciais. Ainda na consideração de que é possível algum tipo de mensuração e comparação de emoções para ter uma aproximação científica daquilo que pode ser chamado de felicidade, uma outra conceitualização é o chamado bem-estar psicológico que ainda mantém uma grande adesão dentro das teorias que procuram conhecer e aprimorar a saúde psíquica. No que se refere aos objetivos desta pesquisa, interessa colocá-la em diálogo com

o conceito de bem-estar subjetivo porque introduz novas nuances do que tem sido estudado ao redor da felicidade e suas relações com aspectos econômicos.

Essa conceitualização do bem-estar psicológico ou da autorrealização posiciona-se em um caminho distinto do anteriormente descrito, pois se ocupa do bem-estar no intuito de se aproximar da realização do máximo potencial humano, o que implica perguntar-se pela vida boa, e assim compreender a felicidade a partir de outra concepção.

Segundo Ryff (2002), a principal característica distintiva do bem-estar psicológico é que implica a percepção de engajamento com os desafios existenciais da vida, pelo que as dimensões de análise estão centradas nos diferentes desafios que as pessoas encontram enquanto se esforçam para funcionar positivamente o que envolve o comprometimento com uma vida significativa e com propósito em direção à realização do verdadeiro potencial das pessoas.

Evidentemente essa corrente de pesquisa também não constitui um corpo unificado ou coerente, e existe uma grande variabilidade de posicionamentos e ênfases diferenciados. Interessa, sobretudo, que dentro dela, compreendendo o bem-estar como autorrealização e vitalidade, definido em termos da pessoa em pleno funcionamento, encontra-se a teoria da autorrealização (também chamada Self-Determination Theory)¹¹. (RYAN e DECI, 2001)¹²

Na tentativa de especificar o que significa realizar o eu e como isso pode ser feito, essa teoria se centra nas bases motivacionais que orientam as pessoas sob a preocupação por encontrar o que poderiam ser as características elementares das tendências de crescimento inerentes das pessoas, bem como das condições que fomentam positivamente esses processos.

A partir do destaque da importância dos recursos internos evoluídos dos humanos para o desenvolvimento da personalidade e autorregulação comportamental a SDT tem se concentrado na automotivação, acreditando que seja a chave mestra da tendência humana pois nela se manifesta o aprendizado e a criatividade. Especificamente, a teoria tem se concentrado nos fatores que aumentam ou prejudicam a automotivação e a integração social

¹¹ Na frente SDT.

¹² Cabe sublinhar que embora estejam na mesma linha ou perspectiva eudaimônica os autores da SDT expressam que sua abordagem mantém certas diferenças em relação com Ryff. Segundo é sintetizado por Ryan e Deci (2001, p. 147): "...a SDT tem semelhanças e diferenças importantes com a abordagem eudaimônica de Ryff & Singer (1998). Concordamos plenamente que o bem-estar consiste no que Rogers (1963) referiu como funcionar plenamente, em vez de simplesmente realizar desejos. Também estamos amplamente de acordo quanto ao conteúdo de ser eudaimônico - por exemplo, ser autônomo, competente e aparentado. No entanto, nossa abordagem teoriza que esses conteúdos são os principais fatores que promovem o bem-estar, enquanto a abordagem de Ryff e Singer os usa para definir bem-estar." (Ryan & Deci, 2001, p 147, tradução nossa)

das pessoas (entendida em termos de sentimento de responsabilidade ou apatia). (RYAN e DECI, 2000)

Assim, a motivação está no cerne da regulação biológica, cognitiva e social e diz respeito à energia, direção, persistência e equifinalidade dos comportamentos. A falta de motivação é uma experiência que contribui para a patologia e mal-estar, e, por sua vez, é um estado que resulta de não valorizar uma atividade, não se sentir competente para fazê-la, ou não esperar que ela produza o resultado desejado. Essas causas, em seu conjunto, expressam a ausência dos nutrientes essenciais para os seres humanos e são sintomas de flagrante contravenção da tendência humana inata. (IBIDEM)

Concentrados na motivação, e embora seja frequentemente tratada como um construto singular, os teóricos da SDT distinguem as diferentes motivações que refletem os diferentes graus em que um valor ou regulação do comportamento foi internalizado, ou seja, absorvido pelas pessoas, integrado na identidade e transformado em um regulamento próprio. (RYAN e DECI, 2000)

Segundo esses teóricos, existe uma série de gradientes entre os censos de causalidade que ativam as condutas das pessoas, que podem ser compreendidas com base na sua proximidade da motivação intrínseca ou extrínseca. Estes dois últimos são entendidos então como os dois extremos nos quais se desloca a automotivação para a ação.

O que caracteriza o comportamento motivado extrinsecamente é que envolve sempre algum senso de controle ou pressão externa. Embora possa envolver graus variáveis de autonomia relativa, ou seja, endosso pessoal, sentimento de escolha ou pelo contrário de cumprimento de uma regulamentação externa, caracteriza-se pelo desempenho de uma atividade com o objetivo de atingir algum resultado separável.

Assim, um fator distintivo dos comportamentos extrinsecamente motivados é que estão envoltos pelo senso de um locus de causalidade externo, ou seja, a ideia de estar ocupando um lugar simbólico ou real de uma ação com sensação de coerção. Contudo, a característica definitiva desses comportamentos é que são tensionados pela obtenção de recompensas materiais ou simbólicas e embora possam estar altamente automotivados, são realizados para atingir resultados separáveis ou externos à atividade desenvolvida. Nesse sentido, reiteradas pesquisas desenvolvidas no marco da SDT indicam que as recompensas extrínsecas, condicionadas ao desempenho da tarefa, minam a motivação intrínseca. (RYAN e DECI, 2000)

Já a motivação intrínseca refere-se a fazer uma atividade para a satisfação inerente à

própria atividade, é altamente autônoma e representa a instância prototípica ou mais desejável da autodeterminação. Para os teóricos da SDT a motivação intrínseca está estreitamente vinculada com o caminho mais aprimorado para a satisfação das necessidades essenciais e pode ser descrita como “[...] a tendência inerente de buscar novidades e desafios, de estender e exercitar as próprias capacidades, de explorar e aprender” (RYAN e DECI, 2000, p. 69, tradução nossa). Assim, as manifestações da automotivação intrínseca aparecem desde o momento do nascimento, toda vez que as crianças, em seus estados mais saudáveis, são ativas e curiosas mesmo na ausência de recompensas específicas.

As ações desenvolvidas por motivação interna, ou seja, movimentadas pelo senso de impulso próprio, em comparação com aquelas que são movimentadas por razões ou senso de controle externo, caracterizam-se por envolver maiores níveis de interesse, entusiasmo e confiança, o que se manifesta como desempenho aprimorado, persistência e criatividade. Segundo as pesquisas desenvolvidas no marco da SDT, isso ocorre mesmo quando as pessoas têm o mesmo nível de percepção de competência ou autoeficácia para a atividade. Existem, assim, diferenças funcionais e experienciais entre a motivação extrínseca e intrínseca nas quais estão envolvidas a vitalidade, autoestima e o bem-estar geral.

No marco dessa conceituação, tudo parece indicar que a automotivação intrínseca está muito mais próxima da felicidade humana. Nesse sentido, os teóricos da SDT apontam: “O construto da motivação intrínseca descreve esta inclinação natural para a assimilação, domínio, interesse espontâneo e exploração que é tão essencial para o desenvolvimento cognitivo e social e que representa a principal fonte de prazer e vitalidade ao longo da vida.” (RYAN e DECI, 2000, p.69, tradução nossa).

Nesse intuito, foram postuladas três necessidades psicológicas que são a base da automotivação e integração da personalidade e foram descritas como inatas e universais por atenderem critérios transculturais que sugerem a generalização dessas necessidades, que, segundo tem sido estudado, sua satisfação, conduz à saúde e ao bem-estar, assim como sua insatisfação contribui para a patologia e mal-estar. Essas três necessidades, vinculadas à autopercepção na proximidade dos estados aprimorados do eu, têm sido conceituadas como autonomia, competência e relacionamento.

- (i) A autonomia faz referência ao senso de escolha e liberdade de pressão externa para se comportar ou pensar de uma determinada maneira. Para essa linha de pesquisa psicológica, a autonomia tem a ver com um processamento holístico profundo, em que os comportamentos se desenvolvem a partir da compreensão e

internalização dos valores que orientam a conduta, valores cujo significado é compreendido e sintetizado com relação a outros objetivos e valores pessoais.

Nesse processamento está envolta a integração de regulamentações comportamentais, pelo que qualquer conduta, ainda aquela mais determinada pela vontade e princípios próprios, só adquire a sua forma e sentido mediante a internalização e a

regulamentação de comportamentos que são estimulados, modelados ou valorizados por outras pessoas ao mesmo tempo que são orientados para outras pessoas com as quais há ou se deseja um sentimento de ligação. A autonomia não surge de uma pessoa isolada, mas da interiorização das sinhas do ambiente cultural no qual constituímos nosso sistema de valores. Assim, a necessidade de sentir pertencimento e conexão com os outros não deixa de ser um elemento fundamental de todo o processo. Nas palavras de Ryan e Deci (2000)

[...] dentro da SDT, a autonomia não está referida a ser independente, desapegado ou egoísta, mas sim ao sentimento de volição que pode acompanhar qualquer ato, seja dependente ou independente, coletivista ou individualista [...] (RYAN E DECI (2000, p.73, tradução nossa):

(ii) Já a competência, outra das necessidades essenciais, faz referência à autoeficácia percebida, ou, mais precisamente, ao sentimento de aptidão com as tarefas desenvolvidas na vida. A SDT aponta para o fato de que se sentir competente e confiante com respeito a objetivos valorizados está estreitamente vinculado com os níveis de bem-estar, o que pode ser desdobrado em vários processos que contribuem para a relação. Dentre outros aspectos e processos envolvidos, a SDT se dedica a análises sobre o nível ótimo no qual os objetivos são desafiadores (nem muito fáceis ou muito difíceis), a incidência da percepção de progresso a respeito das metas colocadas, ou o nível de congruência entre os motivos e os objetivos, em correspondência com seus efeitos no bem-estar. (RYAN e DECI, 2001)

A teoria argumenta que os sentimentos de competência requerem suportes contextuais imediatos e que eventos sociocontextuais (por exemplo, feedback, comunicações e avaliações não degradantes) conduzem a esses sentimentos durante a ação. (RYAN e DECI, 2001)

(iii) Finalmente a SDT identifica a necessidade de se relacionar e se conectar com outras pessoas com as quais experimentar interações significativas. Dos fatores que influenciam a felicidade, os relacionamentos interpessoais têm uma importância

fundamental e se encontram no topo da lista. Ainda assim, a SDT chama a atenção sobre a complexidade do tópico dos relacionamentos. Embora o relacionamento com outros seja uma tendência inata, essencial e universal ao longo da vida, não é uma questão de quantidade e nem qualquer tipo de interação prediz o bem-estar. Mesmo relacionamentos íntimos e muito significativos são multifacetados, pelo que o foco é colocado na especificidade com relação a quais aspectos dos relacionamentos geram bem-estar. Assim, só relacionamentos satisfatórios, afetuosos e de confiança serão de apoio para o bem-estar.

Por sua vez, o relacionamento mantém interações essenciais com a autonomia e o senso de competência com efeitos determinantes na sua satisfação. Nesse sentido, é necessário advertir que essas três necessidades essenciais propostas pela SDT não são componentes isolados, muito pelo contrário, mantêm relações dinâmicas e influências mútuas.

Tal como pode ser visto do exposto, as três necessidades estão vinculadas à autopercepção, ao senso próprio das pessoas e ainda que sejam conceituadas como três necessidades universais e persistentes no desenvolvimento humano, não implica que sua relativa importância e seus caminhos para a satisfação sejam imutáveis ao longo da vida ou que seus modos de expressão sejam os mesmos em diferentes contextos sociais concretos.

Este último ponto resulta particularmente importante no que se refere aos objetivos deste trabalho, já que essa teoria está centrada nos fatores internos que determinam como são processadas e percebidas essas condições externas, mas também coloca a análise nos ambientes sociais que são os suportes que influenciam continuamente os modos de expressão e os meios de satisfação para essas necessidades psicológicas das pessoas. A teoria sugere que nos voltemos primeiro para os contextos sociais imediatos das pessoas e, em seguida, para seus ambientes de desenvolvimento para examinar o grau em que suas necessidades que são consideradas essenciais estão sendo facilitadas ou frustradas. (RYAN e DECI, 2001)

Por causa de seus efeitos na satisfação das necessidades, os ambientes sociais, por sua vez, influenciam no crescimento, integridade e bem-estar nos níveis de análise interpessoal e intrapessoal. Assim, esses ambientes podem facilitar certas necessidades e frustrar outras, como por exemplo, oferecer suporte para desenvolver senso de competência, mas não nutrir qualidades relacionais, ou criar conflitos entre essas necessidades. (RYAN e DECI, 2000). Assim, a pesquisa guiada pela SDT tem se concentrado nas condições

sociocontextuais que facilitam e impedem os processos naturais de automotivação e desenvolvimento psicológico saudável, no intuito de que o conhecimento da presença relativa ou privação de suporte para as necessidades psicológicas básicas, constitui o caminho para diagnosticar as fontes de alienação versus engajamento e facilitar tanto as realizações humanas aprimoradas quanto o bem-estar.

Essa perspectiva que assume um modelo normativo implica se perguntar pelos aspectos constituintes do ser humano e aparecem, aí, as necessidades psicológicas, mas também a preocupação com a qualidade específica das metas e valores que orientam as ações. Isso se distancia da pretensão de neutralidade que assume majoritariamente o bem-estar subjetivo. Mais precisamente, se assume uma preocupação muito explícita com o sistema de valores e a existência de valores ou metas conflitantes. Essas teorias albergam a consideração das qualidades diferenciadas dos valores que orientam a conduta, das dinâmicas de interação entre diferentes valores e de suas consequências psicológicas, práticas e sociais.

A atenção às causalidades ou características das metas e aspirações pessoais, assim como também a compreensão dos motivos ou valores a partir dos quais são perseguidos, têm habilitado o exame de algumas complexidades envolvidas nas experiências de bem-estar. Assim, por exemplo, é dentro dessa perspectiva que tem sido desenvolvida uma série de estudos sobre os valores materialistas e a forma na qual esses valores determinam a experiência vital das pessoas.

Em atenção ao conjunto de preocupações que envolvem as possibilidades da autorrealização usualmente se recorre ao encontro com teorias orientadas na compreensão dos valores que guiam a conduta das pessoas. Nesse sentido, a referência que mais usualmente é colocada tem a ver, notadamente, com a teoria do sistema de valores de Schwartz (1996), que, com base nas suas pesquisas, postulou um conjunto de diferentes tipos de valores motivacionais que contém uma validade transcultural, ou seja, pode ser reconhecido em todas as culturas.

Segundo tem sido conceituado por Schwartz (1996):

Os valores representam, na forma de objetivos conscientes, três requisitos universais da existência humana: necessidades biológicas, requisitos de interação social coordenada e demandas de sobrevivência e funcionamento do grupo. Grupos e indivíduos representam esses requisitos cognitivamente como valores específicos sobre os quais se comunicam para explicar, coordenar e racionalizar o comportamento. (SCHWARTZ, 1996, p. 122, tradução nossa)

Na linha de pesquisa desenvolvida por Schwartz (1996) os distintos valores não são considerados individualmente, mas sim dentro de índices de prioridades de valores nos quais se reúnem conjuntos de valores compatíveis entre si. Nessa perspectiva, a variação compartilhada dos conjuntos de valores é uma medida mais válida de metas motivacionais especificadas, que a consideração isolada de valores únicos, já que consegue expressar de forma mais confiável núcleos de significado de indivíduos e culturas.

Por sua vez, essa teoria propõe a existência de interações entre esses conjuntos de valores que podem ser conceituados como um sistema, com uma estrutura de compatibilidades, incompatibilidades e indiferenças entre esses valores, que se relaciona, como um todo integrado com o comportamento e que pode ser representado graficamente como uma estrutura circular de sistemas de valores.

Nessa estrutura circular, os valores complementares estão próximos no círculo e são concorrentes com objetivos motivacionais colocados em posições opostas que não podem ser perseguidos facilmente ao mesmo tempo.

Já nas palavras do autor:

Além de proposições sobre o conteúdo dos valores, a teoria especifica relações dinâmicas entre os tipos de valores. As ações realizadas na busca de cada tipo de valor têm consequências psicológicas, práticas e sociais que podem entrar em conflito ou podem ser compatíveis com a busca de outros tipos de valores.

(SCHWARTZ, 1996, p.123, tradução nossa)

Uma das implicações mais salientes dessa teoria, na que o conjunto de valores é considerado como um todo integrado, é a compreensão de que as atitudes e os comportamentos são guiados não pela prioridade dada a um único valor, mas por compensações entre valores concorrentes que tendem a ser mutuamente exclusivos e estão implicados simultaneamente em um comportamento ou atitude.

CIRCUMPLEXO DE VALORES

Com base numa série de pesquisas com amostras de 41 países, Schwartz (1996) derivou dez tipos de valores motivacionalmente distintos. A continuação, cada um definido em termos de seu objetivo central é seguido, entre parênteses, por valores individuais específicos que o representam:

PODER: Status social e prestígio, controle ou domínio sobre pessoas e recursos. (Poder social, autoridade, riqueza)

REALIZAÇÃO: Sucesso pessoal através da demonstração de competência de acordo com padrões sociais. (Bem-sucedido, Capaz, Ambicioso, Influyente)

HEDONISMO: Prazer e gratificação sensual para si mesmo. (Prazer, Aproveitar a Vida)

ESTIMULAÇÃO: Emoção, novidade e desafio na vida. (Ousadia, uma vida variada, uma vida emocionante);

AUTO-DIREÇÃO: Pensamento independente e escolha de ação, criação, exploração. (Criatividade, Liberdade, Independente, Curioso, Escolhendo os próprios Objetivos)

UNIVERSALISMO: Compreensão, valorização, tolerância e proteção para o bem-estar de todas as pessoas e para a natureza. (Amplitude, Sabedoria, Justiça Social, Igualdade, um Mundo em Paz, um Mundo de Beleza, Unidade com a Natureza, Proteger o Meio Ambiente)

BENEVOLÊNCIA: Preservação e melhoria do bem-estar das pessoas com as quais se tem contato pessoal frequente. (Prestativo, honesto, perdoador, leal, responsável)

TRADIÇÃO: Respeito, compromisso e aceitação dos costumes e ideias que a cultura ou religião tradicional proporciona ao eu. (Humilde, Aceitando minha Porção na Vida, Devoto, Respeito pela Tradição, Moderado)

CONFORMIDADE: Restrição de ações, inclinações e impulsos que possam perturbar ou prejudicar outras pessoas e violar expectativas ou normas sociais. (Polidez, Obediência, Autodisciplina, Honrando Pais e Anciãos)

SEGURANÇA: Segurança, harmonia e estabilidade da sociedade, dos relacionamentos e de si mesmo. (Segurança Familiar, Segurança Nacional, Ordem Social, Limpo, Reciprocidade de Favores) (SCHWARTZ, 1996, 123)

Na teoria proposta por Schwartz esses valores se encontram distribuídos em dois grandes conflitos de valores que estruturam os sistemas de valores, e esses dois grandes conflitos possuem duas dimensões básicas, cada uma das quais alberga uma oposição polar entre dois tipos de valor de ordem superior. Uma dimensão opõe a Abertura à Mudança (combinando os tipos de valor de autodireção e estimulação) à Conservação (combinando segurança, conformidade e tradição). Essa dimensão reflete um conflito entre a ênfase no próprio pensamento e ação independente e o favorecimento da mudança versus a autorrestrição submissa, a preservação das práticas tradicionais e a proteção da estabilidade.

Já a segunda dimensão opõe a Autotranscendência (combinando benevolência e universalismo) ao Autoaprimoramento (combinando poder e realização). Essa dimensão reflete um conflito entre a aceitação dos outros como iguais e a preocupação com seu bem-estar versus a busca do próprio sucesso relativo e domínio sobre os outros. O hedonismo compartilha elementos de abertura e autoaprimoramento. (IBIDEM)

Conforme aponta o autor:

Essa visão dos sistemas de valores como estruturas integradas facilita a geração de hipóteses coerentes e sistemáticas a respeito das relações do conjunto completo de prioridades de valor com outras variáveis (por exemplo, comportamentos).” (SCHWARTZ, 1996, p. 123, tradução nossa)

Assim, por exemplo a cooperação interpessoal, pode ser positivamente associada aos tipos de valor relacionados com a benevolência e o universalismo, enquanto a importância atribuída pelo indivíduo aos valores de poder, que enfatiza a vantagem competitiva, é um forte preditor de falha em cooperar já que os valores de poder legitimam a busca de maximizar o ganho próprio, mesmo às custas dos outros.

Com base nessas pressuposições, dentro da teoria da SDT, têm sido desenvolvidas pesquisas que procuram conhecer a relação mantida com o dinheiro e as consequências dos valores que são colocados ao redor dele, o que apresenta especial interesse para os objetivos deste trabalho.

Nessa linha, muito próximo dos postulados da SDT, desde a área da psicologia focada nos estudos comportamentais, tem sido desenvolvido um outro conceito centrado sobre a vida focado na riqueza e nos bens materiais ou orientada às posses. Esse conceito que aborda o que corriqueiramente têm sido chamadas de condutas ou atitudes materialistas¹³ também relata os vínculos estabelecidos entre a felicidade e o dinheiro.

¹³ É necessário esclarecer que quando se faz referência ao materialismo como produto das pesquisas na área da psicologia, isto não tem nada a ver com a concepção histórico materialista do marxismo. A concepção histórico materialista desenvolvida por Marx e Engels no século XIX, consistiu na atualização (que principalmente teve a ver com a introdução da dialética a partir da influência de Hegel e oposição a seu idealismo) de uma polêmica filosófica muito antiga com as abordagens idealistas. Em contraposição com essas últimas, o materialismo considera que o mundo existe, independentemente da consciência e do pensamento e que ambos dois se desenvolvem em um processo de reflexão da realidade objetiva, por tanto centra-se no conhecimento da matéria o que inclui tudo aquilo cientificamente observável. Assim o materialismo histórico dialético desenvolvido no marxismo tem a ver com a compreensão das causas e as possibilidades do devir histórico do mundo, enquanto produtos das práticas humanas.

Enquanto a referência ao materialismo no âmbito dos estudos psicológico tem a ver com o significado corriqueiro da palavra materialismo que faz alusão ao modo de vida (conjunto de valores, crenças, práticas, atitudes e comportamentos) voltada para os bens materiais e os prazeres que eles proporcionam, o que na atualidade tem a ver com uma valoração central do dinheiro, ao ponto que pode ser considerado como um culto moderno ao dinheiro, toda vez que se erige como todo um conjunto de práticas e pensamentos que representam maneiras através das quais se presta homenagem ao dinheiro consagrando-o como algo divino. Se alguma característica guarda essa crença moderna com as raízes filosóficas do materialismo, poderíamos afirmar que ele é então um materialismo absolutamente fetichizado no marco das relações sociais capitalistas. De fato, o materialismo na sua concepção corriqueira que é abordado pela psicologia atual opõe-se enquanto concepção filosófica da vida a referentes históricos do materialismo.

Embora as teorias sobre as mentalidades ou constelação de atitudes em relação à importância relativa da aquisição e posse de objetos na vida, tenham sido alvo de uma florida discussão ao longo da história, não foi até meados da década de 1980 e no início de 1990 que desde áreas de conhecimento vinculadas à psicologia começaram a ser desenvolvidas pesquisas empíricas quantitativas, incluindo esforços de análises estatísticas, por parte de psicólogos e pesquisadores que tentaram definir os componentes do conceito popularmente chamado materialismo, criar ferramentas para sua medição e propor teorias explicativas em torno das condutas mais próximas dele. (KASSER, 2016)

Essas pesquisas psicológicas sobre materialismo, na atualidade, estão na sua ampla maioria baseadas nas conceituações propostas por Richins e Dawson (1992), que definiram o materialismo em termos de conjunto de valores que direcionam as escolhas e comportamentos das pessoas. (Gornik (2009); Kasser (2016))

Segundo as pesquisas desenvolvidas a partir das concepções desses autores, o materialismo pode ser entendido como uma crença duradoura de que um modo específico de conduta ou um determinado estado pessoal ou social é preferível. É uma crença que possui uma função organizadora na vida, orientando ações, atitudes, julgamentos e comparações através de objetos e situações específicos, e além de objetivos imediatos para objetivos mais finais e de longo prazo que pode ser conhecida e explorada, ainda numa escala ou índice.

Nesse sentido Richins e Dawson propuseram a Escala de Valores Materialistas para examinar o materialismo no nível individual e o definiram como um valor ou conjunto de valores que possui uma função organizadora dos objetivos da vida, consistente também com noções populares de que o materialismo reflete a importância que uma pessoa dá às posses e sua aquisição como uma forma de conduta necessária ou desejável para alcançar os estados finais desejados, incluindo a felicidade. Nas palavras dos autores:

Nossa concepção de materialismo, então, é que é um valor que orienta as escolhas e conduta das pessoas em uma variedade de situações, incluindo, mas não limitado às arenas de consumo. Com relação ao consumo, o materialismo influenciará o tipo e a quantidade de bens adquiridos. Além do consumo, o materialismo influenciará a alocação de uma variedade de recursos, incluindo o tempo.” (RICHINS e DAWSON, 1992, p. 307, tradução nossa)

Esse conceito envolve três tipos de crenças, incorporados como componentes de análise que geralmente são combinados e usados nos estudos desenvolvidos. Eles são a crença de: (a) a centralidade da aquisição, ou seja, a colocação dos bens e sua aquisição no centro da vida, acreditando que a aquisição de bens é muito importante na estruturação da vida e na orientação dos comportamentos; (b) a aquisição como uma busca pela felicidade,

ou seja, acreditar que os bens e sua aquisição são essenciais para a felicidade de alguém, podem aumentar a satisfação com a vida e o bem-estar; e (c) a definição do sucesso pela posse, ou seja, considerar as posses cumuladas como um critério para julgar o próprio sucesso e o de outras pessoas. (GORNİK, 2019, p.306)

A princípio poderia parecer que não existem diferenças entre esses três componentes e que eles são iguais ou muito similares, mas cada um deles foca em dimensões distintas e envolve implicações que não são similares. Gornik (2019), por exemplo, analisa esses três componentes e, segundo indica, estão associados ao bem-estar de uma forma ligeiramente diferente. Segundo a sua revisão bibliográfica, dos três, a felicidade definida pela posse foi o preditor mais forte de todos os aspectos do bem-estar.

ESCALA DE VALORES PROPOSTA POR RICHINS E DAWSON

Considerando o materialismo como um conjunto de crenças centrais sobre a importância das posses na vida de alguém Richins e Dawson (1992) propuseram uma escala para medir entre os indivíduos os três domínios de crenças descritos acima: centralidade de aquisição, o papel da aquisição na felicidade e o papel das posses na definição do sucesso. Segundo os autores, essa escala que até agora é a mais referenciada, não teve a pretensão de avaliar todas as crenças relevantes para os valores materiais, mas sim aquelas que mais consistentemente emergiram da análise de noções leigas e teóricas.

Assim, a construção da escala foi desenvolvida a partir de pesquisas exploratórias (onde as pessoas foram solicitadas a descrever em um formato aberto as atitudes e valores de pessoas materialistas que eles conheciam e de pessoas materialistas em geral), caracterizações de pessoas materialistas levantadas na revisão da literatura, caracterizações mencionadas por críticos sociais e também alguns itens adaptados de estudos anteriores nos quais o materialismo e construtos relacionados foram medidos. Os autores construíram uma escala de mais de 120 itens e após vários refinamentos e testes finalmente foram retidos 18 itens que representam os três domínios do materialismo e em seu conjunto compõem a escala.

Ao longo dos anos essa versão tem sido revisada e outras versões com menos itens têm sido desenvolvidas.

A versão original da escala apresentada pelos autores solicita às pessoas nas seguintes afirmações:

Sucesso:

Admiro pessoas que possuem casas, carros e roupas caras

Algumas das realizações mais importantes na vida incluem a aquisição de bens materiais

Não coloco muita ênfase na quantidade de objetos materiais que as pessoas possuem como sinal de sucesso.

As coisas que possuo dizem muito sobre como estou indo bem na vida. Gosto de possuir coisas que impressionam as pessoas.

Não presto muita atenção aos objetos materiais que outras pessoas possuem
Centralidade:

Geralmente compro apenas as coisas de que preciso.

Procuro manter minha vida simples, no que diz respeito às posses.

As coisas que possuo não são tão importantes para mim.

Gosto de gastar dinheiro em coisas que não são práticas.

Comprar coisas me dá muito prazer.

Gosto de muito luxo na minha vida.

Dou menos ênfase às coisas materiais do que a maioria das pessoas que conheço.

Felicidade:

Tenho todas as coisas que realmente preciso para aproveitar a vida.

Minha vida seria melhor se eu possuísse certas coisas que não tenho.

Eu não ficaria mais feliz se tivesse coisas melhores.

Eu ficaria mais feliz se pudesse comprar mais coisas.

Às vezes me incomoda um pouco não poder comprar todas as coisas que gostaria. Um formato de escala Likert foi usado para todos os itens com categorias de resposta de concordo totalmente, concordo, neutro, discordo e discordo totalmente.

2.4.4. Pressupostos teóricos: a eudaimonia e o sentido da vida

As teorias do bem-estar psicológico ou da autorrealização, muito próximas do campo da psicologia, geralmente se autoapresentam na eudaimonia desenvolvida por Aristóteles. Para o pensador grego a felicidade era o bem supremo, porque acreditava que era possível pensar em um fim último para o qual direcionava-se a atividade dos seres humanos e essa era a felicidade.

Aristóteles (2001) procurou estabelecer as características ontológicas dos seres humanos, e perguntou-se por aquilo que é próprio de seu ser, achando que tinha a ver com a capacidade de raciocínio, pelo que a virtude seria a melhor guia para compreender e procurar a felicidade. Essa questão especialmente retomada pelas atuais conceituações sobre a autorrealização parte do entendimento de que a consciência da existência, própria dos seres humanos, implica especialmente uma consciência moral e essa característica intrínseca do ser humano, que o define como tal e o diferencia enquanto ser vivente, a partir da qual pode ser distinguido o bem, tem que ser necessariamente levada em consideração.

Na interpretação eudaimônica, somos seres que fazemos escolhas dentro de determinados quadros de referência, temos consciência moral e é por isso que a felicidade, dentro desse quadro de referência, tem relação com a virtude. No marco dessas reflexões e em contraposição com a tradição hedônica (que como já foi colocado está mais próxima das

teorias utilitárias do cálculo felicífico), usualmente se acredita que o autor rejeita o gozo ou prazer como alvo central das preocupações humanas.

HEDONISMO

O hedonismo surgiu na Grécia Antiga como doutrina ética, segundo a qual a busca do prazer constitui a finalidade da vida humana. Essa filosofia de vida que inicialmente, personificada em Aristipo de Cirene se contrapôs com a posição eudaimônica de Aristóteles, teve ao longo da história uma multiplicidade de formulações e interpretações, não todas compatíveis. Na atualidade usualmente se fala de hedonismo para indicar uma procura exagerada de prazer, mas originalmente não foi esse seu significado. Aristipo de Cirene acreditava, assim como Aristóteles, haver uma finalidade para a vida humana. No entanto, Aristóteles colocou o alvo dessa finalidade na felicidade entendida como eudaimonia, enquanto Aristipo cultivava a ideia de finalidade no prazer. O hedonismo de Aristipo era pura e simplesmente uma teoria que guiava a vida por meio da plena busca pelo prazer. Assim o hedonismo é uma doutrina, ou filosofia de vida, que defende a busca do prazer como finalidade da vida humana.

Numa análise um pouco mais atenta, pelo contrário, poderíamos dizer que o autor procurou o máximo gozo correspondente com as características distintivas dos seres humanos. Esse gozo coincide com a virtude, por possuir a moral, ou seja, por fazer distinções entre o bem e o mal, sendo esse o binômio dentro do qual se desenvolve uma alma perfectível, característica essa que, aliás, é própria da ontologia do ser humano.

Segundo essas considerações podemos gozar de muitos prazeres, só que os prazeres que não estejam sob bases sólidas ou que contradizem coisas consideradas valiosas, assim como prazeres que são compulsivos, apresentam, ainda que não seja a princípio visível, uma dose de dor que precisa ser resolvida. Mas também as ações que perseguem um bem, uma felicidade considerada superior, também podem incluir uma dor. Nesse sentido, para o autor, só por ter uma alma perfectível o ser humano pode ser feliz, porque pode trabalhar sobre ele mesmo.

Em outras palavras, o ser humano tem moral pelo que a felicidade deve levar em consideração essa característica irrenunciável e é em atenção a ela que pode acontecer. Essa perspectiva introduz a consideração que pode haver gozo na dor, e a felicidade, enquanto característica própria do ser humano, não exclui a dor.

Assim, o que as teorias eudaemônicas legitimam é a ideia de bem, mais precisamente que a felicidade é realizável não no prazer imediato indiferente ao bem e ao mal, ou indiferente às significâncias ou implicâncias do ato ou do meio escolhido. Uma vez sopesados a desejabilidade dos fins, os seres humanos escolhem o meio no qual graus de

sofrimento são aceitáveis por eles e ao mesmo tempo podem até se constituir como indicadores do esforço que podem ser inclusive proporcionais à felicidade atingida.

Levando em consideração essas características próprias dos seres humanos, enquanto seres capazes de escolha, essa virtude ou excelência que pode ser considerada como a ação ou procura mais apropriada para com a essência dos seres humanos é no que na atualidade, as teorias do eudaimonismo identificam com autorrealização, ou seja, com o encontro com a melhor expressão da potência contida em nós. Isso intenciona ir ao encontro do sentido para a vida, mas precisamente a procura de viver envolto em propósitos sustentados em um conjunto de valores que sejam considerados relevantes.

Para a teoria eudaimônica, a autorrealização não pode ser só a dedicação aos prazeres corporais e é só na virtude que os seres humanos a atingem. Essas são as bases interpretativas das perspectivas atuais da SDT e do bem-estar psicológico que envolvem a preocupação com os aspectos normativos e avaliam a felicidade a partir da pressuposição do atingimento da virtude como possibilidade suprema de experiência humana.

Nesse quadro de referência, as teorias eudaemônicas intencionam conhecer os parâmetros mais adequados para viver a vida, assumindo geralmente uma perspectiva baseada no paradigma da saúde que procura conhecer os estados ótimos de funcionamento físico e psíquico. Diferentemente das pesquisas do bem-estar subjetivo, as pesquisas da autorrealização estão muito mais voltadas para preocupações mais próximas da saúde mental e patologias psíquicas. Assim, as perguntas se colocam em termos de características essenciais e transcendentais do ser humano das quais nascem as preocupações por determinar necessidades próprias de uma vida plena e saudável. A preocupação pelo sistema de valores, por sua vez, está subordinada a essa preocupação.

Nessa procura de características inatas, essenciais e permanentes, os próprios teóricos das teorias da autorrealização assumem que as suas previsões contrastam com um ponto de vista mais social-construcionista e sugerem que todas as pessoas têm necessidades psicológicas inerentes e próprias de certa natureza humana que estão por cima de qualquer sistema cultural ou social e que devem ser satisfeitas para que o bem-estar ocorra. (SCHMUCK, KASSER e RYAN (2000); RYAN E DECI (2001))

A primeira colocação que se faz necessário introduzir é que embora pareça muito distante do cálculo felicífico, esses pressupostos teóricos nos que estão envolvidas as análises da autorrealização compartilham o risco de naturalizar ou substancializar os modos

existenciais desautorizando os processos e as condições sociais de construção da subjetividade, o que leva a subestimar as dificuldades para determinar as características universais do ser humano, toda vez que se parte desde um presente e a partir de uma moral particular na qual qualquer pesquisador ou sujeito social está envolvido. A compreensão da provisoriedade histórica dos modos de existência e dos parâmetros da normalidade não só faz questionar a viabilidade de determinar características imutáveis, mas também é uma prevenção para não acabar legitimando o status quo presente.

Os pressupostos essencialistas nos quais se envolvem as conceitualizações da autorrealização levam a interpretar aquelas três necessidades mencionadas (autonomia, reconhecimento e competência) como características inatas dos seres humanos, interpretação que não é compatível com a teoria das necessidades de Heller na qual se orienta a presente tese. Já foi colocado que não pode existir uma construção conceitual das necessidades humanas que não contemple ao mesmo tempo que elas estão organicamente vinculadas com o projeto societário e humano do qual fazem parte as subjetividades. Não só a satisfação posterior, mas a mesma criação de necessidades se encontra em correspondência com um determinado projeto societário e a sua produção material e ideológica.

Assim, as três necessidades identificadas pelas conceituações da autorrealização em múltiplas pesquisas, desenvolvidas no intuito de compreender os estados aprimorados, de vitalidade ou de maior plenitude, podem estar efetivamente presentes em múltiplos contextos, mas isso não tira delas o caráter histórico e mutável das formas que adquire o social e o humano.

Na perspectiva que orienta este trabalho não há porque concordar com os pressupostos essencialistas dos autores para aceitar ou discutir a validade das três necessidades psicológicas identificadas, desde que essa validade seja considerada a partir da atual subjetividade constituinte, surgida dentro da contemporaneidade dessa sociedade capitalista globalizada. Interessante colocar, especialmente, que não é possível compreender as necessidades humanas fora do sistema capitalista. Elas pertencem ao conjunto de necessidades que são habilitadas sob modos de existências sociais particulares. Deixá-las por fora ou por cima não é possível, porque tanto elas quanto o conhecimento desenvolvido ou as teorias a partir das quais foram identificadas, estão historicamente situadas. Assim, as interpretações desenvolvidas no marco dessa sociedade capitalista contemporânea são válidas só nesse marco, e embora possa ser muito globalizada, outra discussão é sua universalidade ou

essencialidade para todos os tempos e para todos os seres humanos.

Tem-se indicado que as teorias da autorrealização incorporam a atenção do sistema de valores e isso apresenta uma certa vantagem em relação às conceituações do bem-estar subjetivo, mas sempre que essas preocupações estejam subsumidas nas teorias essencialistas do humano, acaba ocorrendo o mesmo risco de cair em interpretações não historicizadas.

Embora, no caso das conceituações da autorrealização nos seus estudos das afeições humanas almeje uma compreensão holística das pessoas e do ambiente, não pode ser desconsiderado que a preocupação com o funcionamento normal dos seres humanos a partir de noções essencialistas, desde as quais se define a saúde mental, acarreta riscos, que têm sido notadamente colocados por muitas reconstruções históricas das noções de loucura. A história das doenças mentais está cheia de exemplos que fazem ter muita precaução para adotar uma perspectiva segundo a qual julgar a conduta das pessoas. Com frequência, condutas e posturas catalogadas como “loucas” não fizeram outra coisa que questionar a moral dominante ou expressar sintomas de fraturas nessa moral, pelo que é necessário lembrar que aquilo que se considera como conduta aceitável e psicologicamente saudável são as condutas adaptadas ao ambiente moral onde se originam.

Na perspectiva adotada na presente tese, especialmente ao redor das pesquisas empíricas sobre as condutas materialistas, incorporadas como material de estudo tirado das conceituações da autorrealização, no intuito de compreender os vínculos entre a felicidade e as condições econômicas de vida, colocaremos especial atenção na consideração do marco histórico na hora de fazer conclusões ou avaliar as escolhas pessoais. Serão atendidas, ainda, as condutas materialistas como expressão das subjetividades habilitadas como possíveis dentro desse projeto contemporâneo do capitalismo.

2.5. Condições sumárias do diálogo entre a perspectiva de análise e os instrumentos da pesquisa

Como síntese desse capítulo em relação aos conceitos de bem-estar subjetivo e autorrealização, que estão nas bases dos materiais empíricos apresentados nesta tese, temos que dizer primeiramente que, como já tem sido indicado, na hora de compreender aquilo que pode ser chamado de felicidade, existem entre eles discrepâncias porquanto estão originados

dentro de duas tradições filosóficas diferentes.

Nesse sentido, cabe sublinhar que, principalmente desde a teoria da SDT, autodeclarada na tradição eudaimônica, existem críticas dirigidas para o conceito do bem-estar subjetivo, indicando a tradição hedônica na qual este último foi desenvolvido.

Neste trabalho, não há intenção de adotar uma posição a favor de nenhuma dessas duas correntes de pesquisa, e nesse sentido foram apresentados os aspectos críticos que impedem os alinhamentos absolutos com os pressupostos nos quais se desenvolvem.

Levando isso em consideração, entende-se que a complementaridade entre as duas pode contribuir para uma compreensão ampliada da relação entre a felicidade e as circunstâncias econômicas no marco do projeto societário do capitalismo, já que na sua conjunção fornecem elementos importantes para essas análises que nos convocam.

Além do mais, e talvez a partir das críticas dirigidas pelas teorias da SDT ao conceito de bem-estar subjetivo¹⁴, há sinais de confluência e, na atualidade, há certa tendência de incorporar neste último uma nova dimensão que tem a ver com a consideração do propósito ou valor atribuído à própria vida. (HELLIWELL et al, 2015) Sem desconsiderar a eventualidade de muitas mais possíveis confluências futuras que provavelmente apaguem algumas das divergências atuais, o que interessa especialmente é chamar a atenção sobre alguns aspectos relacionados com as concepções, nas bases filosóficas e epistemológicas nas quais tem sido desenvolvido cada um deles para estar em melhor posição e conhecimento do que serão instrumentos de análise a partir dos quais vamos tentar elucidar as relações mantidas entre a felicidade e as condições econômicas que circundam as pessoas.

A construção do conceito de bem-estar tem a particularidade de que intenciona ir ao encontro ou habilitar a perspectiva do próprio sujeito sobre a sua vida, se fala assim de “autorrelatórios”. A característica definitiva da perspectiva do bem-estar subjetivo é sua intenção de conhecer o que as próprias pessoas sentem e avaliam da sua experiência, dentro dos parâmetros subjetivos. (Notadamente) Essas pesquisas têm-se concentrado em conhecer os níveis de bem-estar, satisfação ou sentimentos agradáveis que as pessoas tiram das suas circunstâncias econômicas, cuja aproximação aos parâmetros é a declaração das vivências pessoais.

O conceito do bem-estar subjetivo nesse sentido é muito interessante porque indaga nas generalidades sobre o que acontece na sociedade contemporânea com as pessoas e os

¹⁴ É interessante colocar que as críticas em geral são unidirecionais e provêm da perspectiva que proclama a visão eudaimônica que aponta o posicionamento hedônico adotado pela perspectiva do SWB ainda sem ter essa pretensão e sob preceitos de neutralidade, mas não dos autores que desenvolvem pesquisas sobre o SWB. A unilinearidade dessa crítica talvez seja um fato que revela a natureza geral de ambas as perspectivas.

níveis de riqueza material atingidos. Muito especialmente, as pesquisas sobre o bem-estar subjetivo podem ser compreendidas como uma ponte para conceituar o dinheiro como um sinal intersubjetivo.

O que tem sido colocado pela perspectiva eudaimónica é que isso não exclui a presença de uma perspectiva do pesquisador. Embora possa parecer que a perspectiva do pesquisador esteja ausente, as dimensões a pesquisar e as perguntas que são colocadas estão sustentadas por uma série de pressupostos em relação ao que é considerado bem-estar.¹⁵ Ao mesmo tempo, a existência de uma ideia de neutralidade valorativa, enquanto o que se quer conhecer é a própria visão das pessoas nas suas escalas de prazer não necessariamente afasta dos cientistas da economia a potestade de falar sobre o melhor para as pessoas, posto que tiram conclusões das suas pesquisas.

As críticas da SDT são atendíveis e bastam para demonstrar que, além de que o bem-estar subjetivo tenha como meta conhecer a perspectiva das pessoas, ainda assim condiciona a compreensão do que seja esse bem-estar subjetivo. As críticas apontam que a própria definição do objeto de análise, ou as delimitações das perguntas feitas já contêm uma posição que evidencia pressupostos sobre o que é o bem-estar e sobre as características definitórias do que poderia ser a felicidade. (RYAN e DECI, 2001)

Nesse sentido, embora frequentemente essas críticas feitas ao bem-estar subjetivo geralmente não o indiquem, seu possível viés hedônico pode ser procurado nas teorias que compõem o campo de conhecimento econômico e, principalmente as teorias utilitaristas, já que o conceito não pode deixar de ser colocado na matriz das teorias econômicas que muito especialmente moldaram seu surgimento.

Acreditar que a bondade das ações deve ser julgada segundo o prazer reportado tem a ver com a ideia da teoria da utilidade de que a maximização do prazer e a minimização da dor são o maior alvo desejável na vida e constitui a felicidade. Na linha com a visão hedônica as pesquisas do bem-estar subjetivo, ainda que numa interpretação ampla que não é redutível ao hedonismo físico, pois abrange o desenvolvimento e a realização de objetivos em domínios variados e subjetivamente valiosos, compreende a felicidade como a experiência de prazer versus desprazer. (RYAN e DECI, 2001) De um lado, identificar os fatores causantes de prazer e, de outro, excluir a dor, é o problema que tenta ser resolvido por essa teoria. A

¹⁵ Assim, por exemplo, no componente afetivo algumas emoções são consideradas positivas, enquanto outras negativas, ou quando é pesquisada a satisfação por domínios específicos sempre são tomadas decisões quanto às classificações e divisões feitas para estabelecer os distintos domínios e delimitar as áreas que expressam aspectos relevantes para as pessoas.

questão é então simplesmente identificar os promotores daquilo que nos causa gozo. Nessa teoria, em que tudo parece indicar que o prazer absoluto seja a máxima por trás da qual concorre a vida, assume em certa forma que no projeto societário do capitalismo o prazer não tem uma existência isolada da dor, o que não é problema porque num cálculo felicífico poderia descontar a dor do preço da felicidade

Partindo da ideia de que as coisas devem ser julgadas segundo a sua utilidade, ou seja, segundo seu benefício reportado, já que esse aparenta ser o critério mais racional, o que as concepções sobre o bem-estar subjetivo têm feito é colocar a felicidade nesse local do critério para avaliar benefícios. Essa perspectiva visa conhecer o diálogo entre o conforto emocional e a dimensão econômica, cujo marco relacional está notadamente colocado pela promessa do prazer tirado da melhora dessas condições.

Já foi analisado aqui que, ao colocar a felicidade nesse local de mensurações na racionalidade utilitária não consegue ser uma forma de evitar o reducionismo econômico, toda vez que tenciona a possibilidade de reduzir numa escala unificada a multiplicidade de qualidades diferenciadas, para fazer um cálculo que tem correspondência com o dinheiro. A questão mais problemática desse cálculo felicífico unificado é então que longe de superar a mercadorização, pretende que a busca máxima por trás da qual concorre a vida possa ser avaliada pelo equivalente universal (o dinheiro).

As ideias eudaimônicas, ainda que também possam estar alinhadas com o projeto societário do capitalismo, propõem uma outra compreensão. Dentre suas diferenças está a forma na que incluem a condição ou presença da dor na sua concepção de felicidade. A ideia básica que traduz as concepções da autorrealização é que, na frente de qualquer questão que seja alvo de valor, a dor é uma possibilidade, cuja existência não pode nem tem pretensão de evitar. Essa concepção considera que o movimento não intenciona a princípio eliminar a dor e até pode ser considerada um indicador do valor, que pode ter um efeito contrário, ou seja, se voltar o seu oposto (satisfação), sempre que expresse o esforço despendido em prol do que seja considerado valioso. A dor está assim envolvida na ideia de felicidade de uma outra forma.

A partir dessas concepções da autorrealização, as análises do bem-estar subjetivo podem levar a uma interpretação que simplifica os aspectos envolvidos na felicidade ou, mais precisamente, apaga os problemas que se envolvem na sua procura. A crítica que merece o bem-estar subjetivo a partir das teorias eudaemônicas é que, na pretensa neutralidade se desconsidera a existência de um quadro de valores que orienta as escolhas sem levar em

consideração os sentidos das ações e as possíveis dores que podem estar contidas no prazer.¹⁶ Ou seja, é necessário considerar as qualidades intrínsecas do que se almeja, o que levaria em consideração a avaliação daquilo que é fonte de valor.

Assim, uma das suas diferenças fundamentais das teorias da autorrealização em relação às teorias nas quais se orienta o bem-estar subjetivo é que assume uma presença da dor quase necessária no caminho do encontro com a felicidade. Isso pareceria envolver uma certa condição da felicidade, na sua promessa no projeto societário capitalista dentro do qual a felicidade aparece colocada não como um estado imediato, permanente da experiência vital, mas num local fora, exterior, para o qual é preciso se movimentar. Uma das vantagens concretas que isso outorga para as conceituações da autorrealização é que levam em consideração efeitos não desejados das condutas que se envolvem na procura do bem-estar material.

Contudo, convém fazer um distanciamento crítico também com as teorias do eudemonismo e apontar que a sua conceituação não tem que ser considerada como mais verdadeira ou superior. Muito pelo contrário, ainda que não seja assumido explicitamente, também está originada numa interpretação particular, nesse caso guiada pela busca do bom, a partir de qualidades essencialistas do ser humano que corre seus próprios riscos.

Nesse sentido, é possível indicar que há uma tentação usual dos eudaimônicos de colocar os teóricos do hedonismo, nos quais ficariam incluídos os do bem-estar subjetivo como defensores do prazer sem ética ou atenção de qualquer tipo, enquanto os eudaimônicos que procuram uma vida cheia de sentido, seriam os defensores de uma moral superior que requer um caráter mais comprometido para cumprir com a retidão das condutas e atingir a autorrealização. O primeiro que essa posição desconhece é que todas aquelas coisas de onde são tirados os prazeres não são naturais, também estão envolvidos em mandatos morais particulares.

Isso posto, é preciso colocar que ambas as perspectivas tributaram sempre (para) uma moral imposta como mandato e não se podem tirar conclusões de uma verdade cuja validade não seja meramente provisória. Na perspectiva que orienta o presente trabalho, isso implica primeiramente considerar que a felicidade está moldada pelas próprias práticas sociais e pelas ideias que surgem das relações de poder, muito antes que por concepções científicas ou ainda éticas que, embora pretendam uma antecipação, são esforços a posteriori de sistematizar uma

¹⁶ As consequências dessas pressuposições talvez só possam ser reconhecidas no final do trabalho, quando ao colocar o foco nas políticas econômicas, aparecem com mais clareza as decorrências de interpretações nas que ficam ausentes as possibilidades de questionamento ao sistema econômico atual e os valores que o orientam.

realidade cujas complexidades ultrapassam os esforços de colocar ordem no aparente caos que a vida social projeta, mas que na sua totalidade pode ser pensada nos marcos do projeto societário do capitalismo.

Assim, os conceitos envolvidos nas pesquisas de orientação empírica, anteriormente mencionados, possuem esse caráter de tentativa de aproximação e pontos de abordagem às questões socialmente relevantes, envolvidas nesse caso nas noções de felicidade. Esses conceitos dão conta só de aspectos parciais de uma ideia ou noção que parece transcendê-los e envolvê-los a ambos, porquanto cada um pareceria dar conta das possibilidades que assume a forma de compreender a felicidade nas condições presentes.

Na perspectiva adotada, a concepção de que a produção está a serviço da valorização do capital, não tenciona colocar quais são as necessidades naturais próprias da espécie e desatendidas pelo ambiente social, mas sim compreender a insatisfação das necessidades que ele mesmo cria. Essa é uma perspectiva diferente da SDT enquanto assume que é impossível estabelecer uma imagem de felicidade por fora de certos moldes particulares. No entanto, em concordância com a SDT, essa perspectiva incorpora a ideia de que é necessário olhar para os valores que legitimam as condutas e estabelecem os conteúdos das metas e ainda moldam as subjetividades construídas para compreender, assim, as possibilidades de atingir isso chamado de felicidade.

Considerando a finalidade deste trabalho, o fator econômico, como fator de incidência na felicidade, merece uma atenção especial; conhecer a relação entre dinheiro e felicidade não tenciona o encontro com verdades objetivas sobre a natureza humana, mas sim com o tipo de felicidade que é construída no mundo capitalista contemporâneo.

Interessa, nesse sentido, os estudos empíricos a partir dos quais pode ser pensado o papel que ocupa o econômico e muito especialmente o dinheiro na sociedade atual para analisar posteriormente seus vínculos com a felicidade, partindo do entendimento de que o que pode ser feito é avaliar o capitalismo com base nas possibilidades de realização do eu. Entendendo o “eu” como uma construção não abstrata, mas determinada pelo próprio meio social e cultural onde o eu se desenvolve.

Dizer que existe um único eu próprio do capitalismo parece uma simplificação tão extrema que desacredita ou limita o esforço compreensivo. A diversidade social transborda sempre as pretensões explicativas que os pesquisadores sociais desenvolvemos. Aparecem sempre as exceções das continuidades analisadas, os casos fora da lógica e as objeções questionadoras dos modelos teóricos esboçados.

Acreditar que existe um único "eu" poderia causar risos após uma breve reflexão sobre a diversidade de experiências que temos ao nosso redor e a multiplicidade de diferenças que caracteriza as aspirações que cada um de nós desenvolvemos. Nesse sentido, é possível dizer que não todos ainda no contexto capitalista contemporâneo perseguimos o dinheiro ou o sucesso econômico como objetivo central da nossa vida. Evidente que não existe uma única forma de compreender a vida nem há estreita semelhança nas aspirações individuais.

O que a pesquisa tentará analisar são as influências ou as disposições sociais que habilitam as formas de acessar a felicidade. Essas influências ou disposições albergam uma multiplicidade de aspirações que determinam a vida e os esforços pessoais. Não é a ideia desta pesquisa propor que todas as pessoas tenham como fim último o sucesso econômico, mas sim analisar o que constitui os rasgos característicos da sociedade capitalista contemporânea, compreender se é que existem algumas condições estruturais que determinam as qualidades das aspirações ou, mais precisamente, certas características comuns nas aspirações.

Em síntese, os capítulos que compõem esta tese partem de uma perspectiva na qual existem distanciamentos críticos com os conceitos nos quais estão baseadas as pesquisas que são apresentadas como material de análise empírico. Parte-se do entendimento de que isso não anula os instrumentos utilizados, mas colocam condições na interpretação do conhecimento que pode ser construído a partir deles. Vamos partir agora ao encontro das pesquisas empíricas para dialogar com as questões que elas têm abordado em relação ao dinheiro e à felicidade como forma de aproximação de alguns aspectos vinculados às vivências pessoais contemporâneas. Já foi colocado que partimos do entendimento de que as ferramentas de análises escolhidas são uma forma possível de acessar ao conhecimento, embora cada uma vai dar conta de aquilo que fragmentariamente se propõe analisar.

Dizemos que cada um dos conceitos utilizados embora não tenham uma validade universal sobre o que a felicidade teria que ser, tem a vantagem de tentar fazer aproximações segundo as vivências contemporâneas das pessoas. Nesse sentido, interessa, sobretudo, a possibilidade de contemplar questões vinculadas entre a esfera econômica e as percepções subjetivas que colocam paradoxos nessa relação, contradizem o senso comum, ao tempo que introduzem questionamentos a certas associações básicas que operam nas bases do projeto societário contemporâneo.

3. A FONTE MONETÁRIA DA FELICIDADE: os labirintos de um namoro

O capítulo está voltado para o corpo de pesquisas que têm sido desenvolvidas no marco do chamado bem-estar subjetivo e que consideram especialmente as relações mantidas com variáveis micro e macroeconômicas. Centralmente vamos tentar relacionar e discutir dois achados que têm sido feitos a partir das pesquisas sobre renda e bem-estar subjetivo: (a) as pessoas mais ricas são as mais felizes, (b) com o tempo a maior riqueza não se expressa como maior bem-estar subjetivo.

O alvo central de discussão será o chamado Paradoxo de Easterlin que questiona a existência de evidências sobre uma associação entre riqueza e a felicidade ao longo do tempo. Esse paradoxo coloca em dúvida que mais dinheiro traga mais felicidade. A questão é: Há alguma possível explicação para algo que, aparentemente, seria contra o senso comum?

Para compreender o chamado paradoxo de Easterlin ou para conciliar as aparentes contradições entre a renda e o bem-estar subjetivo, as pesquisas desenvolvidas têm se concentrado no estudo dos pontos de referência em relação com a trajetória da própria pessoa, assim como as comparações em relação a outras pessoas ou grupos específicos.

Ao longo do tempo foi acumulada uma série de pesquisas que abordam de um lado o denominado fenômeno da adaptação e habituação e, de outro, um conjunto de pesquisas que procura conhecer a forma na qual as dinâmicas da comparação social e os pontos de referência afetam a relação entre renda e bem-estar subjetivo.

Assim, a proposta é ir em direção a essas pesquisas para nos introduzir nos detalhes e complexidades que existem entre as condições materiais de existência e as percepções subjetivas. Ou, em outras palavras, para percorrer alguns dos labirintos do namoro entre a felicidade e o dinheiro. Ou seja, adentrarmos em aspectos pontuais, em discussões sobre especificidades desse vínculo com ruas e encruzilhadas que aparecem logo após tentarmos aprofundar nele. Para contornar alguns pontos desse labirinto colocaremos as discussões que foram desenvolvidas dentro do conceito do bem-estar subjetivo e discutiremos as interpretações que dele podem ser tiradas. (dele.)

3.1. Os ricos são mais felizes

Uma das confirmações mais reiteradas nas pesquisas sobre a relação entre o nível econômico e o bem-estar subjetivo é que os ricos são mais felizes. Um grande corpo de pesquisas sugere que o dinheiro importa sim, e existem alguns consensos na literatura sobre bem-estar subjetivo e renda, que podem ser resumidos em dois achados básicos e reiterados. São eles¹⁷:

1) Que no nível interno de cada país o bem-estar subjetivo está estatisticamente relacionado de forma positiva com a renda quando é olhado um ponto no tempo, sendo os mais ricos os que têm maior bem-estar subjetivo e 2) que o bem-estar subjetivo da população se movimenta com variáveis macroeconômicas, incluindo PIB, crescimento do PIB e inflação.

1) O achado mais elementar é que o bem-estar subjetivo está positivamente relacionado com a renda em dados de pesquisa de seção transversal (quando olhados num ponto no tempo) no nível interno de cada país. Sejam países de alta ou baixa renda, o bem-estar subjetivo está desigualmente distribuído entre as classes sociais e as pessoas mais ricas estão sempre, em média, melhor posicionadas.¹⁸

Quando cada país é visto individualmente, também são inúmeras as pesquisas que têm encontrado uma relação positiva entre renda e bem-estar subjetivo. Pesquisas nessa linha têm sido desenvolvidas em todos os cantos do mundo, sendo muito difícil de enumerar aqui com algum critério válido.

Talvez seja oportuno dizer que entre as pioneiras, em concomitância com a proliferação de estatísticas sociais e agências nacionais usualmente aparecem algumas vinculadas aos países mais ricos por serem nesses países onde começaram a ser incorporadas diferentes aproximações à felicidade da população. Particularmente, nos Estados Unidos as pesquisas do American Institute of Public Opinion (AIPO) ou do The National Opinion Research Center (NORC) e na Europa o Eurobarômetro ensaiaram distintas medições do bem-estar subjetivo e abriram as portas ao debate sobre a renda.

Na atualidade, a nível internacional, existem pesquisas com uma abrangência muito grande de países que têm incorporado aproximações que dizem respeito ao bem-estar

¹⁷ Clark et al (2006) propõem três, mas um deles é discutido ainda.

¹⁸ Não foi possível localizar na revisão bibliográfica nenhuma pesquisa até o momento que tenha refutado a reiterada comprovação de que a população mais rica de cada país informa maior bem-estar, enquanto a população mais empobrecida é a que se sente menos feliz. Nesse sentido podem ser referenciados: Stevenson e Wolfers, (2008), Sachs, Stevenson e Wolfers, (2012), Easterlin (2013), Helliwell et al (2012), Helliwell et al (2013), Helliwell et al (2014), Helliwell et al (2015), Helliwell et al (2016), Helliwell et al (2017), Helliwell et al (2018), Helliwell et al (2019), Castellanos em Castellanos e Millan (2018), Leyva e Romo em Castellanos e Millan (2018).

subjetivo como uma das suas dimensões constitutivas.¹⁹ Em seu conjunto essas pesquisas têm ampliado o conjunto de países para os quais existem dados sobre o bem-estar subjetivo e ao mesmo tempo tem permitido fazer comparações entre países de todos os níveis de desenvolvimento.

Nesse sentido, na atualidade não fica dúvida de que o nível de renda nacional tem um poderoso efeito nas diferenças entre países nos níveis de bem-estar subjetivo, sendo os países ricos os que estão geralmente no topo.

O conjunto de pesquisas internacionais de grande escala tem originado uma diversidade de estudos nesse sentido. Entre eles destaca-se a de Deaton (2008), que utilizou os dados da versão de 2006 da Gallup World Poll, na qual foram incluídos 132 países, sendo a maior até o momento já que nenhuma pesquisa anterior forneceu amostras nacionais de tantos países, incluindo países pobres.

A análise de Deaton confirmou as descobertas de muitas pesquisas anteriores de menor abrangência em nível nacional, enquanto que os países de alta renda têm maior satisfação com a vida do que os de baixa renda. Nas palavras do autor:

[...] a relação global muito forte entre o PIB per capita e a satisfação com a vida sugere que, em média, as pessoas têm uma boa ideia de como a renda, ou a falta dela, afeta suas vidas. Não é verdade que o povo da Índia esteja tão satisfeito com suas vidas quanto o povo da França, muito menos a Dinamarca. (DEATON, 2008, p.69, tradução nossa)

Outra das pesquisas muito referenciadas no nível da comparação internacional foi desenvolvida por Stevenson e Wolfers (2008). Esses autores seguiram a estratégia de pegar a maior quantidade de dados possíveis para comparar os resultados obtidos ao longo do tempo e incluíram, assim, pesquisas de grande abrangência internacional (como World Values Survey, a Gallup World Poll, a Global Attitude Survey Pew 2002), pesquisas regionais e ainda pesquisas desenvolvidas em níveis nacionais com o fim de incorporar na sua análise distintas medidas de bem-estar subjetivo (incluindo a dimensão afetiva, além das medidas avaliativas) que correlacionam com o PIB per capita.

¹⁹As mais referenciadas são a World Values Survey (WVS), realizada de forma intermitente desde o início da década de 1980 para vários países do mundo, e a Gallup World Poll (GWP). A WVS pergunta: “Juntando todas as coisas, você diria que está: muito feliz; bem feliz; não muito feliz; nada feliz?” e, “Considerando todas as coisas, quão satisfeito você está com sua vida em geral nos dias de hoje?” Enquanto a GWP inclui uma questão de satisfação com a vida no momento presente, onde os entrevistados são solicitados a imaginar uma escada com cada degrau representando uma vida sucessivamente melhor. Os entrevistados, então, relatam o “degrau” na escada que melhor representa sua vida, medida em onze pontos de 0 (“melhor vida possível”) a 10 (“melhor vida possível”). (DIENER, 2006)

O que os autores concluíram a partir de todas essas pesquisas é que existe uma forte relação positiva entre renda e bem-estar subjetivo, tanto na interna dos países, e sem que exista uma grande diferença entre países com distinto nível de desenvolvimento, quanto na comparação internacional na hora de visualizar as diferenças de bem-estar em relação com a renda.

No nível de cada país, os autores não encontraram nenhum caso que não confirmasse a relação bivariada significativa entre bem-estar subjetivo e renda, que faz com que em cada país as pessoas mais ricas sejam mais felizes. Os autores colocam nesse sentido “[...]temos feito comparações similares em mais de 100 países e ainda não encontramos nenhuma exceção (estatisticamente significativa.)” (STEVENSON e WOLFERS, 2008, p. 12, tradução nossa)

Os autores ainda analisam o cenário de comparação internacional e tal como colocam, embora em algumas pesquisas iniciais não tenha sido encontrada uma correlação convincente entre renda e bem-estar subjetivo, incluída a pesquisa pioneira de Easterlin (1974)²⁰, (o que, pode ter sido determinado por dificuldades de medição ou interpretação dos achados pela escassez de dados) a grande quantidade de pesquisas existente na atualidade que usam conjuntos de dados que cobrem muitos países, conflui na conclusão de que os países mais ricos são os mais felizes.

Em suma, a primeira questão que as pesquisas indicam em seu conjunto é que as circunstâncias econômicas são importantes para o bem-estar das pessoas e, nesse sentido, não há dúvidas de que as melhores posições econômicas estão associadas aos maiores níveis de bem-estar subjetivo.

O que indica esse primeiro conjunto de pesquisas pode ser compreendido como a expressão mais simples, ou mais evidente de uma necessária correspondência entre a posição econômica e o bem-estar subjetivo. A princípio não causa nenhuma surpresa no marco da sociedade contemporânea onde o projeto societário do capitalismo está vinculado ao acúmulo e à riqueza material e onde o dinheiro assume um lugar preponderante de símbolo intersubjetivo.

2) Nessa mesma linha de associação positiva ou co-mobilidade do bem-estar subjetivo e posição econômica existe um conjunto diversificado de estudos que avalia a relação de circunstâncias econômicas mais precisas. Assim, pesquisas focadas em diversas

²⁰ O próprio autor reconheceu a correlação em artigos posteriores, por exemplo Easterlin (1995).

circunstâncias econômicas, sejam variáveis macroeconômicas, incluindo PIB, crescimento do PIB e inflação ou no nível individual, têm apoiado essa co-mobilidade do bem-estar subjetivo.

Com o intuito de conhecer se os ciclos econômicos de contrações e expansões de curto prazo são acompanhados por movimentos correspondentes ao bem-estar subjetivo, uma das linhas de análise desenvolvidas tem a ver com os movimentos de bem-estar subjetivo (médio) da população dentro dos países em relação às flutuações do PIB. As primeiras pesquisas nesse sentido provieram também dos países desenvolvidos onde se comprovou que os níveis de bem-estar subjetivo acompanham os movimentos de contrações e expansões econômicas.

Ao longo do tempo as pesquisas têm se acumulado para países de todo o mundo e os resultados são consistentes na relação sistemática entre os ciclos de curto prazo e o bem-estar subjetivo.

Nessa contribuição para a ampliação dos países estudados destacam-se Easterlin et. al. (2010), que analisaram vários países em desenvolvimento, países da Europa Oriental em transição do socialismo para o capitalismo e países desenvolvidos (17 países latino-americanos, 17 países desenvolvidos, 11 países do Leste Europeu em transição do socialismo para o capitalismo e 9 países menos desenvolvidos espalhados pela Ásia, América Latina e África), incluindo alguns com taxas de crescimento bastante baixas e alguns com as taxas de crescimento econômico muito altas. A partir da sua análise esses autores concluíram que, no curto prazo, nos três grupos de países, bem-estar subjetivo e renda caminham juntos, ou seja, o bem-estar subjetivo tende a cair nas contrações econômicas e aumentar na expansão.

Conjuntamente com o PIB os movimentos de outras variáveis macroeconômicas têm sido estudados. Em especial é possível destacar um conjunto amplo de pesquisas focado no estudo dos impactos negativos que têm o desemprego no bem-estar subjetivo. As pesquisas na área não só mostram que os desempregados se sentem muito menos satisfeitos com a vida (OSWALD, 1997), mas também que as taxas de desemprego têm efeitos gerais na população que vão além das pessoas realmente desempregadas.²¹ Pessoas com emprego também são afetadas negativamente por uma taxa de desemprego mais elevada, o que tem sido associado ao aumento da insegurança econômica. (STUTZER e FREY, 2010)

²¹ Essas pesquisas, por sua vez, também têm demonstrado que os efeitos negativos do desemprego para aqueles que estão desempregados vão muito além da perda de renda, se constituindo numa linha de pesquisa muito frutífera para compreender que o trabalho não só envolve aquisição de bens materiais o que, como será analisado depois, envolve a associação entre as circunstâncias materiais e a renda.

Tal e como colocam Helliwell et. al. (2012) o desemprego é uma das circunstâncias econômicas que provocam maior infelicidade na população em geral e, das diferentes dimensões (também chamados de domínios) estudadas do bem-estar subjetivo, a que tem uma das maiores associações fortemente negativa.

Um outro conjunto de estudos tem sido focado nas mudanças no nível pessoal. Nesse sentido, o que tem sido majoritariamente analisado são movimentos na renda pessoal e também há grande coincidência de que pelo menos os momentos de mudanças para cima ou para baixo na renda que as pessoas recebem também estão associados ao curto prazo com respectivas altas e baixas na felicidade. Assim, no conjunto de pesquisas desenvolvidas na atualidade existe consenso de que mudanças nas circunstâncias econômicas estão correlacionadas a mudanças no bem-estar subjetivo, que as pessoas mais ricas na escala de cada país e que os países mais ricos na escala mundial são os que reiteradamente apresentam maiores níveis de bem-estar subjetivo. (CLARK, et. al. 2006)

Novamente temos que colocar os marcos que cabem à interpretação dessas pesquisas. A princípio, o que elas indicam, quase como uma obviedade, é que para a grande maioria da sociedade contemporânea o dinheiro sim, importa, na hora de avaliar a satisfação com a vida. Essas pesquisas impedem desmerecer, dentro das coordenadas da sociedade capitalista contemporânea e para as subjetividades construídas nela, a sua importância das circunstâncias materiais para a generalidade das pessoas.

O elemento mais básico que as pesquisas sobre o bem-estar subjetivo traz, então, é que na contemporaneidade o dinheiro está relacionado ao bem-estar subjetivo, aliás um fato que não deveria causar nenhuma surpresa.

No entanto, é preciso dizer que estabelecidas essas constatações básicas, na hora de aprofundar ou tirar conclusões sobre a relação estabelecida entre as circunstâncias materiais de vida e o bem-estar subjetivo, têm aparecido também complexidades, paradoxos e ambiguidades. Embora as pesquisas concordem nos achados anteriormente citados, existem ao mesmo tempo pontos de profunda discrepância, assim como interpretações diferenciadas que é necessário abordar, já que as discussões ainda não estão resolvidas.

Nesse sentido, o que mais interessa discutir neste trabalho corresponde à polêmica levantada por Easterlin e as dúvidas que o autor coloca em relação aos efeitos que a renda tem a longo prazo. Pela transcendência que essa discussão tem, vamos começar por outras discussões paralelas que também fornecem pistas da relação entre dinheiro e satisfação ou bem-estar subjetivo, e embora pareçam discussões secundárias, incidem também nas interpretações que têm sido feitas sobre essa relação.

3.2. Renda e bem-estar

Partindo do suposto básico do projeto capitalista contemporâneo de que existe uma relação positiva entre a felicidade das pessoas e as suas circunstâncias econômicas, muitas discussões têm se voltado para o assunto, e algumas estão focadas em atender com mais detalhes essa relação, buscando procurar, portanto, compreender a existência de efeitos de renda diferenciados para pobres e ricos.

Assim, muitas pesquisas na área têm se interessado em estudar a importância da renda e seus efeitos na satisfação com a vida segundo os níveis de riqueza atingidos. Essa discussão tem sido centrada na existência de um estágio, que seja indicador de um certo nível ótimo de satisfação de necessidades, após o qual a renda não seria importante do ponto de vista subjetivo.

O centro ao redor do qual gira essa discussão tem relação com o conceito, usualmente aplicado na economia, da utilidade marginal decrescente. Segundo esse conceito, os efeitos positivos da renda seriam mais fortes nos níveis mais baixos, mas sua importância tenderia a decrescer nos níveis mais altos.

Essa é a ideia que expõem autores como Drakopoulos (2005) que acha que a satisfação com necessidades básicas ou mais elementares faz com que nos níveis mais baixos aconteça uma maior associação entre a renda e a satisfação com a vida.

Na mesma linha, Clark (2011), num artigo no qual levanta a discussão dos principais achados da relação entre renda e felicidade conclui também a favor dessa interpretação no nível macrossocial.²²

Há estudos ainda que têm sido focados na procura desses níveis nos quais a renda perde importância. Assim, por exemplo, Pronto e Rustichini (2013), numa ampla pesquisa,

²² Segundo o autor:

[...] parece ser que o dinheiro compra felicidade, no nível do país, mas apenas até certo ponto. Em particular, os países mais ricos parecem estar em uma parte mais plana dessa curva. A evidência macro de corte transversal sugere, portanto, que o aumento do PIB per capita se tornará cada vez menos eficaz no aumento da felicidade média à medida que os países se tornam mais ricos.” (CLARK, 2011, p.2 tradução nossa)

comprovaram que a renda nacional e a satisfação com a vida têm uma forma côncava e analisaram, inclusive, o ponto no qual essa relação se torna inversa.²³

Até há pouco tempo parecia ser essa a explicação mais comum. No entanto, um outro conjunto de pesquisas que tem surgido como alternativa mais recente deriva numa interpretação segundo a qual não existe uma utilidade marginal decrescente. Segundo essas pesquisas, que têm cobrado importância nos últimos anos e que rebatem o argumento de que exista uma influência mais fraca da renda no bem-estar subjetivo dos mais ricos, o problema central dos estudos anteriores é que tem um erro de interpretação, pois, se o que se considera são quantidades proporcionais, o benefício adicional de mais renda não está sujeito a retornos decrescentes.

Nessa linha encontram-se pesquisadores que têm demonstrado que sempre que a análise seja da proporção de qualquer crescimento ou mesmo em relação com o nível de renda atingido, essa associação se mantém, ou, mais precisamente, os efeitos positivos da renda continuam a existir.²⁴

Há envolvida aí uma questão de discrepância teórico-metodológica entre as pesquisas já que as análises que rebatem o argumento da utilidade marginal da renda usualmente estudam o logaritmo da renda. Isso implica que todas as respostas são traduzidas em uma escala, segundo a qual o que é considerado são as magnitudes de proporção na variação da renda. Ou seja, essas pesquisas consideram a importância das variações de renda segundo a base da qual fazem parte.

Segundo essas pesquisas não é possível estabelecer qual é o ponto de saciedade acima do qual a renda deixa de ser um fator de incidência no bem-estar. Isso é ilustrado de forma muito simples por Sachs, Stevenson e Wolfers (2010, p. 2, tradução nossa):

[...] um aumento de 20% na renda tem o mesmo impacto no bem-estar, independentemente do nível inicial de renda: passar de US \$ 500 a US \$ 600 em renda por ano produz o mesmo impacto no bem-estar, que passar de US \$ 50.000 para \$ 60.000. Essa especificação é atraente por razões teóricas [...] De fato, estimar o bem-estar em função da renda logarítmica se ajusta aos dados muito melhor do que a função linear simples da renda enfatizada por autores anteriores [...]

A interpretação que pode ser feita a partir dessa abordagem que leva em consideração a proporção é que a relação renda/ bem-estar subjetivo não se aplanar com alta renda. A

²³ Segundo eles, nas nações mais pobres a relação é claramente positiva, porém achata-se ao redor de um PIB per capita de U\$ 30,000 a U\$ 35,000, depois torna-se negativa. Os autores concluem que os entornos sociais onde existe uma alta aspiração econômica levam os indivíduos a aumentar essas aspirações, ainda quando as escolhas nesse sentido não parecem maximizar a felicidade.

²⁴ Entre as pesquisas de longa escala podem ser destacados Deaton (2008), Stevenson and Wolfers (2008), Sacks, Stevenson and Wolfers (2012), Easterlin (2001).

associação entre bem-estar e renda observada para os ricos se mantém, não só quando são observados os níveis individuais, mas também comparando o que acontece para países pobres em relação aos ricos.

Nesse sentido, Deaton (2008) foi outro dos pesquisadores que demonstrou que, quando a renda é medida em termos logarítmicos, não há evidências de que diminuam os efeitos de aumento de satisfação com a vida à medida que os países aumentam sua renda. Inclusive na sua análise, o autor encontra que entre os países de alta renda (pareceria) existiria uma correlação ainda mais forte, embora não estatisticamente significativa.

Na atualidade, muitas pesquisas no nível individual também concluem que para as pessoas ricas a renda continua a ter uma associação forte com a satisfação e que os aumentos da renda continuam a importar em quantidades proporcionais tanto para os níveis mais altos quanto para os níveis mais baixos.

Contrariamente às teorias da utilidade marginal decrescente, Tay, Morrison e Diener (2014)²⁵, recentemente examinaram a influência relativa da renda pessoal e nacional de forma independente e concluíram que o dinheiro está mais fortemente ligado à felicidade em países ricos. De acordo com a hipótese desenvolvida pelos autores o vínculo entre renda e bem-estar subjetivo seria mais forte entre as nações mais ricas do que entre as mais pobres, provavelmente porque esses lugares valorizam mais o dinheiro e os bens materiais, já que segundo a norma de cultura, as sociedades valorizam os atributos que estão em alta. Essa hipótese para explicar os resultados obtidos, também prevê que as pessoas mais semelhantes à maioria têm maior probabilidade de desfrutar de maior felicidade, motivo pelo qual as pessoas mais ricas são mais felizes em sociedades mais ricas. Até agora, essa hipótese dos autores é só uma possível explicação, mas poderia ser estendida ao conjunto de pesquisas que apontam na mesma linha.

Em suma, existem duas posições ou duas interpretações da importância subjetiva da renda segundo o nível de riqueza, que derivam, por sua vez, em conclusões significativamente diferentes. Aqueles que interpretam que existe um ponto de saciedade tem procurado uma série de argumentos vinculados a alguma estrutura de necessidades humanas segundo a qual seja possível fixar um umbral de consumo ótimo. O segundo conjunto de pesquisas mais novas, no entanto, veio a questionar essa possibilidade e parece indicar que não existe a possibilidade de tirar essa conclusão das pesquisas empíricas e apontam que a “fome” ou

²⁵ Nesse estudo os autores desenvolvem uma análise transversal em 158 nações, com base nos dados do Gallup World Poll (GWP), coletadas de 2005 a 2011. Os autores acharam um efeito positivo da renda nacional para a satisfação com a vida, mas não para os sentimentos diários de bem-estar, já que, segundo a pesquisa, pessoas em nações mais ricas experimentam, em média, mais preocupação e raiva.

desejo de renda não tem um fim preciso.

Contudo, além de esse segundo conjunto de pesquisas envolver considerações teóricas que derivam em conclusões significativamente diferentes, um ponto para onde confluem os dois tipos de abordagens é que, quanto mais ricos se é, mais dinheiro é necessário para influir positivamente no bem-estar subjetivo. Nesse sentido, todas as pesquisas confluem para uma mesma interpretação de que em termos absolutos é necessário muito mais dinheiro para acrescentar o bem-estar subjetivo dos ricos.

Mesmo Stevenson e Wolfers, que pertencem ao segundo grupo, assumem esse fato e o ilustram da seguinte forma:

[...] um aumento de 1% no PIB per capita nos Estados Unidos é aproximadamente dez vezes maior do que um aumento de 1% no PIB per capita da Jamaica. Em vez disso, considere o efeito de um aumento de \$100 nos ganhos médios na Jamaica e nos Estados Unidos. Esse choque aumentaria o PIB per capita dez vezes mais na Jamaica do que nos Estados Unidos e, assim, aumentaria o bem-estar medido em aproximadamente três vezes mais na Jamaica do que nos Estados Unidos. Para os países mais pobres, essa diferença é mais acentuada. Por exemplo, o PIB per capita no Burundi é cerca de um sexagésimo do dos Estados Unidos e, portanto, um aumento de US \$100 na renda mediana teria um impacto vinte vezes maior no bem-estar medido no Burundi do que nos Estados Unidos.” (STEVENSON e WOLFERS, 2008, p 11, tradução nossa)

É possível dizer que ambos os conjuntos de análise são coincidentes na magnitude muito maior de dinheiro que é necessário mobilizar para manter o bem-estar em alta na medida que a renda cresce. Contudo, as discrepâncias entre essas duas abordagens não é uma questão menor, porque como foi colocado, ambas envolvem interpretações diferenciadas sobre o papel da renda e a forma com que se relaciona com o bem-estar subjetivo. Talvez para alguns a questão ainda esteja em aberto e admita a diversidade de análises, mas tudo indica que a interpretação mais recente se aproxima melhor da explicação da relação subjetiva com a renda.

Se olharmos a tendência que as pesquisas indicam, podemos dizer, em outras palavras, que a “fome” de renda é uma questão crescente que não tem um limite, e veremos, em seguida, que também de modo mais abrangente com as condições materiais de existência acontece o mesmo. Isso pode ter uma explicação muito simples, que será desenvolvida posteriormente, e que aponta para a advertência de que, embora possa parecer que quando as pessoas se tornam mais ricas, suas necessidades reais tornam-se menos prementes. As normas que regem essas necessidades estão determinadas por efeitos de referência que fazem com que as próprias necessidades não sejam uma coisa estável.

3.3. A tendência no longo prazo

Uma outra questão mais intrigante ainda tem a ver com uma discussão que perpassa pelos centros nevrálgicos das interpretações sobre a renda e que interessa especialmente aos objetivos deste trabalho, colocada por Easterlin há mais de 40 anos e que ainda é discutida. Num artigo publicado em (1974) o autor perguntava-se se a renda melhorava o bem-estar das pessoas no longo prazo. As conclusões do autor deram origem ao chamado paradoxo de Easterlin.

Segundo esse paradoxo, dois achados contraditórios da relação entre a renda e o bem-estar subjetivo podem ser documentados. O primeiro já foi expresso aqui: quando olhamos para um determinado momento, tanto entre as nações quanto dentro delas, a felicidade varia diretamente com a renda, ou seja, aqueles no grupo de maior status socioeconômico são mais felizes, em média, do que aqueles no grupo de menor status. Contudo, segundo o “paradoxo” proposto pelo autor, ao longo do tempo não é possível enxergar essa relação e a felicidade não aumenta quando a renda aumenta.

Nessa pesquisa pioneira foi analisada a relação entre a felicidade e a renda em 19 países de todo o mundo. Em cada uma das pesquisas, aqueles no grupo de maior status socioeconômico eram mais felizes, em média, do que aqueles no grupo de menor status, sendo esse o primeiro estudo a confirmar que a satisfação com a vida, quando é estudada num dado momento, aumenta conjuntamente com a renda.

Contudo, o estudo inclui também uma análise da felicidade ao longo prazo para os Estados Unidos da América, o único país para o qual foi possível desenvolver uma série temporal, cobrindo datas intermitentes de 1946 a 1970. No caso, a pesquisa encontrou que a maior renda não foi acompanhada por maior felicidade ao longo do tempo. Mais tarde, o autor estendeu a série temporal analisada até o 2000 e continuou a encontrar o mesmo resultado (Easterlin 2005b). Os Estados Unidos da América constituíram, assim, o exemplo inverossímil, no qual Easterlin fez branco de sua pesquisa: a superpotência econômica mundial alcançou um surpreendente progresso econômico e tecnológico durante o último meio século, sem obter, no entanto, nenhum ganho na felicidade autorreportada pela cidadania.

Aliás, não só nos EUA o autor corroborou que o bem-estar subjetivo da população não acompanhou o crescimento econômico, já que outras pesquisas feitas pelo autor confirmaram subsequentemente os dados iniciais em outros países desenvolvidos. Assim, por exemplo,

foram estudadas as tendências na satisfação com a vida em nove países europeus de 1973 a 1989 que também apresentaram o padrão geral de pouca ou nenhuma tendência ascendente em um período em que o PIB real per capita aumentou em todos esses países de 25% para 50%. O mesmo aconteceu no Japão, entre 1958 e 1987, período no qual a renda per capita cresceu cinco vezes, mas a satisfação com a vida reportada pelos japoneses não experimentou nenhum crescimento. Este último país foi para o autor de especial interesse porque, após a recuperação da Segunda Guerra Mundial, abrangeu níveis de renda iniciais muito mais baixos do que os dos Estados Unidos e da Europa. (Easterlin, 1995)

A maioria dessas pesquisas iniciais foi desenvolvida em países de alta renda e por longo tempo acreditou-se que o paradoxo só era aplicável naqueles países, mas com o tempo o escopo empírico do paradoxo foi gradualmente se ampliando, incluindo países menos desenvolvidos espalhados pela Ásia, América Latina e África, assim como países do Leste Europeu em transição do socialismo para o capitalismo. (Easterlin et al 2010, Easterlin, 2012)

Em uma dessas pesquisas feitas nos últimos anos (Easterlin, 2012) foram incluídos 37 países, nos quais foram estudadas séries de tempo variando de 12 a 34 anos de duração (17 países desenvolvidos com séries temporais que variam de 21 a 34 anos, nove países em desenvolvimento com séries temporais variando de 15 a 33 anos e 11 países em transição com séries temporais variando de 12 a 22 anos), com diferentes taxas de crescimento do PIB per capita que variam de ligeiramente negativas a quase 6%.

Após a análise de todos esses países o autor concluiu novamente que não existe uma relação significativa entre a melhora na satisfação da vida e a taxa de crescimento econômico ao longo prazo. Nas suas palavras: “Em suma, para países ricos, pobres e em transição, agrupados e analisados separadamente, não há evidência de que uma taxa de crescimento mais elevada aumenta a taxa de melhoria na satisfação com a vida. (EASTERLIN, 2012, p.5, tradução nossa)

POBRES E FAMOSOS: O PARADOXO NA AMÉRICA LATINA

Uma das regiões pobres, incluída em um desses estudos, desenvolvido por Easterlin em conjunto com outros autores (Easterlin et al 2010), cujo estudo resulta interessante ressaltar pela proximidade geográfica, mais precisamente por ser o contexto de escrita dessa tese, é a América Latina. O conjunto de pesquisas desenvolvidas por Easterlin, no qual foi analisada a relação entre a satisfação com a vida e a renda ao longo do tempo em distintas latitudes ao redor do mundo, inclui a análise para 17 países da América Latina.

Nesses países latinoamericanos perguntas sobre satisfação com a vida tinham sido feitas mas, as categorias de perguntas ou respostas mudaram várias vezes, tornando os

dados muito problemáticos para a análise de séries temporais. Os autores da pesquisa optaram por considerar a evolução da satisfação financeira (a partir da análise do Latinobarômetro, que embora seja uma medida menos abrangente de bem-estar, se relaciona ainda mais diretamente ao bem-estar econômico; portanto, seria de se esperar que estivesse mais intimamente relacionado à variação da renda, (mais especificamente a taxa anual de variação do produto interno bruto real (PIB) per capita). Para os 17 países latino-americanos analisados, com séries temporais anuais de 10-12 anos de duração (entre os anos 1994 e 2006) os autores descobriram que quando o PIB está acima da tendência, a satisfação financeira tende a ficar acima da tendência; quando o PIB está abaixo da tendência, a satisfação financeira tende a ficar abaixo e que, além disso, esses países exibem um movimento sincrônico; mais precisamente em um ano em que um país está abaixo da tendência, quase todos os outros estão, fato esse que se explica pela similitude estrutural das economias especialmente afetadas pelos preços das commodities.

Contudo, o surpreendente da análise é que embora no curto prazo a renda e a satisfação financeira caminhem juntas, quando todo o período de contração e expansão é considerado essa relação (a relação entre a taxa de crescimento anual do PIB e a mudança média anual na satisfação financeira) é nula. O coeficiente de inclinação da regressão não difere de zero em significância estatística.

Essa descoberta para esses países é consistente com a relação positiva no curto prazo, mas volta a ser contrária à expectativa usual dos economistas de que o crescimento e o bem-estar estariam positivamente relacionados no longo prazo, o que segundo o conjunto de autores da pesquisa confirma mais uma vez as predições do Paradoxo.

A pesquisa mais recente (ou com a qual foi possível ter contato na hora da escrita deste trabalho) foi feita por Easterlin (2016) onde o autor submeteu novamente a um teste o paradoxo, desta vez para examinar se os países com maior taxa de crescimento econômico exibem uma mudança significativamente mais positiva na satisfação com a vida. Nessa pesquisa, o autor expandiu a análise para 43 países ao redor do mundo²⁶, incluindo países desenvolvidos, menos desenvolvidos e países em transição do socialismo para o capitalismo. Esses dados mais recentes continuam a confirmar que os países com maior taxa de crescimento do PIB não apresentam mudanças significativamente maiores na satisfação com a vida do que países com menor taxa de crescimento econômico. Mais especificamente, segundo a pesquisa do autor, um aumento de um ponto percentual na taxa de crescimento do PIB está associado a um aumento na taxa de crescimento da satisfação com a vida em cerca de 0,001 por ano em uma escala de 1 a 10.²⁷

Nessa escala, o aumento da taxa de crescimento do PIB ao longo de todo um século, apenas acrescentaria a satisfação com a vida num valor igual a 0,1 pontos. Nesse sentido, é

²⁶ Segundo descrito pelo autor, o critério usado para incluir os países foi que deviam ter uma população maior que um milhão, ter realizado pelo menos três pesquisas de bem-estar subjetivo, essas pesquisas deviam abranger um período mínimo de dez anos e pelo menos um ciclo completo de expansão e contração do PIB. (Easterlin, 2016)

²⁷ O coeficiente de regressão estimado pelo autor é de 0,00097 (Easterlin, 2016).

possível concordar com o autor que adicionar 0,1 pontos à satisfação de vida de um país ao longo de um século de constante crescimento econômico não pareceria ser a chave da felicidade para a população.²⁸

Em suma, o Paradoxo, segundo o qual no curto prazo a felicidade aumenta com a renda, mas com o tempo, a felicidade não aumenta quando a renda aumenta, tem sido reiteradamente analisado pelo autor ao longo dos anos. Em seu conjunto, o acúmulo de pesquisas que o autor tem feito desde 1974 até os dados publicados recentemente, que fornecem séries temporais mais longas e uma cobertura mais ampla por país e para diferentes países ao redor do mundo, confirmam os achados negativos em relação com a suposição corrente de que a tendência crescente da renda gera efeitos positivos no bem-estar subjetivo das pessoas.

Ao longo de mais de 40 anos de pesquisas, o autor achou confirmada a sua explicação geral para isso:

As aspirações ou os gostos materiais variam positivamente com o nível de desenvolvimento econômico. Além disso, essas mudanças nos gostos são causadas pelo próprio processo de crescimento da renda (embora a relação de efeito de causa possa funcionar em ambos os sentidos). Como resultado do crescimento da renda secular, a experiência de socialização de cada geração incorpora um nível mais elevado de vida e, correspondentemente, gera um nível mais elevado de padrões de consumo. Mesmo dentro do ciclo de vida de uma determinada geração, o acréscimo progressivo de bens domésticos devido ao crescimento econômico causa uma pressão ascendente contínua sobre as normas de consumo. Este deslocamento ascendente nos padrões (gostos) tende a deslocar o efeito positivo do crescimento da renda no bem-estar que se esperaria na base da teoria econômica. (EASTERLIN, 1974, p. 117, tradução nossa)

RICOS E FAMOSOS: O PARADOXO NA CHINA E ESTADOS UNIDOS

“A história se repete, a primeira vez como tragédia e a segunda como farsa.”

Karl Marx

De todos os casos analisados por Easterlin e ainda por outros pesquisadores cabe ressaltar dois casos paradigmáticos por serem as duas maiores potências econômicas contemporâneas, cujo estudo é digno de nota: a China e os Estados Unidos.

Os Estados Unidos, como já foi colocado, é o primeiro caso segundo o qual, após o estudo de uma série temporal inicialmente desde 1946 até 1970 (que posteriormente foi estendida por Easterlin), uma renda sistematicamente mais alta ao longo dos anos não foi acompanhada por uma felicidade maior e deu origem ao Paradoxo de Easterlin.

Posteriormente, o caso dos Estados Unidos tem sido longamente estudado por vários pesquisadores, além do grupo mais próximo de Easterlin e em geral a coincidência da maioria dos autores é que mais de meio século de crescimento econômico não foi correspondido com maiores níveis de bem-estar e até pareceria existir uma ligeira diminuição

²⁸ Segundo Easterlin: “Adicionar 0,1 pontos à satisfação de vida de um país ao longo de um século não melhoraria muito sua posição no conjunto internacional de países.” (Easterlin, 2016, p.9, tradução nossa).

Assim, um cálculo posterior no qual foram observados os mesmos resultados gerais que Easterlin, foi feito por Blanchflower e Oswald (2004) usando o USA General Social Surveys entre 1972 e 1998. Esses autores incluíram a análise de subamostras da população e encontram também que embora alguns grupos da sociedade se tornaram mais felizes ao longo das décadas, em conjunto, aparentemente os norte-americanos se tornaram ainda mais miseráveis no último quarto de século.

Dentre os que apoiam a inferência de que a felicidade americana não aumentou estão alguns dos mais céticos em relação com a possibilidade de generalizar o Paradoxo, como o caso de Stevenson e Wolfers (2008). Esses autores analisam o que tem acontecido nos Estados Unidos entre 1972 e 2006 e encontram a mesma tendência que Easterlin. Para esses autores que mantêm uma das posições mais discrepantes com a generalização das conclusões de Easterlin ainda os Estados Unidos podem ser considerados como uma exceção que não deveria ser generalizável.

Do cúmulo de pesquisas que geralmente são referenciadas para o caso dos Estados Unidos, Veenhoven e Hagerty (2005) são dos poucos que até agora apontam para essa tendência positiva e, ainda assim, segundo o ritmo de crescimento atual as projeções dos autores são que, com um aumento médio anual de +0,006, vai levar 167 anos para ganhar um ponto completo na escala de felicidade de 0 a 10. (Veenhoven e Hagerty, 2005)

Assim, o que o conjunto de pesquisas desenvolvidas, incluindo ainda as discrepâncias da análise de Veenhoven e Hagerty, indica até o momento é que para a o país cujo progresso econômico e tecnológico tem sido tão bom que o manteve como a superpotência econômica mundial durante o último meio século não exibiu efeitos visíveis na felicidade autorreportada pela população.

Outro caso, digno de análise pelas similitudes, é a China. Usualmente os economistas estudam a China como um exemplo de sucesso, cujo crescimento econômico é uma referência obrigatória por ter atingido um inusual crescimento médio anual do PIB de quase 10% durante várias décadas, acompanhado de altas taxas de crescimento do consumo.

Frente a esses dados, seria esperado que o bem-estar subjetivo da população da China tivesse correspondido a esse ascenso solenemente ponderado pelos analistas econômicos. No entanto, segundo os estudos desenvolvidos por Easterlin e outros pesquisadores (Easterlin et al 2012; Easterlin, et al em Helliwell (2017)), nos 25 anos de maior crescimento no qual atingiu níveis que tem provocado a inveja mundial, isso não aconteceu.

Em uma das pesquisas mais recentes de Easterlin e outros pesquisadores (Easterlin et al em Helliwell (2017)), desenvolvida com base em várias pesquisas feitas desde os anos 1990 (quatro séries que remontam à década de 1990, que são a WVS, a Gallup 1 e 2, e a Horizon, assim como uma quinta série baseada na China General Social Survey (CGSS) que começa na década de 2000), os autores, longe de observarem um movimento ascendente no bem-estar subjetivo, encontram um movimento ao longo do tempo em forma de U, que cai para um vale entre 2000 e 2005 e, subsequentemente, tem uma recuperação para o final do período que duvidosamente atinge um valor igual ao de 1990.

Se o crescimento econômico tivesse um forte efeito positivo sobre o bem-estar ao longo do tempo, seria de se esperar que fosse detectado na maioria dessas pesquisas que foram alvo de análise dos autores. No entanto, as séries (feitas por organizações de pesquisa diferentes, que diferem em sua origem, medida de bem-estar subjetivo e tamanho da amostra), coincidem com o padrão de declínio e recuperação do bem-estar subjetivo. A consistência dos resultados fortalece a descoberta do movimento geral de que não existiu um aumento acentuado do bem-estar subjetivo do tipo que se esperaria em um período de duas décadas de crescimento inusitado da renda real per capita.

As palavras desses autores são muito eloquentes:

No último quarto de século, o PIB real per capita da China se multiplicou cinco vezes, um feito sem precedentes. Em 2012, praticamente todas as famílias urbanas tinham, em média, uma TV em cores, ar condicionado, máquina de lavar e geladeira. Quase nove em cada dez tinham um computador pessoal e um em cada cinco, um automóvel. As famílias rurais ficaram um pouco atrás das urbanas, mas esses mesmos sintomas de riqueza, que eram praticamente inexistentes no campo em 1990, tornaram-se bastante comuns em 2012. Diante dessa plenitude recém-descoberta, seria de supor que a sensação de bem-estar da população teria se multiplicado de forma semelhante. No entanto, como será discutido, o bem-estar hoje é provavelmente menor do que em 1990. (EASTERLIN et al em HELLIWELL, 2017, p 49, tradução nossa)

A China se constitui num caso muito significativo por ser, na atualidade, o país de referência em matéria econômica. O país se apresenta como a nova superpotência que disputa com os Estados Unidos a hegemonia do mundo e provavelmente seja o país economicamente mais poderoso nas próximas décadas. Resulta muito interessante que nesse país aconteça o mesmo que nos Estados Unidos, potência hegemônica mundial dos últimos anos.

3.4. O paradoxo discutido

Embora até agora seja Easterlin o pesquisador mais dedicado ao estudo de séries temporais, há pesquisas que tentam rejeitar suas conclusões, como talvez não poderia ser de outra forma, pelas implicações que o paradoxo tem, já que qualquer um que acredite no sistema econômico e social do capitalismo sentirá feridas as suas crenças. Nesse sentido, considerando os argumentos esboçados nas análises temporais que rejeitam o Paradoxo, o que pode ser dito na atualidade é que a associação entre bem-estar subjetivo e renda no longo tempo pode ser discutível e admite mais de uma interpretação e as interpretações que se fazem de pesquisas feitas com metodologias muito próximas ainda podem ser discrepantes sobre os benefícios do crescimento econômico na felicidade da população.²⁹

O que sabemos é que o autor que tem feito o conjunto de pesquisas mais prolíferas na área, embora aceite que existe uma relação positiva entre renda e felicidade no curto prazo, rejeita essa interpretação quando as análises são desenvolvidas no longo prazo. Algumas das críticas suscitadas, (como as referidas aqui no ANEXO I) foram atendidas pelo autor, mas como foi colocado considerando as implicações do Paradoxo, pode ser esperado que sejam ainda inúmeras, embora esse autor tenha a posição mais documentada se encontra também numa posição muito desafiadora cujas implicações a colocam na posição mais débil.

²⁹ Para uma discussão mais aprofundada em relação às críticas ao Paradoxo ver ANEXO I.

Contudo, ainda que alguns acreditem que a generalidade da tendência seja uma discussão não resolvida, o que fica claro a partir das pesquisas do bem-estar subjetivo é que no caso de existir a associação positiva ao longo prazo ela é muito difícil de enxergar, muito cheia de exceções e casos distorcíveis que não seguem a associação tão evidente entre maior renda e maiores níveis de bem-estar subjetivo na população. Isso inclui o alto consenso sobre casos que contradizem a suposta relação positiva entre renda e felicidade, como os EUA e a China, países mais exemplares como sinal de progresso econômico.³⁰

As reflexões que podemos tirar dessa controvérsia é que, ainda sendo possível não acreditar no indicado pelo Paradoxo sobre o crescimento econômico e a felicidade, contudo, o que teria que resultar mais incrível é que acreditar no contrário é uma questão de fé no progresso sem base empírica sólida até agora. Isso é digno de assombro, já que moramos num projeto societário baseado na presunção da relação proporcional e positiva entre o maior bem-estar material e uma maior felicidade.

O que os estudos da área do bem-estar subjetivo indicam é que não se pode falar com certeza o que acontece em relação com os ganhos sociais do crescimento econômico ao longo prazo. Isso é instigante porque na moral capitalista esse é um pressuposto básico no dispêndio de energias da humanidade.

Antes disso, e na aceitação de que é preciso discutir os vínculos que as pessoas estabelecem com o mundo econômico circundante, o caminho que vamos escolher a continuação, é explorar as razões pelas quais é possível que no longo prazo não aconteçam os efeitos positivos do crescimento econômico.

A proposta a seguir é explorar como a riqueza, mesmo tendo uma associação tão clara com a felicidade, ao longo do tempo mais dinheiro não traga mais felicidade? Há alguma explicação possível?

Esboçar uma resposta implica conhecer mais de perto as formas segundo as quais o dinheiro se relaciona com a felicidade, mais precisamente os canais pelos quais se estabelece uma relação positiva entre dinheiro e bem-estar subjetivo, incluindo também as formas nas quais essa relação pode deixar de manter esse efeito positivo esperado. Para subsidiar essa discussão, a proposta é explorar no acúmulo de pesquisas dedicadas a conhecer os efeitos da renda no bem-estar subjetivo e a variabilidade desses efeitos. Como sugere o subtítulo do

³⁰ Não só os Estados Unidos conjuntamente com a China são casos excepcionais, provavelmente os mais afamados. Os próprios Sacks, Stevenson and Wolfers (2012) encontram muitos países que não se enquadram na tendência geral de que o crescimento da satisfação esteja correlacionado ao crescimento do PIB. Entre eles casos muito diferentes aos dos Estados Unidos, como os da Bulgária, Ucrânia, Venezuela e Estônia que sofreram períodos de declínios consideráveis na renda, sem acompanhar o declínio do bem-estar.

próximo capítulo é necessário aprofundar os vínculos mais íntimos entre o bem-estar subjetivo e o dinheiro.

3.5. O vínculo subjetivo com o dinheiro

Como pode ser visto, a polêmica levantada por Easterlin é instigante e o paradoxo é apaixonante e provocativo, ainda que continue a ser discutida a sua validade para a generalidade dos casos estudados.

O que o Paradoxo coloca no centro da discussão são as nuances do vínculo entre dinheiro e felicidade e, nesse sentido, questiona alguns dos preceitos básicos da economia. A questão de fundo que o Paradoxo propõe discutir e que está no cerne da disputa é: quais são as associações que a riqueza tem com a felicidade no projeto societário do capitalismo contemporâneo?

Essa pergunta pode assumir inúmeras interpretações e dimensões de análise. No entanto, nesse sentido é possível ainda avançar sobre alguns aspectos específicos já que ao longo das últimas décadas têm sido desenvolvidas várias linhas de análise complementares destinadas a compreender a relação subjetiva que estabelecemos com as condições materiais de vida.

Já foi colocado que para os objetivos desta pesquisa interessa especialmente sair das especulações teóricas para tentar olhar o que acontece empiricamente, caminho em que se encontra o conceito de bem-estar subjetivo, no cerne das discussões sobre a subjetividade e as percepções segundo as quais são vivenciadas as condições econômicas. Mais precisamente, interessam os estudos desenvolvidos a partir da segunda metade do século XX, focados no vínculo, poderíamos dizer mais íntimo, entre a trajetória pessoal da renda e o bem-estar subjetivo. No campo da economia e na mesma linha dos inquéritos colocados por Easterlin em relação ao bem-estar subjetivo, surgiu uma série de estudos empíricos para compreender melhor as formas nas quais as condições econômicas estão relacionadas com ele.

Assim, é possível partir para uma das questões mais discutidas da nossa relação subjetiva com as condições econômicas que tem a ver com nosso vínculo pessoal ao longo do tempo. A proposta é seguir os distintos caminhos que as pesquisas empíricas têm percorrido para explicar esse vínculo. Vamos começar explorando as pesquisas que têm sido centradas no estudo individual e nas variações das percepções subjetivas que têm sido interpretadas como

processos de adaptação e habituação às condições econômicas. Serão apresentadas as discussões mais influentes nesse sentido, incluindo os pontos nos quais as explicações desenvolvidas apresentam fraquezas e debilidades, pelo que não é possível aceitar inteiramente as suas interpretações.

3.5.1. Adaptação e habituação às condições econômicas

Uma das aproximações ao vínculo que estabelecemos com as condições econômicas tem explorado as mudanças que acontecem em nossas percepções pessoais ao longo do tempo. Ou seja, as formas nas quais experimentamos as nossas condições econômicas e as suas flutuações considerando a variável temporal. Isso pode ser compreendido de forma muito simples: talvez as nossas opiniões e vivências mudem e não é necessário mudar nada no exterior para sentirmos nós mesmos e esse exterior diferente.

A linha de pesquisa da trajetória pessoal traz como interesse central a compreensão das variações de nossas percepções ainda quando as condições continuarem a ser as mesmas, toda vez que os julgamentos e avaliações sobre a vida podem mudar ao longo do tempo. Uma dessas fontes de pesquisa foi criada a partir da década de 1970 por um grupo de pesquisadores que ficou conhecido como “Escola de Leyden”, cujo interesse centrou-se nas avaliações subjetivas em relação à renda, no intuito de que essa avaliação pudesse ser explicada por fatores determinados.³¹

A ESCOLA DE LEYDEN E SEUS INQUÉRITOS

Os resultados de Leyden são empiricamente baseados na chamada Pergunta de Avaliação de Renda (Income Evaluation Question ou IEQ) A IEQ foi apresentada em vários países e existem várias formulações com diferente número de níveis, mas em termos gerais funciona da seguinte maneira:

Dadas minhas atuais circunstâncias domésticas, eu consideraria uma renda familiar mensal

Uma renda abaixo de \$ _____ como uma renda muito ruim

Uma renda entre \$ _____ e \$ _____ como uma renda ruim

Uma renda entre \$ _____ e \$ _____ como uma renda insuficiente

³¹ Os fatores determinantes na avaliação da renda que os autores exploram são a renda líquida familiar e as circunstâncias familiares, caracterizado pelo tamanho e composição (presença de filhos por exemplo) da família. (Van Praag, 2004)

Uma renda entre \$ _____ e \$ _____ como uma renda suficiente
Uma renda entre \$ _____ e \$ _____ como uma boa renda
Uma renda acima de \$ _____ como uma receita muito boa

Essa abordagem de Leyden é baseada em duas suposições. A primeira é que os indivíduos são capazes de avaliar os níveis de renda em geral e sua própria renda em particular em termos de “bom”, “ruim”, “suficiente” etc. o que tem sido chamado de qualificadores ou rótulos verbais. A segunda suposição é que os rótulos verbais podem ser traduzidos de uma forma significativa em uma avaliação numérica em uma escala limitada, por exemplo [0,1].” (VAN PRAAG e FITGELS, 1999)

Esses estudos, que antecedem ainda ao aprimoramento do conceito do bem-estar subjetivo, se concentraram em demonstrar que há variabilidade interpessoal, na avaliação que as pessoas fazem sobre a renda e na demonstração de que na prática essa avaliação é relativa e psicologicamente determinada. Dito em outras palavras, esses estudos foram pioneiros em explorar empiricamente, a partir de métodos estatísticos, a noção de que as pessoas (ainda com características similares ou seja mesmo gênero, mesma idade, mesma nacionalidade) precisam de quantias diferentes para se sentirem igualmente felizes. (VAN PRAAG, 1993)

O achado mais elementar da escola, desafiando a ideia de que a avaliação da renda idealmente é independente da situação do avaliador, é que pessoas com diferentes rendas têm avaliações diferentes com relação a qual nível representa uma "boa" renda.

Segundo Van Praag (1993) um dos referentes da Escola, essa noção tão simples e intuitivamente corriqueira questionou e continua a questionar uma suposição básica da economia tradicional que pressupõe como ponto de partida teórico uma estrutura de preferência comum e uma função de utilidade única de renda sem variação individual no que é uma renda "boa". Dito em outras palavras, a Escola questionou a possibilidade de que o dinheiro pudesse ser medido de forma tão objetiva quanto pareceria quando é considerado o que as pessoas avaliam.

O que interessa particularmente destacar da Escola é que, nesse esforço por conhecer os mecanismos determinantes da avaliação da renda, os autores apontaram certos fatores que simplesmente caótico, radom ou arbitrário, dada a variabilidade interpessoal. Tiveram, aliás, nesse sentido, conclusões que apontam na mesma linha que muitas pesquisas posteriores que se desenvolveram nas proximidades do conceito do bem-estar subjetivo.

A partir das múltiplas pesquisas empíricas, esses autores conseguiram explicar o que tinham observado a partir da distinção de dois padrões. Postularam, então, a possibilidade de

distinguir duas funções matemáticas, ou seja duas regras segundo as quais é possível compreender a relação entre a avaliação subjetiva da renda e o montante de renda recebida. (VAN PRAAG, 2004)

A distinção desses dois padrões parte de um achado muito elementar que tem a ver com que as pessoas avaliam os níveis de renda variáveis altamente influídas por sua própria renda no nível atual.³² O que os autores encontraram é que as avaliações do que é uma renda boa ou ruim sempre guardam um padrão proporcionalmente relacionado com a situação presente e passada e ainda futura ou prevista do avaliador. Assim, as pessoas com uma renda mais alta também consideram os níveis de renda mais altos como “bons”, do que aqueles que têm uma renda baixa.

A forma mais simples de entender um dos padrões de avaliação identificado pelos autores é a compreensão de que as pessoas preveem e quantificam a satisfação que teriam em outra situação com base na sua própria renda atual, e esta última, por sua vez, desempenha o papel de uma âncora. No sentido mais amplo, isso pode ser interpretado como a indicação de que, para fazer um julgamento, as pessoas não partem de uma situação abstrata; estão fixadas em um determinado local a partir do qual olham para outro.

Essa é a avaliação que os autores denominam função de bem-estar virtual ou de curto prazo, já que as pessoas fazem julgamentos de outros níveis de renda com base na renda na qual estão posicionadas. É virtual porque em relação a possíveis rendas maiores ou menores (que representam um outro local para as pessoas) esse julgamento expressa a relação percebida antecipadamente ou *ex ante*, entre renda e satisfação, que tem a ver com uma projeção ou imaginação do que, é importante salientar, não se tem nesse momento. (VAN PRAAG, 1993)

O que pareceria ser mais difícil de enxergar, embora esteja baseado nessa primeira observação é que, considerando a variabilidade ao longo do tempo, é possível distinguir ainda um outro padrão, afetado pela mudança. Os autores chamam esse outro padrão de função de bem-estar real ou de longo prazo, segundo a qual os indivíduos avaliam sua própria renda. Esse segundo padrão de avaliação da renda é chamado de função real porque tem a particularidade de descrever como os indivíduos experimentam eles próprios essas rendas, ou seja, fornece uma descrição *ex post*, sobre aquilo que é vivenciado na própria situação e não

³² Para ser mais precisos, é necessário colocar que segundo essas pesquisas, embora a referência esteja situada ao redor do presente podem existir variações no horizonte de tempo das pessoas, tanto para frente quanto para trás, que pode variar por exemplo com a idade e enquanto jovens e idosos geralmente parecem colocar um peso maior no passado próximo, as pessoas da meia idade parecem ter sua âncora mas determinada pela antecipação do futuro-próximo. (Ver Van Praag 1993)

na imaginação.

Segundo é explicado por Van Praag (2004), esses dois conceitos se correspondem também com os conceitos de função de utilidade de decisão e de utilidade experimentada, distinguidos por outros economistas. A função de bem-estar virtual pode ser associada com a chamada utilidade de decisão, porque é a relação percebida *ex ante* entre renda e bem-estar na qual o indivíduo baseia suas decisões. A função de bem-estar *ex post* ou verdadeira que descreve como os indivíduos, avaliam as rendas na realidade, pode ser associada com a utilidade experimentada. (VAN PRAAG, 2004)

Segundo o autor, essas duas funções precisam ser distinguidas porque as mudanças de renda são *ex ante* percebidas de maneira mais intensa do que quando são vivenciadas na realidade posterior.

Essa diferença entre os conceitos de curto e longo prazo é melhor explicada por um pensamento simples. Num exercício imaginativo é possível supor que alguém obtenha um aumento de renda, gerando uma nova renda. Antes de ter o aumento pode parecer maravilhoso, mas após estar nessa situação (ou seja, *ex post*) seu padrão muda para cima e a pessoa avalia seu aumento salarial como sendo relativamente pequeno. Inicialmente, o aumento será avaliado por sua função de bem-estar de curto prazo, mas, depois de um tempo haverá um desapontamento. Segue-se que no caso de ser essa relação colocada numa gráfica bi-variada da relação entre renda e satisfação, a função de curto prazo, ou seja, a avaliação *ex ante* sobre a renda é muito mais inclinada para cima do que a função de longo prazo. Mais simples ainda: as pessoas preveem mais satisfação da que acham após os aumentos de renda (IBIDEM)

O que a Escola de Leyden colocou no tapete é que as pessoas não mudam só a renda, mudam também os pontos de referência para avaliar a renda, pois, na medida que a própria renda aumenta, os pontos de referência acompanham esse aumento.

Van Praag (1993), na década de 1970, chamou esse fenômeno das avaliações sobre o que é bom ou ruim estarem oscilando junto com o aumento da renda, de efeito de “deriva de preferência”, baseado na observação de que as pessoas mudam seus parâmetros de avaliação, segundo onde estejam se colocando.

Assim, um dos grandes achados dessa linha de pesquisa é que as percepções sobre a renda para qualquer nível de renda, não apenas para a renda atual de uma pessoa, dependem da trajetória de renda pessoal, ao mesmo tempo que a avaliação de todas as rendas, especialmente outras rendas que não são a própria renda atual, provavelmente vai mudar quando a renda atual mudar.

O mais instigante desse parâmetro de referência, ancorado ao redor do presente, é que parece funcionar como uma espécie de esquecimento em relação aos julgamentos passados e uma ilusão em relação com a satisfação que uma renda maior trará no futuro. No que tange especialmente às avaliações sobre a renda mais alta, tudo indica que estão envolvidas numa espécie de otimismo ilusório, ou seja, numa crença de que seu aumento aportará um maior beneplácito, embora isso provavelmente não vá acontecer. (IBIDEM)

Suma-se nessa equação que a pesquisa da Escola tem achado que as pessoas usualmente moram na suposição de que mais será melhor. Segundo Van Praag (1993, p. 21, tradução nossa): “[...] em geral, o ponto focal social está situado em uma renda mais alta do que a nossa: as pessoas estão olhando para cima.”

Assim, essas pesquisas colocam que o futuro é uma projeção que pode ser enganosa. Um fato para o que também apontam muitas outras pesquisas posteriores que estudam a satisfação com a renda.

Assim é também que o ganho de bem-estar *ex ante* é maior do que o ganho *ex post* e o aumento da renda pode ser considerado uma decepção em retrospectiva. (VAN PRAAG e FRIJTERS, 1999) Já foi colocado que esse fenômeno deu origem ao conceito de deriva de preferência, baseado na observação de que as avaliações individuais dependentes de pontos de referência, se deslocam com o aumento da renda.

Esse conceito de deriva de preferência descreve, aliás, o que uma série de pesquisas desenvolvidas após a escola tem conceitualizado como o fenômeno da chamada esteira hedônica, decorrente de uma adaptação às mudanças na renda que ficou muito mais conhecido na atualidade, muito provavelmente porque é mais próximo das abordagens incorporadas nas pesquisas mais atuais.

Nesse sentido, após a Escola, uma outra abordagem centrada na satisfação com a renda produziu um novo conjunto de pesquisas, com bases teóricas mais próximas do conceito de bem-estar subjetivo.

Essa nova abordagem, interpretando a situação financeira como uma dimensão do bem-estar, centrou-se em desvendar questões vinculadas com a satisfação que as pessoas manifestam frente às condições econômicas e aportou outros elementos, ao mesmo tempo que gerou resultados surpreendentemente semelhantes aos da Escola no que diz respeito à satisfação financeira e às suas mudanças ao longo do tempo. (VAN PRAAG, 2004)

(Especialmente,) Um acúmulo de estudos que cobrou fôlego, sobretudo a partir dos anos 1990, tem explorado os efeitos da renda em nosso bem-estar com base na intensidade com a qual as condições econômicas impactam no bem-estar subjetivo das pessoas.

Num resumo das pesquisas que contemplam que o benefício de curto prazo de maior renda se dissipa linearmente, Clark et al (2004) mencionam que o acúmulo das pesquisas indica que embora não haja uma adaptação completa à renda, a maior parte do efeito positivo de curto prazo da renda desaparece com o tempo, o que parece ser muito consistente com os achados da Escola de Leyden.

A SATISFAÇÃO FINANCEIRA

As pesquisas de Satisfação Financeira geralmente exploram o nível de satisfação introduzindo diretamente essa questão, como por exemplo: *Quão satisfeito você está com a renda familiar?* (questão que pode ter categorias de resposta em termos de notas numéricas, por exemplo, de 0 a 10 ou categorias de resposta que são verbais, variando de “muito satisfeito” a “muito insatisfeito”)

Segundo colocado por Van Praag (2004), a diferença essencial entre as questões de Satisfação Financeira usadas na nova abordagem e a Pergunta de Avaliação de Renda (Income Evaluation Question ou IEQ) da Escola De Leyden é a inversão do estímulo e da resposta. Na questão de Satisfação Financeira, a renda corrente própria é o estímulo e a avaliação do indivíduo em uma escala de intervalo finito é a resposta. Na Pergunta de Avaliação de Renda ou IEQ, os estímulos são avaliações expressas em termos de rótulos verbais como 'ruim' e 'bom'.

Contudo, nem todas as pesquisas atuais que analisam a satisfação financeira introduzem essa questão específica, sendo que muitas analisam os efeitos da renda e das mudanças na satisfação geral com a vida ou medidas de bem-estar subjetivo global.

Nessa linha de pesquisa, na atualidade, também não há dúvida de que no momento de aumento da renda, o bem-estar subjetivo também dá um pulo para cima, mas o bem-estar subjetivo produzido por esse choque diminui com o tempo. O acúmulo de pesquisas que indica a generalidade reiterada da redução do impacto da renda tem sido interpretado como um fenômeno de adaptação gradual à renda de referência, que embora não seja completo, determina fortemente esse acontecimento emocionalmente significativo. (IBIDEM, VAN PRAAG,(2004))

Um dos estudos mais referenciados na literatura sobre adaptação, que tem originado uma série de pesquisas posteriores, publicado em 1978 por Brickman, Coates e Janoff-Bulman, concluiu que o fato de ganhar na loteria não deixava as pessoas mais felizes, e que essas pessoas, por sua vez, relataram significativamente menos prazer em uma série de eventos cotidianos.

Esse estudo continua a ser discutido, mas a teoria do nível de adaptação, desenvolvida por Brickman e Campbell (1971), na qual foi enquadrada a interpretação do estudo, ainda hoje é muito referenciada como explicação de base para as observações empíricas. Segundo

essa teoria, a explicação de que ganhar uma fortuna na loteria não eleve o bem-estar subjetivo tanto quanto poderia ser esperado pode ser colocada em que: "...os efeitos de um golpe extremo de boa fortuna são enfraquecidos no curto prazo por um efeito de contraste que diminui o prazer encontrado em eventos mundanos e, no longo prazo, por um processo de habituação que corrói o impacto da boa fortuna em si." (BRICKMAN, COATES e JANOFF-BULMAN, 1978, p. 918, tradução nossa)

Com essa explicação, adquiriu fôlego o conceito de "adaptação hedônica" segundo o qual há uma tendência dos seres humanos de retornar para um nível estável de bem-estar subjetivo por sobre os eventos positivos e negativos da vida. Conceito ao qual as pesquisas fazem menção sobre o termo de "passadeira rolante ou esteira hedônica" cunhado pelo psicólogo britânico Michael Eysenck, para graficar a analogia entre mudar níveis de bem-estar subjetivo que sempre voltam ao ponto inicial e correr numa passadeira rolante apenas para ficar no mesmo local. (PENNOCK, 2014)

Na procura de explicar esse desapontamento em relação à renda e os efeitos que têm na percepção das pessoas, os pulos acima nas condições econômicas, têm seguido distintos caminhos, alguns dos quais, por longo tempo, têm sido muito convidativos. Assim, explicações vinculadas às condições de funcionamento próprias do ser humano são uma das fundamentações que apontam para uma explicação factível, embora especulativa, segundo a qual a adaptação hedônica pode ser compreendida por sua funcionalidade dentro dos mecanismos de sobrevivência desenvolvidos pelos seres humanos.

Os processos de desafetação ou insensibilidade frente à permanência de estímulos externos teriam a funcionalidade de proteção ao reduzir o impacto desses estímulos externos passíveis de provocar fortes efeitos que alteram destrutivamente nossos estados fisiológicos ou ainda anímicos. A desatenção dos estímulos fixos também resulta funcional para voltar o foco da percepção das mudanças no ambiente já que nossa sobrevivência requer o reconhecimento dos sinais de ameaça e oportunidade com o mundo exterior e o confronto com as situações que induzam oportunidades ou ameaças. Se a adaptação hedônica é associada ao processamento de informações vinculadas com a nossa sobrevivência, pareceria ser que toda vez que algum estímulo exterior é conhecido nossa percepção, se libera para reconhecer novos estímulos, e o que se torna conhecido, deixa de ter importância em nosso bem-estar. É assim que estamos forçados a perder o encanto com as coisas ao nosso redor. (Para uma discussão mais extensa ver Kimball e Willis, (1999))

Essa teoria, que há algumas décadas ganhou abrangência explicativa, parece ter dado uma explicação muito convincente para o fenômeno do bem-estar econômico ou material, na

observação de que os efeitos positivos do aumento da renda na satisfação geral com a vida podem ser apenas transitórios. No entanto, apresenta uma forte debilidade na sua explicação medular, pois a pressuposição central, de que estamos fadados a voltar para o mesmo ponto após um tempo, e que toda mudança em nossa vida gera apenas efeitos passageiros, tem sido rejeitada como explicação válida para descrever o que acontece em todos os âmbitos da vida. (PENNOCK, (2014), LUHMANN e INTELISANO, (2018))

Na atualidade, muitas pesquisas desafiam a suposição de que a desafetação ou a chamada adaptação hedônica é inevitável em todas as esferas da vida e mostram que os processos de adaptação hedônica podem variar dependendo dos eventos e das pessoas em questão. Ainda no que respeita ao bem-estar subjetivo ao longo prazo, no limite, as ideias derivadas da adaptação hedônica, de que após transcorrido um tempo em mudanças circunstanciais regressamos para um mesmo ponto estável ao longo do tempo, tem sido colocada em xeque por uma multiplicidade de estudos que iniciaram uma mudança de paradigma ao rejeitar a ideia de que as pessoas podem se adaptar a quaisquer circunstâncias. Hoje é amplamente aceito que existem mudanças significativas e duradouras no bem-estar subjetivo. (Ver por exemplo a revisão bibliográfica de Luhmann e Intelisano (2018) sobre as teorias do “Self point”)

Há coisas para as quais a adaptação não se impõe de forma tão clara e muitos eventos não entram nesse mecanismo de perda de influência ao longo do tempo. Easterlin, o autor do Paradoxo, tem desenvolvido especialmente pesquisas para estudar a hipótese de que embora a adaptação seja especialmente negativa para os efeitos do aumento da renda e, portanto, dos bens à disposição, essa adaptação não aconteça sobretudo fora do pecuniário. Numa pesquisa desenvolvida pelo autor (Easterlin, 2003), na que foram estudadas várias coortes de estadunidenses ao longo do período de 28 anos entre 1972 e 2000, as suas conclusões foram que “Os eventos da vida no domínio não pecuniário, como casamento, divórcio e deficiências graves, têm um efeito duradouro na felicidade e não simplesmente desviam a pessoa média temporariamente acima ou abaixo de um ponto definido pela genética e pela personalidade.” (p.11176, tradução nossa)

Mesmo para pesquisas que exploram os nossos vínculos com as condições materiais de vida, teríamos que dizer que essa teoria da adaptação falha em explicar porque os mais ricos são os mais satisfeitos com suas vidas. Caso o processo de habituação fosse a explicação suficientemente convincente para compreender os nossos vínculos subjetivos com as condições econômicas seria de esperar que, dada a impossibilidade de manter algum tipo de ganho após transcorrido um tempo numa mesma situação, estar numa situação de maior

riqueza não faria a diferença. Se após um tempo todos nós neutralizamos os ganhos que reportam para o nosso bem-estar subjetivo os aumentos de renda então não poderiam ser detectados de forma reiterada quando é olhado um ponto no tempo, uma relação entre maior renda e maior bem-estar subjetivo. Ou dito de outra forma, como poderia ser explicado que os ricos sejam os mais felizes? Sem aprofundar numa teoria que poderia levar a tese inteira, o que pode ser dito é que, embora a adaptação à renda tenha sido um mecanismo utilizado para explicar a relação subjetiva que desenvolvemos em relação com as condições econômicas, as razões atribuídas para essas observações não podem ser entendidas como explicações inteiramente convincentes.

A princípio, as interpretações correntes sobre a adaptação hedônica são incapazes de dar conta dessa associação direta para a que sistematicamente têm apontado as pesquisas transversais da área entre riqueza e bem-estar subjetivo. Nesse sentido, há pesquisas que têm desenvolvido teorias a meio caminho para superar os dissensos e as aparentes contradições. De fato, algumas das pesquisas mais recentes que continuam a encontrar que o benefício de curto prazo de maior renda se dissipa linearmente, apontam nesse sentido, tentando identificar a série de elementos que compõem os significados e decorrências das melhoras na vida econômica das pessoas e distinguir, dentre eles, os que aparentam ter efeitos diferenciais.

Em pesquisas desenvolvidas por Di Tella et al. (2010) na Alemanha sobre satisfação com a vida e adaptação à renda (na qual foram estudados dados longitudinais para cerca de 8.000 indivíduos, durante o período de 1984 a 2000) os autores concluíram que no curto prazo aumentos na renda estão associados a aumentos semelhantes na felicidade, no entanto esses impactos da renda são perdidos nos quatro anos seguintes. Essa pesquisa, sobretudo, tenta desagregar as dimensões que envolvem a maior riqueza, indicando que embora as pessoas pareçam se adaptar ao maior consumo ou seja haveria uma habituação que corrói o impacto de níveis mais altos de conforto econômico, esses processos de desafetação ou insensibilidade não acontecem em relação a outras dimensões próximas ou associadas com a renda.

Conjuntamente, e controlando os efeitos da renda, os autores estudaram o impacto do status (isto é, a posição relativa) do trabalho e, diferentemente do que acontece com a renda a longo prazo, a conclusão dos autores foi que seus efeitos na satisfação com a vida permanecem intactos, se é que não crescem com o tempo. Novamente os ganhos não pecuniários ficaram fora da chamada esteira hedônica.

Esse estudo é mais do que interessante, já que de um lado confirma mais uma vez a observação de que efeitos de curto prazo da renda parecem desaparecer com o tempo, mas também contempla e inclui a possibilidade de observar efeitos duradouros pelo que os

processos de habituação não podem ser considerados como modelos explicativos indiscriminadamente aplicáveis para todas as coisas. Isso fornece um caminho para preencher certos vazios explicativos e conciliar os dissensos entre um certo padrão de desapontamento dos efeitos da renda, ao lado da evidência da associação entre maior renda e felicidade.

Particularmente, a pesquisa citada acima propõe que o processo de adaptação pode ser assumido como uma explicação parcial, mas também tenta responder à evidência transversal de que os mais ricos são os mais felizes ao atender e interpretar essa observação transversal da relação positiva entre renda e felicidade como decorrência de efeitos de posição relativa aos quais os indivíduos não se adaptam. Na síntese de seu estudo os autores expressam:

[...] o status é um determinante positivo significativo do bem-estar e seus efeitos não desaparecem com o tempo, enquanto os efeitos da renda duram aproximadamente quatro anos. Conseqüentemente, a forte correlação observada em regressões transversais entre renda e felicidade dentro de uma nação pode ser predominantemente devida ao status (visto que está correlacionado com a posição de renda e tem um efeito permanente) (DI TELLA et al, 2010, p.844, tradução nossa)

O que essa pesquisa sinaliza é uma linha explicativa muito promissora que olha para as situações vitais das pessoas segundo pontos de referência a partir dos quais essas situações cobram valor.

Antes de nos introduzirmos nessa linha é necessário aprofundar mais ainda no que acontece em particular com a renda para que esse mecanismo de adaptação hedônica seja usualmente o padrão explicativo para o que apontam muitas pesquisas. Se os processos de desafectação ou insensibilidade frente a estímulos externos não são um mecanismo generalizado para tudo, mas tem sido identificado para a renda, impõe-se a necessidade de compreender as particularidades do vínculo que as pessoas estabelecem com a renda para tornar explicável o que a teoria da adaptação tenta explicar. Mas precisamente, para tornar explicável aquilo que tem a ver com a perda de ganhos visíveis em relação com as melhorias no bem-estar econômico, sendo que esse é um achado para o qual tem conferido múltiplas pesquisas.

Recolhendo o que já foi colocado, cabe sublinhar primeiramente que embora o padrão de habituação em relação à renda possa ser uma observação reiterada de desapontamento da satisfação ao longo do tempo, isso precisa de uma explicação que não se esgote na ideia de mecanismo funcional de sobrevivência. Assim, a teoria da adaptação hedônica pode ser muito convincente para interpretar o que acontece com a renda, mas essa explicação, que não pode ser decorrente de uma explicação geral, teria que ser procurada nas particularidades nas quais se envolve a relação subjetiva com a renda, uma vez que essas particularidades precisam ser ainda desvendadas. Nem sempre a adaptação acontece, e ainda fica sem

responder por que é que esse fato acontece especialmente com a renda.

Nesse sentido, a resposta parece estar no tipo de vontade ou inclinação que subjetivamente é criada para com a renda e o que circunda as condições materiais. Compreender essa predisposição que temos ao redor disso é um caminho promissor para explicar por que as pesquisas apontam para a adaptação ou a chamada deriva de preferência ao visualizar mudança nas percepções.

Isso chama especialmente a atenção para a disposição subjacente aos locais onde subjetivamente aparece colocada a renda, incluindo as crenças e sentimentos que contribuem para determinar nossa avaliação, onde, notadamente, aparecem as expectativas e aspirações, como elementos centrais de aproximação ao que acontece nos nossos vínculos com a renda.

A incorporação das expectativas na análise, ou seja, da envoltura com a que se estabelecem nossos vínculos subjetivos com a renda, fornece explicações para as mudanças e variabilidades perceptivas, e, nesse sentido, primeiramente questiona a possibilidade de que maiores níveis de renda e melhores condições materiais proporcionam maior bem-estar; de fato coloca a possibilidade de que aconteça o contrário.

Ao mesmo tempo, o papel das aspirações constitui um ponto de apoio para a teoria desenvolvida por Easterlin para explicar por que, a longo prazo, o aumento de renda não acrescenta nada à felicidade das pessoas. O autor descreve o mecanismo subjacente às aspirações da seguinte forma (Easterlin, 2001, p.481, tradução nossa):

Os julgamentos de bem-estar em um determinado momento baseiam-se nas aspirações materiais prevalecentes naquele momento. Como resultado, as pessoas tendem a avaliar as rendas mais baixas do passado de forma menos favorável do que quando estavam realmente nessa situação e tinham aspirações mais baixas. Da mesma forma, eles julgam as situações de renda mais alta em perspectiva mais favoravelmente do que quando realmente estão nessas situações, porque não conseguem prever o aumento nas aspirações materiais que virá com o crescimento da renda.

Existe aí uma indicação explicitamente importante na hora de refletir sobre as percepções, que se refere à reinterpretação constante das circunstâncias que pode criar ilusões sobre o futuro e mudanças de percepção sobre o passado. Ou seja, em concordância com a visão ilusória sobre o futuro e mais do que interessante que o passado também é reinterpretado e ainda que não estejamos mais satisfeitos do que estávamos, podemos achar que sim, que agora estamos mais satisfeitos do que estivemos antes, sem que isso necessariamente aconteça.

VIÉS DE PREVISÃO

Tal como colocam Frey e Stutzer (2010), a análise intertemporal do comportamento das pessoas, que com base nas suas projeções fazem escolhas, é alvo de debates já que pareceria ser mais comum do que se pode acreditar a divergência sistemática entre o que as pessoas predizem em relação com o envolvimento de sentimentos bons ou ruins e a experiência emocional que terão. Sejam interpretados como erros de previsão ou como decorrência da imprevisibilidade, muitas vezes é superestimado o impacto de eventos específicos da vida sobre o bem-estar vivenciado no que diz respeito à intensidade, bem como no que diz respeito à duração. Aparece aí o chamado viés de projeção (a partir do qual é subestimada a adaptação a novas situações) que induz a avaliar o futuro como uma extensão direta do presente, como se as mesmas condições subjetivas fossem se manter. Esse viés cognitivo, com o qual são supervalorizados (e também desvalorizados) certos atributos na hora de tomar uma decisão, descreve vários fenômenos de alto ou presumivelmente alto impacto no bem-estar, como por exemplo perfis de consumo e de compras de bens duráveis que resultam ser sistematicamente equivocadas, ou seja, que envolvem erros em relação à previsão do seu benefício. (IBIDEM)

A suposição de que mais será melhor e que o futuro vai ser melhor poderia não causar muita surpresa, já que pode ser compreendida como a visão introjetada da ideia de progresso que domina na sociedade contemporânea. Já foi analisado no primeiro capítulo que a promessa do desenvolvimento, na qual se fundamenta o crescimento econômico, está baseada numa noção básica segundo a qual estamos na estrada de uma mudança favorável, uma passagem do simples ao complexo, do inferior ao superior, do pior ao melhor.

Essa é, aliás, a visão que frequentemente expressam as pessoas que normalmente pensam que estarão em melhor situação no futuro do que no presente e que estão melhores hoje do que no passado. Nesse sentido, a pesquisa mais abrangente e distante no tempo vem de Cantril (1965), na qual em quase todos os países e em quase todas as faixas etárias, as pessoas classificaram sua felicidade futura como mais alta e sua felicidade passada menor, quando foram questionadas em que posição na escala de felicidade estavam há cinco anos e onde achavam que estariam cinco anos depois. (EASTERLIN, 2001)

Esse mesmo padrão foi estudado com séries temporais para os Estados Unidos, e a mesma pergunta que a de Cantril, foi feita em 36 pesquisas no período de 26 anos de 1959 a 1985. Em todas as pesquisas, os entrevistados esperavam, em média, ser mais felizes no futuro e sentiram que estavam piores no passado, havendo apenas três pequenas exceções na comparação presente / passado. O fato mais instigante é que durante todo o período a felicidade presente foi, em média, constante, embora as pessoas estivessem ilusoriamente envolvidas numa percepção de melhoria. (IBIDEM)³³

³³ Faremos uma análise da ideia de progresso e a pretensão de estar sempre indo a mais nos últimos capítulos.

Tudo parece indicar que essa reinterpretação do passado que parece inverossímil está presente na percepção sobre as condições econômicas, dadas as âncoras com as que é avaliada a realidade, ou mais precisamente, a mudança dessas âncoras, a partir da qual as pessoas acreditam ilusoriamente que os menores níveis de conforto que tiveram no passado estavam associados a menores níveis de satisfação. Em relação à renda, isso acontece porque, como já foi colocado, a avaliação que cada um de nós faz, muda concomitantemente com a renda padrão segundo a qual se avalia e reavalia a renda passada; o que poderia ter sido considerado bom em seu momento, é considerado ruim a partir dos parâmetros presentes. (VAN PRAAG e FRIJTERS, 1999)

Essa reinterpretação do passado com base nos parâmetros presentes é desconsiderada pelos que argumentam em defesa da evolução ascendente do conforto e colocam a seu favor, e com muita veracidade, que a maioria das pessoas não querem voltar aos menores níveis de conforto. Esse argumento é utilizado por exemplo por Kimball e Willis (2006) que discutem os benefícios do aumento de renda per-capita ao longo do tempo fazendo um balanço de aspectos positivos e negativos e se inclinam em favor desse crescimento porque acham que uma prova determinante dos bons efeitos que esse aumento tem nas pessoas é que a maioria não olha para o passado com saudade. Os autores colocam uma pergunta eloquente: “... quantos realmente gostariam de voltar a estar como costumavam estar se vissem claramente como realmente costumavam estar?”

A pergunta dos autores não pode ser respondida com a simplicidade que eles acham, teríamos que dizer que com base nas âncoras incorporadas no presente, que se colocam em nossos olhos como lentes através das quais olhamos a realidade a possibilidade de “ver” como realmente costumávamos estar seja fácil porque as condições materiais de existência são fáceis de medir quantitativamente, mas sentir como realmente costumamos sentir é uma história diferente. Efetivamente, podemos ver e comparar quantidade e qualidade de objetos e condições materiais, mas a avaliação que vamos fazer desse conjunto será feita com base no que somos agora e as novas escalas com as quais medimos a realidade.

Muito provavelmente a maioria olha o menor conforto possuído no passado com a ideia de que estava envolto em menores níveis de bem-estar. O que acontece é que a explicação de por que não queremos voltar, muito provavelmente seja uma simples ilusão que faz com que em comparação com o presente, e em função dos parâmetros de normalidade incorporados a partir de níveis maiores de conforto econômico, o que se tinha no passado parece insuficiente. Isso não significa que agora sejamos mais felizes, só que agora necessitamos mais para atingir os mesmos níveis de bem-estar subjetivo.

A questão é que a imaginação sobre o futuro, que alimenta também a ideia individual e coletiva de que a evolução ascendente do conforto material está associada a maiores níveis de bem-estar subjetivo, o que por sua vez justifica as projeções de crescimento, está envolta numa óptica ilusória. O que essa projeção não considera é que também a renda futura é avaliada em função do presente e uma vez no futuro, e no caso de atingir essa renda almejada, será reavaliada com os novos parâmetros do novo presente com os quais o julgamento anterior deixará de ter validade.

Vamos analisar o que tem sido pesquisado nesse sentido em relação às aspirações pessoais de renda e suas implicações para estar em melhor posição de avaliar o que acontece coletivamente ao longo do tempo.

3.5.2. Expectativas e aspirações de renda

“La felicidad es un estado mental vacío de expectativas” Enric Corbera

Circula na internet uma frase famosa de um autor chamado Enric Corbera³⁴ segundo a qual “La felicidad es un estado mental vacío de expectativas”. Sem ânimo de validar os postulados desse autor, essa frase é eloquente porque parece atender uma questão elementar da significância que as expectativas têm na vida das pessoas. Elas são determinantes no agrado ou desagrado com a vida. Quanto maiores as expectativas são, mais alto fica o nível do que é considerado satisfatório. O estado mental que as expectativas provocam, tem a ver com o distanciamento entre aquilo que é e aquilo que esperamos que seja, entre aquilo que temos e aquilo que esperamos ou desejamos ter. A grandeza das expectativas postas no que não está implica a grandeza de uma carência.

A frase de Enric Corbera traduz uma das premissas mais básicas de inumeráveis doutrinas espirituais contemporâneas que reinterpretem tradições e filosofias espirituais de longa data e que tem apontado que os estados mentais insatisfatórios estão associados com o apego às expectativas.

A palavra expectativa provém do latim *expectatum*, que pode ser traduzido como o "olhado" ou “visto”. Assim, a decepção e alegria frente aos acontecimentos têm relação com o

³⁴ Enric Corbera é um autor de vários livros, ministra conferências e cursos sobre as formas de atingir o bem-estar segundo uma teoria própria de construção autodidata. Não constitui uma referência conceitual para a presente tese, só um exemplo de uma opinião influente.

que é esperado que aconteça. Assim, o agrado ou desagrado que as coisas do mundo exterior reportam para nós estão envolvidos em predisposições para com essas coisas e reagimos aos estímulos externos com base em considerações antecipadas que determinam o grau de satisfação que obtemos.³⁵

Assim, pode-se compreender melhor a conformidade ou desconformidade com o presente com base nas realizações que se esperam, porque as expectativas traduzem as mudanças desejadas na vida. Esse é o intuito com o qual uma boa quantidade de pesquisas tem explorado o nível de bem-estar subjetivo experimentado pelas pessoas em função das aspirações de renda que são albergadas. As pesquisas que exploram esse vínculo têm como interesse central conhecer o papel que essas expectativas desenvolvem, sob o entendimento de que, na vida de todas as pessoas, as crenças e desejos sobre situações ou acontecimentos previstos no futuro fornecem uma boa perspectiva da percepção do presente e ainda também do passado, como já foi visto. No que tange às condições econômicas ou materiais de vida, as expectativas futuras das pessoas dão conta das distâncias e proximidades entre a situação desejada ou prevista e a situação na qual se está agora.

Saber o que as pessoas projetam ou aspiram para suas vidas, permite compreender melhor o vínculo subjetivo com as condições econômicas experimentadas e constitui, por sua vez, uma ponte importante da relação entre as condições econômicas e o bem-estar. Assim, essas pesquisas sobre expectativas também entendidas como aspirações assumem que uma pessoa pode ter uma renda baixa e ainda assim estar satisfeito com ela, ou pode ter uma renda boa e estar insatisfeito. O nível de aspirações pessoais é um caminho para explicar as razões pelas quais isso acontece.

Uma forma de aproximação para essa questão tem sido o desenho de pesquisas para conhecer a atual satisfação ou beneplácito com a renda em relação com as aspirações de renda ou da chamada “renda esperada”. Assim, existe uma série de pesquisas empíricas que exploram o papel das aspirações de renda no bem-estar individual e a relação entre o nível desejado e o nível de renda no qual as pessoas estão ou percebem estar.

Interessa, a este trabalho, ressaltar dois achados e conclusões muito comuns nessas pesquisas:

³⁵ Na atualidade existem pesquisas neurobiológicas que exploram o papel das expectativas na determinação do afeto positivo ou negativo, que apontam para um mecanismo no cérebro humano do qual as pessoas nem sempre estão conscientes. Na literatura da área é muito referenciada uma pesquisa pioneira na qual foi medido o disparo de neurônios de dopamina após proporcionar suco após um som. O que os pesquisadores encontraram neste estudo foi que, assim que os macacos souberam que o tom previa a chegada do suco, os neurônios começaram a reagir antecipadamente ao suco, respondendo às expectativas prévias e não ao suco. (Kimball e Willis, 2006)

(i)- As expectativas de renda aumentam com a renda, e maiores rendas podem não trazer maior bem-estar.

(ii)-As expectativas são produzidas num contexto.

(i)- A primeira dessas observações já foi contornada pela Escola de Leyden, cujo interesse centrou-se no conhecimento das razões pelas quais diferentes indivíduos têm uma ideia também diferente sobre o que é uma renda "boa" ou "ruim". As chamadas funções da renda (real e virtual) na verdade colocam no tapete esse mecanismo segundo o qual as expectativas próprias se ajustam e reajustam segundo o nível de renda percebido. De fato, como foi colocado, a Escola foi pioneira em explorar que diferentes indivíduos têm uma ideia diferente do que representa uma renda “boa”, uma renda “suficiente”, etc. e que essa ideia é dependente da própria renda, o que faz com que níveis mais baixos ou mais altos de qualificações de renda estejam proporcionalmente relacionados com o nível de renda.

Após a Escola de Leyden as pesquisas que têm abordado a satisfação financeira, usando uma abordagem nova, também apontam que uma renda familiar mais alta está consideravelmente associada a níveis mais altos de aspiração de renda. As pesquisas que inicialmente começaram a ter fôlego em países ricos, indicam consistentemente que as aspirações de renda aumentam com a renda pessoal. Mais precisamente, as pesquisas colocaram o foco no efeito que tem as rendas mais altas no nível de renda que é considerado suficiente para atender o nível de aspiração, ou seja, a renda necessária para atingir o bem-estar esperado.

Essas novas abordagens que têm conceitualizado a satisfação financeira como uma dimensão do bem-estar subjetivo, continuaram a explorar o papel das expectativas e aspirações materiais e os efeitos que produzem a variabilidade característica dessas aspirações e, especialmente, as consequências de seu aumento.

O que essas pesquisas adicionam como dimensão de análise, são as significâncias do papel que desenvolvem as expectativas na satisfação com a renda e no bem-estar subjetivo, controlando o efeito da renda e outras características individuais. Assim, o bem-estar subjetivo pareceria ser muito melhor explicado pelas aspirações de renda que pela renda. A maioria dessas pesquisas encontra que o bem-estar subjetivo das pessoas é afetado negativamente por seu nível de aspiração de renda.

Ao colocar o foco no nível de renda que é considerado suficiente, o que essas pesquisas apontam é que um aumento relativo igual da renda e das aspirações contrabalança os respectivos efeitos sobre o bem-estar, o que indica que é principalmente a discrepância

entre renda e aspirações que importa para o bem-estar. (CLARK et al (2006), FREY e STUTZER (2010))

Centradas na conformidade com a situação financeira, o que as pesquisas apontam é que, ainda que as condições materiais sejam melhores, a percepção subjetiva sobre essas condições envoltas em expectativas maiores terá na sua conta um efeito negativo. (IBIDEM)

Assim, um achado para o que apontam as pesquisas de satisfação financeira em relação às expectativas e aspirações de renda corresponde à observação de que maiores expectativas não trazem maior bem-estar, pelo contrário, na medida que a diferença entre a renda esperada e a renda real ou recebida aumenta, o bem-estar subjetivo e a satisfação com a vida diminuem.³⁶

Dito de outro modo, quanto maior é a lagoa entre as aspirações de renda e a renda recebida, nosso bem-estar diminui. Assim, quanto maior a diferença entre a renda aspirada e a renda real, menos satisfeitas as pessoas estão com suas vidas. (FREY e STUTZER, 2010)

EXPECTATIVAS DE RENDA E AS PESQUISAS AO REDOR DO MUNDO

Entre as pesquisas mais abrangentes sobre as expectativas de renda destacam-se pesquisas desenvolvidas por Frey e Stutzer (2010) na Alemanha e na Suíça, onde, foram usados dados individuais sobre a satisfação relatada com a vida e medidas de avaliação de renda, a partir dos que foi visto que as aspirações de renda mais elevada reduzem a satisfação das pessoas com a vida.

Nesse sentido, uma pesquisa pioneira na abordagem de satisfação financeira foi desenvolvida por Stutzer (2004) na Suíça. Nessa pesquisa, na que o autor se propôs testar a proposição de que as aspirações (no caso, o nível de renda que as pessoas consideram um nível "suficiente", assim como a renda que as pessoas consideram um mínimo absoluto para poder pagar as contas) aumentam com o nível de renda das pessoas, suas estimativas confirmaram que uma renda familiar mais alta tem um efeito considerável no nível de renda necessária para atingir o bem-estar médio esperado. Além disso, o autor estudou a magnitude desse efeito e encontrou que uma renda mais alta não se traduz totalmente em aspirações de renda mais alta (já que o coeficiente é significativamente menor do que um). Isso também é consistente com as descobertas do grupo de Leyden, e o conceito de deriva de preferência, segundo o qual cerca de 60 por cento da renda individual mais alta se "destroi". (STUTZER, 2004)

Ao longo dos anos essas implicâncias das expectativas de renda no bem-estar subjetivo têm sido abordadas por pesquisas ao redor do mundo e essa linha de pesquisa com questões muito similares tem sido desenvolvida também em países pobres. Desde uma

³⁶ Importante dizer "a maioria" porque não são relações necessárias entre as coisas, mas relações estabelecidas sob determinadas características contextuais. De fato, numa pesquisa desenvolvida por Posel e Casale (2011) na África do Sul essa relação é confirmada para os brancos, mas não para os afro-descendentes. Uma possível explicação para essa diferenciação é que, em um país com uma longa história de discriminação contra a maioria da população negra após anos do Apartheid, antecipar uma posição para melhorar no futuro, pode ser visto como mais uma conquista do que estar em pior situação é visto como um "fracasso".

pesquisa desenvolvida na China rural por Knight e Gunatilaka (2012), que parafraseando os autores, explora as relações entre renda, aspirações, adaptação e felicidade em uma sociedade pobre. E se pergunta: “Como as aspirações das pessoas são determinadas? Por exemplo, elas adaptam suas aspirações a sua renda, seja ela absoluta ou relativa ao do seu grupo de referência ou tempo de referência? A felicidade é afetada pelas aspirações das pessoas? Por exemplo, grandes aspirações reduzem a felicidade?” (2012, p.67, tradução nossa)

Nesta pesquisa, em grande parte foram replicadas as preocupações de Stutzer, na análise sobre as variáveis que podem influenciar as aspirações de renda e as medidas de bem-estar subjetivo, na que os autores também acharam uma forte associação entre o aumento na renda domiciliar per capita e o aumento da renda que a família acredita precisar.

Até uma pequena pesquisa na Malásia por Boo et al, (2020) que examina a relação entre bem-estar subjetivo e satisfação com a vida, e renda em diferentes perspectivas, absoluta, relativa e esperada. A análise também inclui os efeitos de fatores não materiais no bem-estar subjetivo, como idade, sexo, saúde, etnia e estado civil. Segundo esses autores, aqueles que com base em suas qualificações e experiências, albergam expectativas de receber mais do que recebem, estão menos felizes ou satisfeitos dos que albergam menores expectativas, ainda tendo o mesmo nível de renda.

O que esse conjunto de pesquisas que exploram as aspirações de renda indica, contrariamente ao que se acredita, é que os desejos de ter mais não estão relacionados com maior agrado com a vida, mas com uma percepção de privação que atinge o presente.

(ii)- A literatura sobre a conformação das aspirações pessoais compartilha ainda uma outra ideia elementar vinculada à produção contextual das expectativas, a partir da qual as pesquisas têm se encaminhado à análise das formas nas quais as aspirações são produzidas num contexto.

Nesse sentido, a questão mais básica a ser abordada é que os elementos constituintes das aspirações são os pontos de referência (como também já foi visto a partir das pesquisas da Escola de Leyden), segundo os quais são estabelecidas as metas ou estados desejados. Esses pontos de referência são pessoais, mas por sua vez, são sempre formados na vida social, já que os indivíduos observam as realizações e experiências dos outros em seu ambiente imediato para moldar seus desejos e objetivos (LEITE e RAMOS, 2017).

Nesse intuito, as pesquisas sobre as aspirações de renda não só exploram como elas aumentam com a renda das pessoas, mas também em relação com a renda da comunidade em que vivem. Assim, muitas pesquisas estudam os processos concomitantes de aumento de renda gerais e aumento das aspirações individuais, sob estratégia de análise que usualmente apela ao foco em contextos espaciais e temporais específicos.³⁷

³⁷ Embora os países ricos são os que mais têm pesquisas desenvolvidas, nesse sentido também existem análises para países pobres como o caso de uma pesquisa desenvolvida na América do Sul que desvenda que embora as pessoas em, por exemplo, grandes cidades com vizinhos ricos, percebam que são mais ricas do que as pessoas nas áreas rurais, isso não lhes traz bem-estar subjetivo adicional, porque estão preocupadas com sua posição relativa em relação a seus vizinhos ricos nessas cidades. (Graham e Felton, 2005) Nessa diferenciação também

Essas pesquisas indicam o papel de expectativas diferenciadas segundo os contextos geográficos focando na análise dos efeitos produzidos pela comparação social e, nesse intuito, usualmente não desenvolvem análises da sociedade em geral, mas sim de determinados grupos ou pontos de referência específicos com os quais as pessoas estabelecem um paralelo da situação própria.

Em torno dos bens materiais, a comparação social, ou seja, a confrontação do que a própria pessoa possui em relação com o que possuem os demais é um fenômeno que tem sido abordado por uma multiplicidade de pesquisas e existem alguns achados básicos. Embora o foco dessas pesquisas que abordam a comparação social sejam contextos específicos, no seu conjunto permitem visualizar algumas dinâmicas gerais reiteradamente repetidas em relação com a forma na qual operam e são introjetados os pontos de referência exteriores, cuja análise se faz particularmente interessante para compreender a forma na qual se desenvolvem as percepções subjetivas sobre as condições econômicas nos marcos gerais da sociedade capitalista. A seguir abordaremos o que tem sido explorado nesse sentido.

3.5.3. Os mecanismos da chamada comparação social

Segundo Garcia Martin (2002), a comparação social pode ser compreendida como o processo de interpretação, processamento e reação frente à informação referente a uma ou mais pessoas sejam próximas, significativas por alguma razão ou ainda da imaginação. O que as teorias da comparação social exploram é a forma com que os indivíduos percebem a sua experiência com base na sua orientação para um parâmetro exterior.

Reiteradas pesquisas têm abordado a comparação social como um dos mecanismos pelos quais as pessoas avaliam a situação própria e se colocam em alguma zona da escala de autossatisfação. A literatura empírica normalmente apela a grupos de referência específicos em parte por razões intuitivas de maiores associações quanto menor seja a distância social e, em parte, para conhecer melhor a variação na renda de comparação, e obter uma estimativa precisa da sua influência na autopercepção. (CLARK et al., 2006)

Usualmente essas análises estão voltadas para o estudo da renda como ponto posicional de comparação específico e relativamente acessível para a sua análise, com o qual são comparadas referências externas que podem ser percebidas como contraparte da situação

estão as expectativas ou seja os desejos e crenças albergadas pelas pessoas ao redor da situação na que desejam ser a que determina seu nível de bem-estar e beneplácito com a sua situação.

própria. Essas contrapartes ou grupos de comparação têm sido procurados a partir de múltiplas características definitórias como colegas de trabalho, colegas de estudo, pessoas com características socioeconômicas semelhantes como idade, gênero, educação ou que moram no mesmo território, em diferentes níveis de abrangência desde concidadãos do mesmo país até vizinhos do bairro, dentre outros.

Nesse sentido, e embora tenham sido acumuladas uma diversidade de pesquisas, ainda existem discussões sobre esses pontos de comparação externos nos quais as pessoas avaliam a situação própria e as condições que promovem a intensidade dos efeitos dessas comparações. Até poderia ser que a definição dada pelos pesquisadores nem sempre coincida com esses "outros significativos" em relação aos quais as pessoas comparam a sua situação.³⁸

No entanto, em seu conjunto, o que essas análises relatam na sua esmagadora maioria e considera-se como um dado reiteradamente comprovado, é que esse mecanismo de comparação social em relação com a renda funciona como diferenciação hierárquica e que o ganho em bem-estar subjetivo está vinculado ao diferencial percebido com a referência utilizada.³⁹

Ou seja, o bem-estar subjetivo é acrescentado na medida que os pontos de referência externa estejam em uma pior situação percebida ou, pelo contrário, acontece um menor bem-estar subjetivo na percepção de uma melhor situação nesses pontos de referência.

Assim, o que esses estudos têm em comum, qual seja os pontos de comparação externos observados, é que descrevem a comparação social como mecanismo de efeito negativo e a situação material dos outros como fonte de efeitos de proporção inversa do nível de bem-estar subjetivo pessoal. Muito mais simples ainda, quanto melhor percebemos que estão economicamente os outros, pior nos sentimos nós mesmos em relação com a nossa situação.

O que interessa especialmente apontar nessas pesquisas não é que tragam uma verdade sobre todas as formas de comparação social possíveis, o que aliás será analisado em seguida, mas sim que parecem estar visualizando as formas, reiteradamente vinculadas às pessoas com as quais nos envolvemos na hora de perceber nossas condições econômicas.

Embora alguns artigos questionem o mecanismo de comparação social por falta de evidência (ver por exemplo Angeles (2010) ou Cheung e Lucas (2016)) o pressuposto básico

³⁸ Nesse sentido, Clark et al. (2006) colocam que uma grande dificuldade empírica para identificar corretamente os grupos de referência pode ter a ver com que usualmente os estudos não perguntam aos indivíduos sobre seus grupos de referência, em vez de simplesmente impor um, toda vez que em geral o grupo de indivíduos (ou países), aos quais os indivíduos se comparam, é considerado exógeno e não uma questão de escolha.

³⁹ Ver por ejemplo Clark et al. (2006), Angeles (2010), Cheung e Lucas (2016), Easterlin (1974), Deaton (2008), Di Tella e MacCulloch (2003), Garcia Martin (2002).

de como atuaria a comparação social em relação com a renda não é questionado.⁴⁰ A maioria das pesquisas nem considera outra possibilidade e, por sua reiterada observação, tem assumido como fenômeno natural o efeito de afetação inversamente proporcional ao bem-estar próprio.⁴¹ Nesse sentido, as palavras de Angeles (2010) são sugestivas sobre o consenso: “A lógica do mecanismo, no entanto, é sempre a mesma: somos felizes se temos mais do que os outros e infelizes em caso contrário.” (p.3, tradução nossa).

A comparação social consiste em trazer para a situação própria a situação do outro externo como ato de subtração, ou de desconto negativo e a procura da satisfação está colocada no diferencial percebido, ou seja, do que fica após essa subtração. Assim, as referências externas para contrapor a situação própria funcionam no imaginário pessoal como subtração, ou seja, o que se percebe possuído pela referência externa, qual seja, opera como subtração do autopoísuído e o bem-estar subjetivo radica no diferencial há mais autopercebido.

O aspecto que geralmente não é problematizado, mas tornou-se muito evidente é que, nesse quadro, a autovalorização, esse mecanismo está ligado à possibilidade subjetiva de desvalorização daquele que é percebido como adversário. Esse mecanismo subjetivo está suportado no confronto de oponentes com os quais existe, ainda que não seja manifestamente declarada, uma rivalidade latente.

Nesse ponto é importante deter a análise e colocar, na frente desse achado reiterado em relação com o comportamento econômico, que ele não pode ser interpretado como o desvendamento de processos psico-cognitivos que, por serem hegemônicos, traduzam disposições inatas ou permanentes, tal e como é naturalizado por muitos pesquisadores da área. Temos que colocar novamente que sua validade tem que ser condicionada às particularidades que nesse projeto societário do capitalismo contemporâneo adquire a nossa relação com as condições econômicas de vida.

Mas nem tudo tem que caber necessariamente nesse mecanismo de autopercepção no que os outros são inimigos. É possível apontar que há outras áreas nas quais também são

⁴⁰ Tão só foi possível identificar um artigo (Van Praag e Ferrer-i-Carbonell (2011)) onde é mencionado um caso de estudo russo no qual foi encontrado um efeito de referência positivo, interpretado pelo autor desta pesquisa como sinal de que um movimento ascendente é possível.

⁴¹ Poder-se-ia, inclusive, apontar que a naturalização desse padrão ou a presunção dele como mecanismo invariante, origina observações normativas sobre os comportamentos. Assim, por exemplo, as pesquisas advertem que a colocação do foco nas situações relativamente piores proporciona autocomplacência e está associado a determinadas disposições pessoais, enquanto o foco nas melhores situações pode proporcionar a interiorização de discrepâncias entre a situação autopercebida e a desejada e ser motivação para melhorar a situação própria. (Ver por exemplo, Garcia Martin (2002), Clark et al (2006))

desenvolvidas pesquisas sobre os mecanismos de comparação social e apontam que esse mecanismo, que usualmente é colocado como prova de uma natureza humana indefectivelmente egoísta, não funciona para todas as coisas, já que existem outras formas de avaliar a satisfação com a própria situação.

Nesse sentido, é muito esclarecedor comparar isso que tem sido pesquisado na área da economia com as pesquisas que avaliam os estados de saúde e, muito especialmente, a adaptação de doentes crônicos, por ser essa uma outra área onde o conceito de comparação social tem sido alvo de pesquisas empíricas. Particularmente na saúde considera-se que, na incerteza que circunscreve as doenças, é acrescentada a necessidade de informação e o desejo de comparação. Ou seja, toda vez que as circunstâncias pessoais são avaliadas como ameaça ou perturbação de um funcionamento normal, as pessoas parecem sair ao encontro de referências externas para compreender a própria situação. (TEROL et al, 2012)

Assim, a ênfase desses estudos está colocada nas condições de ativação desse mecanismo que pode ser associado com a percepção de algum tipo de transtorno, risco ou ameaça da integridade pessoal. Ou seja, o que essas pesquisas interpretam é que os mecanismos de comparação social são intensificados por certas situações já que estão associados com os processos de enfrentamento cognitivo de uma situação estressante como são as doenças crônicas que tencionam o desenvolvimento de esforços para reduzir o impacto dos estressores provocados pela doença. Nesse quadro, avaliar a situação própria em comparação com a situação dos outros, considera-se uma estratégia de manejo das demandas (internas e ou externas) colocadas pela doença. (IBIDEM)

Nesse âmbito, aliás, as pesquisas, diferentemente daquelas que analisam a renda, usualmente referenciam a existência de diferentes modos de interpretar essa referência externa com a qual as pessoas estabelecem as comparações e distinguem dois modelos de comparação; um deles tem a ver com a comparação de contraste, onde o doente identifica um outro como ponto de referência para se diferenciar na sua situação atual (tal como é relatado usualmente em relação com a renda), mas também, um modelo de comparação definido pela identificação com um outro, não como oposto, mas como similar, ou como possível eu no futuro. Nessa interpretação, na qual acontece uma identificação com o outro, o alívio não provém de autoperceber uma melhor situação em relação com os outros. Mais precisamente não se ativa a frustração com a percepção de melhoria dos outros, pelo contrário, se ativam sentimentos positivos e de motivação em caso de perceber a situação mais favorável e se geram sentimentos negativos de medo e angústia na percepção do outro numa situação ruim. (Ver TEROL et al 2012)

Note-se que as pesquisas na área das doenças crônicas referem uma maior complexidade nos resultados positivos ou negativos da comparação segundo a interpretação (de contraste ou identificação) que as pessoas fazem, Essa possibilidade (da comparação por identificação), no entanto, está excluída das pesquisas da área da renda. No caso das pesquisas sobre a renda, a comparação social está reiteradamente associada à comparação de contraste, tanto que segundo Clark et al (2006), nesta área, a dinâmica da comparação poderia ser descrita como um jogo de soma zero, quanto mais status uma pessoa tem, menos outras têm.

Além disso, interessante é notar que as pesquisas do âmbito das doenças apontam, aliás, que a comparação social desenvolve um papel especialmente ponderado num quadro no qual a situação vital está submetida a um condicionamento ameaçante. A situação de incerteza ou ameaça tenciona especialmente a procura de outros pontos de referência exteriores para situar a nossa existência. Assim, os mecanismos da comparação social parecem ser especialmente ativados pela percepção de algum déficit em relação a algum parâmetro de comparação.

Aparece aí a pergunta pelo que acontece ao redor da renda, já que por analogia seria de se esperar que os mecanismos de comparação social estejam especialmente desenvolvidos em determinados climas sociais e sob condições nas quais prevalecem especialmente as percepções de adversidade.

Nessa linha ainda há muito o que investigar, mas existem algumas pistas de que essa inferência possa ser válida, considerando as conclusões do estudo mais extenso sobre os efeitos da renda contextual na satisfação com a vida, feito por Cheung e Lucas (2016). Nesse estudo os autores tocam nos mecanismos pelos quais varia a intensidade da comparação e seus efeitos negativos na satisfação⁴² e concluíram que uma maior renda regional estava associada a menor satisfação (o que vai na linha de mais uma confirmação dos efeitos negativos da comparação social sobre a autopercepção). Além disso, o estudo apontou que uma maior desigualdade de renda estava associada a uma comparação social mais forte de renda, o que estimula a associação negativa entre renda relativa e satisfação com a vida. Nesse quadro, os que aparecem especialmente afetados são as pessoas de baixa renda que apresentam menor satisfação quando residem em contextos mais ricos e com maior desigualdade de renda.

⁴² Segundo os seus autores, feito até o momento da sua publicação. Com uma amostra composta por 1.751.843 participantes de 2.425 condados dos Estados Unidos, incluindo todos os 50 estados, Distrito de Columbia e Porto Rico. A fonte de dados foram seis ondas entre 2005 e 2010 da Behavioral Risk Factor Surveillance System (BRFSS). (CHEUNG e LUCAS, 2016).

Embora esse estudo ainda não possa ser conclusivo de nenhuma generalidade, fornece um exemplo ilustrativo da associação entre características contextuais e ativação dos mecanismos de comparação social. Nas conclusões dos autores (CHEUNG e LUCAS, 2016, p. 339, tradução nossa):

[...] é plausível que a desigualdade de renda torne a discrepância de renda saliente, o que leva a níveis mais elevados de comparação social. Níveis mais altos de comparação social, por sua vez, levam à percepção de injustiça e falta de confiança, o que leva a uma menor satisfação com a vida.

Assim, o que esse estudo indica é consistente com os estudos na área das patologias crônicas que apontam que a comparação social se manifesta especialmente nas situações nas quais se vivencia uma ameaça, ou seja, em situações nas quais acontece algum transtorno no funcionamento normal da vida. Assim, a comparação social parece estar especialmente associada às situações estressantes.

Em suma, o que pode ser dito sobre os mecanismos de comparação social, levando em consideração pesquisas feitas em diferentes áreas da vida das pessoas, é que as formas que essa comparação adquire não significa que descansa na natureza humana, mas sim que envolve certas formas de relacionamento social que implicam determinados parâmetros dentro dos quais se encontram as condutas das pessoas. O interessante é que não em todos os domínios ou dimensões nas quais são desenvolvidas escalas de satisfação pessoal se apresenta esse mecanismo de comparação social e existem outras formas de avaliação da satisfação com a própria situação.

Em relação à renda, o sentimento de subtração que opera na comparação social não é ativado com qualquer referência externa, só com aquelas que podem ser percebidas como oposição da própria situação. Isso envolve a percepção do outro como adversário que não é ativada em todas as dimensões da vida, nem está presente em todas as formas de relacionarmos que estabelecemos com os outros. Existem formas de comparação social que não operam a partir da disputa, nem da desvalorização do outro como forma de autovalorização inversamente proporcional. Assim, o que as pesquisas sobre a renda parecem mostrar não consagra um destino inexorável, mas sim, expressa os parâmetros nos quais se desenvolvem os intercâmbios econômicos ou, mais precisamente, as regras de um jogo no qual estamos posicionados como unidades em confronto.

3.6. A produção material e o bem-estar subjetivo

“¿Cuántas cosas,

limas, umbrales, atlas, copas, clavos,
nos sirven como tácitos esclavos,
ciegas y extrañamente sigilosas!
Durarán más allá de nuestro olvido;
no sabrán nunca que nos hemos ido.”
Jorge Luis Borges

Após ter aprofundado em algumas nuances do vínculo estabelecido entre bem-estar subjetivo e condições econômicas, é necessário voltar a explorar as razões ou motivos pelos quais esse vínculo é estabelecido; discutir o ponto nodal no qual tocam as teorias que pressupõem o acesso ao consumo como a fonte da qual se alimenta esse vínculo.

Começamos o capítulo fazendo referência ao consenso generalizado das pesquisas empíricas da existência de uma associação positiva entre riqueza e bem-estar subjetivo, pelo que à primeira vista pareceria ser evidente a relação de namoro entre eles. Usualmente isso parece simples de explicar para quem acredita que a riqueza se traduz em mais conforto. Costuma-se fazer alusão à “qualidade de vida” como centro ao redor do qual podem ser explicadas as posições de maior ou menor vantagem nas condições materiais de vida e a riqueza aparece como um fator determinante.

Que o dinheiro introduza as pessoas em zonas de maior bem-estar é uma presunção básica da economia segundo a qual mantemos relações com as mercadorias e extraímos delas ganhos. No entanto, a simplicidade desse vínculo deriva num labirinto de perguntas, e, logo após, avançamos um pouco na sua análise, como já foi sinalizado. Vamos começar acompanhando os pressupostos mais básicos sobre o vínculo que mantemos com o dinheiro para encontrar onde aparecem os becos sem saída.

Nesse sentido, temos que começar colocando que o que mais tem sido estudado, da mão do bem-estar subjetivo é a renda e normalmente acredita-se que a via pela qual a renda gera felicidade é porque permite aceder ao conforto econômico, já que o dinheiro se traduz em valor de uso.

Esse é um pressuposto básico da economia segundo o qual mantemos relações com as mercadorias e extraímos delas ganhos. Nesse caso seria o conforto econômico a fonte de felicidade. O consumo satisfaz necessidades e o maior consumo supõe mais necessidades satisfeitas. As mercadorias, sejam materiais ou imateriais, bens ou serviços, desde uma massagem até um raio-x, estão feitas e disponíveis para satisfazer necessidades. Sendo o consumo, a ação de utilizar ou gastar um produto, bem ou serviço, o chamado poder aquisitivo é sinônimo de possibilidades de satisfazer necessidades. Nesta perspectiva, os

mais ricos são mais felizes porque consomem mais, ou seja, eles possuem a capacidade de satisfazer melhor as suas necessidades.

Agora bem, precisamos demarcar algumas considerações ao redor desses pressupostos básicos, corriqueiramente aceitos. O primeiro a dizer é que assumem uma interpretação que não tem por que ser considerada errada, desde que seja levado em consideração que todas as mercadorias, assim como as necessidades que essas mercadorias satisfazem, são produzidas socialmente, e, por essa razão, ninguém mantém um vínculo com as mercadorias, isolado de um entorno social, nem as mercadorias são criadas por fora de coordenadas sociais específicas.

Há que introduzir, nesse sentido, que a utilidade, ganho ou desfrute que obtemos das mercadorias, ou seja, aquilo que é tão caro aos economistas atuais, não é uma questão intrínseca aos objetos. A relação mantida com os bens econômicos, sejam materiais ou não, dos quais extraem-se os ganhos, não é independente das circunstâncias e cada um desses bens que circulam ao nosso redor mudam as suas qualidades, ainda que pareça que possuem uma utilidade fixa para nós. Para compreender qualquer gozo, desfrute ou bem-estar que surja dos usos ou consumo em geral, não podemos procurar as chaves na natureza dos objetos, mas nos sentidos ou significados simbólicos que esses objetos incorporam dentro de um certo conjunto maior de objetos e sentidos.

Posicionar a análise no vínculo unilateral com as mercadorias é miope e essa miopia contém, sobretudo, um descuido que leva a pressupor que mais é melhor sem considerar o contexto. Para explicar melhor essa questão é possível trazer um exemplo à toa. Numa pesquisa desenvolvida por Posel e Casale (2011), na África do Sul, os autores achavam que possuir um telefone celular tem um efeito grande e positivo no bem-estar subjetivo. Os autores acreditam que o fato de possuir esse objeto seja particularmente relevante para capturar o acesso a serviços e muito especialmente ao nível de conectividade, em um país como a África do Sul, onde os telefones fixos não estão universalmente disponíveis e os sistemas de transporte público são subdesenvolvidos. Ou seja, o telefone celular representa uma posição de vantagem nesse contexto social ao ponto que os autores conseguiram identificar esse objeto como um indicador importante e que faz a diferença em relação ao melhoramento do bem-estar.

Contudo, a importância de ter um telefone celular na África do Sul não surge de uma fonte de bem-estar intrínseca no aparelho, mas sim do que esse aparelho apresenta no quadro das condições de vida e relações sociais da África do Sul. Com esse objeto de consumo não acontece o mesmo em outros contextos sociais. Efetivamente, onde os telefones celulares têm

sido altamente difundidos e já não representam esse salto significativo que sinaliza uma vantagem, possuir um celular não reporta os mesmos benefícios. Em algumas sociedades de alta disponibilidade de celulares há pesquisas que têm olhado para eles como indicadores justamente do contrário e que exploram nessa linha as relações problemáticas que existem entre os telefones celulares e o bem-estar subjetivo e psicológico. Esse é o caso, por exemplo, de uma pesquisa desenvolvida por Horwood e Anglim (2019) entre adultos australianos, na qual examinam o uso geral e problemático de smartphones. Os resultados dessa pesquisa correlacionam esse uso com menor bem-estar em quase todas as escalas, associados, dentre outras coisas, com uma tendência comum de sentir ansiedade, emoções negativas e uma falta de controle, combinada com uma tendência de se envolver em enfrentamento desadaptativo e comportamento compulsivo. Longe de ser um objeto escasso e de uso limitado, que o colocaria associado a uma vantagem e muito provavelmente um sinal de distinção social quanto na África do Sul, na Austrália os smartphones, a versão mais moderna dos telefones celulares são uma pedra quente dos hábitos de consumo.

O que esse exemplo dos telefones e suas implicações em dois contextos particulares desvenda é que os ganhos obtidos pelo uso não estão no aparelho. A interpretação focada na relação unilateral que as pessoas têm com as mercadorias e todos os objetos econômicos do nosso mundo exterior erra em desatender que a chamada utilidade ou ganho não está simplesmente nos objetos, mas sim num tecido de sentidos adjudicados no contexto social, e esse tecido de sentidos faz com que o ganho obtido possa mudar.

A utilidade de uma coisa qualquer pode passar de ter uma relação positiva a ter uma relação negativa com o bem-estar, dependendo do contexto e das condições sociais onde o nosso vínculo aconteça. Assim, o exemplo do telefone sinaliza a característica de volubilidade ou possibilidade de mudança que faz com que, nem as mercadorias, nem de modo geral, o chamado conforto econômico, não tenha um conteúdo que possa ser universalmente estabelecido.

Essa volubilidade faz com que não seja possível estabelecer de uma vez, e para sempre, as quantidades e qualidades dos bens materiais que são necessários para possuir a sensação de suficiência. Tudo indica que, de fato, não só esse caráter mutável que altera o local simbólico que as coisas ocupam em nós se expressa em objetos concretos, mas também na valoração global que envolve a própria situação. Como já tem sido discutido, as pesquisas feitas sobre a renda têm desacreditado a possibilidade de estabelecer um nível de saciedade, ou seja, tudo indica que não há um nível acima do qual a satisfação seja garantida. Não há uma relação permanente ou de validade fixa entre níveis de riqueza e seus correlatos no

bem-estar subjetivo. As pesquisas mostram que os parâmetros são móveis e nesse sentido mais sim é melhor sem algum limite ainda evidente.

Isso é desafiador ante os níveis de consumo atuais que desde a década de 1970 nos colocaram em um gasto com déficit ecológico, enquanto se espera que, daqui em diante, em uma geração a mais, estejamos consumindo o dobro de hoje e em 25 anos teremos consumido tanto quanto em toda a história da humanidade. (BBC, 2021)

A questão é que a relação que mantemos com os objetos ou, mais precisamente, com as mercadorias, está inserida em marcos contextuais que mudam o valor adjudicado às coisas, transformando ao mesmo tempo a experiência que nós temos. O telefone celular é um bom exemplo disso. Num contexto social ele é quase um bem de luxo que representa um sinal de vantagem, com ganhos diretos em relação com o bem-estar subjetivo, mas o mesmo aparelho num contexto de alto nível de consumo pode apresentar um local oposto.

O exemplo dos telefones também é bom para compreender as mudanças nas percepções sobre os objetos ao nosso redor e sobretudo o caminho de degradação da valorização que os objetos possuem toda vez que se tornam de uso massivo e corrente. O telefone pode ser um caso extremo e não acontece com a maioria dos bens e serviços que sejam associados tão diretamente com menor bem-estar como no caso do celular que alberga no seu uso especialmente certas pautas de consumo e relacionamento problemático. Contudo, ainda é útil visualizar a mudança de percepção nesse objeto, de uma sociedade como a sul-africana na qual a sua utilidade envolve uma certa exclusividade, associada a melhores condições materiais de existência, para uma outra sociedade como a australiana, na qual a massividade de seu uso faz com que não cumpra as condições de sinalizar uma grande diferença ou vantagem social.

Como o poeta argentino relata no poema “Las cosas”, muitas coisas são nossas escravas, servem-nos, mas essas coisas não sabem da nossa existência, somos nós que adjudicamos um propósito, somos nós que colocamos nelas nossos sentidos e teríamos que salientar que são os parâmetros sociais nos quais essas coisas e nós mesmos somos produzidos o palco desse relacionamento.

É precisamente nesse fato que se baseia o Paradoxo de Easterlin, admitindo que as normas de consumo variam diretamente com o nível de desenvolvimento econômico, visto que os ganhos extraídos dos bens econômicos possuídos sofrem mudanças ao longo do tempo. Do ponto de vista subjetivo, essa explicação coloca a ênfase na variabilidade possível nos ganhos obtidos a partir do consumo, levando em consideração o contexto de produção dos bens econômicos no qual acontece o vínculo subjetivo.

Na sociedade capitalista, na qual a circulação de objetos materiais apresenta um constante deslocamento para cima, os ganhos obtidos acompanham a evolução dos objetos e o que poderia ser considerado um nível aceitável de vida em determinado momento, se torna insuficiente no concerto geral de bens disponíveis.

3.7. A infelicidade dos pobres

Toda vez que a circulação dos objetos começa a ser alvo de análise à luz dos vínculos subjetivos estabelecidos para com as condições econômicas, a pobreza e o processo da sua produção é uma outra questão que se faz interessante discutir.

Nesse sentido, podemos abordar a discussão a partir da análise de uma proposição muito instigante feita por Van Praag e Carbonell (2006), dois referentes da Escola de Leyden: “ (...) a pobreza é um sentimento individual e não um status objetivo. Isso leva a uma definição operacional de pobreza subjetiva como estando abaixo de um certo grau de satisfação.” (p.3 tradução nossa).

Como (tem sido) indicado acima, a chamada Escola de Leyden foi pioneira no estudo da variabilidade interpessoal na percepção sobre as condições econômicas, a partir da qual é possível assumir que as pessoas precisam de quantias diferentes para se sentirem igualmente felizes. Nesse sentido, a proposição dos autores sobre a pobreza aponta que duas pessoas possam não coincidir na sua percepção sobre a carência material, mesmo estando numa situação similar. A pobreza não pode ser definida por alusão a alguma situação concreta e quantificável materialmente ou pelo menos essa quantificação é altamente instável, ou seja, teria uma validade muito limitada.

Isso, que pode parecer longe das concepções usuais sobre a pobreza é assumido, no entanto, com muita naturalidade pelas escalas de medição da pobreza e ainda por índices de necessidades básicas que gradualmente mudam os itens que são considerados básicos para atingir umbrais mínimos de necessidades cobertas. Os próprios índices, encaminhados na medida das necessidades básicas, embora pareçam muito focados em aspectos subjacentes a alguma natureza humana, assumem assim o caráter mutável e ainda crescente dessas necessidades ou pelo menos das suas formas de satisfação.

Ainda assim, Van Praag e Carbonell (2006) rejeitam os métodos tradicionais de medição e demarcação das situações de pobreza porque apresentam um alto grau de

arbitrariedade, levando em consideração que não se trata de uma situação definida por algum conteúdo universalmente válido, mas de uma situação indeterminada abaixo da que não se acha normal estar. Os autores apontam que toda linha de pobreza é móvel e toda tentativa de estabelecer uma linha de pobreza muito provavelmente apresenta uma limitada coincidência com o que as pessoas consideram ser uma situação de pobreza.

Ou seja, os autores ressaltam que a pobreza é uma percepção, uma forma de qualificar a situação a partir de escalas de referência que se apresentam primeiramente como um sentimento. Assim, a pobreza é uma situação percebida como insatisfatória em relação ao que seria suficiente. Ao mesmo tempo, aquilo que seria o suficiente não é uma medida fixa, nem ao longo do tempo, nem pessoalmente, nem nacional ou internacionalmente. Na hora de fazer referência à pobreza, sempre se está apontando um local que existe em relação com algum termo médio, alguma ideia de normalidade segundo a qual alguém está por baixo e então está em carência, ou por cima e então está melhor que alguma média.

Considerando essa ideia dos pesquisadores da Escola de Leyden, o interessante é compreender que a pobreza tem a ver com uma percepção e que é sempre uma situação em relação e não uma situação em abstrato. Essa interpretação é atraente e não pode ser facilmente rejeitada, mas também não pode ser assumida sem uma análise atenta, que permita contornar o grau de validade que expressa. Inicialmente, teria que ser desvendado um certo perigo ou risco interpretativo na hora de acreditar que a arbitrariedade das percepções, subjetivamente construídas, poderia impossibilitar um certo consenso socialmente construído sobre o que pode ser considerado como um patamar de normalidade ou suficiência ao redor das condições materiais de vida.

A princípio, a ideia de Van Praag e Carbonell é fecunda, ainda, porque chama a atenção para uma das características mais salientes da noção de pobreza: ela não pode ser ligada com um nível quantificável de riqueza e que se apresenta como um sentimento. Contudo, o perigo da interpretação dos autores da escola antes citada está contido no núcleo da consideração de que a pobreza é um sentimento pessoal, pois, colocada no plano da esfera pessoal, a pobreza pode assumir uma marca fictícia, de simples percepção subjetiva, tal e como parecem sugerir os autores ao dizer que não é um status objetivo.

Com uma existência reduzida à esfera das percepções, pareceriam ter uma importância absoluta os processos internos dos sujeitos e suas formas de perceber o mundo pareceriam ser autoproduzidas. A combinação da ideia de que a pobreza não é uma situação objetiva, mas uma situação de percepção junto com o caráter individual dessa percepção, pareceria convertê-la numa coisa meio fantasiosa e irreal.

O que é importante colocar então é que a pobreza não é um produto da imaginação pessoal, mas sim um produto social. Para os objetivos deste trabalho, os fatores pessoais que se conjugam na percepção das condições econômicas, alguns dos quais foram estudados pela Escola a que pertencem os autores, não podem ser deslocados do contexto social no qual estão envolvidos. Interessa ressaltar, então, o caráter social da produção da pobreza, assumindo ainda que ela não é um status objetivo, se apresenta como uma percepção pessoal e que haja variabilidade na interpretação sobre o que pode ser entendido como pobreza, essa percepção está construída em determinados padrões de referência com base nos quais a ideia de pobreza é formada. Nesse sentido, teríamos que dizer que mais do que fictícia ou produto de imaginações isoladas, a pobreza é um status em relação vinculada a padrões externos.

A pobreza é uma ideia de proporção, se constitui em base a uma escala que vai do menos a mais, do pior ao melhor e está sempre em referência a essa escala de situações que existem na sociedade a cada momento. Isso faz com que seja, por exemplo, perfeitamente possível que alguém com a mesma situação econômica, seja os mesmos bens, a mesma renda ou o mesmo nível de consumo, sinta-se pobre na Alemanha, mas possa se sentir rico na Bolívia. O fato de que na Bolívia alguém possa não ter o sentimento de pobreza que teria na Alemanha tem a ver justamente com padrões externos em relação aos quais são julgadas as situações particulares.

Nesse sentido, Graham e Felton (2005) numa pesquisa desenvolvida na América Latina na qual discutem os efeitos da desigualdade e os canais pelos quais se relaciona com a felicidade, exploram a variabilidade daquilo que se apresenta como situação de pobreza e discutem, nesse intuito, a importância dos níveis de riqueza nacionais na sua determinação.

Nessa pesquisa, os autores concluem que na hora de avaliar a sua situação as pessoas sabem onde estão posicionadas na distribuição de renda já que existe uma correlação estatística entre a média da riqueza per capita dos países e a média da satisfação financeira. Segundo analisam os autores, não há dúvida de que as pessoas avaliam a sua satisfação financeira em relação com essa renda média do país, além de estarem também afetadas por grupos de referência mais próximos ao seu contexto local.

Os autores fazem, aliás, uma inferência muito interessante na linha das considerações de Van Praag e Carbonell: não é a quantidade o que traz a sensação de bem-estar, mas o que importa são as distâncias entre a renda de cada indivíduo e os pontos de referência externos.⁴³

⁴³ Isso, aliás, está na linha do cúmulo de pesquisas que exploram a comparação social que já foram mencionadas acima, só que nesse caso Graham e Felton (2005) conseguem desvendar os efeitos de níveis sociais mais gerais.

Para ilustrar as suas descobertas, os autores propõem um exercício de comparação entre os quintis inferior e superior de Honduras e do Chile. Fazendo essa comparação, os autores encontraram que os pobres de Honduras estão mais satisfeitos do que os pobres do Chile, embora os níveis médios de riqueza dos pobres no Chile sejam duas vezes mais altos. O que acontece é que embora os entrevistados do quintil mais pobre no Chile sejam quase o dobro mais ricos que os de Honduras, estão mais longe da renda média (No Chile, a diferença entre os entrevistados do quintil mais pobre e a média é de 2,49 pontos, enquanto em Honduras, a diferença entre sua renda e a média é de 2,14 pontos) e essa distância determina que tenham uma pior autopercepção da sua situação. Ou seja, não importa que os pobres do Chile tenham mais dinheiro que os pobres de Honduras, eles se sentem muito pior porque estão mais longe do nível de riqueza em seus países.

Assim, a pesquisa dos autores ilumina a importância de levar em consideração o distanciamento entre as situações das pessoas e os parâmetros de referência sociais com base nos quais podem ser compreendidas as situações de pobreza. Em outras palavras, é possível assumir que a pobreza é um sentimento individual na medida que seja compreendida a origem social desse sentimento.

Voltando para a proposição de Van Praag e Carbonell, teríamos que dizer que a pobreza é também uma situação material, cuja existência está determinada pelas normas sociais. Pode não ser a mesma situação material para todas as pessoas em todos os tempos e contextos, nem a mesma situação para pessoas diferentes ainda dentro de um mesmo contexto social, mas isso não faz com que seja simplesmente uma criação meramente individual. De fato, são as percepções descoladas de intersubjetividade as que definimos como doença mental. Um doente mental é aquele cuja percepção não é compartilhada por ninguém mais. Podemos concordar, no entanto, que a pobreza não tem esse estatuto e em todo caso é uma doença social.

Assim, se os parâmetros de referência sociais são incorporados na análise obtemos um quadro mais abrangente para explicar a forma na qual a pobreza se produz. Nesse sentido, colocar a pobreza em relação à riqueza permite dimensionar a produção e reprodução associada de ambas.

O encontro dessas coordenadas mais gerais nas quais a pobreza se produz, mesmo como sentimento subjetivo e sempre que seja levado em consideração que centralmente pode ser entendida como uma situação de distanciamento, habilita uma nova validade para as interpretações feitas por Marx, nas quais a pobreza e a riqueza são mutuamente produzidas.

Essa análise de Marx envolve a princípio a consideração dos pontos de referência segundo os quais toda situação particular deve ser avaliada. Nesse sentido, as palavras do autor são muito sugestivas:

Uma casa pode ser grande ou pequena, e enquanto as casas que a rodeiam são igualmente pequenas ela satisfaz todas as exigências sociais de uma habitação. Erga-se, porém, um palácio ao lado da casa pequena, e eis a casa pequena reduzida a uma choupana. A casa pequena prova agora que o seu dono não tem, ou tem apenas as mais modestas, exigências a pôr; e por mais alto que suba no curso da civilização, se o palácio vizinho subir na mesma ou em maior medida, o habitante da casa relativamente pequena sentir-se-á cada vez mais desconfortado, mais insatisfeito, mais oprimido, entre as suas quatro paredes.”(MARX, 2010, p.51).

Centrando sua análise na produção e circulação das mercadorias Marx coloca que, sob as leis econômicas do mercado capitalista o aumento da acumulação implica o aumento da riqueza expropriada e, portanto, da pobreza relativa dos trabalhadores. Colocada nestes termos, a acumulação de um polo implica a pauperização de outro. Em outras palavras, a existência de pobreza expressa a desigualdade da apropriação social da riqueza, assim, entendida como a contracara da acumulação e apropriação da riqueza, a pobreza cresce em forma proporcional a essa acumulação.

Essa análise de Marx resulta muito eloquente levando em consideração o que as pesquisas parecem mostrar sobre os parâmetros nos quais se desenvolvem os intercâmbios econômicos ou mais precisamente as regras de um jogo no qual estamos posicionados como unidades em confronto, já que como tem sido colocado, o mecanismo de comparação social de contraste, referenciado para a renda, opera a partir da disputa na qual a autovalorização é inversamente proporcional à desvalorização do outro.

Assim, a pobreza, como situação de distanciamento, envolve o sentimento de subtração e a análise da pobreza requer necessariamente a consideração da proporção com que cresce a riqueza. Pegando as pesquisas sobre bem-estar subjetivo e suas associações com as condições materiais, do ponto de vista das subjetividades que construímos, o sistema capitalista opera analogamente a como Marx descreveu os processos produtivos, na medida que a riqueza cresce, o diferencial não apropriado em relação aos pontos de comparação exterior, se apresenta como subtração que alimenta o sentimento de pobreza. A pobreza cresce em relação direta com a riqueza.

Na compreensão dessa lógica de reprodução do sistema capitalista na qual a pobreza é a contracara da riqueza, se faz explícita a impossibilidade de erradicar a pobreza enquanto

continua a existir desigualdade.⁴⁴ É necessário determos numa declaração adicional : a pobreza será sempre produzida ainda que a situação material dos pobres melhore para níveis muito superiores aos atuais. Mas precisamente, sempre que a riqueza cresça conjuntamente à apropriação desigual, continuará a existir o sentimento de pobreza porque, parafraseando Marx, medimos as nossas necessidades e prazeres pela sociedade e não pelos objetos da sua satisfação. Assim, mais uma vez nos deparamos com que não é questão de atingir um certo nível de conforto material que poderíamos chamar digno ou suficiente. Se esse último for o caso, o nível de conforto não teria que mudar nem ser afetado pelo crescimento da riqueza. A questão é a distância em relação aos pontos de referência da sociedade. Levando isso em consideração, a infelicidade dos pobres não pode ser erradicada melhorando a sua situação econômica nas bases de uma sociedade desigual. Nessa sociedade não pode haver ricos sem pobres, ou seja, não pode haver sentimento de riqueza sem que alguém esteja sentindo a sua pobreza.

3.8. A máquina de produzir expectativas

“Eppur si muove” Galileo Galilei

Após a apresentação de algumas peças do labirinto no qual se desenvolve o namoro entre condições econômicas e bem-estar subjetivo é possível elaborar uma síntese. As minuciosidades exploradas e as discussões levantadas em relação aos vínculos entre as condições econômicas, centradas principalmente na análise da renda e o bem-estar subjetivo, embora ainda tenham uma alta complexidade e áreas escuras que precisam ser analisadas, permitem, no entanto, estabelecer algumas noções muito sugestivas no que concerne à finalidade deste trabalho. A princípio é possível partir para uma das questões mais discutidas da nossa relação subjetiva com as condições econômicas que tem a ver com nosso vínculo ao longo do tempo.

Tudo parece indicar que são só pontos de referência nos quais estão ancorados todos nossos julgamentos, os que determinam também os níveis de conforto ou bem-estar obtido das condições econômicas nas quais estamos envolvidos. Desde a Escola de Leyden as pesquisas da área confluem em desvendar é que os ganhos que as pessoas tiram da sua

⁴⁴ De fato, para Marx (2010), com as leis econômicas do mercado capitalista um aumento no salário equivale a um aumento da produção pelo tanto um aumento da acumulação da riqueza expropriada e portanto da pobreza relativa dos trabalhadores.

situação ou condições econômicas podem mudar, e, de fato, mudam ao longo do tempo, sem que essas condições sejam alteradas e aquilo que é julgado bom pode variar para as mesmas pessoas.

O que particularmente pareceria ser um padrão generalizado, captado pela teoria da adaptação hedônica é uma degradação daquilo que pode ser considerado bom, já que há muitas indicações de que a bondade com a que julgamos a satisfação que tiramos das coisas, nas que economicamente está circunscrita a nossa vida, tende a cair. Isso pode acontecer mesmo que as pessoas acreditem o contrário ou não enxerguem a sua mudança na sua percepção, correndo para cima sem saber que podem ficar na mesma situação. Do ponto de vista individual, para mitigar o efeito da chamada adaptação, precisamos estar nos movimentando e, ainda nos movimentando, podemos não perceber a mudança.

Já foi colocado que não tem por que ser esse o vínculo necessário que estabelecemos com as nossas condições econômicas, mas tudo indica que a generalidade das pessoas efetivamente está impedida de correr nessa esteira hedônica.

Uma das chaves para compreender o que acontece nessa relação que estabelecemos com as condições econômicas está nas expectativas que colocamos nelas. A questão fundamental a considerar, que muitas vezes fica por fora das interpretações, tem a ver com os processos de formação das expectativas. O primeiro que é preciso levar em consideração é que a produção das expectativas envolve a interpretação, processamento e reação frente aos estímulos ou à informação à qual temos acesso e frente a qual geramos certas projeções de possíveis acontecimentos. Ou seja, as expectativas têm a ver com o depósito de confiança na plausibilidade de determinadas realizações.

As pessoas desenvolvem aspirações sobre seu futuro e o bem-estar subjetivo é substancialmente menor se essas expectativas não forem atendidas. A formação de expectativas impõe em nós o desejo de um acontecimento ou de certas qualidades dos acontecimentos. As expectativas são a antecipação do que se espera que aconteça. Toda vez que os acontecimentos estejam envolvidos nessa antecipação, o descumprimento do que era esperado supõe para nós uma decepção.

Com o foco colocado nos processos individuais e na complexidade desse processo, as variantes contextuais são as que geralmente ficam por fora das receitas espirituais, mas também das pesquisas destinadas a conhecer como é que as expectativas que cada um de nós tem incidem no vínculo entre as nossas condições econômicas e o nosso bem-estar.

Embora a maioria das pesquisas considerem as expectativas como refletindo uma norma interna, que captura a experiência de renda pessoal ou voltada para dentro de um

indivíduo, elas não são endógenas. As aspirações têm determinantes contextuais que explicam seu desenvolvimento. O que importa nessa equação são as escalas de referência com base nas quais julgamos ou colocamos esses estímulos no mundo exterior. Quando essas referências são levadas em consideração, temos um quadro mais amplo para explicar o que acontece em nossos vínculos pessoais com as condições econômicas.

Partir para as coordenadas de produção mais amplas nas quais se produzem a riqueza e a pobreza na sociedade contemporânea, mesmo como sentimento, implica ir ao encontro aos aspectos que caracterizam o capitalismo, enquanto se apresenta como modo de produção econômico e social preponderante na escala mundial, imposto por sobre as particularidades concretas que podem adquirir nos diferentes contextos locais.

A questão é que as avaliações pessoais incorporam parâmetros de referência com base nos quais as pessoas interpretam sua situação e que os mencionados parâmetros são móveis intertemporalmente, ou seja, ao longo do tempo.

Todo julgamento está baseado em pontos de referência, o que faz com que não seja possível estabelecer de uma vez e para sempre as quantidades e qualidades dos bens materiais que são necessários para possuir a sensação de suficiência. De fato, não só esse caráter mutável que altera o local simbólico que as coisas ocupam em nós se expressa em objetos concretos, mas também na valoração sobre a própria situação. Como já tem sido discutido, as pesquisas feitas sobre a renda têm desacreditado a possibilidade de estabelecer um nível de saciedade, ou seja, tudo indica que não há um nível acima do qual a satisfação seja garantida.

A economia em crescimento, a circulação crescente de bens e produtos de consumo podem ser entendidas como um processo que coloca nas pessoas aspirações crescentes. Distribui aspirações crescentes em relação com as coisas do mundo exterior que é desejável atrair para a vida. Nesse sentido, é impossível negligenciar que o capitalismo é uma máquina de produzir expectativas porque seu funcionamento implica uma renovação constante de desejos, uma experimentação de novas possibilidades, de algum tipo de expansão para novos territórios experienciais. O capital se reproduz expandindo as fronteiras e não há descanso nem forma acabada na lógica do capital, há sempre uma pressão para a expansão. Capitalizar é disponibilizar tudo aquilo que é em prol do que será.

O caricaturesco é que ninguém pode perceber o movimento de rotação ou translação da terra ao redor do sol. Podemos olhar ao nosso redor, mas não teremos a percepção de movimento. Tudo ao nosso redor pode parecer fixo e nós também. “No entanto se move”, como pareceria ter dito Galileu Galilei. A terra se move e podemos saber isso pela análise e o

cálculo, mas nós percebemos o movimento só quando movimentamos nosso corpo no espaço. Ou seja, quando nossa posição muda em relação aos pontos de referência próximos.

Essa é uma forma simples de compreender a relação com a renda ao longo do tempo. Não conseguimos enxergar o crescimento da nossa renda ao longo do tempo quando esse crescimento simplesmente acompanha o movimento geral do contexto. Mas quando nossa renda cresce em relação com o nosso contexto, esse movimento sim é percebido.

4. ORIENTAÇÃO DA VIDA PARA O STATUS E AS POSSES MATERIAIS: o caminho da servidão

No presente capítulo a proposta é explorar o conjunto de pesquisas empíricas que têm sido desenvolvidas para analisar as condutas associadas com a vida orientada para o status e as posses materiais e a sua relação com os caminhos da autorrealização pessoal.

Vamos explorar primeiramente aquilo que tem sido chamado de condutas materialistas e introduzirmos no conjunto de comportamentos associados, mas sobretudo nas decepções implicadas com essas condutas e o conjunto de valores que as orientam.

Essas pesquisas, por sua vez, procedem de uma concepção de bem-estar que resulta complementar às análises desenvolvidas a partir do conceito de bem-estar subjetivo e aportam novos elementos de discussão. A seguir, vamos colocar alguns dos trilhos que os pesquisadores têm dado nesse sentido e, especialmente, na procura de estabelecer ligações entre as orientações materialistas que são adotadas nas condutas e as consequências para o bem-estar emocional das pessoas.

Feito isso, a proposta é compreender o contexto social como marco no qual se desenvolvem os nossos comportamentos. Vamos analisar o sistema de valores e os argumentos contemporâneos que se aplicam em defesa do capitalismo e do livre mercado como âmbito de aprimoramento humano. A introdução dessa defesa, como alvo de análise, intenciona muito especialmente refletir o caminho da servidão ao qual estamos condenados caso abracemos as ideias que nos propõem ainda que falem em nome da liberdade.

A discussão leva como interesse central acrescentar uma outra dimensão no que tange à felicidade no projeto societário contemporâneo e as repercussões que têm os valores que se priorizam nesse contexto atual. Assim, antes de discutir as consequências da política de crescimento econômico é necessário avançar mais um pouco na análise subjetiva e pessoal do vínculo entre dinheiro e felicidade.

4.1. Crenças sobre a importância do consumo material

Antes de avançar mais um pouco nas formas em que nessa sociedade capitalista se estabelecem os vínculos subjetivos entre dinheiro e felicidade, se faz necessário recuperar algumas das sugestões apresentadas no capítulo anterior.

Um dos principais apontamentos que foram feitos nesse capítulo, a partir das pesquisas empíricas trazidas para a análise, é que o vínculo aparente entre dinheiro e bem-estar subjetivo não é determinado pelo consumo ou porque exista uma razão natural ou imutável entre determinado nível de conforto e sentimentos ou sensações de satisfação.

Foi apontado que não pareceria ser o vínculo unilateral com as coisas o que explica os maiores níveis de bem-estar que atingem os que possuem mais. As pesquisas empíricas indicam, nesse sentido, que não há ponto de saciedade e que os níveis de satisfação são móveis, o que é perfeitamente compatível com que mais itens de consumo sejam considerados "necessários" à medida que a renda cresce, seja para a sociedade em seu conjunto ou para as pessoas no nível individual.

Dizemos, nesse sentido, que para compreender porque os ricos são mais felizes é preciso levar em consideração a posição social. Ou seja, na correlação entre as condições materiais atingidas e o bem-estar obtido com elas, aqueles com maior bem-estar subjetivo adquirem esse ganho do diferencial que existe em sua situação em relação aos pontos de referência com os quais essa situação é comparada segundo escalas pessoais. É estar numa "boa" posição o que deixa as pessoas mais felizes, embora essa "boa" posição possa ser muito diferente entre pessoas e sociedades.

Isso tudo indica que a felicidade associada à riqueza é decorrente de ocupar um espaço de valor social. Não é a posse de bens ou o consumo que faz felizes as pessoas ou alguma coisa intrínseca e própria aos objetos-mercadorias. Pode parecer que a felicidade está em alguma coisa intrínseca ao consumo ou à posse, e é muito comum acreditar que a sensação de bem-estar é decorrente do conforto, que se extrai do uso dos objetos, mas sabemos agora que o prazer ou gozo extraído do consumo de objetos e bens não está neles. Eles não só não podem garantir a mesma satisfação para todo o mundo, mas também não podem garantir a mesma satisfação ao longo do tempo para a mesma pessoa. O cerne da questão está nos sentidos que adjudicamos a esses objetos e os locais simbólicos onde os colocamos.

Quando analisamos sobretudo as propriedades ou características dos objetos nas escalas do luxo, aparece com muita clareza que eles envolvem um ato de reafirmação de pertencer a um grupo e o lucro obtido é extraído de tê-los convertido em meios de medir e expressar o que é considerado importante.

Tudo indica que a felicidade tirada de estar numa boa posição econômica está muito envolvida na manifestação de uma necessidade mais elementar e íntima de reconhecimento e valorização social. Assim, a necessidade de se relacionar e se conectar com outras pessoas com as quais experimentar interações significativas, tem sido conceituado pela SDT como

tendência inata, essencial e universal ao longo da vida que se constitui, por sua vez, como uma das três condições básicas da automotivação e integração da personalidade. (Ver primeiro capítulo)

Nesse quadro, é interessante ainda colocar uma pergunta que muito oportunamente pode ser introduzida pelos que acham que o importante é que existe uma relação positiva entre riqueza e bem-estar e estão prestes a defender essa empreitada pessoal e social de orientar a vida para as posses e o status social.

Essa questão resulta de sumo interesse porque envolve a discussão sobre os valores que nos guiam como sociedade e como sujeitos com liberdade de escolha. Mais precisamente essa questão envolve a discussão sobre o que pode ser chamado de condutas de orientação materialista.

Toda vez que surge a discussão sobre a praticabilidade da vida orientada nesse sentido materialismo, pode aparecer a reprovação, mas também não é incomum a sua defesa.

Geralmente, essas posições em confronto estão legitimadas em argumentos cuja legitimidade descansa em crenças e em última instância na ideia de que coexistem códigos morais distintos e alguns de nós adotamos um, enquanto outros adotam outros. Assim, têm-se que talvez sejam válidas todas essas condutas porque as pessoas podem acreditar em diferentes caminhos para encontrar o bem-estar. Nessas bases não é possível rejeitar nenhuma dessas visões e condutas e poderia ser que a vida voltada para os bens materiais e os prazeres que eles proporcionam seja para alguns um caminho certo para a felicidade, ainda mais nesse projeto societário do capitalismo contemporâneo onde a acumulação tem sido levada ao local central do sistema produtivo.

Interessa especialmente aos objetivos deste trabalho colocar as pesquisas empíricas que têm sido desenvolvidas especialmente no campo da psicologia, ao redor do conceito de autorrealização, no qual aparecem preocupações relacionadas ao exame das metas que as pessoas colocam na sua vida e a forma na qual o conteúdo singular delas incide no bem-estar. Nesse sentido, de modo geral, o que a maioria dessas pesquisas se propõe a responder é se há características identificáveis nessas metas e valores que façam com que algumas delas estejam associadas a um maior bem-estar do que outras.

Nas preocupações que aparecem ao redor desse conceito e que envolvem as discussões antes mencionadas, foi conceitualizado o materialismo, como crença estruturante na vida que pode ser examinada no nível individual, a partir de certos indicadores.

Nessa linha de pesquisa, que tenta conhecer os vínculos entre materialismo e autorrealização, o consenso mais generalizado é a existência de uma correlação negativa entre

eles. O acúmulo de pesquisas nesse sentido tem sido tão abrangente que já têm sido desenvolvidas várias meta-análises (ou seja, análise de forma conjunta dos resultados gerados por estudos conduzidos em contextos diferentes, utilizando diferentes metodologias, amostras, coleta de dados e análises) que examinam os vínculos diversos que as pesquisas empíricas têm indicado entre materialismo e diferentes dimensões ou noções de bem-estar emocional, chegando a definições conclusivas e generalizáveis.

Assim, por exemplo, uma dessas meta-análises desenvolvida por Santini et al (2017) analisou quantitativamente os principais achados associados ao materialismo, buscando entender coisas que motivam ou originam e coisas que são consequências ou que resultam do comportamento materialista.⁴⁵ Nessa meta-análise os autores sugeriram e testaram uma estrutura na qual a satisfação com a vida, entendida como uma avaliação geral do bem-estar ligada ao julgamento subjetivo de cada indivíduo, faz parte dos antecedentes ou coisas que mantêm relações inversas (negativas) com o materialismo.

Uma outra meta-análise, dessa vez, exclusivamente centrada nos aspectos do bem-estar das pessoas que têm sido empiricamente relacionados com o materialismo foi desenvolvida por Dittmar et al (2014)⁴⁶. Esses autores têm feito uma extensa revisão da literatura existente e conseguiram ordenar uma ampla gama de aspectos analisados em quatro grandes categorias ou linhas investigativas:

- (i) A primeira dessas linhas de pesquisa é o *bem-estar subjetivo*, cuja correlação com o materialismo foi estudada nos seus distintos componentes, que, como já foi colocado, englobam as avaliações cognitivas da satisfação geral com a vida e da satisfação em diferentes domínios da vida, assim como avaliações do afeto positivo e negativo.
- (ii) A segunda categoria submetida à análise diz respeito às *autoavaliações*, ou opiniões positivas e negativas das pessoas sobre si mesmas (as autoavaliações positivas que têm sido associadas ao materialismo geralmente envolvem gostar e aceitar-se, enquanto as autoavaliações negativas geralmente refletem insatisfação consigo mesmo ou a crença de que não se está cumprindo importantes padrões pessoais).
- (iii) Uma terceira linha de análise em relação ao bem-estar inclui avaliações de problemas de saúde mental ou psicopatologias, notadamente ansiedade, depressão,

⁴⁵ Essa análise incluiu 77 artigos de estudos realizados entre 1982 e 2014, gerando 99 tamanhos de efeitos e uma amostra cumulativa de 40.288 indivíduos estudados. (Santini et al 2016)

⁴⁶ Nessa pesquisa, foram incluídos estudos de todos os continentes, embora metade de todos os estudos tenham sido realizados na América do Norte. No total a pesquisa incluiu 258 amostras, das que foram identificados um total de 749 correlações diferentes entre alguma medida de materialismo e alguma medida de bem-estar.

compra compulsiva, dentre outros.

(iv) E ainda distinguem uma quarta linha de análise que tem sido indagada, relacionada a medidas relevantes para a saúde física, o que inclui avaliações de diferentes sintomas somáticos, como dores de cabeça e de estômago, bem como medidas de quantas vezes os indivíduos se envolvem em diferentes tipos de comportamentos de risco à saúde, como fumar, beber álcool ou usar drogas, entre outras.

O resultado da revisão dessa literatura é por demais sugestivo: em todas essas linhas de análise as pesquisas têm encontrado correlações negativas entre o bem-estar e o materialismo. Por sua vez, essas pesquisas, assim como a maioria das explicações teóricas para as relações negativas entre materialismo e bem-estar postulam processos que envolvem intercorrelações múltiplas entre distintos aspectos do bem-estar e, portanto, níveis mais baixos de bem-estar em uma ampla faixa de aspectos ao mesmo tempo.

Os autores se interessam, no entanto, em conhecer também se a partir das pesquisas desenvolvidas se pode identificar se alguns tipos de mal-estar estão mais intimamente relacionados ao materialismo do que outros, e segundo eles os maiores efeitos aparecem colocados nas categorias de autoavaliação negativa, comportamentos de risco à saúde e, especialmente, compra compulsiva.

Para os autores que destacam as contradições ainda existentes nas pesquisas e nas considerações tiradas dessas pesquisas, a suposição de que pessoas insatisfeitas com a vida apresentam maior necessidade de comportamento material, apareceu como um dos principais achados para os quais existe suporte estatístico, no qual os autores incluem maiores níveis de depressão e insatisfação com as experiências dentro da família.

As pesquisas sobre o materialismo partem da ideia e da observação de que qualquer um, seja pobre ou rico, pode ser materialista. Mas tem aparecido aí uma preocupação por compreender também os efeitos diferenciados para pobres e ricos. Uma possível interpretação nesse sentido poderia ser que as suas consequências negativas são só para os pobres, o que poderia sugerir que a infelicidade provém de não atingir as metas, e não precisamente do tipo de metas colocadas. Ou seja, a infelicidade teria a ver com a frustração em relação às metas colocadas, mas não com o materialismo em si mesmo.

Embora isso pudesse parecer muito verossímil, nesse sentido tem sido indicado recentemente que a renda não é um moderador da relação entre materialismo e bem-estar, ou seja, não apaga o mal-estar provocado pelo materialismo. As análises dos múltiplos estudos empíricos indicam que nem a renda pessoal nem a renda familiar dos participantes mostraram

significativamente o tamanho da ligação entre o materialismo e o bem-estar. Ou seja, o materialismo tem uma relação negativa com o bem-estar, independentemente de as pessoas serem ricas ou pobres. (KASER, et al.,2014)

4.2. A infelicidade dos materialistas

A questão mais elementar que as pesquisas empíricas sobre o materialismo vem colocando é que existe uma multiplicidade de correlações negativas entre ele e diversos aspectos da vida das pessoas. Esse consenso generalizado é um ponto de partida básico embora ainda precise de uma explicação que está a caminho de se produzir, pois nas relações causais e nos ensaios de explicações para aquilo que foi observado existem discrepâncias. Vamos tentar seguir aqui uma linha interpretativa que se apresenta muito promissora para responder as interrogantes que ainda existem sobre as razões pelas quais, de modo geral, as pessoas materialistas estão mais infelizes.

Das múltiplas pesquisas desenvolvidas ao redor das crenças sobre a importância do consumo material, encontra-se a de Tim Kasser, que apresenta uma produção empírica e teórica de destaque e tem sido um dos autores de maior referência na hora de estudar as associações negativas entre materialismo e diferentes meios de medir o bem-estar (incluindo medidas de psicopatologia, padrão de satisfação com a vida, afeto positivo e afeto negativo, níveis mais baixos de ajuste psicológico e funcionamento social).

A partir da constatação de que havia surpreendentemente pouca ênfase na pesquisa de construção de metas e, mais precisamente, sobre como o conteúdo das metas de alguém pode estar associado a resultados psicológicos, em uma de suas pesquisas pioneiras, Kasser e Ryan, (1993), perguntaram-se pelos valores materialistas envolvidos no chamado sonho americano, um “sonho” ou aspiração que, de modo geral, envolve os componentes básicos das atitudes materialistas. A questão central submetida à análise foi se altas expectativas vinculadas ao sucesso financeiro em relação aos outros valores e expectativas que também eram autorrelevantes, estavam relacionadas a resultados psicológicos negativos.

Ao examinar os efeitos diferenciais do conteúdo em relação a objetivos e valores, essa pesquisa conseguiu provar que nem todas as metas são equivalentes em termos de sua relação com o bem-estar e que as pessoas que valorizam e priorizam mais o sucesso financeiro têm perfis mais distanciados de um ajuste psicológico saudável, associados a níveis mais baixos de autorrealização, menor vitalidade, mais depressão, mais ansiedade, dentre outras variáveis.

As pessoas demonstraram priorizar o sucesso financeiro em detrimento de outras metas associadas a um maior bem-estar e menos sofrimento, tais como a vida familiar e os vínculos de amizade, valores pró-sociais ou de compromisso com a comunidade e aspirações de crescimento psicológico individual. Além disso, essas pessoas têm mais probabilidade de evidenciar uma orientação de controle, um fator de personalidade associado a mais afeto negativo e mais sofrimento que inclui disposição para objetivos extrínsecos, do que aqueles que defendem menos centralidade para o sucesso financeiro dentro de seu sistema de metas.

Ao longo do tempo, com base nos estudos feitos pelo autor e a partir dos seus achados sobre as relações e influências entre os valores, atitudes e comportamentos, o conceito de materialismo foi adquirindo uma composição abrangente, que inclui também variações na sua composição.⁴⁷ Assim, por exemplo, o materialismo pode incluir condutas distintas de comportamento com o dinheiro, incluindo também quem se comporta de forma rígida e acumula moderando os seus gastos, mas compartilha a mesma orientação de ter dinheiro e posses que outras pessoas com as mesmas orientações materialistas, ou seja com o mesmo conjunto de valores de base na sua escala, gastam e consomem de forma compulsiva⁴⁸. Ou, dito de outra maneira, as pesquisas têm demonstrado que existem diferenças nos comportamentos que são impulsionadas pelos mesmos valores, contudo há um núcleo comum que os une.

As explicações desenvolvidas por Kasser e outros autores que compreendem o materialismo como um valor ou conjunto de objetivos que orientam as pessoas estão fundamentadas em pesquisas anteriores sobre a construção de valores culturais, enquanto sistemas dinâmicos, dentro dos quais adquirem suas posições os valores particulares. Esses sistemas de valores têm sido descritos como um todo integrado com o comportamento, que pode ser representado graficamente como uma estrutura circular na qual existem compatibilidades, incompatibilidades e indiferenças. Assim, quando as pessoas orientam as suas condutas ativando determinados objetivos pessoais, existe uma série de interconexões motivacionais que têm que ser levadas em consideração, sobretudo considerar os efeitos indiretos dos valores priorizados em outras atitudes e comportamentos não direcionados a priori, mas que também podem ser afetados.

⁴⁷ Essa teoria é apoiada pela mencionada meta análise de Dittmar et al (2014), que indica que as medidas multifacetadas tendem a ter efeitos mais fortes do que as medidas mais simples.

⁴⁸ A compra compulsiva, definida como uma desordem comportamental pela psiquiatria (porque acarreta uma relação disfuncional com bens de consumo, caracterizada pela perda de controle sobre o comportamento de compra, a preocupação com os pensamentos sobre a compra e a continuação das compras e gastos excessivos apesar das consequências prejudiciais) pela sua vez tem sido longamente vinculada com os valores materialistas. (Dittmar, et al 2014)

Isso aponta uma visível discrepância com teorias cognitivo-comportamentais (muito especialmente com a psicologia positiva, orientada dentro das pesquisas do bem-estar subjetivo) que enfatizam o vínculo positivo entre otimismo em relação à obtenção de resultados e o bem-estar psicológico, enquanto essas teorias desconsideram que a valorização relativa de certos tipos de resultados pode ter consequências prejudiciais, mesmo se alguém estiver otimista e confiante em relação a sua obtenção. (Kasser, 1993)

Uma das implicações mais salientes dessa teoria, na que o conjunto de valores é considerado como um todo integrado, é a compreensão de que as atitudes e os comportamentos não podem ser analisados pela prioridade dada a um único valor, mas por compensações entre valores concorrentes que tendem a ser mutuamente exclusivos e estão implicados simultaneamente em um comportamento ou atitude.

Um dos grandes conflitos que estruturam os sistemas de valores nos diversos contextos aparece reiteradamente colocado entre o conjunto de valores associados à autotranscendência, entendida como a combinação entre benevolência e universalismo e o conjunto de valores associados ao autoaprimoramento, entendido como a combinação de poder e realização. O que esse confronto manifesta é uma incompatibilidade entre a busca do próprio sucesso relativo e domínio sobre os outros, com a aceitação dos outros como iguais e a conseqüente preocupação com seu bem-estar.

Esse padrão de correlações tem uma série de implicações notáveis, do ponto de vista psicológico, prático e social. Enquanto os valores relacionados com a benevolência e o universalismo podem ser positivamente associados ao favorecimento da cooperação interpessoal, por exemplo, os valores próximos do autoaprimoramento estão associados à importância atribuída ao poder, que enfatiza a vantagem competitiva que outorga maior legitimidade à busca de maximizar o ganho próprio, mesmo às custas dos outros. Quando esse conflito básico entre valores de autotranscendência e autoaprimoramento é levado em consideração, as buscas materiais que priorizam o dinheiro e as posses aparecem muito longe do primeiro e muito mais próximas do segundo.

É nesse quadro que aparece a preocupação com as condutas materialistas, o que parte do entendimento de que o prazer absoluto como promessa existencial pode resultar em um engano sempre que seja desconsiderado que isso envolve também uma desqualificação de valores significativamente concorrentes. Assim, o materialismo enquanto valor ou conjunto de objetivos mantém um determinado padrão de relacionamentos com o conjunto maior de valores propostos por Schwartz (ver Capítulo I).

Com base nas classificações das categorias do circuplexo, as pesquisas indicaram que

o materialismo está sistematicamente associado ao quadrante de autoaperfeiçoamento de Schwartz, que desativa valores da categoria da autotranscendência. Assim, enquanto conjunto de valores que orientam as pessoas para experiências, atitudes e comportamentos que têm a ver com a relevância do acúmulo de riqueza e posses, o materialismo está também próximo dos valores vinculados à preocupação com a imagem e a popularidade, a buscar prazeres hedonísticos, a orientação para o poder e o status; ao mesmo tempo que se correlaciona negativamente com experiências, atitudes e comportamentos relevantes para preocupações pró-sociais ou comunitárias originadas em valores de benevolência assim como, também, fica mais distante de esforços de crescimento pessoal e autoaceitação e outros comportamentos autotranscendentes.

A partir da sua conceitualização, e na consideração da existência desse núcleo comum, o que Kasser e outros autores têm achado, é uma multiplicidade cada vez maior de aspectos psicologicamente pouco saudáveis. Nesse sentido, segundo é sintetizado por Kasser (2016), entre outras coisas, o materialismo tem sido associado com ciclos viciosos de solidão, com um estilo de apego ansioso, com maior dificuldade em equilibrar os compromissos familiares e de trabalho, com relacionamentos interpessoais mais curtos e de qualidade inferior, menor empatia, mais alto narcisismo, menos comportamentos pró-sociais e mais comportamentos anti-sociais. Acrescenta-se a proximidade de uma série de orientações e concepções muito polêmicas como, por exemplo, uma orientação de domínio social mais forte, crenças mais preconceituosas sobre os membros do grupo externo e ainda ter menos preocupação com os aspectos igualitários da democracia em comparação com as pessoas menos materialistas. (IBIDEM)

As análises desenvolvidas por Kasser e um grupo de autores alinhados são muito interessantes porque têm colocado o foco da discussão no conteúdo dos objetivos que orientam as condutas das pessoas, indicando que o mal-estar pessoal causado pelo materialismo não tem a ver só com a impossibilidade de atingir as metas que o caracterizam.

Isso leva os autores a discutir e ainda rejeitar a interpretação segundo a qual poderia ser que o foco no sucesso financeiro, dentro de certos parâmetros não excessivos, tenha algum grau de bondade ou não seja necessariamente ruim para o bem-estar. Essa é uma das implicações mais sugestivas da teoria defendida inicialmente por Kasser e Ryan (1993) e que tem sido posteriormente desenvolvida e aprimorada em múltiplas pesquisas já que as suas análises que examinam os efeitos do materialismo não sustentam a possibilidade de que um nível ótimo e moderado de aspiração ao sucesso financeiro esteja relacionado ao bem-estar.

4.2.1 Da insegurança e autopercepção negativa

Como forma de compreender os efeitos negativos que a orientação para o sucesso financeiro e as posses têm na vida das pessoas, e em atenção aos conteúdos dos objetivos que as pessoas se colocam, Kasser e Ryan (1993, 1996, 2000) têm seguido as conceitualizações da SDT, segundo as quais é possível distinguir motivações intrínsecas e extrínsecas.

Tal e como foi analisado no capítulo introdutório deste trabalho (ver capítulo I), segundo essa teoria da autorrealização, é possível distinguir uma série de gradientes entre os cenários de causalidade que ativam as condutas das pessoas, que podem ser compreendidas entre esses dois extremos nos quais se desenvolve a automotivação para a ação. Os objetivos intrínsecos são aqueles que são inerentemente satisfatórios para buscar, que abrigam uma satisfação inerente à própria atividade e envolvem uma motivação interna, ou seja, movimentada pelo senso de impulso próprio, que representa a instância prototípica de autodeterminação.

O que as pesquisas têm evidenciado é que esses objetivos que tendem a satisfazer as necessidades psicológicas inatas de autonomia, afinidade relacionada, competência e crescimento e, assim, ajudam a sustentar sua felicidade e bem-estar, são os que ficam mais longe das condutas materialistas. Em contraste, os objetivos mais próximos do materialismo são extremamente motivados e envolvem sempre algum grau de senso de controle ou pressão externa embora possam estar altamente automotivados. Esses comportamentos cuja característica definitiva é que são realizados para atingir resultados separáveis ou externos à atividade desenvolvida que é tensionada pela obtenção de recompensas, geralmente refletem uma sensação de insegurança e levam a pessoa a se envolver em um comportamento mais estressante.

Em sintonia com reiteradas pesquisas desenvolvidas no marco da SDT, que indicam que as recompensas extrínsecas, condicionadas ao desempenho da tarefa, minam a motivação intrínseca; as pesquisas sobre o materialismo têm demonstrado que o dinheiro e as aspirações materialistas focadas em “ter” deixam as pessoas longe dessa instância prototípica de autodeterminação vinculada à satisfação das necessidades essenciais.

Uma das interessantes conexões para as quais apontam Kasser e seu grupo de colaboradores tem a ver com a relação entre valores materialistas e insegurança pessoal.⁴⁹ Nas

⁴⁹ Ver por exemplo Kasser e Ryan (1993), Schmuck et al (2000), Kasser et al (2014), Kasser, (2018).

suas diversas pesquisas os autores encontraram que as pessoas com baixa segurança e sensação de bem-estar, que por sua vez usualmente também apresentam elevados graus de neuroticismo, em geral são mais propensas a ver o dinheiro como um meio de autoaperfeiçoamento.

Segundo apontam os autores, é difícil estabelecer uma direção causal entre a forte disposição de valorizar objetivos materialistas e a insegurança pessoal, qual dessas variáveis é causa e qual consequência. Mas o que as pesquisas indicam parece ter a ver com uma influência mútua. Se poderia dizer que a relação entre materialismo e insegurança é um círculo vicioso de retroalimentação mútua na qual a insegurança e o materialismo crescem juntos.

Há uma multiplicidade de estudos que analisam a influência do senso de insegurança nas primeiras etapas de vida das pessoas. Assim, entre as causas conhecidas de um forte endosso de valores materialistas está a insegurança econômica na infância, já que as crianças que crescem em famílias pobres ou em tempos economicamente difíceis tendem a dar relativamente mais importância ao sucesso financeiro e à riqueza. (KASSER, 2013)

Mas não só a insegurança estritamente centrada no econômico tem sido associada aos comportamentos materialistas. Também há estudos que indicam que a rejeição dos pais, assim como a falta de calor dos pais, está relacionada à insegurança pessoal e social nos filhos, o que prevê escores de materialismo na vida adulta. Essas crianças propensas a se sentirem inseguras parecem procurar compensar sua insegurança por meio de bens materiais. (Richins e Chaplin (2015) em Donnelly, 2016)

Alguém pode partir desse senso de insegurança para se engajar em condutas materialistas, mas se a melhora do desconforto interno é procurada nesse conforto externo e tangível, separado do eu, essas condutas entrarão num ciclo que mantém ou possivelmente aprofunde, o senso original de valor contingente. (KASSER, 1993)

Kasser et al (2014) apontam, ao mesmo tempo, que os sentimentos de insegurança predis põem as pessoas a se orientarem para o materialismo, o que as leva cada vez mais a se engajarem em experiências que minam a satisfação de suas necessidades e o seu bem-estar em múltiplos sentidos, o que, por sua vez, perpetua seus sentimentos de insegurança e as leva a permanecer focadas sobre objetivos materialistas na vida.

INSEGURANÇA E CRISE ECONÔMICA

A relação entre insegurança e materialismo não só aparece no nível individual, a nível geral certos acontecimentos econômicos que particularmente acrescentam os níveis de insegurança, influem nas pessoas para se orientar mais fortemente para objetivos materialistas.

Kasser et al (2014), baseados em pesquisas anteriores trabalham nessa hipótese de que existe uma conexão entre insegurança e priorização de valores materialistas, no contexto de uma grande crise econômica de nível generalizado em toda a sociedade e que provavelmente faria as pessoas se sentirem psicologicamente inseguras e, portanto, conduziram uma pesquisa na Islândia. Para os autores, o colapso econômico de uma nação oferece um contexto particularmente interessante porque tal turbulência representa um momento em que as pessoas estão questionando seus objetivos, particularmente objetivos relativos a dinheiro e bens materiais.

Assim, a Islândia, em 2007, era o quinto país mais rico do mundo (medido pelo Produto Interno Bruto per capita; OCDE 2008), mas a crise econômica global de 2008 levou o país a mergulhar rapidamente em recessão econômica. (Kasser, 2014)

O estudo efetivamente produziu evidências de que uma situação particular do ambiente social levou muitas pessoas a se tornarem mais focadas em objetivos materialistas, já que em resposta às dificuldades econômicas de seu país, uma maioria significativa dos entrevistados priorizou cada vez mais as preocupações materialistas.

Ao mesmo tempo, os autores acharam que responder ao colapso econômico desta forma foi associado ao declínio do bem-estar ao longo de 6 meses. Em contraste, responder a essa crise, diminuindo o foco no materialismo, foi associado a aumentos no bem-estar. As pessoas que conseguiram se afastar dos objetivos materialistas com uma relativa perda de prioridade das aspirações de sucesso financeiro experimentaram um aumento no bem-estar subjetivo ao longo do tempo.

Em suma, o que as pesquisas sugerem é que as dificuldades econômicas tencionam as pessoas a darem uma importância relativamente maior às aspirações de sucesso financeiro, enquanto isso diminuem o bem-estar. Poderia parecer que é uma questão de escolha pessoal, mas nem todo o mundo na frente de uma crise econômica pode se libertar das suas preocupações materiais, e, de fato os autores colocam essa advertência. Uma limitação da sua pesquisa é que os participantes da amostra eram mais ricos e com melhor educação do que a população islandesa como um todo. Isso leva a considerar a possibilidade de que os resultados tivessem sido diferentes se mais indivíduos com menos recursos financeiros fossem incluídos. Além de que, para tirar conclusões mais sustentadas de seu padrão de resultados ainda é necessário examinar as diferenças individuais na extensão em que as pessoas foram pessoalmente afetadas pelo colapso econômico, questão que ficou por fora da sua pesquisa.

Em suma, o que as pesquisas no seu conjunto indicam de forma consistente e múltipla é a existência de um vínculo estreito entre os comportamentos de orientação materialista e diferentes formas de insegurança vivenciada pelas pessoas. Essa insegurança, por sua vez, não aparentaria envolver uma percepção ambiental ou de perigo externo frente ao qual tenha que ser orientada a ação. Mas também o materialismo pareceria se envolver nas vulnerabilidades e instabilidades da construção das identidades pessoais.

Nessa mesma linha se encontra uma das tentativas de explicar as buscas materialistas

de forma ampla e consistente, desenvolvida a partir das múltiplas pesquisas acumuladas na área, que tem sido elaborada por Donnelly et al (2016).⁵⁰ Uma das perguntas iniciais dos autores é muito instigante: Se a aquisição de bens materiais pode aumentar a utilidade e conferir benefícios, e se os materialistas adquirem bens, então por que estão infelizes? Para esses autores as condutas materialistas estão originadas numa percepção adversa sobre o eu e podem ser explicadas como a tentativa de fugir dessa autoconsciência negativa. A origem das buscas materialistas é a percepção de uma lacuna entre onde se quer estar e onde se está, o que dá lugar a emoções dolorosas, como ansiedade e sentimentos de insegurança. Nas suas palavras: “A esperança de que a aquisição de bens materiais transforme o eu em uma versão de eu mais admirada, mais invejada, mais glamourosa e amplamente amada é uma expressão do desejo materialista de escapar do eu atual através da aquisição de bens tangíveis.” (p.306)

Os autores revisam extensas evidências empíricas relevantes, procurando integrar o acúmulo de pesquisas anteriores numa explicação abrangente dos comportamentos materialistas e após a análise desse acúmulo de pesquisas desenvolvidas na área, encontraram que existem indicações de envolvimento de todas as etapas do processo da fuga do eu.⁵¹ A motivação para escapar do eu começa com a sensação de que não se está cumprindo com os padrões de vida desejados em domínios pessoalmente importantes que as pessoas usam para medir sua posição. Esses padrões, por sua vez, afetam emoções, crenças e comportamentos, porque as pessoas os usam como forma de avaliar o eu.

O materialismo é impulsionado pela insatisfação consigo mesmo e pela fuga do eu, que envolve a busca de uma nova identidade (pelo menos temporariamente) que substitua a que a pessoa procura escapar, ligado à visão de que a aquisição de coisas transformará o eu em um eu novo e melhor aos olhos das outras pessoas.

⁵⁰ Nessa pesquisa, os autores restringiram a definição operacional de materialismo ao valor não econômico atribuído à propriedade e aquisição de bens materiais e utilizaram várias técnicas para recuperar estudos anteriores para possível inclusão, com a condição de que fossem escritos em inglês e publicados entre 1984 e 2015. Assim, foram avaliados 551 artigos relacionados ao materialismo, dos quais, 226 artigos foram elegíveis para a revisão das evidências. (DONNELLY, 2016)

⁵¹ Com base em teorias anteriores os autores descrevem esse processo de fuga da autoconsciência em seis etapas ou passos. 1) a motivação inicial vinculada à percepção de ficar aquém dos padrões de vida aos quais se aspira; 2) O segundo passo é a autculpa, já que as deficiências ou contratemplos são atribuídos ao eu; 3) essas autoatribuições de responsabilidade pelo fracasso criam um terceiro passo que é o foco no eu, experimentado como uma autoconsciência agudamente alta. 4) O quarto passo decorrente disso é um estado marcado por emoções aversivas, de sofrimento emocional. 5) O quinto passo envolve o cultivo de um estado de desconstrução cognitiva, caracterizado pelo pensamento concreto ao invés do abstrato, um estreitamento da atenção e uma evitação geral de pensar sobre tópicos altamente significativos e emocionais; 6) o sexto passo que reflete as consequências de manter um foco concreto e de baixo nível, tem a ver com a desativação de controles internos que normalmente orientam o comportamento e, assim, o comportamento impulsivo e até irracional pode acontecer. Os autores encontram que as pesquisas desenvolvidas efetivamente indicam que essas seis etapas estão envoltas nas condutas materialistas. (DONNELLY, 2016)

Esses autores que focam nos motivos da aquisição de bens e, muito especialmente, na impulsividade dessa aquisição, incluindo o consumo desadaptativo, acreditam que o impulso para reduzir sentimentos dolorosos resulta às vezes no estreitamento do pensamento, que permite comportamentos de compra desinibidos como forma de alívio ou fuga da dor. Para lidar com emoções negativas e autodirigidas, as pessoas materialistas podem entrar em uma mentalidade estreita que diminui as inibições, gerando impulsividade, pensamento irracional e comportamentos desinibidos. Mas esse estreitamento cognitivo, que debilita a capacidade de autorreflexão, cumpre a função de apagar temporariamente as dores originadas na autopercepção. Assim, os comportamentos mais impulsivos e irracionais ligados às aquisições e posses materiais são também tentativas de abraçar uma nova e diferente versão do eu, que completaria a fuga do antigo eu.

O ponto nevrálgico nessa análise é que as pessoas não possuem uma autoimagem positiva e procuram o caminho para mudar ou fugir dessa percepção. Um dos detalhes mais interessantes que os autores colocam nessa pesquisa é que as pessoas que empreendem buscas materialistas, embora pareça que buscam a diferenciação, em geral querem parecer e se sentir integradas.

As pessoas que têm valores mais materialistas são altamente conscientes dos padrões sociais (por exemplo de padrões estéticos) e temem julgamentos negativos, mais do que as pessoas com baixos valores materialistas. Apresentam, ao mesmo tempo, uma elevada preocupação sobre como são vistos pelos outros e se monitoram socialmente mais do que outras pessoas, comparando a si mesmos e sua situação com as normas sociais, como parte de um esforço por aderir a elas. As buscas materialistas, efetivadas através do consumo, que indicam uma preocupação em melhorar a si mesmo e tentar impressionar os outros, envolvem ao mesmo tempo a procura da conformidade ou adequação às normas sociais e ao mesmo tempo a procura da singularidade. Assim, por exemplo, ao tomar decisões de compra, a aquisição de itens exclusivos e bens de luxo representa ao mesmo tempo um ato de singularização, de afirmação do eu enquanto também se persegue o objetivo operacional de conformidade com normas socialmente estabelecidas.

A questão é que os valores materialistas envolvem um senso de valor contingente, ou seja, as pessoas se autovalorizam em função desses parâmetros materiais tangíveis e a autopercepção do valor próprio está muito fadada a se movimentar conjuntamente com esses indicadores externos. Essa percepção dá ao senso do valor próprio uma qualidade instável, do que pode ou não acontecer, pelo que é incerto, dependente do exterior. Assim, a autoavaliação não é intrínseca simplesmente ao ser, mas está determinada e é medida em função do que é

atingido em termos de riqueza monetária. Em outras palavras, o substrato básico que impulsiona as condutas materialistas tem a ver com uma autopercepção negativa, onde o materialismo vem a ser o caminho de fuga, só que, para os que caminham nele será veneno e antídoto ao mesmo tempo.

4.2.2. Da adjudicação de sentido à existência e os meios sociais

“Todos estamos condicionados por esa racionalidad capitalista que ha formateado nuestra subjetividad y que reproducimos espontáneamente en nuestras conductas cotidianas.”

Ricardo Certulo, La diaria, Montevideo 2020

Um aspecto que se faz necessário atentar é que, ao focar a análise nas características psíquicas das pessoas, muitas das pesquisas sobre materialismo centram as explicações causais nessas características e o materialismo aparece como um aspecto ou questão autoproduzida pelas pessoas. Nessa perspectiva, o mal-estar individual, às vezes proposto como ponto de origem do materialismo, às vezes como consequência, aparece colocado num círculo explicativo fechado sobre si mesmo. Nesse círculo, no qual tudo parece decorrente da forma na qual se posicionam os indivíduos, as causas e consequências do materialismo aparecem jogadas sobre as costas de singularidades pessoais.

Do conjunto das pesquisas psicológicas sobre o materialismo, foi colocado que Kaser apresenta uma interpretação que fica muito próxima da perspectiva de análise social desse trabalho, Em uma de suas análises de revisão o autor coloca especialmente que, embora seja fácil acreditar que o estudo sobre o materialismo diz respeito principalmente a pessoas materialistas que priorizam fortemente esses objetivos na vida, a inclusão da coerção ambiental na qual todos nós desenvolvemos nossos desejos, envolve explicações mais abrangentes. Nessa perspectiva, o círculo explicativo pode ser então aberto para uma compreensão dos marcos de possibilidade nos quais se desenvolvem as condutas pessoais.

Nas palavras de Kasser (2016) “...todos nós temos tendências materialistas. Essas tendências podem ser ativadas em um determinado momento, reforçadas quando as vemos modeladas na sociedade e causadas por sentimentos temporários ou crônicos de ameaça ou insegurança.” (p. 506, tradução nossa)

Assim, o que pode ser dito é que, embora o materialismo seja um conjunto de valores ou sentidos individualmente adjudicados à vida, seria difícil compreender suas causas caso não seja levada em consideração a pressão que exercem os meios sociais nos quais as pessoas

formam seus valores, desde o mais concreto e contextualmente preciso e limitado até o contexto amplo de instituições e normas sociais que estruturam, causam as ações e moldam as nossas experiências.

Nesse sentido mais generalizado para o qual olha o autor, dizer que todos nós temos tendências materialistas equivale a dizer que todos nós habitamos num sistema econômico e cultural que prioriza os valores associados ao materialismo e impulsiona determinadas formas de estabelecer relações com os outros e ainda com nós mesmos. Todos nós estamos construindo nossa identidade dentro de uma cultura que determina a compreensão de nosso lugar no mundo.

O problema não pode ser reduzido a pessoas isoladamente ineficazes em atingir seu bem-estar, enquanto problema social; a questão está em determinar as circunstâncias que possibilitaram o desenvolvimento progressivo de um determinado conjunto de ideias que foi ganhando abrangência, para acabar alimentando os círculos viciosos do mal-estar.

Nessa perspectiva, alguns esforços têm sido encaminhados para compreender as interações entre as pessoas e os ambientes sociais, entendidos estes últimos como o conjunto de condições ou circunstâncias nas quais se desenvolve a vida. A ideia de ambiente é oportuna porque posiciona o ponto de mira na ida e volta entre as pessoas em seus entornos. Mais precisamente, existem estudos empíricos que posicionam a análise nas formas nas quais a coerção social é exercida e as consequências que impõe sobre as pessoas, pelo que podemos ainda sair da especulação teórica e adentrar-nos em mecanismos específicos.

Uma forma de abordar a análise dessa questão é o estudo da permeabilidade que temos frente às mensagens que encorajam valores associados ao materialismo, o que tem sido pesquisado em alguns estudos experimentais.

ESTIMULAR O CONSUMISMO: ESTUDOS EXPERIMENTAIS

Um artigo publicado por Bauer et al. (2012, tradução nossa), intitulado “Estimulando o consumismo: o materialismo situacional mina o bem-estar pessoal e social”, os autores expõem os resultados de uma série de pesquisas experimentais. Esses autores interessaram-se particularmente pela compreensão do conjunto de associações negativas do materialismo em relação com o bem-estar, submetendo a dúvida a perspectiva na qual o materialismo aparece como uma consequência da disfunção pessoal, que leva a interpretar, por exemplo, que o apego a posses e ao status associado ao dinheiro pode surgir como estratégia de compensação só entre pessoas com determinados déficits. Em contraposição, os autores colocaram a possibilidade de que muitos indivíduos, nas circunstâncias eventualmente propícias, adotem uma mentalidade materialista, possivelmente em detrimento pessoal ou social.

Com experimentos muito simples, os autores só conseguiram demonstrar que certas sugestões ativadas situacionalmente podem reorientar tendências de resposta automática, levando as pessoas a um maior alinhamento com as preocupações materialistas e valores de autoaperfeiçoamento⁵². Esses autores provaram que a mera visualização de bens de consumo, enquadrar um experimento como um estudo de “reações do consumidor” (em comparação com enquadrar a mesma tarefa como um estudo de “reações do cidadão”), induzir as pessoas a ordenar palavras relacionadas a conceitos materialistas para formar frases, ou associar as pessoas a uma identidade de consumidor na hora de resolver conflito de interesses, foram formas eficazes para aumentar as aspirações materialistas.

O que essa pesquisa indicou é que a publicidade, muito mais otimista do que muitos analistas sociais em relação à maleabilidade das formas de sentir e pensar, pareceria estar no caminho correto. Isso talvez não apresente nenhuma novidade diante dos milhões que são gastos para incentivar o consumo.

Talvez um pouco mais significativo seja que esses experimentos também apontem que o alinhamento situacional⁵³ tinha uma ampla gama de consequências psicológicas adversas que as pesquisas da área usualmente indicam. O fomento desses pensamentos foi associado a menor desejo de envolvimento social, níveis significativamente mais altos de afeto deprimido, maior afeto ansioso e maior autoinsatisfação, um desejo mais forte de superar outras pessoas e uma motivação significativamente menor para formas de engajamento social que envolvem estruturas sociais cooperativas. Os sentimentos competitivos associados às identidades do consumidor também impediriam a formação de sentimentos de confiança e causa comum que são associados a identidades compartilhadas; em vez disso, foi observado maior egoísmo, desconfiança e uma tendência significativamente menor de ver os outros como parceiros para enfrentar um dilema de interesses.

Diversas questões devem ser ressaltadas nesses estudos experimentais. A primeira já foi mencionada, é a permeabilidade. Uma das coisas que resultam mais provocativas nesse estudo é que tão só a criação de certas situações concretas e circunstanciais fossem suficientes para evidenciar o quão influenciáveis podemos ser em relação às mensagens que recebemos, mas também às consequências imediatas dessas mensagens. Assim como esses experimentos, essas consequências podem ser pontuais e passageiras, mas, na medida que esses estímulos sejam constantes e reafirmados, seus efeitos o serão também.

O que o estudo também confirma são as consequências negativas que as mensagens associadas ao materialismo têm para aqueles que as aceitam como próprias. Nas palavras dos autores: “Nossos achados corroboram a visão de que indivíduos e sociedades pagam um alto preço por adotar uma orientação consumista ubíqua que pode minar a coesão social. Afinal, é investindo em esforços para se conectar e beneficiar suas comunidades que os indivíduos geralmente encontram felicidade pessoal, saúde e satisfação com a vida.” (BAUER et al, 2012, p. 522, tradução nossa) Para esses autores, o que seu experimento mostra é que os custos do materialismo não estão localizados apenas em pessoas particularmente materialistas, mas também podem ser encontrados em pessoas que estão expostas a estímulos ambientais que ativam o consumismo. O que essa pesquisa experimental sugere é que a extensão da adoção de orientações materialistas está vinculada

⁵²Como tem sido colocado, segundo a estrutura circular de valores de Schwartz (1996) o autoaperfeiçoamento é um dos tipos de valores amplos de ordem superior que divide a estrutura em duas dimensões. Os valores de autoaperfeiçoamento, que promovem a busca do próprio sucesso relativo, e domínio sobre os outros, refletem um conflito com os valores de autotranscendência, que transcendem o interesse pessoal para considerar o bem-estar dos outros.

⁵³ Os autores, nesse sentido, definem seu objeto de análise como materialismo situacional, dado que o que analisam é a reação frente a pistas situacionais e não às características estáveis das pessoas.

à extensão das mensagens que fomentam os valores associados ao materialismo.

Nesse sentido, interessa sublinhar que as sociedades e culturas que mais prioridade outorgam ao materialismo estarão privilegiando em paralelo uma série de outros valores.⁵⁴

A importância do dinheiro e das posses não implica só uma conduta frente às posses, como já foi analisado aqui, mas também um conjunto de prioridades determinadas por valores que crescem conjuntamente. Quando valores particulares são ativados situacionalmente, um conjunto de valores correspondentes é ativado, enquanto valores incompatíveis são inibidos. Isso pode, por exemplo, envolver uma mudança de uma disposição para se relacionar de forma cooperativa para um relacionamento de caráter competitivo associado a um comportamento egoísta. (Ver BAUER et al (2012) e MAIO et al. 2009)

A questão, além da permeabilidade que as pessoas têm em relação às mensagens, ainda na sua mutabilidade, é que cada ênfase colocado em determinados valores ou alvos está contornado de um conjunto maior de associações e implicações que acompanham nossos comportamentos e suas mudanças.

As pesquisas sobre o materialismo indicam, portanto, que as condutas não podem ser compreendidas de forma isolada e que os valores que as orientam formam parte de um conglomerado maior de pressuposições. Algumas mensagens que podem parecer centradas no consumo envolvem uma série de valores e pressuposições associados que transcendem a mera conduta de compra e predispõem, ainda, o tipo de vínculos sociais que serão desenvolvidos.

A questão é que esses sinais que fomentam essa orientação materialista são comuns na sociedade contemporânea. Os tipos de coisas que desencadearam o materialismo situacional nas pesquisas experimentais são altamente análogos às mensagens e estímulos característicos da vida cotidiana.

Embora o materialismo e as múltiplas consequências negativas no bem-estar possam estar colocados no plano individual e façam referências a estratégias pessoais, escolhas individuais e recompensa de sentido à existência, não deixam de ser um tipo de estratégia culturalmente sancionada que adquire sentido em determinados meios sociais.

O que sugerem as pesquisas experimentais é que, quanto mais mensagens relacionadas com identidades do consumidor, fomento à concorrência, reafirmação da importância dos interesses individuais, e outros valores associados sejam difundidos, mais pessoas estarão

⁵⁴ Além de Bauer et al (2012), Maio et al (2009), por exemplo, também conduziram uma série de experimentos que indicaram que alterar ou preparar qualquer conjunto específico de valores tem efeitos indiretos em atitudes e comportamentos não relacionados, que são, no entanto, previsíveis por meio de suas interconexões motivacionais com outros valores. Esses resultados deixam claro que, quando um procedimento envolve mudança ou ativação de objetivos pessoais, deve ser útil conhecer as interconexões motivacionais entre eles.

dispostas a legitimizar valores materialistas, trazer esses valores para orientar a vida privada e ter que sofrer as consequências disso.

Ou seja, o materialismo tem necessariamente determinados marcos nos quais se alimenta. Tudo indica que, quanto mais importância seja dada à troca mercantil como forma privilegiada de relacionamento social, maior abrangência terá o materialismo e suas consequências. Isso por sua vez, não é uma simples suposição teórica.

Há pesquisas que sugerem, nesse sentido, que efetivamente na medida em que as nações buscam formas de capitalismo desregulamentadas e de livre mercado, seus cidadãos são mais propensos a adotar valores materialistas e o conjunto de valores associados que dizem respeito à riqueza, posição social e competição entre os indivíduos.

Esse foi um alvo de pesquisa de Schwartz (2007), que desenvolveu uma análise da cultura e dos valores individuais prevalentes em diferentes países capitalistas com o intuito de estender e comprovar a generalidade das conclusões de uma pesquisa desenvolvida por Kasser et al (2007). Nessa pesquisa antecedente, feita para os Estados Unidos, na qual foram examinados os custos psicológicos do capitalismo americano, as conclusões foram que as instituições e ideologias desse país, ao promover um conjunto de valores baseados no interesse próprio, sucesso financeiro, consumo e competição, desprivilegiavam valores opostos, de preocupação com os outros na comunidade mais ampla, proximidade interpessoal e autonomia.

As observações às quais chegou Schwartz (2007) na extensão dessa pesquisa antecedente são que as nações mais competitivas e orientadas para o livre mercado mostram uma preferência cultural mais forte pela autoafirmação, pelo domínio dos recursos humanos e naturais, em vez de se relacionarem harmoniosamente com eles. Nessas sociedades também é mais forte a preferência relativa por alocar diferencial e hierarquicamente funções e recursos a grupos e indivíduos como forma de motivar e eliciar o comportamento cooperativo, em vez de cultivar a compreensão dos interesses mútuos de seus membros. As prioridades de valor individual em sociedades mais orientadas para o mercado também estão mais focadas nos valores de realização, conformidade e poder e menos nos valores de universalismo e autodireção, do que em sociedades com economias mais colaborativas.

O autor encontrou, assim, suporte substancial às inferências de Kasser et al. (2007) sobre os prováveis efeitos psicológicos de abraçar os valores vinculados ao livre mercado e à concorrência para muito mais países que não os Estados Unidos.

Na mesma linha, e seguindo os passos desse estudo, Dittmar et al. (2014), também se interessam pela análise dos contextos de valores e ao mesmo tempo pelos prejuízos sociais

muito abrangentes que a adoção desses valores impõe. Um dos achados mais intrigantes dessa meta-análise, já citada várias vezes, é que o conjunto de pesquisas analisadas indica que as sociedades que priorizam os valores associados ao materialismo diminuem ao mesmo tempo o bem-estar pessoal. Essa descoberta é consistente com a ideia de que a exposição frequente às ideologias e instituições da cultura de consumo é uma fonte de deterioração do bem-estar daqueles que internalizam essa ideologia e interagem habitualmente com essas instituições.

Na sua pesquisa, os autores encontraram que efeitos negativos mais fortes sobre o bem-estar emergiram para as pessoas que vivem em países onde o materialismo atinge níveis mais altos na escala de valores. Segundo a sua análise, a preocupação com aquisição e as posses encontra-se consistentemente associada a baixos níveis de bem-estar em várias culturas e esse efeito, aliás, é ampliado nos ambientes culturais que são mais hedonisticamente orientados, ou que enfatizam o prazer e uma vida emocionante.

O que esse achado, na mesma linha que todas as sugestões das pesquisas anteriores, surpreendentemente vem a questionar, tem a ver com a presunção muito básica de que estar alinhado com os alvos altamente valorados socialmente seja sempre uma fonte de bem-estar. Mais precisamente, isso contradiz a hipótese muito básica da congruência ambiental, segundo a qual quanto mais adaptados estivermos com as sinhas do ambiente no qual vivemos ou quanto mais se conflui na resposta positiva aos estímulos ambientais, também teriam que ser melhores os estados emocionais decorrentes dessa harmonia. Em palavras simples, teríamos que ser felizes de ser aquilo que todos querem ser e teríamos de ser felizes de ser aquilo que sempre quisemos ser.

Contrariamente a essa suposição de senso comum, o que em seu conjunto as pesquisas desenvolvidas tendencialmente indicam é que nem sempre isso acontece e especialmente não acontece em relação com os valores materialistas, sendo preciso colocar a atenção nas configurações sociais, nas formas que adotam as interações entre as pessoas. O que as pesquisas sugerem é que as oportunidades materialistas e configurações culturais associadas abrigam mais profundamente os indivíduos em estilos de vida e experiências que prejudicam a satisfação de necessidades essenciais.

Na linha da SDT, a conclusão é que existem provavelmente razões psicológicas muito básicas e talvez essenciais para esta correlação consistentemente negativa entre o bem-estar e o conjunto de valores que dão prioridade aos objetivos e crenças que se centram na importância de adquirir dinheiro e bens que transmitem status. Mais uma vez, é necessário olhar para o conteúdo das metas colocadas pelas pessoas e as sociedades para compreender seus efeitos no bem-estar das pessoas.

Precisamos ainda conhecer mais de perto quais são as pressuposições e valores exaltados no projeto societário capitalista contemporâneo onde aparecem impulsionadas essas formas prejudiciais de nos relacionarmos com nós mesmos e com os outros. Para compreender qualquer manifestação particular, precisamos elucidar melhor os meios sociais e contexto geral no qual oferecemos sentido a nossa existência.

4.3. Dos valores e do caminho capitalista para a felicidade

Chegamos em outra questão nevrálgica. Os valores que orientam os grupos humanos e as sociedades em geral são a pedra angular da coesão social e dos esforços aos quais as pessoas dedicam a sua vida. Em vista disso, e recapitulando o anteriormente analisado, as condutas materialistas não podem ser compreendidas como simples irracionalidades ou efeitos de deformações particulares que as pessoas patologicamente desenvolvem. Muito pelo contrário, o materialismo pode ser perfeitamente explicado dentro dos padrões dos valores mais caros ao capitalismo contemporâneo.

Na perspectiva marxista que orienta este trabalho, a conceitualização sobre os valores tem sido abordada principalmente na ideia da ideologia. A discussão desse conceito levaria muito longe, mas o que tem que ser dito nesse sentido é que o que visa a comunicar basicamente é que todas as ações desenvolvidas por nós estão impelidas por uma força que as impulsiona e essa força é a força da legitimidade que tem para nós o tipo de relações que estabelecemos com os outros.

Não interessa, aqui, determinar se o econômico é primeiro e o ideológico depois; deixaremos essa discussão de fora, mas sim, interessa ressaltar uma estreita relação dialética entre o econômico e o ideológico e ao mesmo tempo esse serviço de legitimação que o ideológico presta ao econômico para dar continuidade e aceitação aos tipos de relação social que envolvem relações de dominação, exploração e humilhação, mas que são normalizadas ou legitimadas por certos valores que as sustentam. Ou seja, a nossa interação e os nossos procedimentos para reproduzir a vida estão sustentados em determinadas ideias nas quais se embasam as nossas formas de ver e sentir.

Já foi colocado que (ver Capítulo I), algumas pesquisas sobre as condutas materialistas partem do entendimento de Schwartz (1996), que distingue que os valores cumprem três requisitos essenciais para o desenvolvimento da existência humana que têm relação com necessidades biológicas, com a interação social coordenada e com as demandas de sobrevivência e funcionamento do grupo.

Na perspectiva introduzida por Marx, a ênfase, na hora de analisar as ideias que nos guiam, está colocada na especial indicação de que as ideias dominantes são as ideias da classe dominante. Teríamos que salientar que as ideias dominantes dominam também a classe dominante. Nesse sentido, nem tudo o que acontece com as formas de sentir e pensar é facilmente racionalizável, embora seja determinante para compreender os comportamentos das pessoas. A naturalidade com a que se nos apresentam os fatos ou certas formas de vincular-se entre nós, ou compreender o mundo, não é mais que a mostra dessa força que nos antecede.

Provavelmente muito conteúdo com o qual se legitima a ordem de coisas imposta fique por fora do que é racionalmente apreendido mediante as análises e reflexões que têm o alvo de dizer alguma coisa sobre as ideias que nos dominam. Mas, nesse sentido, os valores que nos dominam, ou mais precisamente, aquelas coisas que adquirem uma significação e expressam nossas convicções, são os pontos de acesso que podemos ter na procura de descobrir as forças sociais nas quais estamos coagidos a atuar.

Na forma de objetivos conscientes, os valores são uma cara visível e cognitivamente racionalizada da experiência humana, pelo que são também alvo de discussão e reflexão centrada na argumentação sobre o que é preferível, superior e mais adequado para dirigir essa experiência da vida e especialmente da vida em comunidade. Seja para responder às necessidades biológicas das pessoas, seja para basear a interação social coordenada ou demandas de sobrevivência e funcionamento do grupo. As argumentações em defesa de um ou outro valor geralmente sentenciam o dever ser da sociedade.

Nesse sentido, o materialismo, conceitualizado como crença estruturante na vida que pode ser examinada no nível individual, está composto por um conjunto de valores e motivações arraigado num esquema específico sobre o qual se comunica a sociedade para explicar, coordenar e racionalizar o comportamento. Enquanto valor ou conjunto de valores que guiam as interações sociais ele não pode existir sem uma legitimação prévia, não só um ambiente propício para o seu desenvolvimento, mas também argumentos racionalmente desenvolvidos na sua defesa.

Em outras palavras, a força que possa ter o materialismo e o conjunto de valores que ele abriga não surge de geração espontânea e pode ser explicado decorrendo do corpo de ideias racionalmente elaboradas sobre o qual se fundamenta a sociedade capitalista. Aliás, é possível dizer que se pode compreender ainda muito melhor o quadro no qual se desenvolvem esses valores em atenção às ideias que comandam o capitalismo na atual era neoliberal.

Nesse sentido, e ainda levando em consideração a complexidade de contradições que

pode abrigar, é dentro do projeto societário contemporâneo, no marco estruturante do capitalismo, que os comportamentos pessoais cobram sentido. É também na análise sistemática dos valores exaltados nesse quadro que podem ser elucidadas as formas nas que as condutas materialistas se desenvolvem como expressões de resposta aos grandes mandatos com os quais se movimenta a nossa sociedade atual.

Podemos começar pela questão mais básica, que a que se deixa descrever por esse grande projeto societário, segundo foi colocado no primeiro capítulo, que é o processo de mercadorização crescente que acompanha o capitalismo como eixo central da sua instalação.

Nesse processo de mercadorização, a valorização dos valores e da riqueza está subsumida na categoria das mercadorias; é o dinheiro o que faz comensurável as variedades heterogêneas com as que se compõe o mundo e é nesse processo de mercadorização que se estrutura o sistema de necessidades e as nossas subjetividades.

Nas relações sociais estabelecidas nesse modo de produção material, as subjetividades encontram uma valorização tangível naquilo que está subsumido a escala monetária envolvendo as posses com os status enquanto índices de valor intersubjetivos. Em outras palavras, nesse projeto, as imagens de sucesso ou realização pessoal estão vinculadas às posses. As chamadas condutas materialistas analisadas pelas pesquisas empíricas, na atualidade, que aparentam ter certas índoles patológicas e que são o foco das conceituações psicológicas da autorrealização, estão constituídas dentro dessas configurações estruturais.

precisamos elucidar os elementos mais básicos e elementares nos quais se constroem as racionalidades que dominam o presente, assim como aqueles postulados ontológicos sobre o que se constitui como próprio do ser humano. Dito em outras palavras, é preciso ir ao encontro com os pressupostos ideológicos que subjazem à vida social contemporânea, ir ao encontro com as particularidades ideológicas que adquire o capitalismo contemporâneo e ao mesmo tempo submeter à análise aos seus adeptos mais acérrimos conjuntamente com suas teorias ontológico filosóficas nas que baseiam a defesa da ordem. Embora seja uma missão impossível abranger esses postulados em sua totalidade, podemos começar pela pedra angular dessa filosofia que se apresenta como ideia de liberdade, sendo que na hora de conceituar a tendência ideológica do presente a maioria dos estudos fala da era do neo-liberalismo.

Nessa tendência dominante existe na ideia de liberdade a envoltura de todo o corpo de argumentos com os quais se estabelece a defesa mais extrema do capitalismo e do crescimento econômico. Nesse sentido, é muito eloquente trazer uma frase de um dos referentes atuais do neoliberalismo, ganhador, aliás, de um prêmio nobel, na qual esses elementos aparecem conjugados:

Nenhuma força exterior, nenhuma coerção, nenhuma violação de liberdade é necessária para produzir a cooperação entre indivíduos em que todos possam se beneficiar. É por isso, como colocou Adam Smith, que um indivíduo que “almeja apenas seu próprio ganho [é] levado por uma mão invisível a promover um fim que não fazia parte de suas intenções. Nem sempre é ruim para a sociedade que esse fim não faça parte delas. Ao buscar seu próprio interesse, frequentemente promove o da sociedade mais efetivamente do que quando de fato deseja promovê-lo. (Friedman e Friedman, 2015, p.20)

O argumento central da frase coloca no centro de seu culto a ideia de liberdade ao redor da qual desenvolve o argumento em favor da superioridade da "mão invisível" do mercado como meio mais adequado para atender uma certa natureza humana.

É possível encontrar na ideia de Friedman e Friedman (2015), uma especial proximidade ideológica da imagem que colocou Hobbes no Leviatã de um ser humano motivado pelo interesse próprio sob o qual todas as ações, ainda as altruístas, podem ser entendidas como ações egoístas, o que pareceria, aliás, ser um beco sem saída nessa perspectiva, já que qualquer ação desenvolvida pode ser lida em termos do interesse próprio.

O golpe de sorte de Friedman e Friedman (2015) é a defesa de uma aceitação alegre dessa interpretação, que dentro da racionalidade capitalista postula como esfera de máximo culto ao mercado, fundamentada nessa divisão da sociedade em unidades concorrentes. Com a referência mais célebre em Adam Smith, os defensores do capitalismo mais liberto a si próprio, encorajam a disputa de interesses e acham que ainda sem que as pessoas o proponham, nos seus atos de apropriação particular, contribuem para a prosperidade geral e o bem-comum. Esses argumentos que desprezam o altruísmo e as formas associativas que ponderam a solidariedade, como categorias constituintes do ser humano, por estranhos que pareçam, estão fundamentados na crença da existência de uma ordem natural, correspondente a uma ontologia própria do ser humano. Assim, as teorizações sobre o bem-estar capitalista geralmente defendem o egoísmo, a perseguição de objetivos autocentrados, seja por referência até trágica da irrevogabilidade de uma natureza humana que não pode ser desatendida ou pela mera conclusão reflexiva da superioridade dos benefícios pessoais e sociais dessa conduta na qual o “eu” é a principal categoria com a qual se compreende o mundo.

A partir dessas bases pressupostas, as orientações partem para a defesa de uma ideia de liberdade que pretende resgatar aquilo no que se expressa o máximo potencial humano. Nesse sentido, é interessante submeter também à análise as conceitualizações de Hayek, outro dos defensores mais célebres da racionalidade neoliberal contemporânea. Numa das suas frases muito citadas o autor vai dizer: “É raro encontrar independência de espírito ou força de caráter entre aqueles que não confiam na sua capacidade de abrir caminho pelo próprio

esforço. ” (1990, p. 123)

Na frase de Hayek, a liberdade passa a ser uma obrigação moral, e o autor aponta para essa independência de espírito como fonte sagrada, ao tempo que postula a experiência vital como uma luta a ser desenvolvida por cada um. Esse autor também construiu sua teoria sobre a imagem de seres que aparecem como unidades isoladas e em confronto, na qual o individualismo é a essência e aquiescência de nossa espécie. Assim, colocar as capacidades a serviço de abrir caminho equivale, ao mesmo tempo, organizar a sociedade a serviço dessa luta.

Nessa enérgica defesa do individualismo como experiência humana suprema, a luta máxima é adjudicada à liberdade de conduzir nossa vida de acordo com nossas próprias ideias, o que leva o autor a recusar a possibilidade de adotar uma orientação coletivista, porque pressupõe todo o contrário da sociedade ideal.

Assim, em seu conjunto, os autores citados fundamentam o livre mercado como o único sistema em que as pessoas podem tentar dirigir a própria vida, tendo a oportunidade de conhecer e escolher diferentes formas de existência. O livre mercado, segundo essa visão, veio ao mundo para libertar o indivíduo das restrições que o mantinham sujeito a padrões determinados pelo costume ou pela autoridade.

Para os autores, o livre mercado é o resumo dos esforços empreendidos pelos indivíduos de modo espontâneo e não dirigido pela autoridade, cuja melhor causa e, ao mesmo tempo, consequência, tem sido a liberação das energias individuais para abrir passo à criatividade do indivíduo inovador, ou seja, autônomo e sem restrições. Em outras palavras, o capitalismo mais liberto de toda limitação seria o ambiente ótimo para desenvolver a nossa competência de gerir a nossa própria vida, com base nas vontades pessoais.

Na análise desse conjunto de pressuposições básicas que esses defensores mais leais ao capitalismo fazem para fundamentar essa ordem social e econômica é muito eloquente a conceitualização de Dardot e Laval (2016) que chamam a atenção para a necessidade de olhar aquilo que tem sido instalado como uma racionalidade do mundo, que expressa as metamorfoses contemporâneas do capitalismo e puxa para se apoderar dos corações da população.

Tal e como o analisam Dardot e Laval (2016), a racionalidade do mundo atual, que os autores chamam de “nova razão do mundo”, se impõe às vezes de forma subterrânea nos pensamentos inconscientes e, às vezes, de forma coercitiva e violenta,

Nessa legitimação renovada do capitalismo, o mercado aparece enaltecido como meio de desenvolvimento humano cuja extensão tem que ir cada vez mais além e impor sua lógica

para as múltiplas esferas sociais e pessoais. Para esta visão em que toda a organização social se fundamenta no interesse próprio, e na qual a competição e a rivalidade são as forças propulsoras das pessoas, o mercado passou a ser o espaço melhor visto para desenvolver as capacidades. Ele é apresentado como um fluxo dinâmico que provoca nas pessoas um constante aprendizado e, ao mesmo tempo, permite e impulsiona as próprias motivações.

Nessa visão tem surgido o culto à imagem de sujeito empreendedor, autoconstruído e em constante movimento. Essa ênfase importante na argumentação com a qual se legitimam as relações sociais na atualidade, reside na valorização da concorrência e da empresa como forma geral da sociedade à luz da qual se pensa que as pessoas são sujeitos do cálculo, que exercem sobre si mesmas o esforço de maximização dos prazeres e minimização das dores ao serviço dos interesses próprios. Trata-se agora de um sujeito ativo, criador de si, envolvido totalmente em si mesmo e na sua vontade de realização pessoal, cuja própria vida é uma empresa. Segundo os autores (Dardot e Laval, 2016, p. 327): “Ele deve trabalhar para a sua própria eficácia, para a intensificação de seu esforço, como se essa conduta viesse dele próprio, como se esta lhe fosse comandada de dentro por uma ordem imperiosa de seu próprio desejo, a qual ele não pode resistir”

Poderíamos dizer que, na atualidade, estamos na frente de um processo que se instala na esfera íntima, como impulso próprio que determina novas formas de autoexploração, que albergam, aliás, um local muito especial para o materialismo florescer em toda a sua expressão.

4.3.1. A autorrealização nos trilhos da neoliberalidade

Recapitulando o que tem sido colocado, muitos dos defensores contemporâneos do capitalismo asseveram que este sistema é a melhor forma de relacionamento social por gerar o ambiente mais adequado ao desenvolvimento do gênero humano. O capitalismo mais liberto seria o melhor caminho para atingir o aprimoramento pessoal e social.

Contudo, foi colocado que as pesquisas sobre condutas materialistas que pareceriam expressar na sua constituição os valores mais caros ao capitalismo contemporâneo expressam a dificuldade de atingir essa tão almejada autorrealização. Para explicar por que acontece essa impossibilidade, convém ainda deter a análise na contrastação das especulações dos autores e a sua defesa de algumas pressuposições básicas com as quais se legitima a ordem econômica e social atual, com as pesquisas sobre o materialismo desenvolvidas na atualidade.

A princípio abre-se uma questão interessante para a discussão se voltamos para a teoria da SDT, na qual se inspiram muitas das pesquisas sobre materialismo. Essa linha de pesquisa que compreende o bem-estar como autorrealização e vitalidade, também está centrada em encontrar as características elementares das tendências de crescimento inerentes das pessoas, assim como as condições que fomentam positivamente esses processos.

Igualmente, numa concepção muito próxima dos teóricos do capitalismo e do grande corpo de teorizações contemporâneas sobre os caminhos da autorrealização, essas pesquisas postulam a autonomia pessoal como categoria central de aprimoramento humano. Falam, assim, no mesmo idioma que o capitalismo contemporâneo

Nessas pesquisas sobre as condutas materialistas, originadas nas teorias da SDT, a autonomia é postulada como uma das três necessidades psicológicas básicas, sendo uma das bases da automotivação e integração da personalidade, pelo que sua satisfação conduz à saúde e ao bem-estar, assim como sua insatisfação contribui para a patologia e mal-estar. (Ver capítulo I)

Para essa linha de pesquisa psicológica, a autonomia tem a ver com um processamento holístico profundo, em que os comportamentos se desenvolvem a partir da compreensão e internalização dos valores que orientam a conduta, valores cujo significado é compreendido e sintetizado com relação a outros objetivos e valores pessoais. Nesse processamento está envolto o senso de escolha e liberdade de pressão externa para se comportar ou pensar de uma determinada maneira, visto que a autonomia não surge de um indivíduo isolado, mas da interiorização das sinhas do ambiente cultural no qual constituímos nosso sistema de valores.

A autonomia tem a ver com o abrandamento do senso de escolha, visto que as ações desenvolvidas nesse senso de autonomia são sentidas como automotivadas e livres de pressões e coerções exteriores.

Até aí tudo parece avaliar as ideias dos teóricos do capitalismo. Contudo, uma diferença sutil, mas altamente determinante desse conceito de autonomia é que não faz referência a processos que possam ser avaliados olhando as pessoas como unidades isoladas, porque a autonomia faz referência às características da integração de regulamentações comportamentais.

Os defensores da liberdade ontológica filosófica do egoísmo tendem a esquecer que a necessidade de sentir pertencimento e certo tipo de conexão com os outros não deixa de ser um elemento fundamental de todo o processo.

Qualquer conduta, ainda aquela mais determinada pela vontade e princípios próprios, só adquire a sua forma e sentido mediante a internalização e a regulamentação de

comportamentos que são estimulados, modelados ou valorizados por outras pessoas, ao mesmo tempo que são orientados para outras pessoas com as quais há ou se deseja um sentimento de ligação. Nas palavras de Ryan e Deci (2000, p.73, tradução nossa)

“[...]dentro da SDT, a autonomia não se refere a ser independente, desapegado ou egoísta, mas sim ao sentimento de vontade que pode acompanhar qualquer ato, seja dependente ou independente, coletivista ou individualista [...]”

Segundo esses autores, uma questão conceitual importante na pesquisa sobre autonomia e bem-estar diz respeito à constante confusão entre independência e autonomia, sem que sejam examinados os efeitos separados desses construtos. Essa confusão que equipara a autonomia como distância ou separação que alguém tem de outras pessoas, impede ver quais são as interdependências confiáveis. São precisamente essas interdependências as que apoiam o desenvolvimento de uma regulação mais autônoma e o que as pesquisas apontam é que elas estão longe de pertencer aos estilos culturais associados à independência e ao individualismo que até podem prejudicar a satisfação com o relacionamento e o bem-estar.

Os pressupostos do capitalismo contemporâneo de que os elos que unem as pessoas estão feitos da tensão constante entre confronto de interesses, e que cada um terá que vivenciar a vida como uma batalha travada contra os outros, não parece ser a mais encorajadora dessas interdependências confiáveis. Se achamos que cada um de nós é uma unidade isolada a nossa ideia da interdependência será só um mal necessário à sobrevivência própria e se o que acreditamos é que nossa tarefa é nos proteger dos outros, teremos pouco espaço para atribuir a confiança no local que requer.

Segundo as pesquisas desenvolvidas na linha da SDT os ambientes sociais impulsionam, sim, níveis de maior ou menor autonomia, mas surpreendentemente algumas pesquisas indicaram que ao invés de negativas, há ligações positivas entre autonomia e atitudes coletivistas e entre autonomia e vínculos de parentesco mais fortes. (Deci e Ryan, 2000).

A questão central é que as ações desenvolvidas sob o senso de autonomia não têm a ver com valores específicos relacionados com determinados fins egoístas ou estritamente pessoais, como parece ter sido postulado pelos defensores atuais do capitalismo, onde a autonomia é compreendida como a capacidade de escolha libertada do ambiente social ou cultural. A partir dessa concepção que opera unificando formas plurais de subjetividade fundamentadas na velha teoria do egoísmo, o desenvolvimento próprio e as possibilidades de atingir autonomia aparecem na maioria das vezes inclusive contrárias ao ambiente. Tudo pareceria indicar para esses teóricos que alguém autônomo é quem se distancia do grilhão

social, se destaca e se diferencia dos outros, lutando contra o ambiente que o rodeia.

Essa teoria ontológico-filosófica apaga nessa interpretação que desenvolve que, ainda nossas condutas mais egoístas, estão modeladas pelo ambiente social no qual nos desenvolvemos e adjudicamos sentido aos nossos atos, e que esses atos, aliás, estão orientados para os ambientes nos quais os desenvolvem. Nossas ações são sinais que enviamos aos outros. Ainda aqueles sinais que podem ser de superioridade ou de acaparamento e contrários aos outros têm sentido só em determinados ambientes culturais e em última instância misturem a necessidade de relacionamento e conexão com a sociedade. Já foi colocado antes que a necessidade de se relacionar e se conectar com outras pessoas com as quais experimentar interações significativas, pode ser muito bem considerada como tendência especial ao longo da vida.

O que as pesquisas empíricas citadas aqui indicam é que as mensagens que legitimam uma ordem de organização hierárquica, desigual e reivindicam o sucesso pessoal e a luta pelas posses, envolvem as pessoas nos círculos da solidão, ao tempo que negam essa necessidade de reconhecimento e conexão.

Em seu conjunto, as descobertas feitas pelas pesquisas sobre materialismo são intrigantes, porque contradizem de forma muito clara algumas das pressuposições básicas que são mobilizadas na defesa do capitalismo enquanto sistema econômico e cultural, mas muito especialmente o conjunto de ideias que tem cobrado maior hegemonia na era atual do neoliberalismo.

Embora seja esta última a visão predominante, o que as pesquisas sobre os valores materialistas mostram é que as priorizações de valores individualistas em sociedades mais orientadas para o mercado longe de evidenciar formas existenciais e organizacionais superiores, implicam uma multiplicidade de consequências que dentre outras coisas deixam as pessoas muito mais longe das suas próprias possibilidades de felicidade e bem-estar.

Nesse sentido, as condutas materialistas especialmente fomentadas dentro dos valores contemporâneos são a expressão de um quadro referencial muito mais amplo no qual é legitimado o capitalismo contemporâneo. Um quadro que evidentemente transcende o impulso de colocar o foco na aquisição de dinheiro e posses, mas que opera unificando formas plurais de subjetividade, fundamentado nas velhas teorias ontológico-filosófica do egoísmo ao tempo que eleva essas teorias a patamares sem precedentes na história.

Mais ainda, a questão a refletir é a lógica que os tipos de metas materialistas impõem às pessoas na sua autorregulação dos comportamentos. Essas metas, tal como foram conceituadas pela SDT, dizem respeito à energia, direção, persistência e equifinalidade dos

comportamentos e envolvem a automotivação e desenvolvimento psicológico saudável, entendidos estes últimos como a chave mestra da tendência humana para o aprendizado e a criatividade. Essas pesquisas, como já foi colocado, se fundamentam na ideia de que pode ser estabelecida uma distinção essencial entre motivação intrínseca e extrínseca.

Nesse sentido, tudo indica uma lamentável conexão entre a elevação da centralidade do sucesso financeiro e a disposição para recompensas extrínsecas, condicionadas ao desempenho da tarefa, que minam a motivação intrínseca. (Deci e Ryan, 2000)

Novamente temos, aí, a indicação dos efeitos subjetivos do dinheiro e a mercadorização da vida que essencialmente se apresenta como um processo de perda do valor intrínseco das coisas onde ficam apagadas as qualidades singulares. Nesse mundo, ou nessa racionalidade na que a valorização dos valores e da riqueza está subsumida na categoria das mercadorias, se desenvolve o nosso sistema de necessidades, conjuntamente com as demandas de consumo que na dinâmica capitalista do acúmulo também tendem a sua multiplicação.

Se as premissas do materialismo ganham nossos corações, as promessas da felicidade que elas envolvem provavelmente trarão muito mais desesperos que satisfações. Essa reflexão é crucial e envolve um escrutínio atento dos impulsos que guiam as nossas ações. A questão é onde colocamos nosso tempo, nossos esforços e as consequências que isso traz no nosso bem-estar emocional.

Novamente estamos chamados a refletir a presença ou privação de suportes sociais para desenvolver as realizações humanas aprimoradas quanto ao bem-estar e, muito especialmente, levar em consideração até onde a racionalidade capitalista na atualidade ganhou espaço em nossos sistemas de metas, colocando a ênfase de nossas orientações em coisas que só valoramos em prol de outras, fazemos sem vontade e sentimo-nos obrigados para obter alguma coisa que se nos apresenta desejável.

A pergunta é: Quanto tempo na sociedade da neoliberdade conseguimos dedicar às coisas que achamos valiosas em si mesmas?

CAPITALISMO, TRABALHO E CRIATIVIDADE

É interessante colocar aqui a concepção do trabalho de Marx, que viu o trabalho como atividade própria do ser humano que envolve a satisfação das suas necessidades, mas também expressa a capacidade de criar, de transformar o mundo e ao mesmo tempo se transformar a si mesmo. O trabalho constitui assim a força na qual se manifestam as propriedades essenciais do ser humano, pois é mediante o trabalho que as pessoas se

realizam a si mesmas. Partindo dessa concepção, Marx viu no capitalismo a perda de valor do trabalho enquanto atividade intrinsecamente valiosa. Sendo que a sua mercadorização impele as pessoas a vender sua força vital no modo de produção capitalista e o trabalho adquire valor extrínseco enquanto mercadoria.

Essa colocação de Marx continua incontestável para os que defendem a liberdade que parece decorrer do livre-mercado, ainda que na atualidade se tenha feito da criatividade humana a característica mais alegremente prestes a proteger. Isso porque, nas transformações recentes do mercado laboral que são impostas como força coercitiva de adaptação às transformações tecnológicas, o discurso da criatividade e individualmente desenvolvida, embora apareça como objetivando o impulso das potencialidades como forma de autorrealização, mais uma vez mantém como fim a valorização do capital. Longe de desenvolver um ambiente de segurança, esses discursos operam na pressão constrangedora de ter alguma coisa a oferecer ou alguma utilidade na frente da permanente obsolescência que ameaça nossa força laboral. O discurso da criatividade perpassa as mais diversas esferas do mercado laboral atual desde os criativos em companhias tecnológicas que exploram ao máximo a possibilidade de abrir novos espaços para a valorização do capital, profissionais que estão impedidos de melhorar os seus conhecimentos para se atualizar ou colocar alguma coisa nova só pelo afã da novidade ou no medo de não ficar desatualizado e nem falar da angústia que provoca nos que ficam marginalizados do mundo laboral e são incentivados para o desenvolvimento de empreendimentos próprios que acabam engrossando as fileiras da economia informal.

Se pensarmos na manifestação das qualidades do trabalho e nas atividades que transformam o mundo, ao mesmo tempo em que transformam o próprio sujeito, como processo no qual se expressam as possibilidades de autorrealização, provavelmente cada um de nós irá hoje ao encontro das atividades que ficam por fora das obrigações do trabalho assalariado. Enquanto processo de autorrealização feito de forma coletiva, muitos ainda acham que são atividades que se fazem sem fins de lucro, e, talvez quem esteja mais focado no eu, achou que essas qualidades estão marginalizadas nos processos criativos vinculados à arte quando exercida como processo de livre expressão sem outra finalidade que a manifestação do espírito subjetivo, muito longe do mundo do trabalho que subjuga, para a maioria, as possibilidades de desenvolvimento autônomo.

4.3.2. A máquina da produção dos desesperos

Na síntese das reflexões feitas neste capítulo é preciso ressaltar, primeiramente, que as ideias com as quais atualmente é legitimado o capitalismo, que na sua acepção mais elementar estão fundamentadas na velha teoria ontológico-filosófica do egoísmo, transcendem o impulso de colocar o foco na aquisição de dinheiro e posses, pois essa imagem ontológica segundo a qual se interpreta o que somos os seres humanos, opera unificando formas plurais de subjetividade.

Um dos defensores contemporâneos do capitalismo citado aqui tem uma obra cuja tese central é que o capitalismo e o livre mercado são a forma mais certa de organização social,

pois as alternativas de tendência coletivista se converte em caminhos de servidão pela sua tendência a suprimir liberdades e o livre desenvolvimento humano. O que foi colocado é que esse alegado a favor do mercado como espaço de aprimoramento humano e social está longe de ser evidenciado se considerarmos as pesquisas atuais sobre as condutas materialistas.

O que pode ser interpretado, a partir dessas pesquisas focadas no conhecimento da vida orientada para os bens materiais e o status, é que são os pressupostos mais caros a esse modo de organização social os que estão relacionados com os efeitos mais trágicos para a vida das pessoas.

Não se pode esquecer que a motivação intrínseca está chamada a florescer em ambientes interpessoais caracterizados por um senso de segurança nos relacionamentos, autonomia e autoeficácia ou competência percebida. Essa base relacional segura, de crucial importância para a expressão da motivação intrínseca não parece ser a característica preponderante das configurações sociais atuais, nem parece ter conseguido ser uma consequência decorrente do atual modelo de liberdade no qual o medo e a insegurança são os estados emocionais mais próximos da concepção que a vida é uma luta, e a sociedade do livre mercado uma oportunidade para ganhar batalhas com outros com os quais temos que disputar os locais.

Uma sugestão complementar muito interessante, que até poderia parecer surpreendente, é que algumas pesquisas indicam que sociedades competitivas e orientadas para o mercado mostram uma preferência cultural mais fraca a encorajar as pessoas a perseguir suas próprias ideias e direções intelectuais, enquanto reforçam o encontro de significado através da participação no modo de vida dos grupos em que estão inseridos. (Schwartz, 2007)

Isso pode parecer estranho, já que a pregação central do neoliberalismo atual tem a ver com a glorificação e salvaguarda do direito de ser diferente. Esse direito, no entanto, só pode ser exercido com alegria quando a ligação entre as pessoas é forte o suficiente para deixar o medo longe.

Todos os valores eliciados pelo materialismo e vinculados ao poder, tanto para controlar a incerteza quanto para desfrutar dos frutos do controle, vinculados ao status social e ao prestígio, que são também próximos das ideias da concorrência como modelo constituinte dos vínculos interpessoais estabelecidos, segundo tem sido longamente evidenciado nas pesquisas sobre materialismo, não envolvem uma maior tranquilidade, mas, muito pelo contrário, estão associados a mais afeto negativo e mais sofrimento. (Ryan e Deci (1993), Schwartz (2007))

Os ideais de realização nos quais o sucesso financeiro ocupa um local central no sistema de metas, a partir dos quais se persegue a admiração e aprovação dos outros, também não parecem envolver mais segurança e paz interna porque esses ideais, movimentados pelas pressões de comparação social, estão muito mais próximos de se apresentar como a expressão de um senso de insegurança e uma tentativa de fugir de uma autoconsciência adversa. Mas, ao contrário do que se espera nesse caminho de fuga, no qual a autopercepção tem que ser alimentada pela demonstração de uma visão própria positiva, o antídoto procurado constitui ao mesmo tempo o veneno. (Donnelly et al (2016), Schwartz (2007))

A perseguição dos prazeres vinculados à aquisição material e às posses se apresenta como um caminho circular onde a insatisfação se renova interminavelmente. O foco em ter, centrado no eu, não apaga o mal-estar que provém do senso de valor contingente no qual está envolta a avaliação pessoal. Poderia parecer que a procura dos prazeres e a atenção aos desejos individuais seja uma forma infalível de felicidade, mas essa fórmula está longe de ser mágica na medida que se excluem outras experiências de vida mais satisfatórias nas quais estejam envoltas relações sociais com ênfase na solidariedade de grupo e nos objetivos coletivos.

Caso a interpretação segundo a qual a sociedade capitalista é a expressão de uma natureza humana, natureza essa que impõe às pessoas necessidades egoístas, contrapostas a outras pessoas, fosse a mais adequada, poderia se esperar que as pesquisas sobre o materialismo fossem muito mais contundentes na demonstração do bem-estar que alberga esse tipo de valores para as pessoas. Essa talvez seja a natureza particularmente eliciada nas condições nas quais os seres humanos estão submetidos no mundo das necessidades capitalistas, contudo isso está muito longe de ser a única interpretação possível ou um destino irrevogável.

Além disso, a síntese reflexiva que se pode tirar das pesquisas desenvolvidas sobre as condutas materialistas é que os valores mais caros ao projeto capitalista contemporâneo, longe do cumprimento da promessa de autorrealização que albergam se apresentam como uma máquina de produção de desesperos. O tributo ao egoísmo e a vindicação do eu como unicidade em confronto com os outros, a promoção das posses e todo o sistema de necessidades que é desenvolvido no modelo produtivo da atualidade não parece voltado ao cumprimento da felicidade que promete.

5. A POLÍTICA ECONÔMICA E A FELICIDADE NO FUTURO

Chegados neste último capítulo, a pergunta que surge é: é necessário o crescimento econômico? Quais são as razões para a sua defesa do ponto de vista do bem-estar humano?

Especialmente à luz dessas questões que surgem da trajetória argumental que temos seguido até aqui, vamos colocar o foco no crescimento econômico enquanto alvo de política dentro do projeto societário do capitalismo contemporâneo, ou seja, na sua discussão enquanto o centro álgido das justificações de sacrifícios, esforços sociais e preocupações para não distorcer as possibilidades de que ele aconteça.

Considerando o objetivo deste capítulo, vamos refletir sobre as implicações e pressuposições implícitas do crescimento econômico enquanto política pública, assim como o endosso discursivo dessa política, que muitas vezes distorce, desconhece ou sombreia o conjunto de valores que estão sendo estimulados, o sistema de necessidades que está sendo impulsionado e a ideia de felicidade que está sendo criada.

O que interessa fundamentalmente neste capítulo é colocar em diálogo essa política com as discussões apresentadas sobre os vínculos subjetivos com as condições econômicas ou, dito de outro modo, com as condições materiais de vida dentro do capitalismo contemporâneo. Com vistas nisso vamos submeter a análise os pressupostos nos quais se sustenta essa política e avaliar a promessa da felicidade futura que tem incorporada.

Na hora de analisar especialmente algumas das ideias, valores e decisões que influem nesse fluxo de decisões públicas vinculadas à política econômica é possível começar por considerações ao redor do consumo, já que uma das dimensões centrais envolvidas na política de crescimento econômico tem a ver com uma longa série de pressuposições envolvidas nessa ideia.

Assim, à luz das pesquisas recolhidas nos capítulos anteriores, começamos este capítulo na análise as pressuposições sobre o consumo e as suas condições dentro do modelo de produção econômica por se constituir numa das chaves que abrem a porta da justificativa para a política do aumento de renda per capita, enquanto a cara humana da política de crescimento econômico.

Essa discussão se encaminha a trazer para o debate os alvos nos quais se desenvolve essa política de pretensão aprimoramento humano, dentro de um sistema econômico cujos fins estão colocados a serviço do acúmulo do capital em função do qual têm sido mercadorizados

os processos de satisfação de necessidades humanas. Nesse sentido, o último ponto do capítulo encaminha-se a questionar a ideia de que a atual dinâmica econômica tem a necessidade de crescer não só para atingir a felicidade, mas para garantir a satisfação e sobrevivência da população. Acreditamos que a discussão apresentada neste último ponto desmistifica a principal promessa do modelo de desenvolvimento atual.

5.1. A questionável inquestionabilidade do consumo

A presente tese começou pela discussão das condições sociais nas quais se produz e reproduz a vida contemporânea enquanto componentes expressivos de um projeto societário do capitalismo e, nesse sentido, avançou em alguns elementos básicos ao redor de nosso centro de discussão que têm a ver com a importância atribuída ao crescimento econômico na sociedade atual.

Nos capítulos seguintes fomos analisar alguns aspectos envolvidos no vínculo entre as formas de atingimento da felicidade contemporânea e as condições econômicas que circunscrevem a vida das pessoas.

Nesses capítulos o centro da discussão foi colocado ao redor do tipo de vínculos que subjetivamente estabelecemos com as mercadorias, o dinheiro e as circunstâncias econômicas nas que estamos envolvidos. Isso sentou as bases da última discussão a qual está abocada esse capítulo e na qual pretende desembocar a tese, que tem a ver com o crescimento econômico como alvo político. Vamos avançar, agora, na discussão do alvo do crescimento enquanto política pública, levando em consideração algumas previsões que podem ser feitas a partir dos capítulos anteriores.

Nessa perspectiva uma das questões mais elementares é começar por contornar aquilo que pode ser compreendido como política pública. Conforme SARAVIA e FERRAREZI (2006) essa definição pode assumir uma perspectiva operacional, segundo a qual a política pública pode ser compreendida como:

um sistema de decisões públicas que visa a ações ou omissões, preventivas ou corretivas, destinadas a manter ou modificar a realidade de um ou vários setores da vida social, por meio da definição de objetivos e estratégias de atuação e da alocação dos recursos necessários para atingir os objetivos estabelecidos. (SARAVIA e FERRAREZI, 2006, p.29)

Ainda nesse nível operacional, deve-se colocar que na hora de falar em política pública não se faz referência a uma ação isolada, sendo que a política é o que se faz e o que não se faz,

segundo alguma visão ou objetivo colocado. De um ponto de vista mais abrangente a política pública pode ser considerada enquanto um fluxo de decisões públicas que podem envolver uma diversidade de ações que afetam a sociedade e as formas de relacionamento social, com base em certas ideias do que é melhor e do que é pior, do que é necessário manter ou melhorar da realidade.

O crescimento econômico, enquanto política pública, pode ser examinado então como um sistema de ações ou omissões intencionalmente direcionados, que abrange mais do que ações isoladas ou ainda decisões pontuais vinculadas ao incentivo da produtividade.

Quando o crescimento econômico é olhado enquanto alvo de política pública, o que se apresenta de mais imediato é um conjunto de noções ou conceitos que remetem a um primeiro nível de legitimidade vinculado ao técnico. Mas, nesse sentido, a primeira questão a ser considerada é que a política de crescimento econômico está envolvida em um conjunto de pressuposições que transcendem de longe a simples área dos números, índices e indicadores macro ou microeconômicos, embora, geralmente, na hora de falar de política de crescimento econômico, se fala de renda, de consumo, de produção e todo um conjunto de conceitos que compõem uma abordagem pretensamente técnica.

Imediatamente ligados aos tecnicismos elementares aparecem outras considerações vinculadas aos efeitos sociais e às noções de distribuição de ganhos, de aumentos de salários ou padrões de vida, combate ao desemprego e à pobreza e uma série de ideias transcendentais sobre o bom e desejável, que não podem ser desassociadas dele na hora de procurar a sua legitimidade.

Nesse sentido, começamos a tese colocando a observação de que a importância do crescimento econômico está geralmente além dos questionamentos e, no silenciamento quase geral da dúvida sobre ele, mais do que se perguntar por sua legitimidade, o que todos procuram é achar a melhor forma de fazer possível esse crescimento da economia. Na concepção atual, na que majoritariamente no ocidente é amplamente aceita a ideia democrática da condução da sociedade, tudo parece a princípio ser alvo de discussão, mas o crescimento econômico tem fugido dessa área das discussões.

Existem muitos dissensos nos quais se dividem os diferentes projetos políticos que se desenvolvem no capitalismo contemporâneo, mas, embora possam ser muito distantes em muitos aspectos ao redor da condução econômica, existe o consenso generalizado e o acordo básico da aceitação do crescimento econômico como pedra angular da condução social.

Já foi colocado que na hora de falar em crescimento econômico existem, sobretudo, algumas ressalvas meio ambientais, mas até agora tem ficado como efeitos secundários,

indesejáveis que não têm conseguido parar as rodas da produção. Embora essa discussão sobre o meio ambiente esteja muito colocada no tapete, atualmente, e tenha parecido uma preocupação crescente, a questão é que essa discussão geralmente parte de convencimentos ideológicos que não permitem retirar o apoio ao crescimento. O que a discussão atual não conseguiu é questionar a inquestionabilidade do crescimento econômico. No máximo acha-se, geralmente, que teríamos que atender aos efeitos não desejáveis do crescimento econômico, mas os pressupostos básicos com os quais se associa o crescimento não são colocados em dúvida.

Indicamos, nesse sentido que as ressalvas colocadas, geralmente referidas ao meio ambiente ou a outras questões, defrontam-se com uma legitimidade ideológica que o naturaliza como um decurso natural da história que permite a passagem a estádios mais aprimorados para a vida humana.

Acontece que o crescimento econômico está estreitamente envolvido nas projeções de futuros melhores para a humanidade, e, antes disso, não só a necessidade desse crescimento parece estar além de questionamentos; ele mesmo se apresenta como o estado normal da economia.

Essa pressuposição jusnaturalista de que ele é imprescindível, e na que aliás se envolve um ideário de sociedade, coloca uma dificuldade adicional no momento de questionar o crescimento econômico enquanto política. Nesse sentido, é necessário fazer um caminho de desarticulação conceitual para chegar aos envoltivos específicos vinculados a seus propósitos de aprimoramento social e humano.

Partindo para essa base elementar ou essa primeira envoltura restrita ao técnico, no qual se apresenta ou faz visível, primeiramente, a política de crescimento econômico, aparece uma série de indicadores quantitativos dos quais aquele que ocupa o local central ainda é o PIB.

Com esse conceito, que normalmente traduz o cálculo do crescimento, se tenta dar conta de todos os bens e serviços produzidos, levando em consideração os dispêndios de dinheiro no mercado, no nível das empresas, do Estado e das famílias, em algum espaço social de referência que pode ter diferentes níveis de abrangência, seja uma cidade ou alguma subdivisão dentro de um território nacional ou regional, embora o mais comum seja seu cálculo a nível dos países. O PIB é, aliás, a forma mais utilizada para fazer comparações internacionais.

Nessa variedade de conceitos que circunscrevem ao PIB e nos que se misturam noções técnicas com pretensões performativas e esforços políticos, interessa aos objetivos deste

trabalho, concentrar a análise em torno das noções de consumo, pois ao redor dele aparece uma longa série de pressuposições nas quais se expresa o coração da legitimidade social que é outorgada à política de crescimento econômico.

O consumo, normalmente entendido como ato de adquirir bens e serviços socialmente produzidos, destinado à satisfação das necessidades do tipo que sejam, é apresentado como o elemento central, como fim ou etapa final do ciclo econômico que faz circular o dinheiro. Essa ideia de consumo também tem um primeiro nível de aproximação que remete aos âmbitos do técnico. Sendo a fase final da produção, os cálculos do consumo envolvem uma grande quantidade de subdivisões e especificações nas que está envolvido o dispêndio de dinheiro que as pessoas fazem na aquisição de bens e serviços.

Os efeitos catastróficos da estagnação ou o decrescimento são mais do que conhecidos por todos, porque, ainda que seja o que toda política econômica quer evitar, acontecem frequentemente nas economias nacionais ou nos mercados mundiais, que parecem estar sempre sob a ameaça da crise, indo para uma ou saindo de outra.

Nesse marco, os esforços políticos mais variados em todos os cantos do planeta estão destinados ao cuidado desse consumo, o que envolve especialmente uma série de ações ou omissões dirigidas às condutas e comportamentos das pessoas.

A disposição das pessoas, para consumir, ocupa um local tão caro na economia que há distintos sistemas de medição para conhecer o quão amistosamente as pessoas vão se comportar em relação a ele. Especialmente nas crises econômicas se fala da confiança e da sua perda; caso a confiança no consumo esteja afetada, tem que ser reativada e as pessoas incentivadas a voltar ao consumo.

Para as teorias econômicas atuais, os Índices de Confiança do Consumidor são um dos indicadores chave da economia, muito usados e consensuados ao redor do mundo. Esses índices medem o grau de otimismo que os consumidores sentem em relação ao estado geral da economia e sobre a sua situação financeira pessoal. Se as pessoas percebem que tudo vai bem então estarão dispostas a aumentar seus gastos e essa disposição para consumir é uma medida especialmente considerada pelas análises econômicas como mostra tautológica de que as coisas vão bem e, ao mesmo tempo, como um dos inquestionáveis baluartes que têm que ser cuidados e protegidos porque essa confiança não pode descer.

O apontamento mais elementar que pode ser feito sobre isso, aliás, uma obviedade, é que a economia não pode se dar o luxo de que as pessoas percam a confiança no consumo. Algumas vezes isso pode ainda atingir limites insólitos como o que ocorreu após o atentado do 11 de setembro de 2001, quando o presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, pediu

aos norte-americanos para seguirem seu exemplo e saírem de casa e gastar dinheiro para manter a economia dos Estados Unidos em alta. (FOLHA, 2001) Assim, o presidente da nação mais poderosa do mundo carregava de patriotismo a disposição para o consumo, ao tentar evitar os possíveis efeitos desestimulantes de uma ferida social.

O consumo, aliás, não só é causa nacional e de patriotismo nos Estados Unidos. O impulso para o consumo não se apresenta como um pressuposto básico só para algumas teorias econômicas, mas se estabelece como alvo almejado por todas as práticas político-econômicas que jogam com as regras do mercado capitalista, ainda aqueles que, preocupados com o bem-estar humano, acreditam que têm de ser colocadas limitações ao livre mercado para gerar uma melhor distribuição da riqueza. Os governos do mundo todo estão nesse caminho e as políticas incluem sempre alguma estratégia para cuidar que não caia a perda da confiança no consumo.

Geralmente os que acham muito criticáveis as teses mais radicalmente neoliberais sobre o crescimento econômico, colocam a necessidade da distribuição mais equitativa desse consumo que deveria estar, segundo essas perspectivas, mais próximo da acessibilidade da população, sobretudo, e como ideal de justiça, dos mais pobres.

Muito especialmente, aqueles governos que impõem restrições à ordem do livre mercado, concentrados na distribuição da riqueza, impulsionam o consumo interno nos países como meio com vistas ao crescimento econômico e ao mesmo tempo como o fim louvável da política econômica, com mais ênfase e com políticas usualmente qualificadas como protecionistas da economia nacional. O consumo tem, assim, um duplo sentido social e econômico ao mesmo tempo.

Essa foi por exemplo a ênfase que caracterizou a onda dos governos progressistas de esquerda que nos começos do século XX expandiu-se pelo continente latinoamericano. Um diferencial desses governos em relação às ideias neoliberais mais cruas, que tinham deixado do lado de fora do progresso econômico a maioria da população do continente, é que fizeram foco na distribuição mais equitativa do consumo.

Seja com uma preocupação na sua distribuição equitativa ou não, o que é preciso colocar é que o posicionamento do consumo no centro das argumentações econômicas e, mais precisamente, a ativação do consumo interno dos países, não é uma exclusividade das esquerdas progressistas. De fato, há uma tendência de muitas teorias macroeconômicas para acreditar que o "rosto social" do crescimento econômico consiste em apontar para um crescimento com consumo e, dentro desse último, apoiar especialmente a possibilidade das pessoas despenderem dinheiro no mercado. Ainda, alguns dos responsáveis mais visíveis da

propagação das medidas neoliberais apontam para a necessidade de impulsionar o consumo e colocam esse tipo de crescimento econômico como modelo de desenvolvimento. Assim, por exemplo, o Chefe de Divisão no Departamento da Ásia e Pacífico do Fundo Monetário Internacional (FMI), parabenizando a China por ter sido o país que teve o maior aumento do mercado consumidor do mundo, pregava há uns anos:

Reequilibrar para um crescimento mais baseado no consumidor significa, em suma, aumentar a relação consumo/PIB. O crescimento baseado no consumidor, no entanto, é um conceito estranho para os macroeconomistas. Tendemos a olhar para o crescimento do lado da oferta da economia: capital (fábricas) e trabalho (trabalhadores) são combinados com tecnologia (produtividade total dos fatores) para produzir a produção (PIB). A história do crescimento baseado no consumidor, entretanto, também pode ser contada do lado da oferta da economia. (BARNETT, 2013, s/n, tradução nossa)

Na leitura entre linhas decorre que haveria uma dose de humanismo nessa consideração que se distancia das premissas macroeconômicas que colocam o foco na produtividade, esquecendo o lado pessoal e subjetivo. No impulso ao consumo existe um alibi humanitário, ou seja, um bem superior, que justifica os esforços políticos ao redor do crescimento econômico e outorga uma finalidade legítima para os esforços despendidos.

Primeiramente, é válido dizer é que esse distanciamento que o funcionário do FMI coloca para com os macroeconomistas típicos, pode muito bem ser entendido como uma crítica ao próprio organismo cujo impulsionamento às políticas de austeridade acarretou a deterioração geral das condições de vida em muitos países pobres do mundo. O impulso ao consumo parece envolver uma legítima defesa, ante esses efeitos muito criticados sobre um crescimento econômico que não se importou com a reprodução da vida material de muitas pessoas e do deterioro relativo das condições de vida de amplos setores da população, enquanto a riqueza continuou a crescer.

Ao mesmo tempo, nessa defesa aparece colocado o melhor alibi para o crescimento econômico, já que outorga para esse crescimento uma razão humanitária. Esses argumentos humanitários envolvem, aliás, esse impulso como caminho necessário para incentivar o crescimento econômico. O que qualquer um que se importa com a economia atual acredita é que, se as pessoas gastam mais e poupam menos, se estão mais dispostas a investir para acrescentar seu patrimônio ou simplesmente gastar mais dinheiro a economia se movimenta e cresce. Essa, por outra parte, não é nenhuma tese nova, ainda que pensar na política econômica colocando a ênfase do lado do consumidor apresente justificações renovadas e possa ser o caminho que alguns teóricos do capitalismo atual visibilizam para impulsionar o crescimento.

O que se faz interessante analisar é que o consumo é ao mesmo tempo necessidade para movimentar o capital e virtude para a sociedade. Ou mais precisamente, convertida essa necessidade em virtude o que nenhuma teoria do crescimento econômico se questiona é a pressuposição básica de que o consumo pressionado ou decorrente de todo aumento dos bens e serviços, seja que ele venha antes ou depois de determinadas medidas ou políticas concretas, é uma coisa boa para o bem-estar humano. Entretanto, ao exaltar o ato do consumo como fonte de bem-estar, as políticas de defesa ao mercado e produção crescentes encontram aí sua justificação.

Estamos impelidos ao consumo, e, quando isso é levado para o plano da subjetividade o que temos observado é que tudo se passa como se o conforto econômico, a maior disposição de bens e o aumento constante do consumo fossem as condições imprescindíveis à vida humana. Ou seja, que, no limite, usualmente é questionada a distribuição do consumo, mas não a sua necessidade nem muito menos o envelope mercadológico da sua produção e reprodução.

As preocupações mais próximas da distribuição equitativa do consumo, aceitam, em geral, as premissas básicas do projeto capitalista contemporâneo e a relação orgânica entre produção e consumo, subsumida nas leis da procura do ganho econômico. Temos, assim, a primeira questão para a análise vinculada com esse caráter meramente proveniente do benefício envolvido, ou mais precisamente, dos efeitos que se pressupõe para as pessoas. Nesse sentido, se faz necessário trazer à discussão as pesquisas e as reflexões feitas nos capítulos anteriores que têm a ver com as questões mais vinculadas às nossas subjetividades.

5.1.1. A submissão aos valores da economia

Os problemas que trazem, nesse atual sistema econômico, a queda no consumo estão mais do que documentados, e não são discutíveis, nas bases do sistema econômico atual. Qualquer desestímulo à produção decorrente de uma queda no consumo tem efeitos dramáticos na sociedade atual, como perdas de postos de trabalho e aumento do desemprego, endividamentos, queda nos investimentos e, por conseguinte, menor arrecadação de impostos por parte dos Estados para levar à frente os programas de governo. Nesses termos, parece uma tolice política não incentivar o consumo como elemento chave da política de crescimento do PIB.

Sob os pressupostos do caráter benéfico do consumo, governos de todas as orientações fazem dele, além de uma fonte de ativação econômica que tem que ser especialmente promovida, uma política central de integração social. Nesse sentido, o consumo tem a ver com o acesso aos bens sociais, a riqueza socialmente produzida e acesso à cultura no seu sentido mais amplo, razão pela qual é muito difícil afastá-lo das reivindicações do exercício pleno dos direitos fundamentais.

Mais precisamente, as mais diversas dimensões da vida contemporânea estão envolvidas no acesso ao mercado onde são comercializados os bens e serviços e, nesse ato do consumo, envolvem-se os aspectos mais elementares da própria existência. Ou seja, o mercado de bens e serviços e a participação nele determinam as possibilidades de produzir e prolongar a vida. Para todos os que moram sob as condições da lógica capitalista mercantil a precariedade da integração nesse mercado é um problema que envolve os aspectos mais elementares da dignidade como membro da espécie humana.

Ao consumo aparecem atrelados os direitos fundamentais que são adjudicados ao gênero humano, assim como também as liberdades para o desfrute da vida. Se apresenta, assim, como um elemento central no caminho do encontro com as imagens aprimoradas da existência individual e social que envolve considerações sobre o bem-estar, a qualidade de vida e ainda sobre a plenitude potencialmente atingível a partir das condições materiais.

Contudo, a observação que tem que ser colocada aí é que essa justificativa do consumo não pode ser desassociada da relação orgânica estabelecida entre consumo e produção, determinada pelas leis de acumulação capitalista subsumidas às necessidades de acúmulo de capital.

Nesse sentido, já foi desenvolvida a explicação no capítulo introdutório sobre as particularidades do sistema econômico atual, movimentado pela obtenção de um ganho econômico, ou seja, encontrar uma oportunidade de acúmulo mediante a venda daquilo que foi produzido.

Uma questão elementar que já foi colocada nesse sentido é que, nessa relação orgânica entre produção e consumo ligada pelas mercadorias, na que a retribuição obtida é o valor de troca e os fins que movimentam a produção são o ganho econômico, as qualidades singulares do que é produzido não são a questão central. Do ponto de vista da produção, as qualidades daquilo que é produzido não são um fim. Essas qualidades são indiferentes ou só são consideradas na medida que se apresentam como um meio para a obtenção de um benefício econômico, já que para qualquer empreitada produtiva o que centralmente interessa é a venda e o lucro.

À primeira vista poderia parecer até que não há nenhuma contradição entre a necessidade do consumo para o nosso sistema econômico se movimentar e o aumento do bem-estar humano. Em outras palavras, pareceria que a política de crescimento econômico vai ao encontro do atingimento de maior bem-estar. A questão é que enquanto os fins que movimentam o sistema econômico são o acúmulo de capital, o binômio produção e consumo são reféns desses alvos, ou seja, são simples meios para um outro fim para o qual o bem-estar humano não faz diferença nenhuma.

Ou seja, a reivindicação do consumo como exercício de direitos está acompanhada da reivindicação da mercadoria nos moldes de um sistema econômico que se movimenta essencialmente pelo lucro. Esse aspecto fundamental na hora de pensar no consumo é o menos problematizado pela política na que se desconsidera que antes que uma forma de aprimoramento humano o que justifica ao consumo tem a ver com as necessidades do acúmulo de capital. Para este último, aliás, são indiferentes os usos ou qualidades que possuem todas as coisas que são destinadas à satisfação de necessidades, assim como são indiferentes às necessidades às que se dirigem.

Assim, o impulso para o consumo pode ser coberto de boas intenções, mas, no modo de produção atual na que se desenvolve a relação orgânica entre produção e consumo essas boas intenções estarão sempre tensionadas pelos fins do acúmulo e é nesse embate que está colocada a sociedade do consumo. Numa radical crítica à política do crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB), Bauman (2004) coloca justamente essa questão no tapete, ilustrando de forma muito gráfica as contradições nas quais estão envoltas as nossas sociedades. Vale a pena a citação:

[...] a maior parte do dinheiro gasto, e mais ainda do crescimento dos gastos, é usada para financiar a luta contra o equivalente, para a sociedade de consumo, das "moléstias iatrogênicas" — problemas causados pela exacerbação e posterior apaziguamento dos impulsos e novidades de ontem. (BAUMAN, 2004, p.110)

O que o autor muito eloquentemente denuncia como contradições nessa sociedade de consumo tem a ver com a forma que se movimenta na sociedade atual o sistema de necessidades. Ou mais precisamente, a problemática intrínseca à forma na que são criadas as necessidades atualmente. O autor ainda desenvolve uma explicação mais detalhada e eloquente dessa ideia, ao colocar uma série de indícios dessas "moléstias iatrogênicas", para os Estados Unidos, a nação que está na vanguarda desse consumo:

A indústria norte-americana de alimentos gasta por ano cerca de 21 bilhões de dólares semeando e cultivando o desejo por comidas mais sofisticadas, exóticas e supostamente mais saborosas e excitantes, enquanto a indústria de produtos dietéticos e de emagrecimento fatura 32 bilhões, e os dispêndios com tratamento

médico, em grande parte explicados pela necessidade de enfrentar a maldição da obesidade, devem dobrar no curso da próxima década. Os habitantes de Los Angeles pagam uma média de 800 bilhões de dólares por ano para queimar petróleo, enquanto os hospitais recebem números recordes de pacientes sofrendo de asma, bronquite e outros problemas respiratórios causados pela poluição atmosférica, elevando suas contas já recordistas. (Ibidem)

O último trecho que vamos citar dessa ideia é interessante porque o autor volta para a análise da política de crescimento econômico:

À medida que consumir (e gastar) mais do que ontem, porém (espera-se) nem tanto quanto amanhã, se torna a estrada imperial para a solução de todos os problemas sociais, e que o céu se torna o limite para o poder de sedução das sucessivas formas de atrair o consumidor, as empresas de cobrança de débitos, as firmas de segurança e as unidades penitenciárias tornam-se importantes contribuintes para o crescimento do PNB. É impossível medir exatamente o papel enorme e crescente que o estresse provocado pelas preocupações desgastantes dos consumidores líquido-modernos desempenha no sentido de elevar as estatísticas do PNB. (Ibidem)

Uma das questões mais interessantes a discutir a partir das provocativas reflexões de Bauman é que a política econômica, dentro dessa sociedade capitalista atual e nas bases das pressuposições que a sustentam, tem implicações práticas que encorajam as pessoas em atitudes e comportamentos concretos.

Nesse sentido, tal como foi desenvolvido no primeiro capítulo, na atual sociedade mercadorizada onde a condição de existência do universo circundante está cada vez mais determinada ou integrada à escala da mensurabilidade monetária, um elemento central da análise é o papel que ocupa o dinheiro. O dinheiro é para nós um tipo de reconhecimento social, ou seja, ele é positividade, pois é a ponte para desenvolver a existência, porém a questão não é só como adquirimos os bens e serviços para satisfazer as nossas necessidades, mas também a relação que estabelecemos com a sociedade na nossa existência social e, nessa existência, o dinheiro se apresenta como um sinal intersubjetivo que se instala nas relações sociais como comandante geral.

Em outras palavras, o dinheiro tem se convertido num modo muito especial de certificar a nossa existência social que não pode ser reduzido aos objetos nos quais se transforma, já que, na nossa subjetividade, seu efeito opera ainda em potência, sem corpo em coisas concretas, a sua simples posse nos outorga um indicativo tangível de alternativas de ação e comunicação com outros.

Isso admite ainda uma análise muito precisa quanto a algumas das suas consequências mais críticas, que podem ser muito bem analisadas a partir das considerações feitas ao redor da teoria dos sistemas de valores que foi apresentada no capítulo anterior para explicar as condutas materialistas.

Especialmente o modelo circular de valores e objetivos pessoais, no qual estão apoiadas as pesquisas sobre o materialismo, aporta algumas considerações sumamente valiosas para pensar nos alvos sociais, nas políticas públicas no sentido abrangente, mas também para compreender e prever aquilo que acontece no nível prático e concreto, com as ações desenvolvidas pelos governos, suas implicações e possíveis sucessos ou fracassos.

A teoria do sistema de valores implica duas considerações elementares para qualquer ação política: qualquer intervenção para estimular uma conduta tem que considerar os valores concorrentes que são desencorajados, assim como os valores subjacentes dessa conduta que são concomitantemente encorajados. Ou seja, cada estímulo induzido pelas ações dos governos tem que ser colocado no quadro mais geral de valores e compreender quais valores estão associados.

Mesmo quando parece não existir tensão real entre as atitudes e comportamentos que são impulsionados, não deixa de ser necessário atender as bases conflitantes e latentes entre os conjuntos de valores que são colocados em jogo com cada ação política. É necessário, assim, considerar quais valores são encorajados pela política de crescimento econômico porque as prioridades colocadas nessa política modelam objetivos e aspirações pessoais encorajando certos valores que não são neutros, ao tempo que desencorajam outros. Também é necessário poder cotejar onde, no quadro de valores sociais existentes, pode ser ubicada cada ação desenvolvida, para além dos discursos públicos que endossam essas ações.

Nesse sentido, as pesquisas apresentadas nos capítulos anteriores têm atingido uma série de conexões muito precisas entre as características concretas dos valores associados e conflitantes que permitem sair do nível das suposições abstratas para prever quais comportamentos e atitudes serão afetados.

Muito especialmente, poderíamos dizer que, toda vez que são levadas em consideração as possíveis contradições entre valores opostos e, sobretudo, quais valores ou alvos se colocam em jogo com cada ação política, pode ser evidenciado o calibre das aparentes dificuldades que enfrentam algumas ações ou medidas planejadas. Ou mesmo, quando as dificuldades de algumas ações de governo se fazem visíveis, ou seja, quando algumas ações impulsionadas não conseguem atingir os alvos que manifestam ter, o que se faz preciso procurar é a base conflitante sobre a qual são encorajados determinados valores. Assim, as implicações que têm as ações dos governos no sistema de valores teriam que ter um conhecimento mais aprofundado sobre o quadro total de valores no qual se inscrevem essas ações. Nesse quadro maior, partimos nessa tese da consideração elementar de que a economia está movimentada ao redor do acúmulo ao serviço do capital, no qual fica subsumida a

produção e reprodução da vida. A partir das pesquisas apresentadas nos anteriores capítulos podemos ainda levar a essa análise as expressões subjetivas.

Nesse projeto societário do capitalismo contemporâneo, temos que dizer que as dificuldades as quais aparecem enfrentadas as políticas concretas podem ser muito bem compreendidas pelas prioridades que o dinheiro tem adquirido na motivação das nossas condutas e ainda teríamos que salientar, que essa prioridade é explicitamente impulsionada pela orientação da macropolítica, sempre que o crescimento econômico seja a base inquestionável na qual se assentam os maiores esforços do Estado.

Dito de outro modo, com o foco colocado nas ações dos governos, a questão é elucidar qual é a orientação geral dentro da que se desenvolvem essas ações e, nesse sentido, a motivação que mais teríamos que deixar de subestimar tem a ver com as implicações que o dinheiro tem na prioridade outorgada às nossas condutas. Poderíamos encontrar, nesta análise, explicações muito esclarecedoras sobre o fracasso ao qual parecem estar fadadas muitas ações de governo, que, segundo elas, pretendem endossar o crescimento econômico de motivações disciplinantes.

Pode parecer um pouco simples, mas é interessante ilustrar essa consideração indo para um exemplo concreto, como são notadamente as campanhas que apontam à conservação do meio ambiente, chamadas ao fracasso múltiplas vezes. Maio et al (2009) chamam a atenção de que a compreensão do fracasso ao qual estão fadadas essas políticas requer levar em consideração a base de valores conflitantes sobre a qual estão construídas.

Quando são especialmente levados em consideração os conflitos latentes entre valores relevantes e as formas nas quais esses conflitos podem dificultar ou impulsionar nossas atitudes e comportamentos, é possível contornar os obstáculos às campanhas que tentam provocar mudanças comportamentais, cuja desconsideração, aliás, faz com que a tentativa de reformular comportamentos, fique confusa na falta de reflexão sobre as pressuposições reais que nos impulsionam.

De um lado, todas as ideias que envolvem o impulso ao crescimento econômico intencionam o uso dos recursos naturais como meio para o acúmulo do capital, no cerne de um sistema produtivo que se movimenta depredando esses recursos, ou mais precisamente, valora os chamados recursos naturais na medida dos ganhos econômicos que podem ser obtidos com eles e, de outro lado, a pretensão de cuidado intenciona criar os valores opostos, ou seja, intenciona um caminho inverso, de desmercadorização da natureza, privilegiando os valores do universalismo associados à proteção para o bem-estar de todas as pessoas e para a natureza. Ou seja, há na própria política uma contradição interna.

Maio et al (2009) fazem menção especial a essa questão e colocam que caso o modelo circular de valores esteja correto ao sugerir que a proteção do meio ambiente está associada ao senso de comunidade e universalismo, enquanto que o dinheiro e um senso de comunidade são objetivos pessoais que servem a motivos opostos, então estamos melhor posicionados para compreender e deixar de subestimar as dificuldades que aparecem nas ações impulsionadas por motivos concorrentes.

Poderíamos nos introduzir em discussões específicas de como melhorar determinadas ações e ainda como desencorajar as condutas que têm a motivação central de obter um ganho econômico, mas continua a ser o quadro maior o centro de interesse principal dessa escrita.

Nesse quadro podem ser explicadas as situações concretas e podemos, ainda, visualizar o que a teoria do sistema de valores nos mostra em relação aos motivos por que, na atualidade, têm se voltado prioritários, mas que ainda temos resistência para reconhecer. Nesse sentido, a mercadorização crescente das mais amplas esferas da vida merece uma crítica muito específica feita por Marx (2004, p. 80)

O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadorias cria. Com a valorização do mundo das coisas aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens. O trabalho não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e isto na medida em que produz, de fato, mercadorias em geral.

Muitas vezes aparece uma sensação de decadência social ou caos ao vivenciar o acúmulo de acontecimentos imprevisíveis e deixa-nos às beiras da incompreensão sobre as razões pelas quais se desenvolvem as condutas que pareceriam não se importar com o dano ou prejuízos diretos que entranham. Simples exemplos de condutas que reprovamos de imediato são as companhias que enganam com seus produtos, infringem normas legais para acrescentar os seus lucros, ou pessoas que desrespeitam a vida dos outros das mais diversas formas e até matam em prol de algum ganho.

Frequentemente, a incompreensão da forma como atuam os valores nas nossas condutas encarna o tão desenvolvido discurso da “perda de valores” e é muito comum ouvir e até acreditar que estamos frente a um processo de perda de valores mais elementares. Essa interpretação, com evidentes nuances conservadoras, mas nem sempre, é invocada em múltiplas situações onde estão envolvidas escolhas que não poderiam ser previsíveis, que não encaixam no que ainda acreditamos, ou que agridem o que pareceria ser os valores socialmente consensuados como mais importantes.

O erro dessa interpretação é que não atuamos na ausência de valores, pelo que não pode ser procurada na “falta de valores” a motivação da conduta. Mas sim na existência de

valores concorrentes na sociedade e na existência de uma hierarquização de valores que está por trás de toda conduta minimamente planejada. Assim, quando alguém atua contra ou em agressão direta aos valores que achamos mais caros, com uma aparência de inescrupulosidade flagrante, a pergunta tem que ser: qual valor foi priorizado na conduta em equivalência com outros valores concorrentes?

O que se faz preciso é ver as aparências, as ações como reflexos de hierarquias socialmente válidas e legitimadas. Embora algumas ações sejam para nós inexplicáveis, é necessário fazer o esforço de compreender quais valores estão por trás. Nesse sentido, ainda que as condutas seguidas por outros pareçam fora da lógica, e mais urgente ainda, quando essas condutas atingem uma frequência tão elevada que nos leva à confusão como sociedade e aos sentimentos de desconforto na frente de uma sensação da perda de valores, o que teríamos que fazer seria procurar o padrão geral que envolve essas ações e o que temos chamado aqui de projeto societário do capitalismo contemporâneo.

Nesse caminho podemos começar a encontrar respostas. Toda vez que seja possível compreender dentro desse projeto esse sistema circular de valores, onde ainda existem também valores concorrentes, então poderíamos compreender em comparação com as aparências, quais são os valores que foram hierarquizados. Nos exemplos colocados aqui, o padrão comum daquelas condutas que foram citadas como exemplos de reprovação é que um ganho material, ou mais precisamente, monetário, está posicionado acima dos outros valores conflitantes que foram subordinados na frente dessa hierarquização. A questão que temos que elucidar é tão frequente, que esse padrão que aparece por trás das notícias sociais nos deixa sem ânimo.

Não podemos desconhecer que nós mesmos estamos tensionados por escolhas conflitantes, que envolvem acrescentar um ganho econômico em prejuízo de outros valores ou esferas da vida que consideramos importantes. Ainda que possamos perceber um conflito em nosso sistema de valores, fazemos escolhas nas quais priorizamos certos valores sem conseguir resolver totalmente os custos emocionais dessas escolhas que conflitam com outros valores ou considerações importantes para nós. Muitas das condutas que implicam sacrifícios são resolvidas em favor de fins que envolvem algum ganho econômico em detrimento de muitas coisas que consideramos importantes. Pode não estar presente o engano, mas o que teríamos que analisar é quanto de nós, de nosso tempo e de nossas energias é tributado para o culto ao dinheiro ou aos valores associados.

Na atual sociedade de consumo e valores materialistas no topo da escada e da mercadorização crescente de tudo o que temos ao nosso redor, existem muitas contradições e

tensões que nos atrapalham. Por sua vez, o dinheiro está sustentado num sistema de valores no qual desenvolvemos nossas condutas e nesse quadro geral de valores sobre os quais se estrutura o capitalismo.

Quando as premissas básicas sobre as quais se movimenta a economia na atualidade são consideradas, é inevitável se inclinar para a conclusão de que os valores associados ao crescimento econômico, enquanto política pública de ordem vertebral na ideia de desenvolvimento social, implica uma série de mensagens associadas que se relacionam ao conjunto de objetivos e valores materialistas.

Poderia parecer, ainda, que a política de crescimento econômico só envolve questões técnicas na frente de alvos socialmente benéficos. Contudo, novamente é preciso colocar que a orientação na qual se sustenta essa política não diz simplesmente respeito a números ou questões técnicas e podem ser muito especialmente questionadas suas pressuposições sobre o bem-estar social, sobre os alvos desejáveis, os vínculos de cooperação estabelecidos e os valores associados às condutas estimuladas, no marco de um sistema de produção e reprodução baseado no acúmulo de capital.

Caso a luta pela justiça fique restrita à apropriação de um diferencial econômico a mais, ainda que seja legitimamente tirado pelos ou para os mais despossuídos acessarem a melhores condições de vida, essa batalha não deixa de estar subsumida aos valores mais caros da economia capitalista. É no marco deste projeto societário que tem que ser examinada a política de crescimento econômico, ainda quando é levada para acrescentar a renda per capita. O que se faz necessário analisar é a forma na que as ideias de aprimoramento social estão subsumidas aos valores da economia capitalista.

5.1.2. A política econômica e a tirania do estar indo além

Aqueles que abraçam a ideia de progresso, seguramente compartilham o trecho citado da crítica de Bauman sobre os problemas intrínsecos à sociedade atual, no entanto provavelmente vão discordar de que seja suficiente para abandonar o rumo em prol da elevação constante de conforto material.

Nesse sentido, numa defesa dos benefícios sociais do aumento constante da renda per capita Kimball e Willis (2006) colocam que talvez uma renda per capita mais alta possa ter alguns efeitos colaterais indesejáveis, como bem podem ser pensados os problemas que coloca Bauman. Contudo Kimball e Willis acreditam no progresso constante como o caminho

certo, e como prova disso, os autores colocam a pergunta instigante que já foi analisada, contemplando a existência dos efeitos colaterais:

“...quantos realmente gostariam de voltar a estar como costumavam estar se vissem claramente como realmente costumavam estar?”

Para os autores, o desejo das pessoas para estar indo além, é uma prova de que a elevação constante do conforto material é o caminho certo. Caso não fosse assim: por que não gostaríamos de voltar a estar como costumávamos estar antes quando tínhamos menores níveis de conforto material? Ou em termos gerais, por que é tão atraente ficar correndo em prol de acrescentar o conforto material? Provavelmente tenhamos que concordar com os autores em que na sociedade atual a maioria gostaria de aumentar a sua renda, inclusive muitas pessoas que podem rejeitar seu compromisso com a ambição de progresso econômico ou desejo de ter mais dinheiro ainda assim almejam um melhor “passar econômico” um nível de conforto material mais elevado como simples desfrute maior da vida e do tempo. Sobre tudo esta última talvez seja a interpretação ou um desejo muito comum entre as pessoas, considerando que, notadamente, no capitalismo da atualidade, esses alvos estão mais próximos do tipo de subjetividades que predomina, numa cultura na qual uma certa ideia de gozo ou prazer material tem ganho em contraposição com a “moral capitalista” da poupança e o sacrifício, descrita por Weber (2004) há alguns anos.

Contudo, a provável preferência por estar indo além não prova a necessidade da ordem social e econômica, mas sim, é uma expressão dos valores que mais são impulsionados nessa ordem onde, como já foi descrito, as identidades construídas em relação com os modos de integração social estão colocadas no acesso ao consumo, no marco da mercadorização crescente da vida social, subsumida aos valores do acúmulo do capital.

Nesse sentido, o capitalismo pode ser lido como uma máquina de produzir expectativas crescentes pelo aumento da disponibilidade cada vez maior de possibilidades de consumo, como foi analisado aqui, mas não necessariamente isso aproxima as pessoas de uma percepção mais satisfatória da vida.

Ao analisar mais de perto as bases sobre as quais se colocam as ideias que acreditam na virtuosidade de estar sempre indo mais além, estamos longe de poder certificar benefícios para o bem-estar das pessoas. Se as expectativas pessoais de cada um crescem na medida que os satisfatores crescem, não teremos nenhum ganho na felicidade obtida, por mais que tenhamos acrescentado grandemente nosso consumo. Já dizemos que somar a maior quantidade possível de satisfatores materiais é uma das pressuposições básicas que movimenta as rodas do consumo e da produção. O consumo é a realização do desejo. Assim,

os desejos crescem e o consumo cresce, porém, essa retroalimentação, tão positiva entre desejos e bem-estar, está muito longe de se fechar num círculo tão virtuoso.

(Ainda) Ademais, o que as pesquisas mostram nesse sentido é que as pessoas sistematicamente superestimam a felicidade futura que obterão com a renda extra. E para responder à pergunta de Kimball e Willis (2006), colocada anteriormente, muitas pesquisas também mostram que as pessoas olham para o passado com base no que agora lhes parece normal, ainda que isso esteja muito acima do que lhes parecia normal antes e, muito provavelmente, possam cair no autoengano quanto à satisfação que "realmente" achavam antes no nível de conforto que tinham.

A Escola de Leyden (cujas pesquisas foram colocadas no Capítulo II), tem sido especialmente frutífera em documentar os mecanismos determinantes da avaliação da renda e aponta que as avaliações de que é uma renda boa ou ruim, ao longo do tempo, mudam concomitantemente com a situação do avaliador. Assim, as pessoas com uma renda mais alta também consideram como “bons”, níveis de renda mais altos.

Aqui resulta interessante agregar a observação de que os mecanismos pelos quais os estímulos de crescimento constante funcionam envolvem a manutenção de um certo distanciamento com aquilo que é alvo de desejo. Ou seja, é necessária a percepção de falta ou carência de alguma coisa, para que sejam ativados os movimentos para o consumo.

Os psicólogos gostam de falar de objetos de desejo e colocar o foco neles, mas teríamos que dizer que nem sempre operam esses objetos concretos como alvos explicitamente colocados, simplesmente a percepção de insatisfação, e, na maioria dos casos, a origem dela, não é evidente. Os objetos de desejo não são produtores do movimento, mas são produtos produzidos, valha a redundância, dentro dos esquemas de carências percebidas, ou mais precisamente, dentro dos espaços de sensação de distância ou falta cujas referências são sociais. Ou seja, esses espaços e os objetos colocados neles são produzidos socialmente e incorporados subjetivamente.

A particularidade do sistema de produção de objetos de consumo é que se movimenta no espaço de carência. É no espaço de falta subjetivamente incorporado no qual o capitalismo reproduz a sua lógica de funcionamento, pelo que requer manter esse espaço sempre presente para se manter funcionando.

É preciso colocar, aliás, que estar correndo sempre em prol do aumento da renda ou do conforto material não é uma questão intrinsecamente insidiosa da conduta humana. É uma questão política que envolve o aval, por ação ou por omissão, para que os parâmetros externos na frente dos quais avaliamos a nossa situação estejam sempre se elevando de nível e tudo

parece indicar que dentro das premissas de desenvolvimento capitalista não existe limite previsível. Simplesmente não há um limite moral para o acúmulo; muito pelo contrário, há um estímulo constante a mais.

Trazendo novamente o dinheiro para o palco da análise, poderíamos dizer que a lógica da carência, com a que o sistema econômico se movimenta, transcende-o longamente, enquanto objeto de desejo, pelo menos do ponto de vista subjetivo. Embora o dinheiro esteja indiretamente envolvido nas procuras do encontro com percepções satisfatórias, enquanto tem-se transformado num sinal de valor que cobre cada vez mais esferas da nossa vida, colocar as procuras no seu simples acúmulo seria muito reducionista, muito especialmente na atualidade, onde provavelmente na maioria dos casos esse acúmulo não está no centro das preocupações.

Mais precisamente, o impulso por estar indo além, especialmente encorajado pelas políticas de crescimento econômico, se instala como elemento que comanda a própria concepção sobre a vida e transcende as mais variadas subjetividades. Podemos não ser materialistas ou acreditar que não o somos por ter colocado nossas metas fora das coisas associadas ao dinheiro. Mas, nesta sociedade que funciona sobre as bases de estar sempre progredindo, ainda que não tenhamos alvos estritamente materiais não conseguimos fugir ou fugimos só a tempo parcial do local de certa incomodidade, de certa nebulosidade sobre a vida, de desejo de alguma coisa a mais e até de esforços extenuantes para atingir estados satisfatórios que, quando atingidos, parecem escapar como água de nossas mãos.

O discurso mais corriqueiro ante essa sensação de incomodidade e incompletude é que essa é a força da vida que puxa para seguir em frente. Uma constituição quase da natureza humana. Na verdade, essa concepção tem assumido que não há forma de evitá-la e contenta-se em aceitá-la. A questão é canalizar as nossas energias, encaixá-las em alguma direção e parece que tudo será resolvido. Mas aos poucos e chegando lá, a história começa de novo.

Quanto às razões que motivam a prioridade da política de crescimento econômico, o modo de produção capitalista não é simplesmente um pano de fundo; o capitalismo é o suporte dentro do qual se desenvolve a dinâmica social em todos os seus aspectos, tanto materiais quanto simbólicos e a construção da felicidade não pode ser desligada desse suporte que tem convertido o dinheiro no comandante geral das ações públicas e privadas.

Conforme longamente discutido nos capítulos anteriores, as premissas mais elementares do marco atual estão fundamentadas na visão de que toda a organização social se funda no interesse próprio, onde o mercado, apresentado como um fluxo dinâmico que

permite e impulsiona as próprias motivações, passou a ser o espaço melhor visto para desenvolver as capacidades.

Nessa visão, cada vez mais tem sido valorizada a concorrência como forma de aprimoramento pessoal e de relacionamento geral da sociedade à luz da qual se pensam as ações políticas a serem desenvolvidas para atingir a maximização dos prazeres a serviço dos interesses próprios.

Nesse sentido, o que pode ser dito é que, considerando que a qualidade dos vínculos, assim como o senso de comunidade e proximidade são fatores determinantes da felicidade, os alvos políticos de crescimento econômico notadamente parecem indicar o estímulo das condições contrárias.

Mais uma vez a questão que precisa ser elucidada tem a ver com os motivos que movimentam a produção e o consumo. Muito se diz que a produção está a serviço, ou seja, subordinada à satisfação de necessidades sociais e num certo sentido isso é correto, porquanto tudo o que é produzido tem a finalidade de ser vendido, e tudo o que é oferecido no mercado precisa encontrar um adquirente.

Contudo, o que move essa produção é a obtenção de um ganho econômico, encontrar uma oportunidade de acúmulo mediante a venda daquilo que foi produzido. Entretanto, os destinos finais daquilo que foi produzido, para os interesses econômicos das companhias, são indiferentes. É conhecida a frase "business of business is business", que envolve uma certa declaração sincera e despojada dos eufemismos com os quais as empresas justificam a nobreza de seus propósitos.

Essa frase, cuja tradução ao português pode ser "o negócio do negócio é o negócio" tem a propriedade de retratar o alvo que define toda empresa econômica, que se constitui num dispêndio de energias cuja finalidade é a obtenção de renda, e assume moralmente correto que o bem superior procurado seja o ganho econômico, e não que esse seja um meio para um outro fim vinculado à efetivação de algum bem social.

Pareceria também que a demanda de produtos é dirigida pelo que é demandado, ou seja, a produção está bem ou mal a serviço e na procura de satisfazer demandas onde já foram criadas. Mas essa interpretação desconhece que a produção também dá fôlego à demanda. Caso não fosse assim, não existiria a publicidade, o marketing e os prodigiosos esforços de compreender a nossa psicologia para produzir em nós vontade de adquirir aquilo que é oferecido. Temos, assim, uma relação orgânica na que produção e consumo estão mutuamente determinados, são complementares e formam parte de uma totalidade que os abraça e os determina.

Entra aí a questão da mercadoria; a produção atual é a produção de mercadorias, ou seja, unidades, sejam materiais ou imateriais, que têm um valor de uso e um valor de troca. As mercadorias são então elementos que compõem o estoque ou a soma dos valores criados e que estão compostos por uma dupla condição definitiva. De um lado elas têm a condição de possuir qualidades singulares a partir das quais acontece o vínculo que fazemos com elas, ou seja, têm um valor de uso, umas propriedades intrínsecas com as quais são satisfeitas necessidades dos mais diversos tipos. Assim, a primeira condição de tudo aquilo que é reconhecido como mercadoria é que carrega algum tipo de aporte ou satisfação.

Junto com esse valor de uso as mercadorias têm um valor de troca, ou seja, possuem um valor intersubjetivamente reconhecido. O valor de troca implica uma concordância, não sobre as qualidades específicas, mas sim sobre as equivalências de qualidades diferenciadas. Isso parece um detalhe, mas fazer essa precisão envolve uma consideração nevrálgica já que as qualidades específicas das coisas convertidas em mercadorias são indiferentes para a troca. Nas palavras de Marx “[...] a abstração dos seus valores de uso é justamente o que caracteriza a relação de troca das mercadorias. Nessa relação, um valor de uso vale tanto quanto o outro...” (2015, p.160)

O que interessa às empresas é o valor de troca, pelo que as qualidades singulares do que é produzido não são a questão central da preocupação empresarial. A retribuição obtida é o valor de troca, e os fins que movimentam a produção são o ganho econômico. Assim, as panificadoras podem acrescentar até os limites legais o conteúdo ou ingredientes que podem ser prejudiciais para a saúde, alterando a qualidade do que é oferecido. Porque o que é oferecido não está disponibilizado em função da saúde alimentar da população, mas em função da rentabilidade do produto oferecido. A questão com o pão é que é uma mercadoria. Ou seja, possui uma dupla condição, de uso e de troca e os esforços serão colocados na vendabilidade ou na redução de custos de produção.

Não significa isso que seja indiferente para as empresas a demanda efetiva dos produtos e, portanto, que não tenham destino; pelo contrário, as empresas dedicam muito tempo ao estudo daquilo que é oferecido esteja dirigido a satisfazer uma demanda que, caso não exista, é necessário criar, mas não é essa a finalidade última; de fato, toda companhia ou mais precisamente, toda organização humana reunida em prol de fins econômicos, só pode subsistir visando a rentabilidade, pois é o único motivo pelo qual pode ser alimentada. Em caso contrário, pode sumir. Todas as demais "visões" ou "missões" que usualmente auxiliam as organizações são apenas o álibi para atingir seu fim superior de lucro.

A particularidade do sistema econômico atual é que o aumento da produção está atrelado ao aumento do acúmulo de capital; toda vez que é uma resposta ao que já foi acumulado, é colocado em andamento a procura de nova valorização. Sendo o acúmulo de capital o que movimenta toda nova produção, caso seja bem-sucedido esse alvo, mais capital vai ser disponibilizado e ficará à procura de novas possibilidades de valorização no futuro.

É claro que esse processo global também encontra limites, impossibilidades de um desenvolvimento perpétuo, pelo que está signado por crises que destroem essa dinâmica. Na atualidade a especulação financeira é o braço do capitalismo para o qual foge a circulação do capital na procura da sua valorização, com a pretensa capacidade ou a coerção de quebrantar os limites da rentabilidade da produção material.

Contudo, essa discussão pode nos levar muito longe do nosso objeto de análise. O nó fundamental é que nosso sistema econômico está numa dinâmica de impulso e busca do crescimento constante do capital acumulado e é aí que aparece a colocação de Marx sobre a problemática intrínseca desse modo de produção, que tem a ver com o fato de que a produção material, e ainda a produção da vida, estão subsumidas a serviço da acumulação do capital e não a serviço dos seres humanos. Nesse sentido é que vamos interpretar a frase de Marx segundo a qual é possível compreender que a relação orgânica entre produção e consumo subsume não só os objetos, mas também as pessoas, determinando as características que suas necessidades adquirem.

5.2. Uma questão de sobrevivência: da humanidade ou do sistema econômico?

A tirania de estar sempre em progressão, tem ainda uma outra consequência do ponto de vista da política de crescimento econômico como assunto de preocupação nacional. Têm sido, sobretudo, as pesquisas sobre o bem-estar subjetivo, as que têm analisado os vínculos entre os níveis de renda per capita e os níveis de satisfação com a vida ou bem-estar subjetivo as que ficam mais próximas dessas discussões vinculadas às escalas nacionais.

Muitas dessas interpretações desenvolvem questionamentos sobre o crescimento econômico e usualmente se aponta para o infrutífero que essa política pode ser, mas só para alguns países. Nesse sentido, revisitando criticamente algumas interpretações que têm sido feitas a partir das pesquisas que diferenciam países pobres de países ricos, é possível dar um outro passo ainda na análise e na crítica da política de crescimento econômico.

Assim, a maioria das recomendações feitas sobre os estudos do bem-estar subjetivo acham que o crescimento econômico pode ser bom até certo ponto e fazem recomendações muito explícitas nas quais diferenciam países pobres de países ricos. De um lado, a intervenção governamental nos países ricos teria que deixar de colocar o foco no crescimento econômico, de outro lado, nos países pobres, ainda é apontada a necessidade de manter esse objetivo principal da política econômica.

Agora bem, frequentemente essas críticas não questionam o próprio sistema econômico sobre o qual está baseada toda a engenharia da produção e o consumo, além da própria felicidade das pessoas. As bases do capitalismo sobre as quais se desenvolve a política econômica ficam por fora das análises que não questionam as condições globais sobre as quais se fazem as recomendações com vistas ao aprimoramento da felicidade da população.

Alguns têm argumentado que as preocupações com a felicidade aparecem na sociedade contemporânea e com mais força nos países mais ricos, uma vez que, nesses países, as preocupações com a satisfação de necessidades básicas de manutenção da vida têm sido resolvidas. Associada a essa perspectiva é rejeitada a ideia de que, nos países pobres, nos quais ainda as condições materiais de vida da população são paupérrimas, a política de crescimento econômico possa ser questionada para esses países.

É possível, no entanto, discutir as pressuposições teóricas dessas recomendações diferenciadas e vamos começar pelas leituras aplicadas aos futuros dos países ricos. A princípio, a ideia de que há algum nível de renda ótimo em termos absolutos, que pode ser estabelecido sem importar o contexto, já foi discutida na seção anterior, onde tudo indica que qualquer avaliação da renda absoluta está determinada por parâmetros de referência social que são historicamente estabelecidos. Esses parâmetros, por sua vez, mudam, o que faz variar as considerações sobre essas quantidades. Ou seja, as avaliações da renda em termos de quantidade e suficiência ou insuficiência, bondade ou exiguidade são relativas e mutáveis.

Achar que existe algum umbral fixo, que está associado com alguma necessidade mais verdadeira segundo alguma natureza humana inata, é teoricamente questionável, mas também operacionalmente não demonstrável por fora dos contextos variáveis de desenvolvimento humano.

Há algumas pesquisas que olham para os países que estão no topo do ranque das estatísticas sobre o bem-estar subjetivo e concluem que esses países já são ricos o suficiente porque atingiram um nível ótimo no seu bem-estar subjetivo. Essas pesquisas propõem que para manter esse nível já não precisam do crescimento da renda, mas o que não levam em consideração é que a posição desses países é relativa pelo que terão que assumir o erro

quando esses países sejam relativamente mais pobres com relação aos outros países, e desmorone a satisfação da população ainda que tenham mantido seu nível de riqueza em algum patamar que não tenha caído. Isso não significa que, nos países ricos, crescer mais economicamente possa fazer muita diferença em relação ao bem-estar subjetivo, já que como tem sido colocado, em termos absolutos é necessário muito mais dinheiro para acrescentar esse bem-estar subjetivo dos ricos porque as satisfações tiradas são proporcionais aos níveis atingidos.

Assim, na hora de pensar a política econômica no mundo atual para os países ricos, e aceitando a validade da associação feita entre satisfação com a vida e nível de conforto material, a crença de que a renda desde o ponto de vista subjetivo para as pessoas pode ter chegado num ponto de tope máximo, na frente dos parâmetros crescentes da riqueza do mundo parece esquecer duas questões básicas. Primeiramente, que os sonhos e desejos das pessoas estão baseados nesses parâmetros crescentes de riqueza, bens e serviços produzidos e disponibilizados e segundo, que é o privilégio da posição o que pode explicar que a população geral dos países ricos esteja maiormente satisfeita com as suas condições materiais. O acúmulo de pesquisas exploradas nos capítulos anteriores indica que não é a quantidade o que produz a percepção de satisfação enquanto as condições materiais de vida, mas o que importa são as distâncias entre as situações particulares e os pontos de referência. Não há uma quantidade absoluta de renda nem de conforto material que já tenha sido atingida e que resultará suficiente eternamente. Essa interpretação desconhece a infinita possibilidade de acrescentar os parâmetros de riqueza na sociedade capitalista. Sempre que os níveis de satisfação social possam ser compreendidos com bases nos chamados mecanismos de comparações de renda, tanto para com os outros, com possíveis referências diferencialmente relevantes, quanto para a própria trajetória, será desvendada a impossibilidade de assumir um nível fixo, descolado de pontos de referência. É muito simples compreender que um pobre se contenta com pouco frente ao que possui, mas um rico, frente ao que tem, precisa muito mais.

Sendo a satisfação decorrente da renda relativa aos parâmetros que estão numa elevação constante, as políticas que não sejam de crescimento econômico deixarão os países numa situação de pobreza relativa em comparação com os vizinhos e, portanto, também de insatisfação relativa. Na dinâmica da economia atual, ainda do ponto de vista do bem-estar subjetivo, mais e mais itens de consumo serão necessários.

O que se faz preciso explicitar nesse sentido é que no sistema econômico atual, os países estão impelidos a manter seus níveis de riqueza em alta, e nada pareceria indicar que a sede de crescimento econômico possa deixar de movimentar os esforços políticos dos

governos nacionais. A ilusão social e ainda pessoal que o projeto societário do capitalismo tem colocado nesse crescimento impede erodir seu apoio enquanto imagem de aprimoramento social, ainda para os países mais ricos.

Além do mais, as especulações utópicas de desenvolver políticas de não crescimento econômico dentro dos parâmetros capitalistas desconsideram as impossibilidades de que isso aconteça num sistema que está baseado na procura de lucro para se movimentar. Para os países ricos pode ser muito bonito, mas muito utópico e ainda um erro acreditar na viabilidade de uma política que não seja de crescimento econômico desde que o projeto societário do capitalismo contemporâneo seja mantido vigente. O que pode ser dito nesse sentido é que simplesmente sobre as bases do sistema capitalista essas projeções são muito pouco prováveis, para não dizer, impossíveis de cumprir.

Não por serem utópicas teríamos que desacreditar nas recomendações políticas, mas sim porque envolvem a falácia de acreditar que o sistema produtivo e toda a engenharia econômica está disponibilizada para aprimorar o bem-estar subjetivo. Este último não é o motivo central que movimenta a economia e essa é novamente a questão central da discussão apresentada.

A questão é que o impulso para o crescimento do ponto de vista econômico é uma necessidade, que se desenvolve a partir das formas que adquire esse sistema econômico baseado no acúmulo de capital, muito antes que uma condição imprescindível para o desenvolvimento humano, tal como é pretensamente legitimado. Na necessidade de preservar uma necessidade mercantil, o que faz diferença é acrescentar a demanda de bens e serviços sociais de onde tirar um ganho econômico.

Provavelmente o crescimento econômico não trará nenhum ganho no futuro nesse sentido, mas, sobre as bases atuais, enquanto o projeto societário do capitalismo, contudo vigente, é muito difícil acreditar num outro tipo de política que não seja essa, ainda para aqueles que já moram na superabundância.

Levando especialmente em conta a forma na que se movimenta a economia contemporânea, do outro lado, para os países pobres, acreditar na necessidade desse crescimento e justificá-lo como caminho indispensável para garantir as condições materiais de vida, após as quais poderemos falar de felicidade, é também uma ilusão de algumas interpretações sobre o sistema capitalista. E é essa ilusão que leva os pesquisadores do bem-estar subjetivo a acreditarem que para os países pobres a política de crescimento econômico, sim, é defensável e necessária.

5.3. O crescimento como necessidade para os mais pobres

Neste último ponto desviaremos um pouco a análise do crescimento econômico focado na felicidade para atender uma das suas defesas políticas mais usuais, segundo a qual, muito mais do que a simples felicidade, o crescimento econômico é o caminho para garantir as necessidades materiais da população e especialmente importante para os mais pobres.

A interpretação mais simples é que os países pobres ainda precisam crescer para garantir as condições de vida materiais de seus cidadãos. Esse não seria simplesmente um percurso certo, muito mais do que isso, é o percurso necessário, pois então as medidas de crescimento econômico têm que ser levadas em frente para garantir questões de sobrevivência da população.

Essa necessidade elementar do crescimento precisa ser especialmente discutida pois deixa num plano secundário a discussão anteriormente colocada sobre a pouca expectativa de elevar a felicidade dos mais pobres

Já foi colocado que, do ponto de vista da percepção da satisfação com as condições econômicas de vida, a economia poderá crescer, mas, embora isso possa repercutir em melhores condições de vida gerais, incluindo os pobres, desde que alguns estejam por baixo dos patamares socialmente percebidos como normais, continuará a existir a infelicidade decorrente de condições de vida insatisfatórias em relação aos níveis de normalidade que estejam por cima. Ou seja, não é simplesmente melhorando as condições de vida que os pobres terão uma percepção mais satisfatória, já que essa percepção tem que ser colocada como decorrente dos déficits que existem para alguns nessa sociedade desigual. A questão é que essa infelicidade atualizará seus parâmetros de referência conforme a economia cresça. Muitos poderão achar que essa discussão é supérflua ou, ainda, não necessariamente relacionada ao crescimento econômico, mas a distribuição dos ganhos. Ou seja, essa discussão segundo a qual a felicidade não está relacionada com algum patamar econômico fixo não invalidaria os esforços necessários ao crescimento.

Assim, muitos podem achar que a política de crescimento econômico tem um alvo muito superior ou ainda mais importante em relação à pobreza, e que para os pobres as políticas de crescimento do PIB são indispensáveis porque envolvem os limites entre a vida e a morte.

Há, nesse sentido, um argumento bastante usual em relação à necessidade do crescimento econômico como política pública *sine qua non* para garantir a satisfação das

necessidades da população, que, além do mais, parte do amplo consenso sobre o papel que deve ter o Estado. Em outras palavras, a ideia básica é que o Estado tem como alvo indiscutível garantir a satisfação das necessidades e é relativamente bem-sucedido caso atenda às necessidades materiais da população. Essas considerações geralmente envolvem um chão, relativo às chamadas necessidades básicas ou de sobrevivência que ninguém discute. A ideia mais corrente de nossa época é que há ainda um limite, umas certas condições mínimas de vida que têm que ser garantidas para todas as pessoas, pois envolvem a própria dignidade humana. Como foi visto, especialmente dentro do sistema econômico atual, geralmente não é discutido um teto em relação ao qual a qualidade de vida da população pode ser sempre melhorada, mas o estabelecimento de um chão pareceria ser moralmente correto e garantir a sobrevivência da população um serviço fundamental desse sistema.

Decorrente desse raciocínio a interpretação seguinte é que, para os países pobres, o crescimento econômico é uma necessidade de sobrevivência, porque o nível de desenvolvimento desses países ainda não está cobrindo o nível mínimo das chamadas "necessidades básicas". Assim, haveria satisfações ainda fisiológicas e muito elementares que o progresso econômico sim está a caminho de produzir pelo que seriam especialmente aconselháveis os esforços para a sua procura. Para os países pobres, a renúncia ao crescimento econômico poderia parecer uma loucura fora da discussão.⁵⁵

O primeiro que pode ser dito, no que concerne a essa interpretação corrente é que, olhando para as condições materiais desses países, facilmente se pode acreditar na premissa de que o mundo necessita produzir mais, ou seja acrescentar a quantidade de coisas, sejam bens ou serviços produzidos para poderem estar disponíveis para a população. Frequentemente as análises concluem que os países pobres apresentam a necessidade de mais investimentos produtivos, mais projetos comerciais, impulsionar novas áreas de desenvolvimento econômico e toda uma série de ideias que tem a particularidade de uma associação imediata e quase emocional com a superação das dificuldades. Para alguns se apresenta assim com muita força o pensamento de que, para os que já têm muito, continuar a crescer para aumentar o conforto da população já não tem sentido diante do nível atingido, mas para os países pobres, a política de crescimento econômico é a promessa de um futuro melhor.

Essas interpretações precisam de uma análise atenta porque ainda que pareçam muito evidentes, envolvem uma das maiores falácias com as quais se mantém andando o sistema

⁵⁵ Ver por exemplo Helliwell et al, 2012

econômico atual. Para compreender por que estamos diante de uma grande falácia é preciso desvendar os mecanismos da perversidade ilusória que alimenta as esperanças.

Embora seja muito complexo definir as necessidades básicas, porquanto envolvem considerações sociais e históricas que mudam e temos feito especial ênfase nessa mudança, podemos concordar com que, sim, há questões que envolvem o limite da possibilidade de reproduzir a vida, onde se coloca em jogo toda a dignidade humana. Podemos ir para o centro das necessidades mais básicas de sobrevivência e uma das questões mais faladas, na atualidade, sem dúvida são as carências alimentares que ainda existem no mundo.

A fome é umas das afecções mais traumáticas da nossa espécie, mas também o sistema agroalimentar é uma questão que desvenda os mecanismos da perversidade com a que se movimenta o sistema econômico em relação a uma pressuposta escassez que é necessário subsanar por meio do aumento da produção.

Resulta especialmente sugestivo nos deter na análise da fome no mundo, uma problemática que atualmente é quase um clichê. Nesse sentido, é muito interessante o título colocado pela BBC para uma notícia publicada na internet: “Por qué hay hambre en Argentina si se produce comida para 440 millones de personas (10 veces su población)” (BBC, 2018) A questão é instigante e a resposta pode pegar dois rumos. Naufragar na complexidade da explicação de nosso sistema econômico para justificar o estado de coisas, ou, pelo contrário, assumir o flagrante absurdo com o que opera a produção e distribuição da riqueza.

Na atualidade ninguém desconhece a fome no mundo, todos falam sobre ela e pululam os compromissos públicos de erradicá-la, talvez pela comoção que causa no século XXI sua existência. Mas, acontece que o primeiro rumo é usualmente o mais divulgado e a fome no mundo é quase um clichê, cheio de mitos e indignações escusáveis que naufragam em declarações solenes.

Assim, por muito falada que seja, não há mostras da sua reversibilidade. Muito pelo contrário, segundo dados da FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura): “[...] o mundo não está progredindo nem em direção à meta 2.1 do ODS, de garantir o acesso a produtos seguros, alimentos nutritivos e suficientes para todas as pessoas durante todo o ano, nem em direção à meta 2.2, de erradicar todas as formas de desnutrição.” (FAO, IFAD, UNICEF, WFP e WHO, 2020, p. 10, tradução nossa)

Longe de atingir os objetivos, desde 2014, o número de pessoas com fome em todo o mundo tem aumentado lentamente e já quase ninguém acredita em atingir a meta de Fome Zero até 2030.⁵⁶

Na interpretação mais corrente deste problema humanitário existe um mito bastante básico, segundo o qual a fome tem a ver com a escassez de alimentos ou alguns obstáculos que podem ser superados. De fato, os dados da FAO e seus relatórios fomentam essa ideia e essa organização encontra-se na linha de advertir nas mais variadas oportunidades a ameaça de déficit de alimentos, como foi feito recentemente com a pandemia do Covid-19 pelo Diretor Geral da organização (Qu Dongy) que na sua intervenção na Cumbre Virtual extraordinária de dirigentes do G20, realizada em 2020, advertiu que os sistemas alimentares globais seriam afetados pela pandemia.

Frente a isso, a ajuda aos mais vulneráveis pareceria ser uma necessidade iminente e nessa empreitada estão também os países ricos que usualmente reafirmam sua solidariedade com os países pobres. Já, no relatório mundial apresentado pela FAO em Bruxelas em 2019, o Comissário Europeu para a Ajuda Humanitária e Gestão de Crises, Christos Stylianides, assegurava que “[...] as crises alimentares continuam a ser um desafio global que exige esforços conjuntos. A UE continua a intensificar os seus esforços humanitários. Nos últimos três anos, a UE atribuiu o maior orçamento para ajuda alimentar e nutricional humanitária da sua história, com quase 2 mil milhões de euros no total. (FAO, 2019, s/n, tradução nossa)

Poderia se pensar, ainda mais quando vínhamos falando da superabundância que caracteriza os países ricos, que ao transferir dinheiro de “ajuda humanitária” não fazem mais do que reafirmar o seu direito ao (acaparamento) **monopólio**, mas deixaremos essa discussão de fora. O que resulta mais importante focar é no mito da escassez de alimentos que com essas ações pega fôlego. Esse mito começa pelos próprios dados da FAO e as interpretações que são feitas a partir deles. Essa organização associa a insegurança alimentar a problemáticas de países, quais sejam sempre vinculados ao déficit nos suministros ou na produção interna e estabelece uma lista de países que requerem de assistência externa⁵⁷ como se fossem ilhas

⁵⁶ Se as coisas não vinham bem antes da pandemia de COVID-19, ela foi uma nova oportunidade para piorar ainda mais. Para o 2020 as estimativas eram que entre 720 e 811 milhões de pessoas no mundo enfrentaram fome, ao redor de 161 milhões a mais do que em 2019. Entretanto, quase 2,37 bilhões de pessoas não tiveram acesso à alimentação adequada em 2020, um aumento de 320 milhões de pessoas em apenas um ano. (FAO, IFAD, UNICEF, WFP e WHO, 2021). Para a frente provavelmente a pandemia vai passar, mas a fome vai ficar. Os relatórios da FAO também ressaltam que outro tanto crescente de pessoas, que os números não mostram, está na beira da falta de acesso regular a alimentos nutritivos e suficientes, com alto risco de desnutrição e problemas de saúde.

⁵⁷ Para a FAO há três categorias de países que requerem de ajuda, em função de causas de insegurança alimentar que não são mutuamente excludentes a) países que tem um déficit excepcional de produção ou suministro por múltiplos fatores (podem ser políticas ou naturais como perda de colheitas ou obstáculos no

isoladas de problemas internamente gerados e nenhuma menção para o funcionamento do mercado mundial dos alimentos, nem consegue questionar a serviço de quais interesses está voltada a produção. Segundo essa organização:

Las crisis alimentarias se deben casi siempre a una combinación de factores, pero para planificar la respuesta, es importante establecer si la naturaleza de estas crisis se debe predominantemente a la falta de disponibilidad de alimentos, al acceso limitado a los mismos o a problemas graves pero localizados.” (FAO, 2020, p.7, tradução nossa)

O que essa interpretação desconsidera é que nem a escassez de alimentos nem a redução de reservas mundiais é o que provoca a crise alimentar. Essa é uma falácia que esconde que a disponibilidade de alimentos e seus preços estão longe de ser voltados a serviço das necessidades alimentares da população.

Podemos começar por uma das estatísticas anuais que segundo Vargas e Chantry (2011), fomenta o mito e que tem a ver com a produção mundial de cereais e os dados a partir dos quais são reportados déficits em relação com a demanda. Primeiramente esses dados escondem que existe atualmente uma chamada reserva de cereais que supera largamente o pretense déficit, além de que uma boa parte da produção não é destinada para a alimentação, mas sim para combustíveis, rações e outros usos que são os que determinam em maior medida os preços e as flutuações na demanda.⁵⁸

Soma-se que os preços e circulação dos grãos na atualidade estão marcados pela especulação financeira. Esta última, junto com a liberalização da agricultura voltada para atender as oportunidades de negócio no mercado mundial são das causas mais importantes das crises alimentares atuais.

Tal como é descrito pelos autores, o capital financeiro migra de borbulha em borbulha e, no século XXI, após a impossibilidade de obter ganhos com dívidas, sobretudo a partir de

suministro) b) países com falta de acesso generalizada onde a maioria da população não tem acesso aos mercados locais por falta de renda ou preços altos e c) países com insegurança alimentar localizada devido a chegada de refugiados ou problemáticas em áreas concretas (FAO, 2020)

⁵⁸ Os autores apresentam dados para 2010, momento no qual as coletas foram 2 230 milhões de toneladas e o consumo calculado de cereais foi de 2 260 milhões de toneladas. Embora possa ser interpretado um déficit desses dados, é necessário levar em consideração que só 50 milhões de toneladas foram requeridas para a alimentação das pessoas, além de que houve outras 500 milhões de toneladas de reservas nesta data. Para este trabalho, procuraram-se dados atualizados e os números mantêm-se mais ou menos na mesma relação, mas atingindo coletas recorde na história. Segundo a FAO (2020) a produção de cereais para 2020-21 foi estimada em 2 742 milhões de toneladas, sendo 2744 a utilização estimada para o mesmo período (sendo os cereais secundários especialmente o milho o maior impulsor pelo aumento da sua demanda destinada para a elaboração de rações principalmente como resultado de um aumento del uso de piensos, en especial de maíz y sorgo en China, así como de otros usos, a consecuencia de una subida de la producción de etanol a base de maíz en el Brasil y los Estados Unidos de América. O incremento no prognóstico da utilização de cereais fez com que o coeficiente de reservas em relação com seu uso diminuiu, situando-se em 866,4 milhões de toneladas o que o coloca em 31,8 por cento, cifra que embora seja a mais baixa em 4 anos continua a ser muito alta em perspectiva histórica. (FAO, 2020b)

2008, teve um avanço sem precedentes no mercado dos alimentos. Assim, a subida de preços dos grãos básicos em 2008 e a crise alimentar decorrente teve a ver com a repercussão sem precedentes que a especulação financeira tem sobre os alimentos.

A ESPECULAÇÃO FINANCEIRA

A especulação consiste num conjunto de operações comerciais ou financeiras que tem o objetivo de um benefício econômico baseado na flutuação dos preços e em nada se importa com as qualidades ou tipo de produto que se faz refém dessa operação.

Existem três tipos de especulação no setor agroalimentar, a) O monopólio direto de produtos á espera da subida dos preços (uma forma muito antiga de especulação), b) a especulação dos mercados futuros onde são comprados e vendidos contratos de futuro esperando ser leiloados na bolsa ou nos “mercados de futuros” e c) toda uma engenharia financeira atual, cada vez mais complexa com fundos de inversão ligados aos mercados agrícolas.

Na atualidade, nas bolsas de Chicago, Londres e Hannover, negociam-se contratos de futuros sobre cereais e oleaginosas. A especulação é surrealista: milhares de algoritmos que compram e vendem sem parar. Uma sacola de trigo pode ser comprada e vendida 50 vezes. (Vargas e Chantry, 2019)

Mas não só os alimentos são objeto de especulação; as terras agrícolas, a partir de 2008, também receberam quantidades crescentes de inversões de grandes capitais que procuram o lucro a partir da compra. Como consequência, os preços da terra, junto com a concentração da sua propriedade despontaram no começo deste século, sobretudo na América Latina.

Nesse esquema que algumas ONGs ambientalistas têm chamado o “Grande casino da fome”, estão envoltas ainda as multinacionais do agronegócio que controlam o comércio mundial, com uma situação privilegiada em termos da determinação dos preços e o acesso aos produtos e ainda à informação, que participam e misturam-se ao capital financeiro. (Carracedo, 2016)

O que se desvenda na dinâmica descrita é que o sistema agroalimentar está longe, muito longe da produção de alimentos para a população. E muito longe está a fome de ser resolvida com o crescimento da produção. A crise alimentar não tem a ver com um problema técnico de déficit de produção ou obstáculos eventuais, naturais ou fora do controle humano, tem a ver, sim, com decisões econômicas e políticas.

Eis aí um caminho para a resposta ao titular da BBC que, com perplexidade, colocava a absurda situação da Argentina que produz comida para alimentar 10 vezes a sua população e ao mesmo tempo grandes parcelas da sua população tem fome. O problema não é a produção nem problemas logísticos, nem erros contingentes como parece indicar a FAO. O problema são as premissas básicas com as que opera o sistema econômico atual.

A pergunta é então: o foco tem que ser colocado no aumento da produção? E o crescimento econômico é uma necessidade social? A resposta para esse possível questionamento à luz das pesquisas que guiam a presente tese é que é possível desenvolver as forças produtivas para acrescentar a produção, é possível ainda que a economia cresça muito, no entanto, assim que sejam mantidas as mesmas características de circulação e acumulação de capital em alguns pólos em detrimento de grandes maiorias, o problema não terá resolução. O caso da Argentina que trazia o título da notícia é mais do que eloquente para compreender isso. Um economista argentino colocou há um tempo que o problema não é multiplicar o pão. O problema é que o pão não se junta com a boca.

Cabe, ainda, fazer uma última colocação. Muitas vezes as problemáticas analisadas, intrínsecas ao nosso sistema econômico, são visualizadas, mas isso leva especialmente a se concentrar na distribuição e o conjunto de componentes que a integram, assim como também aos obstáculos que pertencem a ela. Acontece que, quando o funcionamento do sistema econômico do ponto de vista das necessidades materiais mais elementares da população, é visualizado como um problema de distribuição, o crescimento econômico fica por fora da análise. Ainda mais, não só não é questionada a necessidade desse crescimento, ele usualmente parece ficar legitimamente justificado.

Nesse sentido, o primeiro dado que temos que questionar é se a sociedade contemporânea efetivamente ainda não superou as dificuldades da produção material. Em outras palavras, se as tecnologias desenvolvidas ainda não conseguiram resolver a escassez e insuficiência dos recursos disponíveis. Há alguns séculos essa preocupação era elementar enquanto a população morria de fome extensa pela escassez de alimentos ou condições climáticas. Mas há mais de um século que as crises do capitalismo são crises de superprodução.

Uma das principais particularidades do sistema capitalista é que os processos de pauperização não se relacionam com a escassez de recursos, uma vez que os meios de produção permitem a criação do mais que suficiente para a sobrevivência e a diferença de outros modos de produção na evolução histórica da humanidade, as crises capitalistas são crises de superprodução. No entanto, a malha de relações de exploração sobre os que este modo de produção se fundamenta, institui um polo de apropriação e a acumulação do excedente por parte de um setor minoritário, onde os processos de pauperização são a contracara da acumulação.

Esse é um dado que não pode ser desconsiderado, ao tempo que mostra que não estamos na frente de dificuldades técnicas para garantir a reprodução material da população.

Poderia parecer que ainda temos que disciplinar o sistema capitalista e a política econômica para atender as necessidades da população, mas não podemos desconhecer que na verdade as duas já estão disciplinadas.

Para fechar este último capítulo temos que dizer que, longe de naturalizar os percursos que percorremos como seres humanos, temos que visualizar que estamos diante de problemas de índole de direcionamento político. O crescimento econômico abrange um conjunto de decisões políticas. Já foi colocado que as políticas de defesa ao mercado e à produção crescentes encontram no consumo como fonte de bem-estar sua justificação, embora para os fins de lucro que movimentam a produção o consumo não seja mais do que um meio de manipulação para acrescentar ganhos econômicos. No caso de olhar para a satisfação das necessidades materiais que poderíamos considerar mais básicas, essa observação é novamente confirmada. Os problemas mais elementares vinculados à reprodução da vida que existem na atualidade não são a expressão de algum erro superficial no padrão de comportamento do sistema econômico, mas sim a evidência de que está movimentado por valores e interesses muito específicos vinculados ao acúmulo, impulsionados por cima de qualquer consideração contrária, ainda aquelas que solicitam não deixar morrer pessoas de fome no século da superabundância.

CONCLUSÃO

“...la historia es nuestra y la hacen los pueblos..”

Salvador Allende

A presente tese teve como alvo de análise a felicidade dentro do projeto societário que envolve o capitalismo contemporâneo. A política é especialmente a esfera de acordos e especificações das ideias desse projeto societário, ou seja, as ideias que movimentam as energias sociais, os esforços compartilhados e as ações de cooperação interpersonal em prol de atingir um certo futuro almejado. Nesse sentido, a política de crescimento econômico se apresenta como uma política de Estado básica, indispensavelmente ligada ao atingimento de maiores níveis de bem-estar e essa ideia de bem-estar, ainda quando restrita ao meramente econômicos tira a sua legitimidade das pressuposições de aprimoramento que além de nossas necessidades materiais, atingem nossos desejos, condutas, atitudes e buscas pessoais. Essa política envolve, assim, uma centralidade inquestionável na hora de caminhar ao encontro dessas melhoras que nos façam mais felizes.

A coincidência entre vida boa e vida feliz é uma questão complexa. Aristóteles discute a concordância e ressalta o caráter moral da vida feliz. Embora pareça que podem ser duas concepções contrárias, há em toda ideia de vida feliz uma ideia de vida boa, vida de bem porque não há ideia de felicidade que não seja constituída dentro de uma moral, de um meio social, com base em certos valores que circulam nesse meio.

Poderíamos considerar que há uma multiplicidade de projetos de vida tão grande que não há política pública que possa concentrar os esforços ao redor de nenhuma questão que seja dirigida ao encontro com essa vida boa. No entanto, a política de crescimento econômico conseguiu fugir dessa ideia atomística da multiplicidade irreduzível para se posicionar como expressão do bem comum, como meio para o encontro com os desejos de todos.

É a esperança jogada no futuro de que as condições materiais de vida da população vão melhorar, ao mesmo tempo que vai melhorar o bem-estar vivenciado no futuro, o qual está presente e cobra sua materialidade, sua forma específica, nos esforços que reúne a política de crescimento econômico.

Ao longo desta tese essas ideias foram submetidas ao questionamento e especialmente foram atendidas muitas das pressuposições. Primeiramente, foram apresentadas pesquisas que têm reparado em alguns aspectos vinculados às percepções subjetivas e diferentes emoções

que experimentamos em face das nossas condições econômicas ou circunstâncias materiais de vida.

Uma série de pesquisas vindas principalmente da área da economia e centradas no bem-estar subjetivo ou na satisfação com a vida apontam para uma percepção sobre as condições econômicas determinada pelo que os outros têm, sendo as condições econômicas desses outros espelhos da autopercepção. Especialmente em relação com a renda, onde mais pesquisas têm sido desenvolvidas, essas comparações sociais operam a partir do sentimento de subtração que envolve uma percepção de disputa, na qual a forma de autovalorização ou satisfação com a situação própria é proporcional à desvalorização do outro, num jogo no qual estamos desposicionados como unidades em confronto.

Isso não é estranho na atual era do que poderíamos chamar de neoliberalidade, na qual comanda a visão de que toda organização social se fundamenta no interesse próprio e na qual a competição e a rivalidade são as forças propulsoras das pessoas. Nessa dinâmica, a aquisição de posses e status são as formas de glorificar o melhor desenvolvimento das capacidades e os talentos humanos e o mercado é apresentado como o espaço privilegiado para isso. No marco das ideias que pautam o rumo do capitalismo na atualidade, a vida é uma luta e a sociedade do livre mercado uma oportunidade para ganhar batalhas contra os outros, com os quais temos que disputar os locais e, eventualmente, cooperar só transitoriamente.

Acontece que muito contrariamente ao que esses discursos acreditam, o conjunto de pesquisas apresentado nesse sentido, direcionado para a compreensão dos valores que podem ser associados com a vida orientada para o status, as posses materiais e as condutas associadas têm sido especialmente indicativo das profundas decepções que podem ser encontradas nesse caminho, quando é empreendido em busca do aprimoramento pessoal e da felicidade.

Em contraposição aos discursos com os quais tenta ser legitimada a ordem econômica atual, longe de ser a concorrência e a procura dos interesses individuais em contraposição com os outros o que melhor resulta para o aprimoramento humano e social, essa concepção polui as bases de um ambiente de relacionamento interpessoal propício para isso acontecer. Essa base relacional segura, que teria que estar caracterizada pelo senso de segurança nos relacionamentos, propiciar a autonomia e a percepção de autoeficácia ou competência, tudo o que resulta de crucial importância para a expressão da motivação intrínseca, está longe de ser a característica preponderante das configurações sociais atuais.

Com foco no ambiente social, ou seja, nessas condições e circunstâncias nas quais se desenvolve a nossa vida, a política de crescimento econômico pode ser especialmente discutida a partir da promessa de aprimoramento social que envolve o conjunto de ideias que

a impulsionam, mas também enquanto forma de exercer coerção frente às mensagens que transmite, aos valores que encoraja e às consequências que impõe sobre as pessoas.

Estamos muito acostumados com a ideia de que a economia tem de crescer de forma constante, poucas vezes se questiona a necessidade desse crescimento nem a validade que pode ter para nossas vidas o conjunto de premissas que estão envolvidas.

Uma das premissas centrais da política de crescimento econômico tem a ver especialmente com as possibilidades de ampliar o consumo, e os países ao redor do mundo o colocam no centro dos fins mais louváveis de todos os esforços feitos, seja a ativação do consumo interno ou a justificação de alguma ação específica para acrescentar a produção.

O consumo é um bem a ser protegido e um fim tão alavancado que todos os esforços disponibilizados são justificados com a ideia de que o crescimento econômico é necessário para ampliá-lo. Enquanto política de integração social, o acesso ao consumo se apresenta como exercício do direito humano fundamental de estar integrado à sociedade, ao tempo que, na mercadorização crescente dos bens sociais, esse direito não deixa de ser outra coisa que a participação da festa da mercadorização crescente da vida social.

Muitos indicadores econômicos com os quais se avalia o rumo da política estão o tempo todo informando quanto é que foi consumido, quanto vai ser consumido, ou as pessoas estão dispostas a consumir. A associação direta que pode ser feita com essas ideias pouco analisadas e muito difundidas é que esse é o meio para melhorar a vida, atingir níveis mais altos de conforto e conseguir melhores condições com as quais atingir estados emocionais mais equilibrados. Existe, às vezes, mais indireta, e, outras de forma muito evidente, uma clara promessa envolvida no consumo: pressupõe-se que maiores níveis de conforto são bons para atingir maiores níveis de satisfação e, em definitivo, ficar mais perto dos locais subjetivamente almejados e socialmente considerados bons e mais próximos da felicidade.

As pesquisas desenvolvidas sobre os efeitos no longo prazo do acréscimo do consumo colocam mais do que uma flagrante dúvida, uma indicação da ilusão fantasiosa que envolve todas essas ideias. Tudo indica que o bem-estar não está nas coisas, mas nos sentidos adjudicados para essas coisas e, sendo que esses sentidos mudam ao longo do tempo, também mudam os ganhos obtidos daquilo que está disponibilizado ao nosso redor. O que pode ser deduzido nesse sentido é que frente uma produção crescente, a satisfação tirada das mercadorias, sejam bens ou serviços, vai sofrendo uma perda de intensidade na medida que se degrada o local simbólico que lhes foi adjudicado. Do ponto de vista dos alvos da política de crescimento econômico, tudo indica que se poderá continuar adicionando os bens disponibilizados, mas isso pode ser ao longo do tempo, só uma correria sem fim e com poucos

frutos para a população ao longo do tempo.

Nesse sentido, da multiplicidade de pressupostos da política de crescimento econômico, parece especialmente importante trazer à tona o impulso básico de ir sempre além. A questão é que estar sempre em crescimento é uma pressuposição tão corrente que com toda naturalidade aceitamos que seja essa a pressuposição da política econômica, acreditando que vamos encontrar a felicidade em algum futuro melhor.

O capitalismo é uma máquina de produzir mais desejos, mais expectativas e mais pulsão sobre um melhor futuro e a política de crescimento econômico é o tributo mais fortemente estabelecido nesse sentido. A melhora da vida é uma promessa que mantém o sistema econômico e social. Mas a economia em constante crescimento, com uma circulação crescente de bens e produtos de consumo, distribui também aspirações crescentes em relação com as coisas do mundo exterior que é desejável atrair para a vida. Nesse sentido, é impossível negligenciar que a nossa felicidade está envolta numa máquina de produção constante de novos desejos, que provoca uma renovada vontade de experimentação de novas possibilidades, de algum tipo de expansão para novos territórios experienciais que fazem tristemente que os que já têm sido experimentados percam a graça.

Voltando novamente para o centro do interesse, o que pode ser dito é que estar sempre além, como atitude frente à vida, frente aos outros e a nós mesmos apresenta muitos benefícios para o sistema econômico atual e as premissas de acúmulo crescente com as quais se movimenta, mas do ponto de vista subjetivo só pode ser vinculada com uma percepção de carência crescente e com as procuras fúteis de seu alívio.

Tudo parece indicar que a maior riqueza não trará mais felicidade porque as configurações culturais, sociais e econômicas associadas ao dinheiro abrigam mais profundamente os indivíduos em estilos de vida e experiências que prejudicam a satisfação das necessidades que podem ser consideradas essenciais, desde o ponto de vista da autorrealização humana.

Essa é especialmente a armadilha na qual se encontra a política de crescimento econômico no projeto societário contemporâneo. Na medida que essa política apoia ou simplesmente naturaliza a concorrência com os outros para obter um ganho, encoraja o consumo como meio de desenvolvimento social, estimula a carreira em prol do material e das posses e a necessidade de estar sempre indo além; não é possível desassociar essa política das consequências mais indesejáveis para as quais apontam as pesquisas sobre o materialismo. Aqueles que abraçam essa política como o norteamento da vida estarão induzidos numa interpretação do seu sucesso muito mais próxima das ideias de status social e prestígio, assim

como da procura de prazer e gratificação para si mesmo a partir da demonstração de competência de acordo com padrões sociais impostos e de um senso de valor pessoal provavelmente muito ligado às conquistas atingidas.

Ainda podem ficar ressalvas para alguns sobre a abordagem feita na presente tese. Abordar a política de crescimento econômico só do ponto de vista dos seus benefícios sociais mais próximos à felicidade talvez possa ser questionável e, muito provavelmente, possa ser destacado que essa política tem ainda um outro fim, talvez mais importante, já que é um meio indispensável para garantir as necessidades materiais ainda mais básicas da população, e, nesse sentido, é inquestionável a sua funcionalidade social.

Mas, à luz do que foi analisado, também existe nessa argumentação uma visão fantasiosa sobre os fins que movimentam a política. Pouco têm sido priorizadas até agora as necessidades materiais básicas da população pelo sistema econômico e produtivo, cujos fins estão aturdidos no emaranhado dos interesses do acúmulo de capital, que se impõem por sobre as mais caras considerações do ponto de vista do respeito à dignidade humana.

Em suma, a tese desenvolvida apresentou uma série de argumentos que visavam a rejeitar o foco da política pública no crescimento econômico. Nesse sentido, pode ser indicado o valor potencial das intervenções, práticas, educacionais e políticas destinadas a diminuir o foco das pessoas na aquisição de dinheiro e posses. Contudo, se a pressão sistêmica continua a exercer sua influência, não podem ser concebidas intervenções cujo sucesso transcenda apenas alguma incidência menor. Não são simplesmente consequências secundárias do capitalismo o que tem que ser corrigido, o próprio centro ao redor do qual gira o projeto de desenvolvimento social e são construídos os rumos da felicidade humana é o que tem que ser mudado.

É possível levantar uma acusação idealista de todo o exposto nesta tese. É possível achar que as palavras alinhavadas aqui se encontram longe da realidade. Que as políticas atuais não mudaram porque os interesses econômicos têm um poder incombustível. Que as grandes corporações são as que sustentam a política atual e que, por sua vez, as pessoas na sua maioria não têm nenhuma intenção de mudar. Caso essa ressalva fosse colocada, seria ainda uma boa forma de aceitar que a política de crescimento econômico, ou seja aquela política que reúne os esforços de todas as nações do mundo contemporâneo e submete aos cidadãos, tal e como foi colocado ao longo deste trabalho, está longe de ser movimentada pelos alvos sociais que pretensamente teria.

A presente tese explorou especialmente a possibilidade de estar acreditando numa falácia. Mais precisamente, a discussão colocada é que estamos ante uma interpretação que

origina argumentos para a defesa de um alvo cujos resultados provavelmente não serão atingidos. Mais precisamente, provavelmente não vamos ficar mais felizes trilhando o caminho da política de crescimento econômico, e tudo indica que tenhamos caído num engano ao acreditar no progresso econômico como possibilidade de melhoramento social.

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES (2001). *Ética a Nicómaco*. Alianza Editorial, Madrid

ANGELES, L. **Adaptation or Social Comparison? The effects of income on happiness**, SIRE Discussion Papers 2010-03, Scottish Institute for Research in Economics (SIRE). 2010. Disponível em: https://www.gla.ac.uk/media/Media_110443_smxx.pdf Acesso em: 10 de junho de 2020

BARNETT, S. China: Fastest Growing Consumer Market in the World» International Monetary Fund. 2 de dezembro de 2013 .Disponível em: <https://blogs.imf.org/2013/12/02/china-fastest-growing-consumer-market-in-the-world/> Acesso em: 18 de outubro de 2021

BAUER, M., WILKIE, J. E., KIM, J. K., e BODENHAUSEN. Cuing consumerism: Situational materialism undermines personal and social well-being. **Psychological Science**, 23, 517–523. 2012 Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1177/0956797611429579> Acesso em: 07 de maio de 2021

BAUMAN, Z. **Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2004. ISBN: 978-85-7110-795-3

BBC (2018) **Por qué hay hambre en Argentina si se produce comida para 440 millones de personas (10 veces su población)**. BBC News Mundo. 4 de setembro de 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-45303359> Acesso em: 20 de outubro de 2020

BBC (2021) **La escasez que vivimos es solo un aviso de lo que vendrá si no conseguimos cambiar el modelo económico**. BBC News Mundo. 9 noviembre 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/mundo/noticias-internacional-59082543> Acesso em: 05 de janeiro de 2022

BLANCHFLOWER, D. e OSWALD, A. Well-being over time in Britain and the USA. **Journal of Public Economics**. N 88, 1359–1386. 2004. Disponível em: <http://webpace.qmul.ac.uk/fcornaglia/blanchflowerOswald.pdf> Acesso em: 24 de maio de 2020.

BOO, M, YEN, S. e LIM, H. Income and subjective well-being: A case study. **Journal of Malaysian Studies** . 2020, Vol. 38 Issue 2, p 91-114. Kajian Malaysia. Disponível em: http://web.usm.my/km/vol38_2_2020.html Acesso em: 19 de janeiro de 2021

BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. Editora Perspectiva S.A., São Paulo, 2007

BRICKMAN, P. e CAMPBELL, D. Hedonic relativism and planning the good society. In M. H. Appley (ed.), **Adaptation-Level Theory: A Symposium**. New York. Academic Press. 1971

BRICKMAN, P, COATES, D. e JANOFF-BULMAN, R. (1978). Lottery winners and accident victims: Is happiness relative? **Journal of Personality and Social Psychology**, vol. 36, pp. 917-927, 1978

CAMPETTI,, P. e ALVES, T. (2015) **Economia da felicidade: Estudo empírico sobre os determinantes da felicidade em países selecionados da América Latina**. Pesquisa &

Debate. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política., [S.l.], v. 26, n. 1(47), mar. 2015. ISSN 1806-9029. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/rpe/article/view/16196/16279>. Acesso em: 22 set. 2019.

CANTRIL, H. (1965). **The pattern of human concerns**. New Brunswick, NJ: Rutgers University Press.

CARRASCO, F. (coordinador) **El casino del hambre**. 2016 Disponível em: <https://www.tierra.org/wp-content/uploads/2017/01/InformeEspeculacionAlimentos.pdf> Acesso em: 10 de setembro de 2021

CHEUNG, F., e LUCAS, R. Income inequality is associated with stronger social comparison effects: The effect of relative income on life satisfaction. **Journal of personality and social psychology**, 110(2), 332–341. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1037/pspp0000059> Acesso em: 10 de janeiro de 2021

CLARK, A. Happiness, habits and high rank: Comparisons in economic and social life, **IZA Discussion Papers**, No. 5966, Institute for the Study of Labor (IZA), Bonn, 2011 Disponível em: <http://nbn-resolving.de/urn:nbn:de:101:1-201110053406> Acesso em: 21 de janeiro de 2020

CLARK, A., FRIJTERS, P. e SHIELDS, M. **Income and happiness: Evidence, explanations and economic implications**. PSE Working Papers halshs-00590436, HAL. 2006

DARDOT, P e LAVAL, C. **A Nova Razão do Mundo: Ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Editora Boitempo, 2016

DEATON, A. Income, Health, and Well-Being around the World: Evidence from the Gallup World Poll. **Journal of Economic Perspectives**, American Economic Association, vol. 22(2), pages 53-72, Spring. 2008

DE LOS RÍOS, A. L. (2016). **Felicidad y economía: la felicidad como utilidad en la economía**. Equidad & Desarrollo (26), 115-143. doi. Disponível em <: <http://dx.doi.org/10.19052/ed.3700>>. Acesso em: 10 fev. 2020.

DEMARIA, F., F. SCHNEIDER; F. SEKULOVA e MARTINEZ, J. (2013) **“What is degrowth? From an activist slogan to a social movement”**. Environmental Values, 22, pp. 191-215.

DIENER, E. (2000). **Subjective well – being: The science of happiness and a proposal for a national index**. American Psychologist. 55; 34 – 43.

_____ (2013) **The Remarkable Changes in the Science of Subjective Well-Being**. Em Revista. Perspectives on Psychological Science. Volume: 8 6, page(s): 663-666. Article first published online: Novembro 4. University of Colorado, Department of Psychology and Neuroscience, USA. ISSN: 1745-6924 Disponível em <: <https://doi.org/10.1177/1745691613507583> >. Acesso em: 22 set. 2018.

DIENER, E., LUCAS, R. & OISHI, S. (2005). **Subjective well-being: The science of happiness and life satisfaction**. In C. R. Snyder & S. J. Lopez (Eds.), Handbook of positive psychology (2nd ed.), (pp. 63-73). New York, NY: Oxford University Press.

DITTMAR, H., BOND, R., HURST, M., e KASSER, T. The relationship between materialism and personal well-being: A meta-analysis. **Journal of Personality and Social Psychology**, 107(5), 879–924. 2013

DI TELLA, R., MacCULLOCH, R. and OSWALD, A. Preferences over inflation and unemployment: Evidence from surveys of happiness. **Revista American Economic**, vol. 91, pp. 335-41. 2001

DI TELLA, R., MacCULLOCH, R e OSWALD, A. **The macroeconomics of happiness**. *Revista Economics and Statistics*. Vol 85(4), pp.809 -- 827. 2003

DONNELLY, G., KSENDZOVA, M., HOWELL R., VOHS, K. e BAUMEISTER, R. Buying to Blunt Negative Feelings: Materialistic Escape from the Self. **Revista General Psychology**. Vol.20(3). pp.272-316. 2016. Disponível em: doi:10.1037/gpr0000078 Acesso em: 30 de setembro de 2021

EASTERLIN, R. (1974) **Does Economic Growth Improve The Human Lot? Some Empirical Evidence**. In Nations and Households in Economic Growth: Essays in Honour of Moses Abramovitz, edited by Paul A. David, and Melvin Warren Reder, 89-125. New York: Academic Press.

_____ **Explaining happiness**. Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America, 100(19), pp. 11176–11183. 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1073/pnas.1633144100> Acesso em: 10 de janeiro de 2021

_____ Feeding the Illusion of Growth and Happiness: A Reply to Hagerty and Veenhoven. **Social Indicators Research** 74, pp. 429–443. 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s11205-004-6170-z> Acesso em: 10 de fevereiro de 2021

_____ **Happiness and Economic Growth: The Evidence**. Zukunft der Arbeit Institute for the Study of Labor (IZA) Discussion Paper No 7187. 2013 Disponível em <<http://ftp.iza.org/dp7187.pdf>>. Acesso em: 15 de fevereiro de 2021

_____ **Paradox Lost? Review of Behavioral Economics**. USC Dornsife Institute for New Economic Thinking. Working Paper No. 16-02. 2017. Disponível em : <http://ftp.iza.org/dp9676.pdf> Acesso em: 10 de janeiro de 2021

EASTERLIN, R; ANGELESCU M, SWITEK, M; SAWANGFA, O., SMITH, Z. **The happiness–income paradox revisited**. Proceedings of the National Academy of Sciences Dezembro. Vol. 107 (52) pp. 22463-22468; DOI: 10.1073/pnas.1015962107. 2010. Disponível em: <https://www.pnas.org/content/107/52/22463> Acesso em: 12 de junho de 2020

EASTERLIN, R. e SAWANGFA, O. **Happiness and Economic Growth: Does the Cross Section Predict Time Trends? Evidence from Developing Countries**. Zukunft der Arbeit Institute for the Study of Labor (IZA). Discussion Paper No 4000. 2008. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1351164 Acesso em: 15 de junho de 2020

EASTERLIN, R; MORGAN, R; SWITEK, M; WANG, F. **China’s life satisfaction, 1990–2010**. Department of Economics, University of Southern California, Los Angeles, CA 90089-0253. Proceedings of the National Academy of Sciences June 2012, 109 (25) 9775-9780; DOI: 10.1073/pnas.1205672109. Disponível em: <https://www.pnas.org/content/pnas/109/25/9775.full.pdf> Acesso em: 19 de junho de 2020

EASTERLIN, R; WANG, F. e WANG, S. Growth and Happiness in China, 1990-2015. Chapter 3 em: Helliwell, J., Layard, R., & Sachs, J. (2017). **World Happiness Report 2017**, New York: Sustainable Development Solutions Network. Disponível em: <https://worldhappiness.report/archive/> Acesso em: 25 de junho de 2020

EASTERLIN, R. (1974) **Does Economic Growth Improve The Human Lot? Some Empirical Evidence**. In *Nations and Households in Economic Growth: Essays in Honour of Moses Abramovitz*, edited by Paul A. David, and Melvin Warren Reder, 89-125. New York: Academic Press.

_____ (2013) **Happiness and Economic Growth: The Evidence**. Zukunft der Arbeit Institute for the Study of Labor (IZA) Discussion Paper No 7187. Disponível em <<http://ftp.iza.org/dp7187.pdf>>. Acesso em: 22 set. 2018.

_____ (2017) **Paradox Lost?** Review of Behavioral Economics, USC Dornsife Institute for New Economic Thinking. Working Paper No. 16-02. Disponível em <<http://ftp.iza.org/dp9676.pdf>> Acesso em: 10 de janeiro de 2021

FRIEDMAN, M e FRIEDMAN R. **Livre para escolher**. [recurso eletrônico] Tradução Ligia Filgueiras. - 1. ed. Rio de Janeiro: Record. 2015

FAO. **Informe mundial sobre las crisis alimentarias: el hambre aguda sigue afectando a más de 100 millones de personas**. 2 de abril de 2019. Disponível em: <http://www.fao.org/news/story/es/item/1188071/icode/> Acesso em: 10 de setembro de 2021

FAO. Perspectivas de cosechas y situación alimentaria - **Informe trimestral mundial N.º 3**, septiembre 2020. Roma. Disponível em: <https://doi.org/10.4060/cb1101es> Acesso em: 15 de janeiro de 2021

FAO (2020b) **Situación Alimentaria Mundial**. Nota informativa de la FAO sobre la oferta y la demanda de cereales. Disponível em: <http://www.fao.org/worldfoodsituation/csdb/es/> Acesso em: 20 de janeiro de 2021

FAO, IFAD, UNICEF, WFP e WHO. **The State of Food Security and Nutrition in the World 2020. Transforming food systems for affordable healthy diets**. Roma, FAO. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.4060/ca9692en> Acesso em: 22 de outubro de 2021

FAO, IFAD, UNICEF, WFP and WHO. **The State of Food Security and Nutrition in the World 2021. Transforming food systems for food security, improved nutrition and affordable healthy diets for all**. Rome, FAO. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.4060/cb4474en> Acesso em: 10 de janeiro de 2022

FOLHA. **Bush visita Nova York e pede para os americanos gastarem mais**. 2001. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/reuters/ult112u6601.shtml>

FONSECA, J.(2002) **Metodologia da pesquisa científica**. Universidade Estadual do Ceará. Apostila. Fortaleza.

GARDARSDOTTIR, R., DITTMAR, H., e ASPINALL, C. It's not the money, it's the quest for a happier self: The role of happiness and success motives in the link between financial goals and subjective well-being. **Journal of Social and Clinical Psychology**, 28, 1100–1127.2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1521/jscp.2009.28.9.1100> Acesso em: 24 de julho de 2021

GARCIA MARTIN, M. (2002) **El bienestar subjetivo**. *Escritos de psicología*, ISSN 1138-2635, N° 6, 2002, págs. 18-39. Disponível em <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=281674>>. Acesso em: 22 set. 2018.

GIL, A. (2002) **Como elaborar um projeto de pesquisa**. Editora Atlas S.A., São Paulo

HARARI, Y. **De animales a dioses. Breve historia de la humanidad**. Penguin Eandom House Grupo Editorial. Mastergraf. Uruguay. 2020

HAYEK, F. **O caminho da servidão**. Rio de Janeiro: Instituto Liberal. 1990

HELLER, A (1986) **Teoría de las necesidades en Marx**. Ediciones Península, Barcelona.

_____ (1982) **Para Mudar a Vida: Felicidade, Liberdade e Democracia**. Editorial Brasiliense, São Paulo.

HELLIWELL et al. (2012). **World Happiness Report**, edited by John Helliwell, Richard Layard, and Jeffrey Sachs. New York: United Nations.

_____ 2013. **World Happiness Report**, edited by John Helliwell, Richard Layard, and Jeffrey Sachs. New York: United Nations

_____ 2014. **World Happiness Report**, edited by John Helliwell, Richard Layard, and Jeffrey Sachs. New York: United Nations

_____ 2015. “ **World Happiness Report**, edited by John Helliwell, Richard Layard, and Jeffrey Sachs. New York: United Nations

_____ 2016. “ **World Happiness Report**, edited by John Helliwell, Richard Layard, and Jeffrey Sachs. New York: United Nations

_____ 2017. **World Happiness Report**, edited by John Helliwell, Richard Layard, and Jeffrey Sachs. New York: United Nations

_____ 2018. **World Happiness Report**, edited by John Helliwell, Richard Layard, and Jeffrey Sachs. New York: United Nations

_____ 2019. **World Happiness Report**, edited by John Helliwell, Richard Layard, and Jeffrey Sachs. New York: United Nations

HORWOOD, S. e ANGLIM, J. **Problematic Smartphone Usage and Subjective and Psychological Well-Being**. *Computers in Human Behavior*. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.chb.2019.02.028> Acesso em: 10 de novembro de 2021

KASSER, T., ROSENBLUM, K, SAMEROFF, A., DECI, E., NIEMIEC, C., RYAN, R., ARNADOTTIR, O, BOND, R., DITTMAR, H., DUNGAN, N. e HAWKS, S. **Changes in materialism, changes in psychological well-being: Evidence from three longitudinal studies and an intervention experiment**. *Motivation and Emotion*. 38(1), pp. 1 - 22. 2014 Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s11031-013-9371-4> Acesso em: 09 de setembro de 2021

KASSER, T. e RYAN, R. A dark side of the American dream: Correlates of financial success as a central life aspiration. *Journal of Personality & Social Psychology*, 65, 410–422. 1993

KASSER, T. Materialism and living well. In E. Diener, S. Oishi, & L. Tay (Eds.), **Handbook**

of well-being. Salt Lake City, UT: DEF Publishers. DOI:nobascholar.com. 2018

KASSER, T. **Cultural values and the well-being of future generations: A cross national study.** *Journal of Cross-Cultural Psychology*, 42, 206e215. 2011b. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1177/002202211039686> Acesso em: 10 de janeiro de 2021

KNIGHT, J. e GUNATILAKA, R. **Income, aspirations and the hedonic treadmill in a poor society.** *Journal of Economic Behavior & Organization*, 82(1):67 – 81. 2012

LEITES, M e RAMOS, X. Relative deprivation and economic aspiration : evidence on aspiration failure for a developing country. EN: **XVI Jornadas de Investigación : la excepcionalidad uruguaya en debate: ¿como el Uruguay no hay?**. 2017

LUHMANN, M., e INTELISANO, S. Hedonic adaptation and the set point for subjective well-being. In E. Diener, S. Oishi, & L. Tay (Eds.), **Handbook of well-being.** Salt Lake City, UT: DEF Publishers. 2018

MAIO, G., PAKIZEH, A., CHEUNG, W., e REES, K. Changing, priming, and acting on values: Effects via motivational relations in a circular model. *Journal of Personality and Social Psychology*, 97, 699–715. 2009

MARX, C. (2008) **Contribuição à crítica da economia política.** Editora Expressão Popular, São Paulo.

_____ (2004) **Manuscritos econômico-filosóficos.** Editorial Boitempo, São Paulo

_____ (2015) O Capital. Crítica da economia política. Livro I. eBook. Editorial Boitempo. ISBN: 9788575593455

_____ (2010) **Trabalho assalariado e capital & Salário, preço e lucro.** Editora Expressão Popular. Rio de Janeiro.

MILLÁN, R e CASTELLANOS, R. (COORD.) (2018) **Bienestar subjetivo en México.** Primera edición. México: UNAM, Instituto de Investigaciones Sociales.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL (2020) **A ONU e o meio ambiente.** Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91223-onu-e-o-meio-ambiente> Acesso em: 12 de julho de 2022

OSWALD, A Happiness and economic performance. *Economic Journal*, Vol.107 (No.445). pp. 1815-1831. 1997 doi:10.1111/%28ISSN%291468-0297. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1468-0297.1997.tb00085.x> Acesso em: 29 de fevereiro de 2021

PENNOCK S. **The Hedonic Treadmill – Are We Forever Chasing Rainbows? Positive Psychology.** 21 de novembro de 2014. Disponível em: <https://positivepsychology.com/hedonic-treadmill/> Acesso em: 17 de julho de 2021

POSEL, D. e CASALE, D. Relative Standing and Subjective Well-Being in South Africa: The Role of Perceptions, Expectations and Income Mobility. *Social Indicator Research.* 104, 195–223. 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s11205-010-9740-2> Acesso em: 18 de janeiro de 2021

PROTO, E. e RUSTICHINI, A. (2013) **A Reassessment of the Relationship between GDP and Life Satisfaction.** PLoS ONE 8(11): e 79358. Disponível em: <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0079358> >. Acesso em: 22 setembro de 2018.

RANIS, G e STEWART, F. (2002) Crecimiento económico y desarrollo humano en América Latina. Revista de la CEPAL No.78. pp. 7-24. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11362/10848> . Acesso em: 20 agosto de 2022.

ROBLES, R e PÁEZ, F. **Estudio sobre la traducción al español y las propiedades psicométricas de las escalas de afecto positivo y negativo (PANAS)** Salud Mental, vol. 26, núm. 1, febrero, 2003, pp. 69-75 Instituto Nacional de Psiquiatría Ramón de la Fuente Muñiz Distrito Federal, México

RODRÍGUEZ et al., (2016) **El campo de definición de la felicidad por las Ciencias Sociales: una aproximación desde el Análisis de Redes Sociales.** Redes. Revista hispana para el análisis de redes sociales, [S.l.], v. 27, n. 2, p. 45-71, oct. 2016. ISSN 1579-0185. Disponível em: <<https://revistes.uab.cat/redes/article/view/v27-n2-rodriguez-yter-arroyo>>. Acesso em: 22 set. 2018.

RYAN, R. e DECI, E. **Self-determination theory and the facilitation of intrinsic motivation, social development, and well-being.** American Psychologist, 55(1), 68–78. 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.1037/0003-066X.55.1.68> Acesso em: 10 de agosto de 2021

RYAN, R. e DECI, E. **On happiness and human potentials: a review of research on hedonic and eudaimonic well-being.** Annual Review of Psychology. 52:141-166. 2001. DOI: 10.1146/annurev.psych.52.1.141. Acesso em: 10 de janeiro de 2021

SACKS, D, STEVENSON, B e WOLFERS, J. (2012) **Subjective well being, income, economic development, and growth** in *...and the Pursuit of Happiness: Well-Being and the Role of Government.* edited by Philip Booth, 59-97. London: The Institute of Economic Affairs. 2012

SARAVIA, E e FERRAREZI, E (Organizadores) (2006) Políticas públicas. Coletânea. Volume 1. Brasília: ENAP

SIRGY, M., MICHALOS, A., FERRIS, A. et al. **The Quality-of-Life (QOL) Research Movement: Past, Present, and Future.** Soc Indic Res 76, 343–466 (2006). <https://doi.org/10.1007/s11205-005-2877-8> Acesso em: 05 de abril de 2021

SANTINI et al. **Meta-analysis of the antecedent and consequent constructs of materialism.** Revista Brasileira de Gestão de Negócios, São Paulo, v. 19, nº 66, pág. 538-556, out./ dez. 2017

SCHWARTZ, S. Value priorities & Behavior: Applying a theory of integrated value systems. In C. Seligman, J. M. Olson & M. P. Zanna (Eds.), **The psychology of values: The Ontario symposium**, Vol. 8, (pp. 1–24). Lawrence Erlbaum Associates, Inc. 1996

SCHWARTZ, S. Cultural and individual value correlates of capitalism: A comparative analysis. Psychological Inquiry, 18, 52–57. 2007. doi: 10.1080/10478400701388963

SCHUCK, P., KASSER, T. e RYAN,, R.. Intrinsic and Extrinsic Goals: Their Structure and Relationship to Well-Being in German and U.S. College Students. **Social Indicators**

Research 50, 225–241 (2000). Disponível em: <https://doi.org/10.1023/A:1007084005278>
Acesso em: 10 de agosto de 2021

STEVENSON, B. e WOLFERS, J. **Economic growth and subjective well-being: reassessing the Easterlin paradox**, CESifo Working Paper, No. 2394, Center for Economic Studies and Ifo Institute (CESifo), Munich. 2008

STOVER, J., BRUNO, F., URIEL, F. FERNÁNDEZ, L. **Teoría de la Autodeterminación: una revisión teórica**. Revista de Psicología y Ciencias Afines, vol. 14, núm. 2, diciembre, 2017, pp. 105-115 Universidad Nacional de Mar del Plata Mar del Plata, Argentina. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=483555396010> Acesso em: 12 de outubro de 2021

STUTZER, A. The role of income aspirations in individual happiness. **Journal of Economic Behavior & Organization**, 54(1), 89–109. 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jebo.2003.04.003> Acesso em: 15 de outubro de 2021

STUTZER, A; FREY, B. (2010) **Recent Advances in the Economics of Individual Subjective Well-Being**. Forschungsinstitut zur Zukunft der Arbeit Institute for the Study of Labor. Discussion Paper No. 4850.

TEROL, M., NEIPP, M., LLEDÓ-BOYER, A., PONS, N. e BERNABÉ, M. Comparación Social y variables psicosociales relacionadas: una revisión de cáncer y dolor crónico. *Anales de Psicología / Annals of Psychology*, 28(2), 327–337. 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.6018/analesps.28.2.148931> Acesso em: 20 de novembro de 2021

The WHOQOL Group. (1996) WHOQOL-bref: introduction, administration, scoring and generic version of assessment. Geneva: World Health Organization. Disponível em: https://www.who.int/mental_health/media/en/76.pdf Acesso em: 05 de janeiro de 2021

URRY H., NITSCHKE J., DOLSKI, I, JACKSON, D., DALTON K, MUELLER C., ROSENKRANZ, M, RYFF C, SINGER, B. DAVISON, R. **Making a life worth living: neural correlates of well-being**. *Psychol Sci*. 2004 Jun;15(6):367-72. doi: 10.1111/j.0956-7976.2004.00686.x. PMID: 15147488.

VAN PRAAG, B. The Connection between Old and New Approaches to Financial Satisfaction. **IZA Discussion Papers 1162**, Institute of Labor Economics (IZA). 2004

VAN PRAAG, B. e FERRER-I-CARBONELL, A. Happiness Economics: A New Road to Measuring and Comparing Happiness, **Foundations and Trends in Microeconomics**: Vol. 6: No. 1, pp 1-97. 2011. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1561/0700000026> Acesso em: 10 de fevereiro de 2021

VAN PRAAG, B e FRIJTERS, P. The measurement of welfare and well-being: the Leyden approach. En E. Diener, D. Kahneman, & N. Schwarz (Eds.), **Well-being: the foundations of hedonic psychology** (pp. 413-433). Russell Sage Foundation. 1999

VAN PRAAG, B. **The Relativity of the Welfare Concept**. em Nussbaum, M e Sen, A. The Quality of Life. New York : Clarendon Press. 1993

VARGAS, M e CHANTRY. **Navegando por los meandros de la Especulación Alimentaria** Olivier Chantry del (ODG) Observatori del Deute en la Globalització Càtedra UNESCO de Sostenibilitat Universitat Politècnica de Catalunya y revisado por Gustavo Duch de la Revista

Soberanía Alimentaria, Biodiversidad y Culturas. Bilbao, Febrero 2011. Disponível em: https://ddd.uab.cat/pub/estudis/2011/174197/navmeaesp_a2011.pdf Acesso em: 10 de junho de 2021

VERMA, R. (2018) **Felicidad Interior Bruta: el decrecimiento como alternativa de desarrollo de vida**. Ecología Política, 55: 17-22.

WEBER, M. (2004) **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo, Companhia das Letras.

ANEXO I

O que tem gerado mais resistência em relação ao chamado Paradoxo de Easterlin é acreditar que a longo prazo os aumentos de renda não sejam causa de maior felicidade na população.

Existem algumas pesquisas empíricas pontuais que desafiaram as conclusões de Easterlin e que resultaram particularmente interessantes para destacar por que trocaram respostas e contra-respostas com o autor.

Entre os que têm mantido posições críticas ao paradoxo, encontram-se Veenhoven e Hagerty (2003, 2005). Inicialmente num artigo publicado em 2003, esses autores apresentaram dados de tendência da felicidade média em 21 nações desenvolvidas e em desenvolvimento, entre 1972 e 1994 e argumentaram que a felicidade havia aumentado na maioria dessas nações, incluindo os Estados Unidos da América. (VEENHOVEN e HAGERTY, 2005)

Easterlin (2005) dedicou um artigo em resposta dessa pesquisa, explicando erros metodológicos e interpretativos e em várias oportunidades posteriores, continuou afirmando a sua posição em relação à pesquisa e à postura desses autores (por exemplo EASTERLIN (2010)). Para Easterlin, os resultados poderiam ser rejeitados em 15 dos 21 países e os casos positivos significativos tendem a ser a exceção, por isso o autor recusou a demonstração de que a renda nacional esteja realmente gerando um crescimento da felicidade. Veenhoven e Hagerty (2005), por sua vez, atenderam as críticas feitas por Easterlin e replicaram a sua pesquisa adicionando dados de séries temporais para os Estados Unidos da América, alguns países europeus e outros países em desenvolvimento. Dessa vez aceitaram a dificuldade de estabelecer conclusões contundentes, mas voltaram a se inclinar em favor de uma tendência que ainda que seja pouco acentuada pareceria ser positiva. Nos países menos desenvolvidos voltaram a encontrar as evidências mais fortes (o que segundo eles se encaixa na teoria de que

o aumento da riqueza está sujeito à lei dos rendimentos decrescentes), aceitando ao mesmo tempo as limitações de informação, disponível para apenas alguns desses países e com um baixo número de observações. Para os países desenvolvidos, alguns da Europa e os Estados Unidos, os autores também encontraram uma tendência positiva na felicidade, embora muito menor.

Outra das críticas e, provavelmente a mais prolífera em informações, provém da pesquisa anteriormente referenciada, neste trabalho, de Stevenson e Wolfers (2008) que, usando vários conjuntos de dados sobre uma gama ampla de países, examinaram a relação entre mudanças no bem-estar subjetivo e renda ao longo do tempo dentro dos países, encontrando o crescimento econômico associado ao aumento da felicidade.

Segundo apontam os autores, em conjunto, suas evidências das séries temporais são difíceis de conciliar com as afirmações de que o crescimento econômico não leva à felicidade, desaceitando, por sua vez, alegações anteriores de um ponto de saciedade. Os autores também examinaram três dos principais estudos de caso de pesquisas anteriores e acharam que a felicidade aumentou no Japão e na Europa, mas não nos Estados Unidos, que permaneceu, segundo eles, como um caso atípico.

A partir da sua pesquisa os autores concluem que não ter encontrado uma associação entre felicidade e o PIB per capita ao longo do tempo em pesquisas anteriores deveu-se a uma ausência de evidência o suficientemente consistente, no entanto, segundo os autores, à medida que mais dados se tornam disponíveis, na forma de séries temporais nacionais estendidas e observações de novos países, a evidência começou a se acumular.

Os autores fazem a exceção de que a parte da série temporal da sua análise, que contém o centro da controvérsia, é necessariamente apenas sugestiva, sendo que as pesquisas repetidas e comparáveis de dados subjetivos de bem-estar são ainda esparsas e sujeitos a questionamentos.

Após algumas críticas feitas por Eastelin e Sawangfa (2008) os autores publicaram junto a Sacks (SACKS, STEVENSON e WOLFERS, 2012) um artigo no qual ampliaram, esclareceram e também matizaram alguns de seus achados originais. No geral, os autores encontraram uma relação positiva de felicidade e PIB ao longo prazo, não significativamente diferente da relação transversal, embora seja um pouco menos evidente, já que na estimação das diferenças mais longas, a precisão do relacionamento cai em relação às estimativas transversais. Assim, voltaram a ter as mesmas conclusões descritas no seu artigo anterior.

Easterlin respondeu à pesquisa dos autores, reinterpretando os dados deles em novas pesquisas nas quais rejeitou os resultados dos autores. Segundo Easterlin (2012), embora

tenha usado os dados dos autores, seus resultados são diferentes devido aos intervalos de tempo estudados, enquanto Sacks, Stevenson e Wolfers (2012) limitam sua análise a períodos de cerca de uma década de duração, Easterlin levou em consideração períodos mais longos disponíveis para cada país.⁵⁹

Segundo Easterlin (IBIDEM) os autores confundiram os movimentos de curto prazo com a relação de felicidade e economia de longo prazo. Assim, sua principal discrepância é que acreditam que seus intervalos de tempo são suficientes para estabelecer a relação de longo prazo entre felicidade e renda. O autor argumenta nesse sentido:

“Nosso critério para incluir um país para estudar as tendências da felicidade é que haja pelo menos três observações comparáveis no bem-estar subjetivo abrangendo pelo menos 10 anos; o período médio abrangido é, na verdade, de 16 anos. Esta é uma curta série de tempo para estudar a felicidade. O estudo de série temporal original de felicidade e crescimento econômico descobriu que, ao comparar questões de felicidade idênticas, houve um aumento na felicidade nos Estados Unidos de 1946 a 1956-1957, seguido por um declínio até 1970, com uma mudança líquida insignificante sobre o todo [período de 24 anos] ... (Easterlin e Sawangfa 2010, 167; Easterlin 2010, 57).” (Easterlin, 2012, p. 7)

Essa é, aliás, uma das principais razões pelas quais alguns dos estudos chegam a conclusões diferentes, segundo o artigo mais recente, publicado por Easterlin (2016) mencionado acima, no qual, o autor, além de uma nova pesquisa sobre suas próprias conclusões, fez também uma revisão da literatura que tinha sido especialmente crítica com ele, atendendo diferentes motivos pelos que outras pesquisas apontam em favor da associação entre felicidade e crescimento da renda per capita ao longo do tempo.

Nessa pesquisa, em que o autor levou em consideração o conjunto de críticas feitas ao Paradoxo e desenvolveu ao mesmo tempo uma análise empírica incorporando novos dados, longe de considerar a validade das provas contraditórias, reafirmou os seus resultados de trabalhos anteriores.

Segundo colocado por Easterlin, os estudos discordantes, muitos dos quais (incluído os de Sacks, Stevenson e Wolfers (2012)) apontam para o grande número de países, conjuntos

⁵⁹ Dois exemplos de como os movimentos de curto prazo podem ser confundidos com a relação de felicidade e economia de longo prazo são os dados considerados para vários países em transição do socialismo para o capitalismo após a dissolução da União Soviética. O padrão de transição típico desses países é um movimento em forma de U ou V no PIB e na satisfação com a vida, mas a análise de Sacks, Stevenson e Wolfers (2012) não conseguem enxergar esse padrão, refletindo movimentos de curto prazo no curso da transição. Da mesma forma, na análise do Eurobarómetro, a associação positiva relatada entre as mudanças na felicidade e na renda é baseada em mudanças de curto prazo. Para mais detalhes ver Easterlin (2012)

de dados ou observações como evidência de sua superioridade, não se concentram na identificação de tendências de felicidade a longo prazo porque geralmente incluem séries temporais curtas que não alcançam um ciclo completo do PIB, misturando taxas de crescimento e felicidade de curto prazo para alguns países, com taxas de tendência de longo prazo para outros, o que inclina uma linha de regressão ajustada em uma direção positiva, levando os pesquisadores a fazerem afirmações erradas.

Saindo da referência a pesquisas concretas, de modo geral, também é possível encontrar razões de diferente índole para pôr em dúvida os achados de Easterlin. Essas dúvidas mais gerais podem cobrar a forma de considerações metodológicas.

Nesse sentido, usualmente é levantada a possibilidade de que no longo prazo, outras coisas que afetam o bem-estar dos países façam com que não seja possível enxergar os efeitos positivos do crescimento econômico ou estejam distorcidos nos dados (argumento que tem sido sugerido por exemplo por Stevenson e Wolfers (2008)). Assim, uma crítica possível é que a aparente contradição ou incongruência entre a relação transversal de curto prazo e a relação no longo prazo da felicidade com a renda seja porque no longo prazo outros fatores superam o efeito da renda sobre a felicidade. Essa crítica apontaria que, seria a desconsideração desses outros fatores que faz com que as interpretações não sejam muito precisas, simplesmente porque estão baseadas numa relação bivariada da felicidade com o PIB real per capita.

Easterlin (2012) também tem respondido isso. Segundo o autor, essa mesma consideração pode ser colocada para as relações transversais, ou seja, as associações que são feitas num ponto no tempo também estão desconsiderando uma multiplicidade de fatores que determinam o bem-estar além da renda, e, no entanto, é possível estabelecer uma associação positiva entre essas duas variáveis, sendo as estatísticas da área muito contundentes nesse sentido. Os efeitos da renda na seção transversal, sim, são visíveis.

Não existe dúvida de que quando é olhado um ponto no tempo, seja no nível interno de cada país ou em comparações entre países, o bem-estar subjetivo está desigualmente distribuído entre as classes sociais e as pessoas mais ricas estão sempre, em média, melhor posicionadas. Assim, essa possível crítica não responde por que essa relação transversal, ou seja, a associação entre renda e bem-estar subjetivo não se revela indiscutivelmente verdadeira na experiência histórica.

Essa discussão envolve, no entanto, uma outra questão muito sensível e polêmica que é mais difícil de resolver e diz respeito à comparabilidade das pesquisas, ou mais precisamente, com a consideração do tamanho ou significância das dificuldades para fazer

comparações ao longo do tempo. Mesmo quando as opções de pergunta e resposta do bem-estar subjetivo são as mesmas de uma pesquisa para a seguinte, são múltiplos os fatores que podem afetar a comparabilidade (entre outras coisas, alterações nas instruções do entrevistador podem afetar a comparabilidade, bem como diferenças na pergunta imediatamente anterior à do bem-estar subjetivo) e essa dificuldade tem sido assumida tanto pelos críticos ao paradoxo como por Easterlin. Os erros de interpretação baseados nesses problemas metodológicos irresolvidos são apontados em ambas as direções, e embora Easterlin tenha levado especial cuidado nesse sentido, Stevenson e Wolfers (2008) apontam essa fraqueza nas interpretações de Easterlin sobre o Japão, por exemplo.

Aqueles que estejam envolvidos nessa discussão poderão levantar opiniões diferentes sobre a existência ou não de suficientes observações comparáveis de bem-estar subjetivo para cada país para fornecer uma estimativa razoavelmente defensável da tendência a longo prazo da relação entre o bem-estar subjetivo e o conforto econômico, já que, como tem sido indicado; o teste central do Paradoxo é se as tendências de felicidade e renda estão significativamente relacionadas positivamente. Nesse sentido, não é difícil prever que aqueles que defendem o paradoxo acham que sim, enquanto seus detratores acham que não é assim um e outros parecem desacreditar qualquer possibilidade de conclusão contrária à própria.

Chegados neste ponto é necessário colocar que as razões mais fortes para apoiar ou pôr em dúvida o Paradoxo, são da ordem conceitual ou ideológica, sobre as quais se baseiam os modelos teóricos que se propõem a explicar os acontecimentos sociais.

No caso do Paradoxo é impossível não causar as mais diversas resistências e essa não é uma prevenção menor, levando em consideração as implicações que tem para a sociedade a possibilidade de que os dados levantados em pesquisas empíricas sejam contrários às mais caras esperanças do modelo econômico que impera no mundo.